

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Excelentíssima Senhor Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Excelentíssimo Senhor Francisco José Coelho Teixeira

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Excelentíssimo Senhor Adriano Pereira Júnior

Diretor do Departamento de Minimização de Desastres

Armin Augusto Braun

Coordenadora Geral de Prevenção e Preparação

Cristianne da Silva Antunes

PNUD Brasil

Jorge Chediek – Representante Residente

Maristela Baioni – Representante Residente Assistente para Programa

Moema Freire – Oficial de Programa da Unidade de Políticas Sociais

PNUD Centro Regional para a América Latina e o Caribe

Freddy Justiniano – Diretor

Pablo Ruiz Hiebra – Líder de Pratica da Área de Prevenção de Crises e Recuperação

Geraldine Becchi – Conselheira Regional em Gestão de Risco de Desastres

Mathieu Destrooper – Coordenador de Projetos em Gestão de Risco de Desastres

© 2014 SEDEC e PNUD

INFORMAÇÃO DE CONTATO

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Sede: Esplanada dos Ministérios - Bloco E

Brasília - DF / CEP: 70.067-901, Brasil

Telefone: (61) 2034-5800

<http://www.integracao.gov.br/defesacivil>

Área de Prevenção de Crises e Recuperação (CPR)

Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Centro Regional para a América Latina e o Caribe

Casa das Nações Unidas, edifício 128, Ciudad del Saber, Clayton,

Cidade de Panamá, Panamá

Telefone: +507 302 4569

rsclac.cpr@undp.org

www.regionalcentrelac-undp.org

<http://www.latinamerica.undp.org>

Desenho gráfico: Contracorriente Editores

A área de Prevenção de Crises e Recuperação (CPR) do Centro Regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a América Latina e o Caribe tem elaborado e editado este documento, solicitado e revisado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). As opiniões apresentadas neste documento não refletem necessariamente os pontos de vista do PNUD e são exclusivamente o resultado do conjunto das consultas e pesquisas feitas para esta análise.

DIAGNÓSTICO E ANALISE DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

PROJETO BRA12/017
FORTALECIMENTO DA CULTURA DE GESTÃO
DE RISCO DE DESASTRES NO BRASIL

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas fizeram importantes contribuições para o desenvolvimento deste documento. Em primeiro lugar o Departamento de Minimização de Desastres (DMD) da Secretaria Nacional da Proteção e Defesa Civil (SEDEC) e todos os coordenadores estaduais, pontos focais, responsáveis de cada estado, os participantes das oficinas estaduais, os especialistas da Proteção e Defesa Civil que foram entrevistados, e os agentes da Proteção e Defesa Civil que participaram na sondagem sobre as necessidades de formação em Gestão de Risco de Desastres. Também se agradecem todos os membros da Proteção e Defesa Civil que serviram de pontos focais e que ajudaram na coordenação e organização das oficinas estaduais.

METODOLOGIA (DESENVOLVIDA POR PNUD)

Geraldine Becchi

Mathieu Destrooper

Claudia Gazol

María Jesús Izquierdo

Pablo Ruiz Hiebra

COORDENAÇÃO GERAL

Mathieu Destrooper – Coordenador do projeto, Centro Regional PNUD

EQUIPE TÉCNICA (DIAGNÓSTICO, ANÁLISES, ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO)

Marx Prestes Barbosa – Diagnosticador da região do Nordeste, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Hamilcar José Almeida Filgueira – Diagnosticador da região do Nordeste, Universidade Federal de Paraíba (UFPB)

Gean Paulo Michel – Diagnosticador da região do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ronald dos Santos Oliveira – Diagnosticador da região do Sudeste, Consultor independente

RESPONSÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS ESTADUAIS

Mathieu Destrooper – Coordenador de projetos GRD, Centro Regional PNUD

Rita de Cássia Dutra – Consultora PNUD

Claudia Gazol – Centro Regional PNUD

Ricardo de Paiva e Souza – Consultor PNUD

REVISÃO

SEDEC (DMD)

Armin Augusto Braun, Anderson Chagas da Silva, Leno Rodrigues de Queiroz

PNUD

Geraldine Becchi, Mathieu Destrooper, Rita de Cássia Dutra, Moema Dutra Freire, Laura Lodesani

Flávio Lopes Ribeiro, Pablo Ruiz Hiebra, Tâmara Simão

**... para o
fortalecimento
da cultura de
Prevenção e
Gestão de Risco de
Desastres no Brasil!**

SIGLAS

AGUASPARANÁ	Instituto das Aguas do Paraná
APP	Análise Preliminar de Perigo
APRD	Administração e Planejamento para Redução de Desastres
CAER	Capacitação em Emergências para Radioamadores
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CBMAL	Corpo de Bombeiro Militar de Alagoas
CBREC	Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas
CEDEC	Coordenadorias Estaduais da Proteção e Defesa Civil
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres
CEPAM	Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB	Histórico da Legislação Hídrica no Brasil
CGE	Centro de Gerenciamento de Emergências
CIDEC	Comissão Interinstitucional de Proteção e Defesa Civil
CMDEC	Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil
COCEE	Curso de Operações em Centros de Gerenciamento de Emergência
CODECIPE	Comissão de Proteção e Defesa Civil do Estado de Pernambuco
CODC	Curso Operacional de Proteção e Defesa Civil
COMDEC	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CONPDEC	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
CORDEC	Coordenação de Proteção e Defesa Civil
COREDEC	Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil
CPTEC	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do INPE
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CRAI	Curso de Resgate em Áreas Inundadas
DACA	Divisão de Assistência às Comunidades Atingidas
DACS	Divisão Administrativa e de Comunicação Social
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo
DAT	Divisão de Apoio Técnico
DC	Divisão de Convênios
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DRC	Divisão de Relações Comunitárias
EaD	Ensino a Distância
ESDEC-MG	Escola de Proteção e Defesa Civil de Minas Gerais
ESDEC-RJ	Escola de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro
EVESP	Programas Educacionais do estado de São Paulo
FAFIRE	Faculdade Frassinetti de Recife
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FUMPDEC	Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil
GRAC	Grupos de Ações Coordenadas
GRD	Gestão de Risco de Desastres
IG	Instituto Geológico
IMO	International Maritime Organization
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa
IPT	Institutos de Pesquisas do Brasil
JICA	Cooperação Internacional do Japão
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MINEROPAR	Serviço Geológico de Paraná
MOPP	Movimentação Operacional de Produtos Perigosos
NUDEC	Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil

PPAP	Plano Plurianual Participativo
POC	Programa Operação Chuva
PPDC	Planos Preventivos de Proteção e Defesa Civil
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REDEC	Coordenadoria Regional Estadual de Proteção e Defesa Civil
S2ID	Sistema Integrado de Informações de desastre
SCI	Sistema de Comando de Incidentes
SCO	Sistema de Comando de Operações
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SGDC	Sistema de Gestão em Proteção e Defesa Civil
SIEPDEC	Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SIMEPAR	Instituto Tecnológico Simepar - Paraná
SIMPDEC	Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SISDC	Sistema Eletrônico de Proteção e Defesa Civil
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVESP	Universidade Virtual do Estado de São Paulo
USAID	Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	11
01/ INTRODUÇÃO	15
02/ METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO	19
Processo metodológico e técnicas de investigação	19
Técnicas de investigação e recopilação de informação	20
Análise por estado	22
03/ DESTAQUES DA SONDAÇÃO “ONLINE”	25
04/ DESTAQUES ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	29
05/ ESTADO DE ALAGOAS	33
Contextualização	33
Capacidades existentes	34
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	35
Oferta formativa existente	37
Prospecção: demanda de oferta formativa	38
Conclusão	40
06/ ESTADO DA BAHIA	43
Contextualização	43
Capacidades existentes	44
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	45
Oferta formativa existente	47
Prospecção: demanda de oferta formativa	49
Conclusão	52
07/ ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	55
Contextualização	55
Capacidades existentes	55
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	56
Oferta formativa existente	58
Prospecção: demanda de oferta formativa	58
Conclusão	61
08/ ESTADO DE MINAS GERAIS	65
Contextualização	65
Capacidades existentes	66
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	67
Oferta formativa existente	69
Prospecção: demanda de oferta formativa	70
Conclusão	72

09/ ESTADO DO PARANÁ	75
Contextualização	75
Capacidades existentes	76
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	78
Oferta formativa existente	78
Prospecção: demanda de oferta formativa	80
Conclusão	84
10/ ESTADO DE PERNAMBUCO	86
Contextualização	86
Capacidades existentes	86
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	89
Oferta formativa existente	91
Prospecção: demanda de oferta formativa	94
Conclusão	96
11/ ESTADO DO RIO DE JANEIRO	99
Contextualização	99
Capacidades existentes	100
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	101
Oferta formativa existente	102
Prospecção: demanda de oferta formativa	105
Conclusão	107
12/ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	111
Contextualização	111
Capacidades existentes	110
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	112
Oferta formativa existente	114
Prospecção: demanda de oferta formativa	118
Conclusão	122
13/ ESTADO DE SANTA CATARINA	125
Contextualização	125
Capacidades existentes	126
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	128
Oferta formativa existente	130
Prospecção: demanda de oferta formativa	132
Conclusão	135

14/ ESTADO DE SÃO PAULO	139
Contextualização	139
Capacidades existentes	140
Deficiências e desafios ao nível de capacidades	141
Oferta formativa existente	143
Prospecção: demanda de oferta formativa	146
Conclusão	148
15/ CONCLUSÕES GERAIS	151
Análise transversal entre os estados sobre as necessidades de formação em Gestão de Risco de Desastres	151
Análises das capacidades e habilidades do agente de Proteção e Defesa Civil	154
Oferta formativa atual para os agentes de Proteção e Defesa Civil	154
Necessidades de formação com a realidade das ameaças brasileiras	155
Demanda de formações e metodologia sugerida	157
Oportunidades e Recomendações	158
16/ ANEXOS	161
Anexo 1: Demanda formativa	162
Anexo 2: Análise da sondagem online	168



SUMÁRIO EXECUTIVO



O desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres no Brasil se desenvolveu muito timidamente ao longo dos anos. A partir dos anos 2008 / 2010, quando ocorreram desastres de grande magnitude como o Morro do Bumba e os escorregamentos da Serra do Mar, a discussão sobre os desastres no país ganha força e o Governo Federal em 2011 edita a Medida Provisória 547/2011, convertida na lei 12.608 em 2012. A Lei 12.608 que em seu artigo 18 estabelece que “os órgãos do SINPDEC adotem medidas para assegurar a profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos Agentes de Proteção e Defesa Civil”. Para atender aos ditames da lei, surge a necessidade de avaliar as competências do agente da Proteção e Defesa Civil e as necessidades de formação nas três esferas do país, em termos de capacidades tanto como do conhecimento da própria Proteção e Defesa Civil, e as normativas relacionadas, como de Gestão de Risco de Desastres (GRD).

Dentro desse contexto surge o Projeto BRA/12/017 do SEDEC intitulado “Fortalecimento da Cultura de Gestão de Risco de Desastres no Brasil” em conjunto com o PNUD. Um dos objetivos do projeto é realizar um diagnóstico sobre as necessidades de formação existentes dos agentes da Proteção e Defesa Civil. Para tal realização do diagnóstico, o Governo Federal através da SEDEC definiu 10 estados, denominados como prioritários por serem os estados com maior registro e impacto de desastre. Este diagnóstico foi realizado por uma equipe de profissionais do PNUD, incluindo pesquisadores e acadêmicos brasileiros, com base em uma metodologia de análise quali-quantitativa, com a utilização de ferramentas de pesquisa quando a prioridade de ações é do próprio pesquisado (informante chave). A pesquisa teve três fases que foram desenvolvidas paralelamente: (1) son-

dagem online (ou questionário online) de abrangência nacional, (2) entrevistas semiestruturadas e (3) oficinas participativas em 10 estados.

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados obtidos nas entrevistas semiestruturadas, na sondagem online de abrangência nacional e nas oficinas multi-setoriais realizadas em 10 estados da Federação (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo). Os mesmos foram considerados como os estados que nos últimos anos têm sido afetados por diferentes tipos de desastres, relacionados principalmente aos fenômenos naturais e de altas magnitudes. O presente diagnóstico também apresenta uma síntese das necessidades de capacitação e formação dos agentes de Proteção e Defesa Civil nesses estados, tanto de forma geral como individual de acordo com as necessidades dos estados, as quais foram apontadas pelos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), incluindo a Proteção e Defesa Civil estadual e municipal.

CONHECIMENTO DA LEI, DO SISTEMA E DA POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Dos pesquisados- os agentes do SINPDEC- 69,2% afirmam ter familiaridade com a Lei 12.608/2012. No que refere a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), 47,8% declararam ter algum conhecimento.

Já com relação ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais 2012 – 2014, somente 26,4% possuem algumas informações. Sobre o mandato, a composição e as funções gerais do SINPDEC, e sobre conhecimento sobre as funções específicas, na Redução de Risco de Desastres, 87% declararam possuir um conhecimento de muito baixo a médio. Somente 13% dos entrevistados afirmaram possuir um conhecimento para alto e muito alto, revelando assim um desconhecimento significativo sobre o SINPDEC e sobre a legislação.

CAPACIDADES E CONHECIMENTO DO AGENTE EM TEMAS DE GRD

Em termos de capacitação e formação, os dados fornecidos pelos agentes de Proteção e Defesa Civil envolvidos revelaram que os principais temas ofertados nas formações por parte das instituições responsáveis são: Prevenção, Preparação e Resposta. Porém, segundo eles, as capacitações têm um caráter mais teórico, onde prevalecem os conteúdos repetitivos e não oferecendo uma abordagem prática que priorizasse as ferramentas de avaliação. Apesar do tema de prevenção ter sido o mais abordado , o conhecimento do mesmo ainda necessita ser desenvolvido e consolidado.

Para a maioria dos agentes, a capacitação e formação existente ainda não são suficientes para o desempenho de suas funções em Gestão de Risco de Desastres (GRD) e gestão de desastres. Consequentemente os conhecimentos sobre a temática ainda não influenciam de maneira significativa a uma mudança da cultura de prevenção de desastres. A base do trabalho ainda está concentrada na resposta, ou seja, no pós-desastre.

Além disso, o agente acredita não ter conhecimento suficiente sobre todo o processo de GRD dentro de uma abordagem integral, referente as ações do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil (Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta e Recuperação).

O agente também identifica lacunas de conhecimentos e capacidades práticas no que diz respeito suas competências e atribuições no município, conforme descrito no Art. 8º da lei nº 12.608 de 2012.

LACUNAS AO NÍVEL DA OFERTA FORMATIVA

A sondagem (questionário online) indicou que as formações recebidas foram úteis, mas que há muitas lacunas tanto no tocante ao entendimento conceitual e metodológico, como na diversidade do currículum formativo. Indicou também que

a capacidade dos agentes para desempenhar as suas funções está relacionada, por exemplo, a fazer com que as suas COMDECs funcionem melhor. Uma das sugestões indicadas pelos agentes está direcionada à necessidade de integrar e sensibilizar os gestores municipais e o prefeito da importância de reconhecer ações de proteção valorizar as ações de Proteção e Defesa Civil no município.

PROBLEMAS RELACIONADOS A DIFERENTES NÍVEIS DO SINPDEC

Um dos principais problemas identificados com relação ao conhecimentos e capacidades dos agentes esta relacionado aos diferentes níveis de formação dos profissionais. Muitas dificuldades estão relacionadas aos aspectos políticos e outras com relação aos aspectos econômicos, que serão abordados nas páginas seguintes deste documento. Outra dificuldade relatada por partes dos pesquisados refere-se ao desenvolvimento de capacidades institucionais, onde os agentes encontram seus obstáculos na alta rotatividade dos profissionais e na limitada articulação institucional, interna (horizontal) e externa.

A maioria dos agentes se classifica como de capacidade média a muito baixa, e para eles a transversalidade é mais bem trabalhada tanto verticalmente como horizontalmente pelas Coordenadorias Estaduais da Proteção e Defesa Civil (CEDECs) e Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil (COMDECs) das capitais e dos grandes municípios. Nos municípios menores as questões transversais são ainda muito frágeis. As principais dificuldades relatadas para a realização da transversalidade estão relacionadas com o pouco apoio do gestor municipal (aspecto político), a falta de recursos (aspecto econômico) tanto para participar das capacitações e eventos como para estruturar as COMDECs, levando em conta a alta rotatividade dos agentes.

Levando em conta a falta de capacidade dos agentes ao nível dos municípios menores, as formações existentes ainda não chegam a formar bons profissionais. As principais razões destacadas são

a distância para participar do curso, a dificuldade de financiamento do mesmo, e a pouca informação existente sobre os cursos disponíveis. Por isso, o 'X Fórum Nacional da Proteção e Defesa Civil', realizado em setembro de 2013 em Santa Catarina, trouxe como uma das propostas a necessidade de uma maior integração das ações de Proteção e Defesa Civil nos municípios e nas comunidades, assim como descentralizar as formações.

Uma das maiores preocupações de todos os membros da Proteção e Defesa Civil que participaram deste diagnóstico está relacionada com a alta rotatividade de funções em todos os níveis. Isso se dá principalmente pelo fato da profissão de agente de Proteção e Defesa Civil ainda não ter sido oficialmente criada e institucionalizada. Uma das sugestões apresentadas é a necessidade de melhorar a estrutura do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), e a outra, seria a criação Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), direcionando maiores recursos para as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

EXPECTATIVAS

Este diagnóstico, principalmente através das oficinas realizadas nos estados e baseado na necessidade de formação dos agentes, trouxe muita expectativa por partes dos entrevistados com relação a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, no sentido que a mesma traga melhorias para todo o sistema.

O diagnóstico, a partir das informações recebidas, revelou a grande necessidade de formação e capacitação dos membros da Proteção e Defesa Civil, desde o conhecimento básico até o especializado, com maior ênfase na necessidade de fortalecer as competências e atribuições dos agentes junto aos municípios. Com relação a forma para receber esta formação, os agentes declararam ter maior preferência ao curso presencial ou semipresencial, destacando a necessidade de receber uma formação que priorize questões práticas, como também, a qualidade com relação ao material didático.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE
FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES



01/ INTRODUÇÃO



A história da Proteção e Defesa Civil no Brasil nos remete à criação do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte em 1856, que atualmente é chamado de Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

A Proteção e Defesa Civil surgiu na Inglaterra durante a Segunda Guerra e posteriormente nos outros países europeus. Em 1942 surgiu na América do Sul e no Brasil o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, com ensino em todas as escolas, que em 1943 passa a ser denominado de Serviço de Proteção e Defesa Civil, sob a supervisão do Ministério da Justiça, sendo extinto em 1946. A organização da Proteção e Defesa Civil no Brasil se deu através da criação do Sistema Nacional de Proteção e Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), em 1988, o qual foi reorganizado em agosto de 1993 e atualizado em 2005, pelo decreto Nº 5.376, que dispõe sobre o SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil, assim como fornece outras providências. Na nova estrutura do SINDEC, destaca-se a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres (CENAD), o Grupo de Apoio a Desastres e o fortalecimento dos órgãos locais de Proteção e Defesa Civil.

O decreto Nº 7.257 de agosto de 2010 regulamentou a Medida Provisória nº 494 de julho do mesmo ano para dispor sobre o SINPDEC, cujo Art. 2 - IX define as ações de prevenção como sendo “ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de Proteção e Defesa Civil”, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. A Lei Nº 12.340 de 2010 dispõe em seu artigo 1º que: “o SINPDEC

tem como objetivo planejar, articular e coordenar as ações de Proteção e Defesa Civil em todo o território nacional”.

Porém, apesar do respaldo legislativo, o Brasil é um país que ainda não possui uma cultura de prevenção. Tal situação é consequência direta da mentalidade e do conceito existente no Brasil de que Proteção e Defesa Civil e atenção aos desastres são relacionados, basicamente, à atuação durante ou depois da ocorrência do desastre.

Em dezembro de 2012 foi decretada a Lei 12.608 que em seu artigo 18 estabelece que “os órgãos do SINPDEC adotem medidas para assegurar a profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos agentes de Proteção e Defesa Civil”.

O Brasil ainda é um país carente em Proteção e Defesa Civil, uma instituição nova, que passa a se organizar a partir do ano de 1988 com a criação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil quando praticamente não se pensava em Prote-

ção e Defesa Civil e não se dava devida atenção aos desastres. Em 1966 no estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro) em decorrência de uma grande enchente, conhecida como o “dilúvio carioca” foi criado o Plano Diretor de Proteção e Defesa Civil do estado da Guanabara. Naquele mesmo ano era criada a primeira Proteção e Defesa Civil estadual do Brasil. Em 1967 foi criado o Ministério do Interior com a competência para assistir as populações atingidas por calamidades em todo o país. A Proteção e Defesa Civil do estado de São Paulo surge em 1976 após o desastre de Caraguatatuba em 1967, e os incêndios dos Edifícios Andraus (1972) e Joelma (1974). O desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres no país se desenvolveu muito timidamente ao longo dos anos. A partir dos anos 2008 / 2010, quando ocorreram desastres de grande magnitude como o Morro do Bumba e os escorregamentos da Serra do Mar, a discussão sobre os desastres no país ganha força e o Governo Federal em 2011 edita a Medida Provisória 547/2011, convertida na lei 12.608 em 2012.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

TIPO	ÂMBITO	SITUAÇÃO ATUAL E NECESSIDADES	PARA QUEM E ONDE?	
Auto avaliação	Conhecimento e capacidades	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento Geral sobre GRD • Conhecimento sobre a normativa (leis, políticas, etc.) de GRD no país • Conhecimento sobre os órgãos da SINPDEC • Conhecimento e capacidade para a articulação interinstitucional (vertical e horizontal) • Capacidades para desempenhar as funções organizacionais • Capacidades técnicas em GRD • Capacidades especializadas para gerir os principais riscos da região 	<ul style="list-style-type: none"> • Por entidade federal • Por estado • Por município 	Para cada categoria: <ol style="list-style-type: none"> 1. Agentes políticos de direção 2. Agentes públicos de coordenação e direção das entidades prestadoras dos serviços 3. Agentes de função pública na prestação ou execução dos serviços 4. Agentes voluntários e privados
Avaliação	Formações	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta existente e/ou recebida • Cobertura temática • Satisfação • Utilidade • Acesso • Demanda 		
Opiniões individuais	Contexto e fatores socioeconômicos e institucionais	Contexto e fatores políticos, normativos, institucionais, económicos e socioculturais que facilitam ou limitam as capacidades em GRD	<ul style="list-style-type: none"> • Federal • Estadual • Municipal 	Informantes-chave do SINPDPEC, academia e especialistas
Reflexão Coletiva	Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalezas para impulsar uma estratégia de formação em GRD • Oportunidades para impulsar uma estratégia de formação em GRD • Fraquezas para impulsar uma estratégia de formação em GRD • Ameaças para impulsar uma estratégia de formação em GRD 	<ul style="list-style-type: none"> • Estadual • Municipal 	Diagnóstico coletivo de cada oficina

02/

METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO

LINHA DE BASE	ANÁLISE
SONDAGEM	ENTREVISTAS
	OFICINAS

O diagnóstico das necessidades de formação em Gestão de Risco de Desastres abordam os seguintes elementos descritos na matriz abaixo. Cada um deles foi explorado através da aplicação das diferentes técnicas de coleta e análise de dados e uma série de perguntas vinculadas.

PROCESSO METODOLÓGICO E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

O processo do diagnóstico visa, como descrito acima, levantar primeiramente uma linha de base, através de uma sondagem de auto avaliação dos conhecimentos e capacidades dos agentes de Proteção e Defesa Civil assim como, uma avaliação das formações existentes. A linha de base permitirá identificar os níveis e as lacunas de conhecimentos e capacidades, elemento fundamental para poder planejar e construir a adequação das formações existentes e futuras. Dessa forma, a linha de base é necessária para estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação da futura estratégia de formação em GRD, permitindo fixar metas e avaliar seu progresso.

Os dados coletados foram posteriormente analisados e aprofundados à luz das reflexões em grupo, através das oficinas, e de informações chave fornecidas pelas entrevistas. É preciso destacar que, em parte, a lógica deste processo de investigação está baseada na natureza da cada técnica (quantitativa ou qualitativa), assim como do tipo de amostra.

A sondagem, pelo tipo de amostra, representa o método que proporciona o universo mais representativo no

**Amostra mais representativa
(universo pesquisado maior):**

Fonte da linha de base

Sondagem
Amostra de 600 pessoas (amostra representativa para a população total de 85.000 agentes de Proteção e Defesa Civil, com nível de confiança de 95%, e IC de 4)*

**Amostra não aleatória
(universo pesquisado menor):**

Fonte para aprofundar na análise

Entrevistas
Pessoas Chave
Oficinas
Todos os níveis de agentes de Proteção e Defesa Civil dos 10 estados

fornecimento de dados numéricos. As entrevistas e oficinas, como amostras não aleatórias e menores, são métodos baseados em reflexões e informações qualitativas, o que permite analisar cada temática.

Por outro lado, o processo do diagnóstico, com os métodos participativos e de validação, procura ser condutivo a uma definição acordada e concertada das prioridades de formação e capacitação. Tal processo garantirá uma definição relevante, útil, adequada às necessidades e rea-

lidades, e feita à medida, das estratégias de formação futura em GRD.

TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO E RECOPILAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Para o diagnóstico e análise das necessidades formativas serão aplicadas técnicas qualitativas e quantitativas.

TÉCNICA	DESCRÍÇÃO	NÍVEL TERRITORIAL DE APLICAÇÃO	QUEM?
Sondagem de avaliação	<p>A sondagem ou pesquisa de auto avaliação através de um questionário online.</p> <p>Esta permitiu o levantamento quantitativo de dados ao nível das capacidades dos próprios agentes e voluntários por ser o método de coleta de informação com a amostra de maior quantidade de pesquisados e, por conseguinte, de maior representatividade.</p> <p>A pesquisa foi dirigida aos agentes da Proteção e Defesa Civil nos níveis federal, estadual e municipal em 27 estados do país.</p> <p>Foi enviado um link eletrônico para que os pesquisados possam ter acesso às perguntas em uma plataforma virtual.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Federal • 10 estados • Municípios selecionados 	Quatro categorias de agentes da Proteção e Defesa Civil
Entrevistas individuais semiestruturadas	<p>Entrevistas dirigidas a informantes-chave da SEDEC, órgãos estaduais e municipais de Proteção e Defesa Civil, da academia e da sociedade civil.</p> <p>As entrevistas permitiram aprofundar o contexto institucional, sócio econômico e cultural assim como, alimentar, de maneira qualitativa, a análise dos dados e variáveis fornecidas pela sondagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Federal • 10 estados • Municípios selecionados 	Informantes chaves do âmbito acadêmico e especialistas e uma seleção de atores das quatro categorias de agentes de Proteção e Defesa Civil
Oficinas nos 10 estados	<p>As oficinas participativas realizadas nos 10 estados foram um espaço direto de participação dos representantes e técnicos do SINPDEC aos níveis estaduais e municipais dos estados e municípios selecionados. Também se contou com a participação de representantes de instituições acadêmicas e de outros órgãos trabalhando no tema de GRD dos estados respectivos.</p> <p>Da mesma forma que as entrevistas, as oficinas permitiram também aprofundar e qualificar os dados e variáveis fornecidas pela sondagem. Porém, as oficinas vão além das avaliações individuais geradas pelas entrevistas, e constituem assim espaços para a construção de entendimentos e consensos coletivos. Cada oficina teve uma metodologia muito participativa visando a levantar as fortalezas e fraquezas da oferta formativa existente, a demanda formativa necessária e as oportunidades ao nível de formação e colaborações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 10 estados • Municípios selecionados 	CEDECs, REDECs, COMDECs, NUDECs Academia e especialistas relevantes nesses estados
Avaliação das oficinas	Tem por objetivo recompilar a opinião das pessoas participantes nas oficinas do projeto, para avaliar a qualidade, conteúdo, vazios e demandas de conhecimento específico.	<ul style="list-style-type: none"> • 10 estados • Municípios selecionados 	Todos os formados

ANÁLISE POR ESTADO

As oficinas nos estados foram realizadas no período de 30 de setembro a 5 de novembro de 2013 conforme a tabela abaixo. A oficina do estado de São Paulo foi determinada como a “Oficina Piloto”, pois além de atender os objetivos

OFICINA	DATA (ANO 2013)
São Paulo, São Paulo	30 set-1 outubro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	8-9 outubro
Espírito Santo, Vitória	14-15 outubro
Paraná, Curitiba	14-15 outubro
Rio Grande do Sul, Porto Alegre	30-31 outubro
Minas Gerais, Belo Horizonte	17-18 outubro
Santa Catarina, Florianópolis	21-22 outubro
Pernambuco, Recife	21-22 outubro
Alagoas, Maceió	30-31 outubro
Bahia, Salvador	4 - 5 de novembro

do projeto, teve também o objetivo de fazer os ajustes necessários para as oficinas seguintes. Dessa forma, na oficina do estado de São Paulo toda a equipe de profissionais do projeto esteve presente.

As oficinas dos demais estados foram conduzidas por equipes do projeto, compostas no geral de três a quatro profissionais do projeto, sendo eles: um ou dois facilitadores, um diagnosticador e uma tecnóloga em logística. A organização das oficinas, como a convocatória dos membros das Proteções e Defesas Civis dos estados e municípios e a organização do local de realização das mesmas, esteve sob a coordenação das CEDECs ou da SEDEC, no caso dos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Nas páginas seguintes serão apresentados os relatórios referentes as informações coletadas durante as oficinas contendo as seguintes pontos: as análises sobre a Demanda formativa por estado (anexo 1), e a Análise das sondagens online (vide anexo 2).





03/ **DESTAQUES DA SONDAGEM “ONLINE”**



Os pesquisados trazem à tona algumas de suas fraquezas e necessidades em termos de conhecimentos, capacidades dos agentes de Proteção e Defesa Civil e avaliação das formações existentes.

Em todos os estados verificou-se que as respostas dadas pelos pesquisados com relação as suas fraquezas, apontaram para as seguintes limitações: limitado conhecimento e capacidade dos agentes, falta de conhecimento geral sobre Gestão de Risco de Desastres, falta de capacidade técnica em gerir os riscos existentes, falta de capacidade de articulação institucional e as limitadas condições para desempenharem suas funções organizacionais.

Com relação as principais dificuldades para ter acesso à formação os pesquisados apontaram que as fraquezas estavam relacionadas principalmente na questão política, quando não há pelos poderes municipais nenhum reconhecimento e incentivo na formação dos mesmos. Quanto à forma de receber a formação os pesquisados optaram pela modalidade presencial, seguida da virtual e por último a semipresencial.

A seguir são apresentados alguns dados relevantes obtidos na sondagem sobre o conhecimento da normativa (leis e políticas).

1. Familiaridade com a Lei 12.608/2012, a Política Nacional De Proteção e Defesa Civil e o SINPDEC

Dos pesquisados, 69,2% afirmam ter familiaridade com a Lei 12.608/2012. No que refere a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, 47,8% declararam ter al-

gum conhecimento. Já com relação ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais 2012 – 2014, somente 26,4% possuem algumas informações. Sobre o mandato, a composição e as funções gerais do SINPDEC, e sobre conhecimento sobre as funções específicas, na Redução de Risco, 87% declararam possuir um conhecimento de muito baixo a médio. Somente 13% dos entrevistados afirmaram possuir um conhecimento para alto e muito alto, revelando assim um desconhecimento significativo sobre o SINPDEC e sobre a legislação.

2. Conhecimentos e capacidades para a articulação interinstitucional (vertical e horizontal)

- a. Mais de 70% dos agentes não tem conhecimento/capacidade suficiente para fomentar a participação e a articulação dos atores relevantes a nível nacional, estadual, municipal e comunitária.

- b. Mais de 60% dos agentes não tem conhecimento para realizar diagnóstico e análise.
- c. Mais de 70% dos agentes não tem conhecimento/capacidade para realizar a formulação e planificação de políticas, planos, programas, projetos
- d. Mais de 58% dos agentes não acreditam possuir conhecimento/capacidade pertinentes para a coordenação de ações e atores
- e. Entre 60% e 81% dos agentes não tem um conhecimento/capacidade que estimam ser satisfatório para a gestão, orçamento, desenvolvimento e implementação de intervenções, como também na provisão de serviços.

3. Determinar os risco e formular medidas para reduzir os principais riscos no seu município/estado:

Na pesquisa realizada na sondagem online no que refere as capacidades em gerir os riscos, 77% declararam possuir, já 23%, afirmaram não ter capacidade.



4. Capacidades técnicas em Prevenção, Preparação, Resposta, Recuperação

A pesquisa revelou que 70% afirmaram não possuir capacidades técnicas suficientes. A maioria se considera com capacidades não suficientes para um valor médio de 70% (um nível médio -baixo). Este percentual é um pouco menor nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo, aonde se diagnosticaram capacidades mais altas.

5. Cobertura Temática

Com relação a formação recebida em pelo menos um dos temas dentro dos 4 eixos de GRD (Prevenção, Preparação, Resposta e Recuperação), 50% dos pesquisados afirmaram ter recebido formação no tema sobre Recuperação e 85% em Prevenção.

Os pesquisados que identificaram uma fraqueza e lacuna nas opções de Cobertura Temática apontaram como limitantes a rotatividade dos membros da Proteção e Defesa Civil. Isto representa uma lacuna para o acesso às formações existentes e como problema de perenidade do conhecimento adquirido dentro da instituição.

6. Acesso às formações

Das dificuldades para o acesso e aproveitamento da oferta de formação, entre 60%

e 75% dos pesquisados responderam que não tem acesso fácil aos cursos existentes. As dificuldades principais apontadas foram: a localização e a distância da formação, seguida pela falta de reconhecimento e incentivos da sua organização, e também pela falta de tempo proporcionado pela sua instituição para a aprendizagem e formação).

7. Necessidade de formação

Com relação as áreas de preferencias, 62% priorizaram a área de Prevenção de Desastres como de alta prioridade, 16% como de média prioridade e 8% como baixa prioritária. Isto mostra o elevado percentual de prioridade com relação à área de prevenção.

Com relação as demandas de formação nas diferentes áreas temáticas de GRD, as áreas priorizadas pelos pesquisados foram: Prevenção dos Desastres (86%), Preparação para os Desastres (80%), Resposta aos Desastres (70%), Redução de Risco de Desastres de Forma Transversal (45%) e Recuperação (30%). A área temática Redução de Risco de Desastres de Forma Transversal foi a que obteve a maior percentagem como área sem prioridade (40%).

Com relação à forma de receber a formação, a maioria dos pesquisados optou pelo curso presencial, seguida pelo virtual, e o semipresencial.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE
FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES



04/ EIXOS ESTRATÉGICOS



As entrevistas semi-estruturadas feitas com os diversos níveis de agentes de Proteção e Defesa Civil e membros afins da sociedade civil, também apresentaram similaridades nas respostas por estado. Isso demonstra que os problemas de conhecimentos em GRD no Brasil são comuns, independentemente do nível do agente de Proteção e Defesa Civil e do tamanho territorial do estado ou de sua capacidade econômica e social.

A seguir são enumerados alguns pontos relevantes obtidos nas avaliações das entrevistas realizadas:

1. Tanto os tomadores de decisão quanto os técnicos especializados que foram entrevistados, ainda consideram o nível de capacidades muito abaixo do que o nível detectado na auto avaliação dos agentes (vide a Análise da Sondagem online, Anexo 2).

Isso aponta para problemas:

- ao nível diferenciado de conhecimento de GRD dentro da Proteção e Defesa Civil;
 - em termos de rotatividade de funções dos agentes, a qual vem a afetar o acesso à formação.
2. Há necessidade de continuar com os esforços de difusão sobre os conhecimentos das normativas (leis, políticas) de GRD no país..
 3. Ao nível municipal falta o conhecimento sobre as competências e atribuições do SIMPDEC.

4. Há certa fragilidade na capacidade para a articulação interinstitucional (vertical e horizontal); existe um consenso sobre a necessidade dos agentes em entender melhor o papel do profissional nessas inter-relações com os diversos atores e em diferentes níveis.
5. As capacidades técnicas em GRD são limitadas , principalmente nos municípios. Durante o 'X Fórum Nacional De Proteção e Defesa Civil' revelou-se uma preocupação relacionada ao CONPDEC no que diz respeito aos projetos de desenvolvimento de capacidades. O Conselho sugeriu trabalhar em uma maior proximidade com os municípios, já que realmente a formação deveria ser voltada para as realidades enfrentadas por todos os coordenadores municipais e estaduais.
6. O nível de competência existente precisa ser melhorado, principalmente nos municípios menores onde as capacidades são limitadas

Há necessidades de se definir as ferramentas necessárias para realizar uma melhor Gestão de Risco de Desastres com uma abordagem integral.

7. Há uma necessidade de desenvolver o enfoque de gênero com abordagens diferenciadas para as populações vulneráveis dentro da GRD. Até agora o enfoque foi desenvolvido majoritariamente em relação à preparação de agentes multiplicadores a través da população infanto-juvenil dentro das escolas.
8. Não existe uma boa oferta formativa coerente nas áreas de GRD.

Foi identificado que o maior ponto de carência na oferta de formação observado em todas as oficinas e entrevistas, refere-se as temáticas correspondentes as fases pré-desastre, ou seja, nos temas de Prevenção, Mitigação, Preparação para emergências e desastres. Em todas as oficinas dos estados



o público comentou e reforçou que a Proteção e Defesa Civil no Brasil prioriza somente ação reativa, e que praticamente só trabalha em resposta. Para isso, as sugestões propostas, seriam que as ofertas de formações contemplassem essas lacunas existentes, para o melhoramento dos conhecimentos em GRD no Brasil.

9. A oferta existente é pequena ou insuficiente; o alcance é baixo e poucos agentes têm acesso.

10. Existe uma falta de sensibilidade dos gestores, e a cultura de GRD ainda é muito incipiente no país; o momento atual é favorável para uma mudança da cultura de GRD.
11. Há uma necessidade de desenvolver melhor o plano nacional de formação; é preciso criar uma “diretriz nacional”.
12. Um ponto que foi destacado muitas vezes é a sugestão da formação de docentes e de instrutores.



05/ **ESTADO DE ALAGOAS**

CONTEXTUALIZAÇÃO

O SINPDEC de Alagoas obedece à PNPDEC, seguindo a Estrutura Organizacional do Ministério da Integração Nacional, onde atualmente a Proteção e Defesa Civil Nacional está estruturada. Dessa estrutura estabelecem-se diretrizes, planos e programas prioritários para o desenvolvimento de ações de redução de desastres em todo o país, bem como a prestação de socorro e assistência às populações afetadas por desastres.

A Constituição de 1989 do estado de Alagoas, através da Emenda Constitucional nº 09/1993[1], desvinculou o Corpo de Bombeiro Militar de Alagoas (CBMAL) da Policia Militar, atribuindo ao CBMAL as atividades de Proteção e Defesa Civil. Atualmente a Proteção e Defesa Civil do estado atua em conformidade com a PNPDEC, preconizando a redução de desastres pela intensificação de suas ações, tendo como parâmetros a prevenção. A base da estrutura da Proteção e Defesa Civil está no município, por ser a comunidade que primeiro vem a sofrer o impacto do evento adverso e seus efeitos. Desta forma é de suma importância a existência das COMDECs.

Não obstante, a Proteção e Defesa Civil do estado de Alagoas viabiliza a preparação constante de seus profissionais, promovendo sua própria reestruturação organizacional, e dando suporte nas diversas ocorrências em todo estado de Alagoas.

CAPACIDADES EXISTENTES

Os participantes da oficina de Alagoas, boa parte deles novatos nas atividades relacionadas com a Proteção e Defesa Civil, estão convictos das necessidades de capacitações dos agentes de Proteção e Defesa Civil municipais. De maneira geral concordaram que todo o SINPDEC necesita ser capacitado e de que a SEDEC deve fazer formações para todos os municípios e não só para as estaduais.

Em três das Proteções e Defesas Civis municipais do estado, que já são secretarias municipais, os seus representantes na oficina declararam que elas têm capacidades para executar ações de prevenção, preparação e resposta, e que têm grandes dificuldades para executar as ações de recuperação por falta de dotação orçamentária. No entanto, reclamaram que apesar de terem capacidades, os recursos para a prevenção e preparação são bastante escassos, pois o governo atualmente prioriza as ações de respostas, quando o desastre já aconteceu.

Outros presentes relataram que têm capacidades para identificar e reduzir os riscos, pois, as suas COMDECs possuíam técnicos especializados, tais

como engenheiros, gestor ambiental, e pessoal com certa experiência em desastres ocorridos anteriormente nos municípios, como também na recuperação de locais afetados. Porém, concordaram com os demais de que as dificuldades já apontadas por outros, como a falta de verba destinada à Prevenção de riscos e desastres, a falta de capacitação nas secretarias afins, e a falta de manutenção e estruturação das COMDECs (que sejam todas elevadas ao status de secretarias municipais, com dotação orçamentária e cofinanciadas pela União, estado e municípios, inclusive para pagamento da equipe técnica específica) põem em cheque a eficiência de atuação da Proteção e Defesa Civil nos municípios. Complementaram que o CONPDEC também deve ser chamado para fazer as capacitações, uma vez que este é o órgão responsável pela autorização de medidas em situação de desastres.

Foi verificado que muitos dos presentes na oficina gostariam de ser capacitados em áreas diversas para poder trabalhar em municípios de alta vulnerabilidade. Porém, mais uma vez foram mencionados os problemas sobre a rotatividade de profissionais nos órgãos relacionados com a Proteção e Defesa Civil, como também o descompromisso de alguns gestores, os quais dificultam a profissionalização dos agentes. Apesar

TABELA 1

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM ALAGOAS

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
União	Secretaria Nacional Proteção e Defesa Civil Ministérios (Integração Nacional, Cidades, Educação, ect.) Secretarias afins (Assistência Social, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Infraestrutura, etc.) CENAD CNPDEC
Estado	Proteção e Defesa Civil estadual Secretarias afins (Assistência Social, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Infraestrutura, etc.)
Município	Proteção e Defesa Civil municipal Conselhos Municipais de Proteção e Defesa Civil Secretarias afins (Assistência Social, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Infraestrutura, etc.) Núcleos de Proteção e Defesa Civil

de seu pequeno tamanho geográfico, existem diversas especificidades de riscos de desastres no estado de Alagoas, ao mesmo tempo que faltam profissionais com capacidades específicas para atuar de forma eficiente e contínua. Dessa forma, também foi relatado a necessidade de capacitar os agentes para trabalhar com a seca, que é um evento recorrente no estado. Muitas das capacitações ofertadas são relacionadas com inundações e escorregamentos de terra, mas não há ofertas de formação em relação aos problemas ocasionados pelas secas.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

No início da oficina de Alagoas ao discutir com os participantes a respeito do conhecimento da conceptualização da GRD, a partir das experiências individuais e de suas respectivas instituições, foi perguntado se os mesmos achavam que existiam os principais elementos de GRD na prática no Brasil. Boa parte dos participantes da oficina alegaram que eram novatos nos órgãos de Proteção e Defesa Civil dos seus municípios, ou que as suas COMDECs foram criadas recentemente e não tinham muito conhecimentos sobre formações e capacidades técnicas na temática de GRD. Afirmaram também que é preciso um maior interesse em relação a um conhecimento maior do tema, tanto por parte da população quanto dos gestores. Relataram que falta informação para os seus municípios, ou seja, que há falhas na comunicação entre as esferas federal, estadual e municipal, e que, portanto seriam necessárias mais capacitações.

Os que tinham algum conhecimento sobre a temática concordaram que o Brasil ainda é muito carente no que refere a GRD. Apesar de alguns afirmarem que a legislação contém os elementos necessários para a execução de tal gestão, ainda é preciso ter maiores conhecimentos como também a necessidade de fomentar as realizações de mais formações que tratem sobre os conceitos em GRD. Há necessidade também de melhorar

a coordenação e estruturação das COMDECs no país, pois em muitos municípios brasileiros tais coordenadorias ainda não existem. Também responderam que a legislação vigente, na qual existe a preocupação da estruturação de forma eficiente da Proteção e Defesa Civil no Brasil, não corresponde à prática, já que ainda existem muitos municípios carentes, principalmente em relação à execução de projetos em GRD, os quais também contam com as coordenadorias de Proteção e Defesa Civil, no entanto as ações prevalecem de caráter reativo. Em se tratando ainda da legislação atual da Proteção e Defesa Civil, comentou-se que a aplicabilidade na prática é pouco eficiente. Concluíram que as suas experiências são muito carentes de formação e de continuidade administrativa, e que suas capacidades de respostas são deficientes. Apontaram também que faltam alguns elos na presente Gestão de Risco de Desastres, desde a falta de comunicação entre os órgãos de Proteção e Defesa Civil das esferas estadual e municipal, até a falta de acompanhamento de uma equipe multi-institucional, principalmente nas cidades recorrentes em desastres naturais. Não se deve esquecer da falta de apoio para as ações de prevenção e de que a política local não é suficientemente eficaz e que deveriam existir meios que obrigassem os governos a executar as ações da Proteção e Defesa Civil.

Há aqueles que relataram que no Brasil existe a prática de GRD e que tem-se avançado consideravelmente, principalmente com a nova legislação da Proteção e Defesa Civil. No entanto, comentaram que os gestores apenas aplicam pequenas práticas paliativas aos problemas recorrentes nas áreas de risco. Concordam que existem ainda muitas barreiras a serem transpostas para que a GRD funcione a contento, e que é preciso que o estado tenha um olhar mais crítico e presente no que refere aos problemas sociais e ambientais. Nesse sentido é importante tentar disponibilizar ao máximo maiores verbas para que a Proteção e Defesa Civil no geral tenha mais condições de intervir na solução dos problemas.

Segundo a plenária, as COMDECs não têm um contingente satisfatório para atuar em todas as

jurisdições municipais, mas recebem muita ajuda dos NUDECs. No interior, há uma maior necessidade de ajuda da Proteção e Defesa Civil estadual para a atuação, por exemplo em áreas de risco pois a população geralmente não concorda com as ações da Proteção e Defesa Civil local, porque em quase sua totalidade não são secretarias municipais. Apesar das COMDECs do estado terem algumas habilidades como capacidade de gestão, acesso à informação, boa articulação política (nos municípios) e capacidade de improviso, estas ainda têm também muitas dificuldades. Suas limitações estão centralizadas nos seguintes aspectos: problemas financeiros, estruturais, descontinuidade administrativa, carência de efetivo específico, ausência de capacitações, falta

de políticas públicas voltadas ao fortalecimento Proteção e Defesa Civil, falta de técnicos especializados (engenheiros, geólogos, meteorologistas, etc.), limitado tempo de resposta do poder público referente as ações de GRD e a existência de muita burocracia para colocar em prática as ações de Proteção e Defesa Civil.

Todos concordaram que o avanço da Proteção e Defesa Civil depende também da capacidade de articulação do gestor em solicitar verbas junto ao governo federal e que o mesmo disponibilizasse quando fosse necessário. Sugeriram ainda que a SEDEC deveria ter um modelo de gestão para a Proteção e Defesa Civil, conforme as necessidades de cada município, ou seja, para atuar nos

TABELA 2

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM ALAGOAS

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
União	Disponibilizar mais verbas para as Proteções e Defesas Civis estaduais e municipais Disponibilizar mais verbas para as ações de prevenção e de preparação; Criar um modelo de Proteção e Defesa Civil específico para as particularidades de cada município Fazer com que as especialidades em Proteção e Defesa Civil andem lado a lado Divulgar melhor os conceitos de GRD Capacitar os gestores, agentes e funcionários públicos afins dos estados e dos municípios em GRD Melhorar a comunicação entre os órgãos de Proteção e Defesa Civil e afins no país
Estado	Disponibilizar mais recursos para a CEDEC Transformar a CEDEC em Secretaria estadual Promover mais capacitações para os agentes de Proteção e Defesa Civil Fazer mais políticas públicas voltadas às atividades da Proteção e Defesa Civil Melhora a comunicação entre os órgãos afins
Regional	Criação das Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (COREDEC)
Municipal	Disponibilizar mais recursos para as COMDECs Capacitar e estruturar os órgãos afins Transformar as COMDECs em Secretarias municipais Aumentar o contingente de agentes em Proteção e Defesa Civil Institucionalizar um quadro permanente de agentes de Proteção e Defesa Civil Capacitar os agentes de Proteção e Defesa Civil Construir mais políticas públicas voltadas às atividades da Proteção e Defesa Civil Melhorar a comunicação das COMDECs com todos os órgãos afins da federação
Comunidade	Participação mais ativa nos trabalhos da Proteção e Defesa Civil Respeitar e cooperar com os trabalhos das COMDECs e da CEDEC

diferentes riscos de desastres. Seria benéfico também que na Proteção e Defesa Civil todas as especialidades andassem lado a lado e que fossem estimulados em regionalizar as COMDECs no estado para facilitar todo processo de gestão. Em suma, a plenária tem consciência de que há muita coisa a ser feita no Brasil quanto a GRD, principalmente no nível municipal, onde a boa atuação da Proteção e Defesa Civil depende da boa vontade dos gestores. Houve um consenso de que as atividades de prevenção e de preparação das Proteções e Defesas Civis municipais são limitadas, ou não existem, devido a suas limitações de contingentes operacionais e de recursos financeiros e estruturais. Para que a GRD funcione no Brasil é preciso que haja a capacitação dos agentes de Proteção e Defesa Civil, maior inte-

resse da população em colaborar e compromisso dos governantes para que isso aconteça.

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

Muitos dos participantes da oficina declararam que não têm conhecimentos da existência de uma oferta formativa no país, pois somente há pouco tinham assumido suas funções de agentes de Proteção e Defesa Civil. Como dito anteriormente, alguns dos presentes relataram que as suas COMDECs foram criadas recentemente, o que pode vir a ser a justificativa para o desconhecimento de ofertas formativas em Proteção e Defesa Civil.

TABELA 3

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM ALAGOAS

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Genérico	Ensino à Distância (EaD) - Capacitação Básica em Proteção e Defesa Civil	SEDEC/ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Formação técnica de curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Simulado em Desastres Naturais	SEDEC	Formação técnica de curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil (básico)	CEDEC-AL	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Recursos Hídricos	Universidade Federal de Alagoas	Pós-Graduação - Mestrado	Engenheiros e profissionais de áreas afins
Prevenção e Mitigação	Planos de Contingências Municipais	SEDEC/CEDEC-AL	Curta duração (40 h)	COMDECs
	Gerenciamento de Riscos	Histórico da Legislação Hídrica no Brasil (CETESB)	Curta duração	Técnicos em geral
	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID)	SEDEC/UFSC	Curta duração - EaD	População interessada
Resposta	Comunicação de Riscos e Desastres	SEDEC/UFSC	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Capacitação em Emergências para Radioamadores (CAER)	SEDEC	Curta duração	Radioamadores e agentes técnicos

Para aqueles que tiveram a oportunidade de ter algum tipo de formação profissional, relataram, no geral, que as capacitações realizadas foram basicamente as de reconhecimento de situação de emergência e o básico em Defesa Civil. Houve um consenso de que essas capacitações foram úteis e aplicáveis às atividades desenvolvidas por eles no âmbito da Proteção e Defesa Civil, era de bom conteúdo, com aplicações teóricas e práticas, material de boa qualidade e de fácil acesso. Os pontos negativos foram a falta de continuidade e que tais foram ministradas de forma virtual e fora do estado. Atentaram para que os mesmos também fossem oferecidos aos gestores municipais para promover uma maior sensibilização e responsabilidades desses quanto às atividades de Proteção e Defesa Civil.

PROSPECÇÃO: DEMANDA DE OFERTA FÔRMATIVA

Quando os participantes da oficina foram questionados quanto às suas necessidades de formação responderam que gostariam de ter acesso aos cursos básicos, pelo motivo da rotatividade dos agentes a cada mudança de governo e pela criação de novas COMDECs no estado, quanto às formações especializadas, para aqueles agentes mais antigos e também para os novatos que que ingressam à Proteção e Defesa Civil. Porém, foram bastante enfáticos para que essas formações fossem ofertadas de forma presencial, pois alguns municípios do estado, com população abaixo de 20 mil habitantes, apresentam dificuldades em relação à disponibilidade de recursos tecnológicos de informática, inclusive da falta de compromisso de alguns gestores que não facilitam os pagamentos e acesso à internet nos estabelecimentos públicos. Diante da má qualidade desses serviços, sugeriram que os municípios adquiram meios tecnológicos necessários para uma funcionalidade mais eficaz em relação às capacitações, informações e comunicações entre os órgãos federados.

A iniciativa de disponibilizar o acesso a formação presencial é muito importante, principalmente se

o órgão de Proteção e Defesa Civil municipal tenha o status de secretaria municipal, a exemplo de quatro municípios do estado de Alagoas representados na oficina (Santa Luzia do Norte, Feliz Deserto, Atalaia e Rio Largo), pois permite maior credibilidade aos trabalhos relacionados com a Proteção e Defesa Civil. Os participantes comentaram ainda que têm a percepção de que 90% dos prefeitos não acreditam na Proteção e Defesa Civil, ou até mesmo desconhecem os seus trabalhos, e que também acreditam em muito municípios brasileiros o trabalho e as iniciativas da Proteção e Defesa Civil não são implementados na prática. Foi reforçada a baixa preocupação com a Proteção e Defesa Civil por parte dos gestores e é de grande importância que essa nova perspectiva da Proteção e Defesa Civil consiga conscientizar os prefeitos para que esses cumpram as suas obrigações previstas na legislação atual.

Quanto às formações temáticas, foi mencionada a necessidade tanto das básicas quanto das especializadas, no sentido de melhor orientar o gestor de suas competências e atribuições no que refere a GRD. As formações básicas poderiam incluir o seguinte: Introdução em GRD, informações a respeito do procedimento inicial quando ocorrer um desastre, informações para a criação de COMDECs, NUDECs e COMDECs, e informações sobre a legislação. Enquanto aos cursos avançados poderiam tocar as temáticas seguintes: Prevenção, Preparação, Resposta, Reconstrução, Ameaças naturais, biológicas e antropogênicas, Plano diretor, e Elaboração de mapas de Riscos. Relataram que não basta ter apenas formações especializadas, mas também as básicas. Isso se deve ao fato de que no estado já ocorreram desastres em alguns municípios totalmente despreparados, como Branquinha e Barra de São Miguel, que chegaram ao ponto de criarem as COMDECs no ato das ações emergenciais, sem no mínimo terem o conhecimento sobre GRD, levando a uma forçada aprendizagem durante as atividades de socorro às vítimas do desastre.

Quanto às formações necessárias para cada nível federativo (federal, regional, estadual, municipal e comunitário), foi diagnosticado que ao nível fe-

deral: cursos de Pós-graduação na área específica de Proteção e Defesa Civil; ao nível regional: promoção de encontros regionais para a troca de experiências e oferta de capacitações específicas para regiões; ao nível estadual: oficinas para a elaboração de planos de contingência e para o mapeamento de riscos; ao nível municipal: curso básico de Proteção e Defesa Civil e prática de simulados; e ao nível comunitário: curso de Preparação para Redução de Desastres e curso de Proteção e Defesa Civil para as escolas.

Com relação à ideia de fomentar a cultura da Proteção e Defesa Civil dentro das escolas, o

representante do município de Atalaia declarou que a Secretaria de Educação desse município já aprovou e implementou a disciplina obrigatória de Proteção e Defesa Civil na grade curricular do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. A plenária concordou que o curso básico de Proteção e Defesa Civil deve ser contínuo e que muitos dos coordenadores municipais, por exemplo, não têm conhecimento de como fazer o mapeamento de riscos, portanto há a necessidade de que tal curso seja acessível para todos. Quanto aos cursos de pós-graduação, todos concordaram que esses são muito importantes para melhorar a qualificação dos agentes.

TABELA 4
DEMANDA DE FORMAÇÕES EM ALAGOAS

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Genérico	Operacionalização da Proteção e Defesa Civil (módulo básico)	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Estruturação e funcionamento da COMDECs	Gestores, agentes de todos os níveis
	Genérico	Legislação voltada a GRD	Gestores e agentes de todos os níveis
	Genérico	Introdução à GRD	Gestores e agentes de todos os níveis
Avançado	Genérico	Plano diretor	Coordenadores e agentes da área técnica
	Prevenção, preparação e resposta	Gestão em meio ambiente	Agentes de todos os níveis
	Prevenção, preparação e resposta	Exercícios simulados	Coordenadores, agentes de todos os níveis e comunidades
	Preparação	Planos de contingência	Coordenadores e agentes municipais
	Resposta	Planos de emergência	Coordenadores e agentes municipais
Especializado	Recuperação	Logística de desastres	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Graduação em Proteção e Defesa Civil	Coordenadores e agentes técnicos
	Genérico	Pós-graduação em Proteção e Defesa Civil	Coordenadores e agentes técnicos
	Reconstrução	Análise de estruturas	Agentes técnicos

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

A falta de recursos financeiros e de tecnologia, principalmente a de acesso à informática em pequenos municípios do estado, foi a maior dificuldade encontrada em muitos dos trabalhos dos agentes de Proteção e Defesa Civil em Alagoas. Muitas vezes os trabalhos da Proteção e Defesa Civil são realizados na casa dos profissionais que têm maiores condições financeiras, devido à falta de estrutura da Proteção e Defesa Civil.

Nota-se a necessidade de melhorar o desempenho do agente de Proteção e Defesa Civil por meio da capacitação e de facilitar o acesso e a disponibilidade de recursos para a elaboração das mesmas, principalmente se forem realizadas próximas aos municípios. Inclusive, é também desejável que essas capacitações sejam extensivas para os gestores estaduais e municipais, permitindo assim uma maior credibilidade à Proteção e Defesa Civil por parte dos mesmos. Segundo os participantes o estímulo a realização de ações de Proteção e Defesa Civil depende da sensibilidade dos gestores.

Para o desenho e formato das futuras ofertas formativas em GRD, o método de preferência

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

ALAGOAS SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO, BASEADA NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO			
TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Regional, municipal, comunitário	25
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Municipal, comunitário	10
Avançado	Prevenção e mitigação (ou Gestão de Risco de Desastres)	Estadual, regional, municipal	10
	Preparação e Resposta	Regional, municipal	10
	Curso de Gestão de Risco de Desastres ao nível Local	Municipal, comunitário	10
	Recuperação	Estadual, regional, municipal	10
Especializado	Prevenção na empresa	X	X
	Curso de GRD para gestores comunitários	X	X
	Comunicação, sensibilização e articulação	Estadual, regional, municípios	10
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Estadual, regional	2
	Sensibilização sobre Defesa Civil nas escolas primárias/secundárias	X	X
	Formação de formadores	Regional	2
Total			100

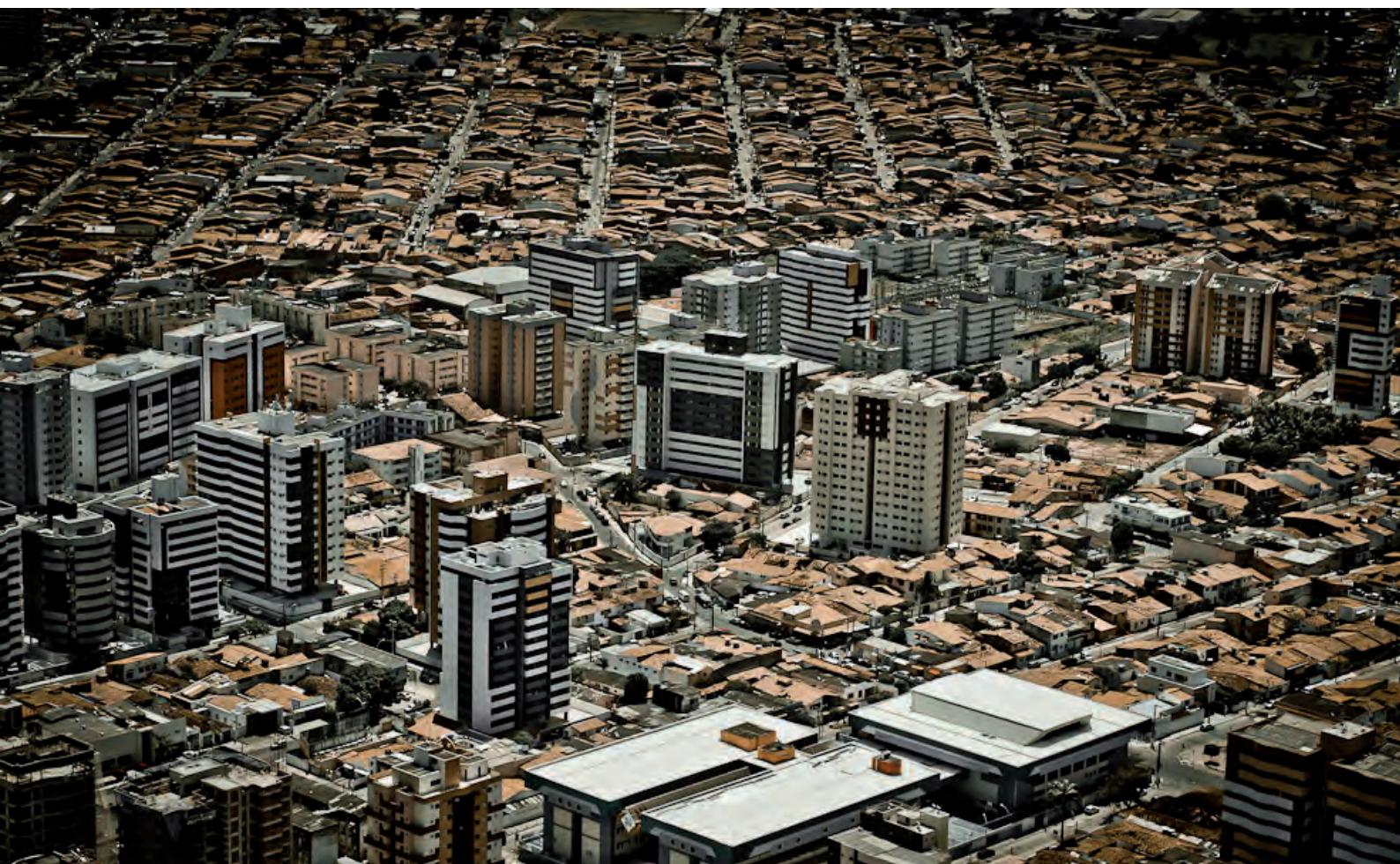
escolhido foi o presencial. O tempo que a organização poderia disponibilizar para o curso foi de uma semana. Em relação ao tipo de formação as preferências foram Pós-Graduação e a Graduação Tecnológica. O local escolhido para a formação ficou entre a capital do estado e a regional, e em relação a uma opção livre de formação, ou curso de treinamento e/ou treinamento específico, as escolhas ficaram entre: Gestão em Meio Ambiente (tecnológico e presencial), Pós-Graduação em Proteção e Defesa Civil (presencial) e Introdução a Gestão de Risco de Desastre (Pós-Graduação, presencial).

OPORTUNIDADES

As parcerias com órgãos (SEDEC, CEDEC-AL entre outros) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) poderiam agregar a experiências de especialistas nos processos de formação. Além disso, contratar agentes de Proteção e Defesa Civil do Estado com grande experiência em GRD para que sejam formadores juntos aos municípios, podendo com isso auxiliar na aplicabilidade dos conhecimentos repassados durante os cursos de formação.

Para viabilizar as formações os agentes municipais identificaram que há necessidade de melhorar a comunicação dos municípios com os órgãos estaduais e federais, como, também a disponibilização de mais verbas para todas as ações da Proteção e Defesa Civil, assim como, para a organização e operacionalização das REDECs e COMDECs. Para o melhor aproveitamento das capacitações os gestores devem dar continuidade as ações de Proteção e Defesa Civil, mesmo em situações de troca de governo.

Como forma de oportunidade e incentivo os agentes do estado podem apoiar os municípios em suas formações, sugere-se com isso, que as Proteções e Defesas Civis municipais ofereçam uma maior oferta de cursos de capacitação em formação básica, na modalidade presencial e semipresencial, e assim como, a disponibilização de materiais, equipamentos, estruturas adequadas, para um bom andamento do curso. A demanda formativa também evidencia a necessidade de valorização do profissional de Proteção e Defesa Civil para que este possa realizar um trabalho contínuo e cada vez mais efetivo em GRD.





06/ **ESTADO DA BAHIA**

CONTEXTUALIZAÇÃO



Na Bahia a Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil (CORDEC), é um órgão em regime especial de administração direta, integrante da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES). Ela foi instituída pela Lei Delegada nº 38, de 14 de março de 1983 e regida pelas disposições da Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966 com a finalidade de coordenar, executar e supervisionar o atendimento a situações de emergência ou de calamidade pública no âmbito do estado da Bahia.

As competências da CORDEC são as seguintes:

- Planejar, executar e supervisionar, diretamente ou em convênio, as medidas de natureza preventiva ou corretiva de Proteção e Defesa Civil;
- Estabelecer normas para o atendimento às situações de emergência ou de calamidade pública;
- Avaliar, para adoção das medidas pertinentes, a extensão dos danos ou prejuízos decorrentes de adversidades climáticas;
- Propor, através da SEDEC, ao Governador do estado, a decretação de estado de emergência ou de calamidade pública;
- Programar medidas resultantes de proposições e recomendações da Comissão Interinstitucional de Proteção e Defesa Civil (CIDEK);
- Exercer outras atividades inerentes à Proteção e Defesa Civil.

CAPACIDADES EXISTENTES

Segundo os participantes da oficina, o estado da Bahia apresenta uma situação em GRD com muitos desafios. Os gestores municipais no geral não disponibilizam recursos para operar, principalmente, na prevenção. Segundo os participantes, a Proteção e Defesa Civil no estado é reativa, já que somente funciona quando ocorre um desastre. À exceção da coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Salvador que, segundo a plenária está bem estruturada, outras coordenadorias municipais da região metropolitana de Salvador estão sem recursos há mais de dois anos. Houve um consenso da plenária de que essa região metropolitana, com grande parque industrial e crescimento desordenado, apresentam diversos problemas que podem vir a ocasionar riscos de desastres. Além disso as Proteções e Defesas Civis de outros municípios no estado, não estão realizando trabalhos de prevenção.

Outro problema no que refere de GRD é que o estado da Bahia contém 417 municípios e nem todos têm uma coordenadoria de Proteção e Defesa Civil. Em alguns municípios existem apenas

as comissões de Proteção e Defesa Civil que não são capazes de realizar as competências e atribuições e atender à demanda. De acordo com os participantes da oficina, acredita-se que no estado existam apenas 20 coordenadorias de Proteção e Defesa Civil efetivamente ativas. No entanto com a operação carro-pipa, criada por causa dos problemas de seca que assola frequentemente o interior do estado, cerca de 120 municípios demandam trabalhos relacionados com a Proteção e Defesa Civil.

Para eles o trabalho de Proteção e Defesa Civil é transversal e passa por várias áreas. Se na mesma não há uma estrutura eficiente e capacitada para tal e nem mesmo nos órgãos afins, se torna complicado realizar um trabalho efetivo e de qualidade. Os participantes estão conscientes de que precisam trabalhar em conjunto com as coordenadorias e as secretarias e órgãos relacionados com a Proteção e Defesa Civil.

Outro problema apontado foi a falta de capacitação adequada dos membros da Defesa Civil, que por vezes não possuem nem mesmo um mínimo de conhecimento sobre a atuação da mesma. Muitos fazem parte da Proteção e De-

TABELA 5

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM BAHIA

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
União	<ul style="list-style-type: none">• Proteção e Defesa Civil Nacional• Ministério das Cidades• CPRM• CEMADEN• CENAD
Estado	<ul style="list-style-type: none">• Proteção e Defesa Civil Estadual com a Nacional• CPRM• Serviços de Meteorologia• DNOCS Departamento Nacional de Obras Contra as Secas• Centro de Operação de Barragens
Município	<ul style="list-style-type: none">• Proteção e Defesa Civil do município• CPRM• Centro de Monitoramento de Barragens (caso haja alguma no município)• DNOCS (em município dentro do Polígono da Seca)• Serviços de Meteorologia

fesa Civil por imposições políticas e/ou por falta de opções em outros setores. Há também as exceções, daqueles que procuram trabalhar nesse órgão por vocação, mas mesmo assim, nem todos apresentaram o perfil desejado e adequado para a atuação em Proteção e Defesa Civil.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

Pelas sínteses apresentadas pelos participantes nota-se uma preocupação de que a Proteção e Defesa Civil do estado apresenta dificuldades em executar os trabalhos de prevenção. Isso é devido à falta de recursos, de pessoal, de conhecimento geral sobre a GRD, a normativa (leis e políticas) de GRD e também da limitada vontade política em implementar as ações de Proteção e Defesa Civil.

Com relação ao conhecimento e capacidade de articulação interinstitucional (vertical e horizontal), eles relataram que devido a fatores como a falta de comunicação integrada, os mesmos têm dificuldade em identificar os principais atores de cada instituição e de também analisar se tais possuem atuação direta com o tema, assim como a vinculação da Proteção e Defesa Civil com o presente cenário político. Eles comentaram que a Proteção e Defesa Civil do estado possui um projeto para a construção de um Centro Integrado de Gestão e Prevenção de Desastres, no qual em um mesmo espaço físico seja possível a articulação dos profissionais de diversas Secretarias. Já existe inclusive um decreto definindo o papel de cada secretaria dentro desta equipe interinstitucional, mas essa articulação só ocorre mediante a ocorrência de desastre. Comentaram ainda que a Proteção e Defesa Civil por ser um órgão inserido em uma secretaria, não tem poder de convocação com as demais. Dessa forma, falta um quadro próprio de profissional capacitado e também a necessidade de continuidade de ações de GRD. Foi abordado da importância de incorporar o conceito de Proteção e Defesa Civil nas escolas com objetivo de promover uma cultura de prevenção e preparação.

Quanto às capacidades para desempenhar as funções organizacionais, apesar de muitos terem certas habilidades como a formação profissional (engenharia, curso médio, técnico de segurança, etc.) e o comprometimento de ‘vestir a camisa da Proteção e Defesa Civil’, existem também certas dificuldades tais como: pessoal, recursos financeiros e de materiais; de respostas; de comunicação entre órgãos estaduais; da forma de como a Proteção e Defesa Civil é vista no modelo atual; e do programa de assistência técnica, provido pelo estado as coordenadorias constituídas com o objetivo de fortalecê-las. Sugeriram a criação de um banco de dados de especialistas de GRD no estado para que todos os órgãos possam ter acesso. Também foi sugerida uma maior divulgação da PNPDEC e que haja o cumprimento das legislações ambientais e urbanísticas, pois descumprimentos dessas legislações podem acarretar vários problemas para a sociedade e, consequentemente para a Proteção e Defesa Civil. Segundo eles, o objetivo geral da Proteção e Defesa Civil é a ‘redução de desastres’, mas que a redução só será conseguida a través da diminuição da ocorrência e da intensidade do impacto de desastres.

Com relação às capacidades técnicas em GRD, relataram que quanto à prevenção eles têm uma equipe técnica de vistoria preparada apenas para atender algumas ocorrências, porém faltam recursos para a execução das ações, além do fato de que o número de empregados tendem a ser reduzido. Para as ações de mitigação há também uma insuficiência na capacidade técnica, além de existir a falta de vontade política dos gestores no estado em fortalecer as ações de defesa civil. Na preparação há equipes reduzidas que atuam, por exemplo, na elaboração do Programa Operação Chuva (POC) em parceria com várias secretarias e nos planos de contingências, porém, com poucos recursos para a execução de tais projetos. Os recursos são também escassos para as respostas. Na recuperação as ações são lentas e voltadas apenas para os pequenos desastres.

Comentaram também que é necessário que a Redução de Riscos seja transversal em todos os âmbitos, com profissionais capacitados e sem limitações

de recursos para a elaboração de projetos. Mesmo que a Proteção e Defesa Civil Nacional tenha instituído o cartão de Proteção e Defesa Civil o mesmo tem um alcance muito limitado, já que somente pode ser utilizado na resposta.

Com relação as capacidades especializadas para gerir as principais ameaças e vulnerabilidades da região, os participantes comentaram que para a elaboração de metodologias capazes de quantificar e qualificar os riscos existentes é necessário uma maior participação dos Conselhos ou das Coordenadorias de Proteção e Defesa Civil. Tais ações requerem a participação de todos os atores envolvidos no processo devidamente capacitados e treinados, compondo uma equipe multidisciplinar coordenada por profissionais experientes em gestão de risco. Outro ponto importante citado

foi a integração entre os órgãos gestores do município do qual propuseram trocar experiências e atribuições. Comentaram ainda que é preciso que a Proteção e Defesa Civil tenha um quadro fixo de profissionais e que os mesmos conheçam bem a realidade e as necessidades dos municípios a fim de melhorar o desempenho de funções.

Por último, quanto ao conhecimento sobre os órgãos do SINPDEC e a normativa de GRD no país, relataram que o tema é inovador e que poucos têm conhecimento sobre a legislação e as atuais normativas da Proteção e Defesa Civil. Comentaram que é preciso melhorar a integração dos órgãos e suas articulações, já que não existe uma cultura de prevenção. Sugeriram ainda melhorar a divulgação das normativas e da atualização das mesmas; criar uma rede de co-

TABELA 6

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM BAHIA

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
União	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação com os órgãos estaduais; • Disponibilizar mais verbas para todas as ações de Proteção e Defesa Civil; • Criar um modelo de gestão que valorize o papel de cada profissional; • Padronizar os conceitos de GRD; • Divulgar a cultura de GRD em todos os níveis do país;
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Transformar a Coordenadoria estadual em Secretaria de estado; • Ofertar mais cursos técnicos; • Melhorar a comunicação com a União, com os órgãos estaduais e com os municípios; • Incentivar a cultura de GRD nas escolas; • Fortalecer os programas assistenciais; • Criação de um banco de dados geo-referenciados sobre risco.
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação entre os órgãos; • Disponibilizar mais recursos para as atividades de prevenção e de preparação; • Identificar os principais atores de cada instituição para a atuação em Proteção e Defesa Civil; • Vincular a Defesa Civil ao cenário político; • Ter um quadro próprio de pessoal capacitado em GRD; • Dar continuidade aos trabalhos de Proteção e Defesa Civil; • Conscientização e capacitação dos gestores municipais; • Melhorar o conhecimento sobre a legislação de Proteção e Defesa Civil; • Cumprimento das legislações ambientais e urbanísticas; • Estruturação e operacionalização das COMDECs; • Fazer com que as comunidades participem e colaborem mais nas ações da Proteção e Defesa Civil.
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a cultura de prevenção de risco nas comunidades.

municação; realizar ampla divulgação; cobrança e fiscalização da lei; elaboração de projetos de execução de prevenção, preparação, mitigação e resposta; elaboração de políticas preventivas; criar um modelo de gestão que valorize o papel de cada profissional;; promover mais campanhas educativas sobre Proteção e Defesa Civil; propor a incorporação do tema de prevenção no currículo escolar de ensino fundamental no estado; e por fim, promover a criação de um corpo efetivo de agentes para dar continuidade às ações de Proteção e Defesa Civil.

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

Os participantes da oficina declararam ter conhecimentos da existência de uma oferta formativa no país, porém tal oferta ainda não é suficiente para desenvolver as capacitações dos agentes de Proteção e Defesa Civil em GRD. Eles declararam que no estado a demanda por capacitação é grande. Também afirmam que há vários técnicos que precisam de cursos de especialização, porém a oferta ainda é pequena.

Há também necessidade de ampliar e melhorar a divulgação dessas capacitações em todas as fontes de mídias, para que a sociedade adquira maior conhecimento. No entanto, há municípios no estado com sérios problemas de acesso aos meios de comunicação, inclusive em relação ao uso da internet. Comentaram que só a oferta formativa não é suficiente, pois para que a Proteção e Defesa Civil funcione é preciso que essa esteja bem estruturada assim como os órgãos afins, tais quais as secretarias estaduais e municipais. Segundo a plenária o estado da Bahia está muito carente em relação a esse aspecto. Complementaram ainda que essa estrutura também deve ser composta por uma equipe multidisciplinar (engenheiros civis, ambiental, arquitetos e assistente social), possibilitando um melhor desempenho nos trabalhos de Proteção e Defesa Civil.

Outro grande entrave está relacionado ao local em que as ofertas de capacitação são disponibi-

lizadas aos agentes, normalmente em locais distantes dos seus municípios. Em geral são oferecidos na capital do estado, ou até mesmo fora do próprio estado, o que acarreta em muitos problemas, principalmente quanto aos custos de deslocamento, de hospedagem e de alimentação, os quais, se tornam um grande obstáculo para a liberação e disponibilidade dos profissionais para participarem das capacitações.

Alguns participantes da plenária que tiveram a oportunidade de fazer as capacitações afirmaram que obtiveram fácil acesso à informação, que o material didático de alguns foi de excelente qualidade e úteis para a sua formação, porém a didática de alguns instrutores não foi adequada e suficiente. No entanto, comentaram que há a necessidade de padronizar e de esclarecer melhor os conceitos utilizados sobre desastres. Citaram que a própria imprensa muitas vezes tem dificuldade de noticiar as matérias relacionadas a desastres da maneira correta. Um exemplo disso é a diferença entre a falta de esclarecimento sobre o que é situação de emergência e o que é estado de calamidade pública. Há constantemente uma tendência de misturar esses conceitos por parte da imprensa e da sociedade,. Tal fato pode estar relacionado com a prática do uso recorrente do termo “estado de emergência” pelos meios de comunicação. E isso também é refletido quanto à definição do que é Proteção e Defesa Civil, a qual muitas vezes é desconhecida pelos próprios agentes e gestores.

Em suma, houve consenso na plenária para a oferta de apenas dois cursos: o de Capacitação de Gestores em Proteção e Defesa Civil e o de Sistema de Comando de Incidentes (SCI). Este último atende as necessidades, não requerendo ajustes. Já o primeiro curso precisa ser melhorado quanto à dinâmica, ao material didático e o método utilizado pelos instrutores, além da necessidade de ofertá-lo de maneira presencial e não virtual. Esses cursos devem ser mais divulgados para facilitar o acesso e sua continuidade. Quanto à existência de uma oferta formativa adequada no país, houve também consenso de que tal oferta é limitada e não atende as necessidades e aos anseios de cada região.

TABELA 7

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM BAHIA

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Genérico	Curso de Formação em Proteção e Defesa Civil / Desastres	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e COMDEC-Salvador, COMDEC-Lauro de Freitas e CODESAL-Salvador.	Formação técnica	Engenheiros, técnicos, agentes de Proteção e Defesa Civil e voluntários
	Curso de Formação em Proteção e Defesa Civil / Simulado em Proteção e Defesa Civil	Secretaria Nacional de Defesa Civil e COMDEC-Salvador, COMDEC-Lauro de Freitas e CODESAL-Salvador	Formação técnica	Engenheiros, técnicos, agentes de Proteção e Defesa Civil e voluntários
	Capacitação Básica em Gestão de Risco de Desastres	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e Universidade Federal de Santa Catarina	Curta duração (36 h)	Agentes de Proteção e Defesa Civil, bombeiros, agentes comunitários, agentes públicos estaduais e municipais (aberto)
	Proteção e Defesa Civil	UNISUL	Pós-Graduação –EaD (curso de extensão)	Membros estruturantes de Proteção e Defesa Civil e outros (Segurança pública, Corpo Militar)
	Curso Técnico para Coordenadores e agentes de Proteção e Defesa Civil	Universidade Federal de Santa Catarina	Curso técnico	COMDECs, público em geral, formação de voluntários
	Engenharia Civil: Engenharia de Segurança do Trânsito	Universidade Católica de Salvador	Pós-Graduação - Especialização	Engenheiros
	Engenharia Ambiental - linha de pesquisa em GRD	Escola Politécnica	Pós-Graduação - Mestrado	Aberto a profissionais de nível superior mediante processo seletivo
	Técnico em Controle Ambiental. Técnico em Meio Ambiente. Técnico em Segurança do Trabalho	Superintendência de Educação Profissional e Secretaria da Educação do estado da Bahia		Ingresso do ensino fundamental da rede pública de educação; trabalhadores com ensino médio e fundamental incompletos e jovens ingressos do ensino médio público, populações excluídas, como quilombolas, povos indígenas, agricultores familiares, trabalhadores domésticos e apenados

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Prevenção e Mitigação	Áreas de Risco Geo-lógico	IPT – SÃO PAULO	Curta duração (uma semana e meia)	Agentes técnicos
	Mapeamento em Áreas de Risco	Proteção e Defesa Civil de Minas Gerais		
	Análise das Áreas de Risco: uma abordagem geológica -zoneamento e áreas de desastres	Universidade Federal de Santa Catarina	Curta duração	Agentes técnicos
	Sistema de Comando de Incidentes (SCI) (básico)	Governo Federal	Curta duração (uma semana)	Engenheiros, policiais militares, bombeiros, SAMU, agentes de Proteção e Defesa Civil, Transalvador, guarda municipal, etc.
	Risco Ambientais Urbanos	Universidade Federal da Bahia	Pós-Graduação – Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbano	Alunos da pós-graduação da UFBA
	S2ID	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Curta duração	Gestores de Proteção e Defesa Civil, agentes de Proteção e Defesa Civil; agentes estaduais, municipais, comunitários, estudantes (aberto)
Resposta	Atendimento a Emergência com Produtos Químicos Perigosos	CETESB - São Paulo	Curta duração (semestralmente ofertado)	Profissionais especializados no atendimento a desastres, envolvendo produtos químicos
	Atendimento a Emergência com Produtos Químicos Perigosos – Nível 2	SUATRANS COTEC, Empresa Americana - São Paulo	Curta duração (nível internacional)	Profissionais especializados em atendimento a emergências químicas

PROSPECCÃO: DEMANDA DE OFERTA FÓRMATIVA

Com relação às demandas de formações (básicas e/ou especializadas) que seriam necessárias para melhorar o desempenho dos profissionais, os participantes da oficina, em sua grande maioria, referiu-se ao curso de Formação Básica em Proteção e Defesa Civil como de boa aplicação para ações práticas e emergenciais. No que diz respeito as formações especializadas citaram o

curso de pirotecnia e o curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP), oferecidos pelo SENAI. Comentaram que os cursos especializados devem apresentar conteúdos mais direcionados para as ações preventivas, destinados aos técnicos mais capacitados da Proteção e Defesa Civil.

Com relação ao curso de pirotecnia eles afirmaram que no estado da Bahia esse curso já é oferecido, porém nunca foi implantado devido à necessidade de curso superior para realiza-lo.. Para

o curso relacionado com produtos perigosos, sugeriram que seria útil para o estado e para o país de maneira geral, se existisse uma central nacional para gerenciamento das ações emergenciais envolvendo o transporte e o armazenamento de produtos perigosos, devido ao risco correspondente a esse tipo de ameaça e o mesmo ser relativamente desconhecido. Comentaram ainda que em alguns municípios do estado, há necessidade de se ter a oferta de cursos específicos para atender a determinados desastres mais recorrentes em determinadas regiões, como exemplo: Camaçari, Madre de Deus, regiões petrolíferas, regiões metropolitanas, etc.

Quanto a cobertura temática das formações para gerir as ameaças e vulnerabilidades de determinados territórios, os profissionais mencionaram que necessitam ter mais conhecimento técnico por meio de cursos de aperfeiçoamento, participações em fóruns, palestras, simulados, seminários e oficinas. Destacaram também a necessidade de maiores conhecimentos nos temas: redução de risco , mapeamento das áreas de risco, mapas de risco comunitário, e grupos sociais vulneráveis.

Por nível federativo os participantes da oficina mencionaram as necessidades de formações em intercâmbio internacional, difundir o tema da Proteção e Defesa Civil nos meios acadêmicos, mapeamentos das áreas de risco (âmbito federal e estadual), fomentar a implantação dos CEPEDs, promover a inserção de diferentes setores (Saúde, Educação, Meio Ambiente, etc.) no processo de GRD, democratizar a informação sobre Proteção e Defesa Civil e incentivar a realização de simulados comunitário e municipal. Ao nível estadual, os participantes demonstraram a importância de ter articulação entre municípios, conferência estadual de GRD, seminários regionais de Proteção e Defesa Civil sobre os riscos de desastres, levantar/ aplicar demandas do Plano Plurianual Participativo (PPAP) da Bahia até 2015, criar e implementar cursos técnicos na rede pública estadual, propor a inserção do tema da Proteção e Defesa Civil como tema transversal nas escolas de ensino fundamental na rede municipal. Enquanto ao nível municipal: mapeamento dos riscos, divulgar e discutir sobre

as informações levantadas com a população, estruturar e regularizar as Coordenações municipais de Proteção e Defesa Civil. Em fim, ao nível comunitário: reuniões com entidades da sociedade civil organizadas, formar a percepção e sensibilização comunitária, oficinas sobre primeiros socorros; e percepção sobre GRD local.

Quanto à pergunta orientadora no contexto do que foi discutido e concluído nos trabalhos realizados em grupos: “quais são as principais áreas e temáticas a serem incluídas numa estratégia nacional de formação em GRD para os agentes de Proteção e Defesa Civil?”, a resposta foi a seguinte: tema básico em Proteção e Defesa Civil, riscos ambientais urbanos, transportes de produtos perigosos, pirotecnia, primeiros socorros e simulados em comunidades. Alguns membros da plenária complementaram as discussões dizendo que a nível nacional o trabalho do Corpo de Bombeiros Militar deve ser convocado para participar das formações e dos estudos. E também devem ser incluídas na estratégia nacional de formação em GRD as áreas de saúde, direitos humanos e recursos tecnológicos e os seguintes temas: produtos perigosos; futuras tecnologias e seus usos, processo de industrialização, aglomeração urbana e eventos climáticos; contaminação de aquíferos e conservação de áreas e recursos hídricos. Outros sugeriram que as principais áreas temáticas deveriam focar aspectos da logística e evacuação em situações de emergência e desastres, processo de isolamento e remoção de substâncias tóxicas e radioativas.

Sugeriram ainda: a criação de uma carreira de analista em Proteção e Defesa Civil que não trate o desastre apenas pela ótica dos prejuízos materiais/econômicos, mas, também danos sociais e psicológicos; a implantação de curso de formação para técnicos em Proteção e Defesa Civil, priorizando as ações preventivas e de preparação para a população; a compilação e publicação das monografias, dissertações e teses das universidades cujos objetos de estudo/pesquisa sejam as ações de Proteção e Defesa Civil no âmbito nacional; e a inclusão de um curso voltado para as questões da seca, mais extenso e mais completo, com soluções e pesquisas, e de temas relacionados com produ-

tos radioativos e produtos químicos, pois em muitos municípios do estado esses produtos tóxicos são encontrados, colocando em risco a vida da população. E no final das discussões comentou-se que deve-se incluir também nas formações as comunidades que estão em áreas de risco, para que essas possam realizar ações em situação de

emergência e/ou desastre. Proporcionar cursos básicos de primeiros socorros e emergências químicas e que nas discussões dos temas incluam os profissionais de geologia, climatologia, produtos químicos, recursos hídricos, seca, barragens e desastres naturais com enfoque na Prevenção, Mitigação e Redução de Risco de Desastres.

TABELA 8
DEMANDA DE FORMAÇÕES EM BAHIA

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Genérico	Operacionalização da Proteção e Defesa Civil (módulo básico)	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Estruturação e funcionamento da Proteção e Defesa Civil	Gestores, agentes de todos os níveis e secretarias públicas
	Genérico	Legislação voltada a GRD	Gestores e agentes de todos os níveis
Avançado	Genérico	Geotécnica	Coordenadores e agentes da área técnica
	Genérico	Hidrologia	Coordenadores e agentes da área técnica
	Genérico	Climatologia/Meteorologia	Coordenadores e agentes da área técnica
	Genérico	Recursos Hídricos	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Seca	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Saúde, direitos humanos, recursos tecnológicos	Agentes de todos os níveis
	Prevenção, Mitigação e Resposta	Movimentação Operacional de Produtos Perigosos	Agentes de todos os níveis
Especializado	Prevenção, Preparação e Resposta	Riscos ambientais urbanos	Agentes de todos os níveis
	Prevenção, Preparação e Resposta	Exercícios simulados	Coordenadores, agentes de todos os níveis e comunidades
	Preparação	Planos de contingência	Coordenadores e agentes municipais
	Resposta	Planos de emergência	Coordenadores e agentes municipais
	Resposta	Logística de desastres	Agentes de todos os níveis
	Resposta	Primeiros socorros	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Analista em Proteção e Defesa Civil	Coordenadores e agentes técnicos
Especializado	Genérico	Técnico em Proteção e Defesa Civil	Agentes técnicos
	Prevenção, Preparação, Mitigação e resposta	Pirotecnia	Agentes de todos os níveis
	Reconstrução	Análise de estruturas	Agentes técnicos

Resumindo o que foi discutido, a plenária sugeriu que os agentes de Proteção e Defesa Civil deveriam ter uma formação técnica e/ou universitária e que para tal, basicamente necessitariam ter conhecimentos em duas grandes áreas temáticas: noção básica em GRD e a área que trata dos riscos ambientais urbanos relacionados à geotécnica, pirotecnia e produtos perigosos.

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

Algumas divergências foram apresentadas acerca do entendimento sobre qual é o papel real da Proteção e Defesa Civil do estado como um todo e em relação à maneira como opera a instituição. No entanto houve consenso sobre o fato de que sua atuação atual concentra-se apenas na resposta, visto que não há uma cultura de GRD no estado. Por fim, houve um posicionamento comum bastante positivo em relação à necessidade e a importância de que se não houver uma integração transversal entre os órgãos afins e um fortalecimento estrutural e financeiro da Proteção e Defesa Civil e das secretarias municipais e estaduais, a mesma não conseguir realizar ações de Proteção e Defesa Civil de forma adequada e completa.

O problema da ruptura na continuidade do trabalho do agente de Proteção e Defesa Civil a cada mudança de governo também veio à tona nesta oficina estadual. Segundo os participantes, grande parte do conhecimento adquirido em um período de gestão é perdida com as mudanças de governos. Tornou-se evidente a existência de certa divergência entre agentes recém-integrados aos trabalhos da Proteção e Defesa Civil e aqueles mais antigos. Ao mesmo tempo em que se verifica certa empolgação aos iniciantes que trabalham há pouco tempo na instituição, como é o caso de Salvador, que segundo a plenária está bem estruturada, portanto, nota-se certa

resistência por parte daqueles que já estão na atividade há bastante tempo.

Outro aspecto que também dificulta os trabalhos da Proteção e Defesa Civil do estado é o fato de que a grande maioria dos municípios não possuem estruturadas as COMDECs. A mesma está estruturada somente em 10 municípios do estado, apesar da operação carro-pipa que devido à seca, aumentou para cerca de 120 o número de municípios que recebem trabalhos em Proteção e Defesa Civil.

Outra dificuldade no estado está relacionada à atuação da equipe que trabalha em Proteção e Defesa Civil. Já existe inclusive um Decreto definindo o papel de cada Secretaria dentro dessa equipe interinstitucional, mas tal articulação ocorre somente em situações de emergência e/ou desastre.

Há uma carência na oferta formativa para o estado. As que existem atualmente não são facilmente divulgadas, o que dificulta o seu acesso. Nas atuais formações ofertadas no estado não se valoriza tanto as questões da seca (no interior do estado), e de acidentes com produtos perigosos, principalmente na região metropolitana de Salvador, mas sim, somente as questões mais voltadas para enchentes/inundações e deslizamentos. No entanto, deveria ser dada maior ênfase as questões da seca e acidentes de produtos perigosos, porque são eventos recorrentes no estado e necessitam a devida atenção. Houve também reclamações sobre a falta de padronização dos conceitos em GRD, já que muitos são usados de forma equivocadas.

Para o desenho e formato das futuras ofertas formativas em GRD, o método de preferência escolhido foi o presencial. O tempo que organização poderia disponibilizar foi de um mês e em relação ao tipo de formação, a Pós-Graduação, o curso Técnico de mais de 40 horas e o curso Periódico de Atualização foram as preferidas pelos participantes. Com relação a localização da formação o escolhido ficou entre a capital do estado e fora dela. A preferência no município com

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

BAHIA			
SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO , BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO			
TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Redução de Risco de Desastres	Estadual, regional, municipal, comunitário	25
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil;	Municipal, comunitário	10
Avançado	Prevenção e Mitigação (ou Gestão de Risco de Desastres)	Estadual, regional, municipal	5
	Preparação e Resposta	Regional, municipal	8
	Curso de Gestão da Redução de Risco de Desastre ao nível Local	Municipal, comunitário	20
	Recuperação	Estadual, regional, municipal	5
Especializado	Prevenção na empresa	Região metropolitana de Salvador	3
	Curso de GRD para gestores comunitários	Municipal, comunitário	5
	Comunicação, sensibilização e articulação	Estadual, regional, municípios	10
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Estadual, regional	2
	Sensibilização sobre Proteção e Defesa Civil nas escolas primárias /secundárias	X	X
	Formação de formadores	Estadual e regional	2
Total			100

relação a uma opção livre de formação, ou curso de treinamento e/ou treinamento específico, e Pós-Graduação (presencial, Mestrado e Doutorado), curso periódico de atualização (presencial) e curso técnico com mais de 40 h (presencial).

OPORTUNIDADES

As parcerias com órgãos (SEDEC, COMDECs de Salvador e Lauro de Freitas, Superintendência de Educação Profissional e Secretaria da Educação do estado da Bahia) e universidades (Escola Politécnica da BA, UFBA e outras) poderiam agregar a experiência de especialistas nos processos de formação. Além disso, contratar agentes de Proteção e Defesa Civil do estado com grande experiência em GRD para que sejam formadores de outros agen-

tes pode auxiliar também na aplicabilidade dos conhecimentos repassados durante os cursos.

Em termos de oferta de formação os membros da Proteção e Defesa Civil optaram por receber capacitação em apenas dois cursos: Capacitação de Gestores em Proteção e Defesa Civil e Sistema de Comando de Incidentes, com a recomendação que os cursos sejam mais divulgados para facilitar o acesso, e que os mesmos sejam ofertados de forma contínua. No entanto durante a oficina verificou-se uma deficiência nos conhecimentos sobre o que é Proteção e Defesa Civil e sobre GRD. Possivelmente este posicionamento está diretamente relacionado à deficiência da Proteção e Defesa Civil no estado, pois como mencionado anteriormente, dos 417 municípios a Proteção e Defesa Civil está organizada somente em 10 deles.



07/ **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CONTEXTUALIZAÇÃO

A oficina do Espírito Santo contou com a participação de representantes de 20 municípios do estado mais a equipe técnica da COMDEC. O estado é o quarto menor da federação e possui apenas 72 municípios, dos quais 59 têm estruturas próprias de Proteção e Defesa Civil.

A política de GRD no Espírito Santo é realizada através da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEDEC/ES) que integra a estrutura do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES). Este último é responsável pelas ações de Proteção e Defesa Civil, agindo na Prevenção, Preparação, Resposta aos desastres e Reconstrução, atuando efetivamente para organizar, qualificar, conscientizar e integrar os órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil que são as COMDECs. A estrutura administrativa é composta pela Coordenação Estadual, pela Seção de Ensino e InSTRUÇÃO e a subordinação de Administração. Em 1998, a Lei 5.766 organizou o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC-ES), e em 2004 a Lei Complementar 299 reorganizou o SIEPDEC-ES, criando o Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil, com representantes dos diversos órgãos de Governo e segmentos da sociedade.

CAPACIDADES EXISTENTES

No estado do Espírito Santo podemos considerar que os agentes da Proteção e Defesa Civil possuem pouca informação no tocante aos conceitos relativos a GRD. As

questões relacionadas ao ciclo de gestão de risco e desastres não foram respondidas de forma satisfatória pela maioria dos agentes, com exceção da equipe técnica estadual (bombeiros), que trabalha na operacionalização da CEDEC e desenvolvem as formações e capacitações na área. Deste modo, podemos considerar que o nível de conhecimento técnico ainda é insuficiente para a execução de ações de GRD.

Além disso, há poucas iniciativas na busca de promover a articulação de órgãos da sociedade civil com a Proteção e Defesa Civil do Espírito Santo, no sentido de prover o apoio institucional para gerar subsídios ao desenvolvimento de uma cultura de GRD orientada por uma visão mais resiliente. Assim, a maioria das iniciativas de formação é gerida apenas no âmbito interno da organização, diminuindo a circulação de novos conceitos em GRD, não havendo intercâmbio de experiências e saberes com outros órgãos que lidam com a temática como universidades, ONGs, institutos de pesquisa.

Com relação ao ambiente institucional, há uma forte adesão dos agentes municipais às atividades de GRD, que são realizadas de forma intensa gerando um espaço favorável à introdução de novas práticas. Há também entre os gestores a clara noção da necessidade de investimento na área formativa, por isso a iniciativa da SEDEC/

PNUD foi recebida com bastante entusiasmo pelos representantes dos diversos órgãos estaduais presentes na capacitação. Pode-se considerar o Espírito Santo como um locus potencial para a implementação de uma estratégia formativa em GRD, tendo em vista uma excelente estrutura física e operacional da CEDEC, além de corpo técnico qualificado, investimento próprio em qualificação e o momento atual de regionalização das Defesas Civis.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

Em relação às deficiências e desafios dos agentes do SCI no Espírito Santo, podemos afirmar que os mesmos se auto avaliam como deficientes em conhecimentos relacionados às temáticas de GRD, principalmente nas mais especializadas, com destaque para as ações relacionadas à prevenção e reconstrução observada de modo transversal.

Observa-se que, ao serem indagados a respeito dos conceitos básicos de GRD, os participantes da oficina citam em suas respostas os seguintes tópicos: Preparação, Prevenção, Mitigação, Recuperação, e Resposta aos Desastres.

TABELA 9

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
Estado	<ul style="list-style-type: none">• Banco de dados• Facilidade na articulação com os municípios• Conhecimento das vulnerabilidades através do mapeamento de riscos
Regional	<ul style="list-style-type: none">• Momento político favorável pela nova legislação (em implementação)• Oferta formativa
Município	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de resposta• Conhecimento da realidade local• Articulação comunitária

No entanto, não se verifica a correta compreensão dos conceitos que, em grande medida, são expressos de forma confusa. Em nossa oficina a discussão dos agentes se concentrou em temas relacionados à Resposta ao desastre. Foi nesta perspectiva que surgiu a maioria dos exemplos. Outra questão recorrente está na dificuldade de diferenciação entre Prevenção e Preparação.

A Proteção e Defesa Civil estadual do Espírito Santo é atualmente ligada ao Corpo de Bombeiros, sendo desenvolvido um padrão organizacional bastante rígido, caracterizado por uma forte hierarquia. A especificidade das ações do Corpo de Bombeiros tem prevalência sobre as da Proteção e Defesa Civil, o que explica o fato da centralidade das temáticas estar no âmbito da Resposta ao desastre. Isto ocorre tanto nas atividades citadas pelos participantes das oficinas quanto nos principais assuntos abordados pelos cursos oferecidos pela CEDEC, onde se percebe uma orientação para os cursos que têm relação com atividades de comando, salvamento e resgate. Esta realidade se agrava pela baixa capacidade de articulação entre os agentes da Proteção e Defesa Civil e os órgãos da sociedade.

Com relação ao contexto municipal, há maior participação de civis. No entanto, observa-se dificuldade com relação à falta de perenidade dos agentes da Proteção e Defesa Civil, o que decorre da não efetivação da carreira. Ou seja, as funções são exercidas em sua maioria por funcionários temporários, seja de cargos comissionados ou terceirizados, gerando um sério problema no tocante às capacidades operacionais, devido a grande rotatividade dos agentes, que recebem apenas noções básicas sobre Proteção e Defesa Civil.

No tocante ao conhecimento normativo em GRD, este está concentrado nos atores da gestão estadual, não havendo sido disseminado para os atores municipais, o que representa um impedimento ao fortalecimento da cultura de GRD no estado.

O principal desafio do estado do Espírito Santo em relação a estruturação da Proteção e Defesa Civil é a implementação das REDECs. Este processo já se encontra em andamento e está sendo encarado como uma oportunidade para implementar as definições da lei 12.608/12, aproximando as ações no estado ao formato proposto na legislação.

TABELA 10

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO NO ESPÍRITO SANTO

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar as ações regionalizadas, através das REDECs reforçando a articulação com os municípios • Implementar um sistema de monitoramento e coleta de dados com o município e a instância federal • Criar uma equipe técnica especializada própria
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as REDECs
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar as ações de GRD nos municípios que não tem Proteção e Defesa Civil organizada • Reforçar a importância das ações de prevenção, mitigação e recuperação nos municípios • Promover entre os agentes e gestores o conhecimento da legislação vigente sobre Proteção e Defesa Civil • Fortalecer a articulação com a comunidade
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a criação das NUDECs

Outra questão diz respeito à gestão de informação. Percebe-se nos relatos dos agentes e nas entrevistas com os informantes principais, uma carência de habilitação dos agentes em lidar com os dados tanto de cadastros de pessoas atingidas por catástrofes, quanto de informações de órgãos técnicos que auxiliam a Proteção e Defesa Civil, dificultando a disseminação das informações aos municípios e população em geral. Há portanto uma forte necessidade de se trabalhar as questões relativas à produção, tratamento e divulgação da informação, sistematizando-as de forma territorializada.

Com relação ao enfoque direcionado aos grupos minoritários, como mulheres, idosos, LGBT e pessoas com deficiência, pode-se considerar inexistente. Porém, se devem valorizar algumas ações pontuais educativas direcionadas às crianças e adolescentes.

O estado do Espírito Santo terá como maior desafio a reestruturação necessária para a implantação das coordenadorias regionais, o que demandará um grande esforço em formação. Também os municípios de menor porte tem grande necessidade de formação de agentes em GRD. Nesse sentido, tal contexto se agrega às iniciativas da SEDEC/PNUD para desenvolver um plano nacional de formação que, no caso em questão representaria a inclusão dos agentes municipais e estaduais de Proteção e Defesa Civil nos níveis básico, avançado e especializado do processo formativo.

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

Há uma grande preocupação por parte da atual gestão estadual da Proteção e Defesa Civil com as questões relacionadas à oferta formativa. As informações apresentadas pelos entrevistados são esclarecedoras nesse sentido, pois mostram uma variedade de cursos que são organizados em módulos para facilitar o acesso dos usuários.

A maior parte dos cursos relacionados pelos agentes de Proteção e Defesa Civil no Espírito Santo está direcionada para a preparação e a resposta à desastres. Isto se dá, como podemos observar na tabela acima, porque a principal fonte de oferta formativa no estado é a própria CEDEC, que desenvolveu a estratégia de dividir o curso de formação básica em Proteção e Defesa Civil em módulos de curta duração no intuito de facilitar o acesso aos agentes de Proteção e Defesa Civil dos municípios, como citado anteriormente. A configuração organizacional da Proteção e Defesa Civil com base no Corpo de Bombeiros gera uma preocupação com as duas etapas do ciclo da GRD mais relacionada ao trabalho de salvamento e resgate.

A existência dos níveis regionais (REDECs) é uma oportunidade na execução descentralizada dos cursos. Devido à estratégia adotada de redução da carga horária dos cursos para viabilizar a participação de mais agentes, a questão do acesso não foi citada como impedimento. No entanto, a diminuição da carga horária teve reflexo no conteúdo programático dos cursos que deixaram de aprofundar as questões trabalhadas em prol de uma visão geral introdutória sobre GRD.

Podemos considerar que, com relação à oferta de cursos, o estado atualmente encontra-se atendido de forma ainda incipiente nas temáticas relativas à Resposta e Preparação no nível básico, tendo uma carência nas outras áreas do ciclo de risco e desastre. É importante ressaltar a boa recepção por parte da CEDEC da proposta de uma formação desenvolvida em parceria com outros órgãos.

PROSPECÇÃO: DEMANDA FORMATIVÁ

Como esperado há grande demanda por cursos em GRD em quase todas as áreas temáticas, o que em grande medida reflete as observações anteriores do quadro estadual.

TABELA 11

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM ESPIRITO SANTO

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Prevenção e Mitigação	Básico em Análise de Risco Estrutural	CEDEC-ES	EaD	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Avaliação de Riscos Geológicos	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)	Curta duração (40h)	Gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Gerenciamento e Mapeamento de Riscos	CPRM	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Elaboração de Plano de contingência	CEDEC-ES	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Preparação	Básico em Proteção e Defesa Civil	CEDEC-ES	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Administração de Abrigos Temporários	CEDEC-ES	Curta duração (8h)	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco de Desastres: uma Contribuição da Psicologia.	SEDEC/UFSC	EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP)	SENAT	Curta duração (8h)	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Simulado em desastres	CEDEC-ES	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Resposta	Curso de Tripulação de Embarcação	CBMR	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Avaliação de Danos CADAN	CEDEC	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Operação Corta Fogo	Secretaria do meio ambiente/ES	Seminários	Agentes de Proteção e Defesa Civil e comunidade
	Primeiros Socorros	Cruz Vermelha/ES	Curta duração	Voluntários e público geral
	Primeiros Socorros	CBMR	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Reconstrução	S2ID	UFSC e SEDEC	EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Genérico	Capacitação Básica em Proteção e Defesa Civil	SEDEC/UFSC	Curta duração - EaD	Gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de capacitação de Instrutores em Proteção e Defesa Civil	SEDEC	Curso técnico	Bombeiros

TABELA 12
DEMANDA DE FORMAÇÕES EM ESPIRITO SANTO

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Proteção e Defesa Civil em Geral	Estrutura do SINPDEC	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Legislação e elaboração de laudo e pareceres técnicos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Aspectos jurídicos	Agentes de Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Gerenciamento de pessoal: abordagem psicossocial de desastre	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Como montar um Núcleo de Proteção e Defesa Civil	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Ações de Proteção e Defesa Civil (administrativo e prática)	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Noções de administração e gestão	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Gerenciamento de projetos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	GRD	Desenvolvimento de planos de prevenção, preparação, resposta, recuperação.	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Avançado	Preparação e Resposta	Curso de elaboração de projetos para captação de recursos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Recuperação	Identificação e avaliação de danos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Capacitação na plataforma S2ID	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Logística	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Administração de Abrigos (prático)	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Planos de contingência	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Informação e comunicação	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Manuseio de produto químico	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco e GRD nos municípios	Primeiros Socorros	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de risco e gestão de desastres nos municípios	Aspectos básicos de combate a incêndios urbanos	Agentes de Proteção e Defesa Civil

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
	Curso de Enfrentamento de Risco (nível local)	Comunidades seguras	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Especializado	Comunicação e articulação	Capacitação mídia	Coordenadores regionais e estaduais / Profissionais de comunicação

Para a melhor compreensão das demandas apresentadas pelos participantes do diagnóstico, separamos os cursos em básicos, avançados e especializados. No caso do estado do Espírito Santo algumas situações sobressaíram. Primeiro, a necessidade de formações básicas para atender os agentes das equipes que irão compor as REDECs - as quais serão implementadas a partir do ano 2013. Estas formações devem abordar todas as temáticas da GRD, tendo em vista o papel das coordenadorias regionais de Proteção e Defesa Civil em relação a implementação da PNPDEC. Ainda no nível básico, outra área importante a ser abordada diz respeito à legislação. Há pouco conhecimento disseminado sobre o novo marco legal de GRD no estado, para além destas duas principais temáticas seria importante a realização de formações que permitissem uma visão geral para todos os agentes de gestão de informações, principalmente ao nível municipal, onde existe enorme carência de conhecimento.

No nível avançado destacamos grande carência de conhecimento relativo à Prevenção, pois como dito acima, as preocupações formativas no estado estão centradas na fase de Resposta ao desastre. As demandas apresentadas pelos participantes do diagnóstico demonstram uma falta de compreensão sobre os conceitos de GRD, e a ausência de noções de percepção de risco em suas falas. Desse modo, como demanda específica ressaltamos a necessidade da realização de cursos avançados de Prevenção e Preparação ao desastre. Outra demanda está relacionada à comunicação de desastres, que atualmente vem sendo executada de forma incipiente, havendo poucas iniciativas em relação a utilização das novas mídias e dos recursos tecnológicos nesta

área. Há também a gestão de abrigos temporários e logística, demanda esta que apareceu de forma mais contundente principalmente ao nível municipal.

Em relação aos cursos especializados, observamos a procura pelo curso de media training, que se interconecta com a questão da comunicação acima citada. Como o momento atual da Proteção e Defesa Civil no estado, no tocante ao envolvimento de outros setores, como universidades e outros órgãos técnicos, ainda é embrionário, não surgiram muitas demandas especializadas. Estas deverão aumentar à medida que as articulações multi-setoriais avancem.

A extensão territorial e a baixa quantidade de municípios do estado é um facilitador na estratégia logística dos cursos. Atualmente estão concentrados na capital, mas podem ser realizados em outros municípios, descentralizando e priorizando a caracterização regional, tipo de clima, relevo, entre outros fatores.

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

As capacidades de GRD no Espírito Santo se encontram em estágio inicial e é necessário destacar que esta posição se dá em comparação com a realidade da região sudeste, a qual tem um nível de preparação razoável em relação ao país. A maior parte das atividades é desenvolvida pelo poder público e está baseada principalmente no

corpo de bombeiro, que concentra as ações de Preparação, Mitigação, Resposta e Recuperação.

A CEDEC tem uma atuação decisiva na capacitação e no acompanhamento das ações nos municípios, possibilitando-lhes uma visão inicial dos conhecimentos em GRD. De acordo com as demandas dos participantes da oficina, há necessidade de capacitações que atendam às várias necessidades geradas pelas constantes mudanças do corpo técnico dos municípios. Neste sentido, destacamos a necessidade de capacitações que possam articular transversalmente várias temáticas para um panorama geral aos agentes regionais.

Como estratégia, sugere-se a realização de cursos presenciais para o nível básico, em decor-

rência da necessidade de um nivelamento geral de informações, tendo em vista a importância destes conceitos para a plena absorção dos princípios da GRD. E no nível avançado, sugerem-se cursos semipresenciais visando a garantir uma continuidade entre o nível básico e avançado, permitindo assim, futuras especializações.

Outro ponto chave em respeito ao nível comunitário é que existem poucas ações no sentido de capacitar as iniciativas existentes e de fomentar o surgimento de novas. Considera-se que para o caso do Espírito Santo, seria importante a realização de um curso de mobilização comunitária para os agentes da CEDEC, para ampliar, entre outros, as suas capacidades de comunicação com a comunidade.

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

ESPIRITO SANTO			
SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO , BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO			
TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Municipal, estadual e comunitário	25
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Municipal, estadual e comunitário	15
Avançado	Prevenção e Mitigação (ou Gestão de Risco de Desastres)	Municipal, estadual	12
	Preparação e Resposta	Municipal, estadual e comunitário	10
	Curso de Gestão de Risco de Desastres ao nível local	Municipal e comunitário	15
	Recuperação	Municipal, estadual e comunitário	5
Especializado	Prevenção na Empresa	Municipal, estadual	3
	Cursos de GRD para gestores comunitários	Comunitário	5
	Comunicação, sensibilização e articulação	Municipal, estadual e comunitário	4
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado e/ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	X	X
	Sensibilização nas escolas primárias/ secundaria	Municipal, estadual e comunitário	3
Formação de formadores			Municipal, estadual e comunitário 3
Total			100

OPORTUNIDADES

Com relação às informações coletadas no diagnóstico, pode-se considerar o Espírito Santo como um locus potencial para a implementação de uma estratégia formativa em GRD, tendo em vista uma excelente estrutura física e operacional da CEDEC, além de corpo técnico qualificado, investimento próprio em qualificação e o momento atual de regionalização das Proteções e Defesas Civis.

Desse modo a estratégia de formação poderá ser somada às forças locais para ampliar e qua-

lificar as atividades em andamento, propiciando uma sinergia capaz de potencializar os cursos e formações do programa.

O estado do Espírito Santo apresenta diferentes tipos de Risco, tendo secas e inundações, e também uma atividade petroleira que tem suas peculiaridades em relação à Gestão de Risco de Desastres. Esta realidade, aliada a grande importância institucional dada às questões da Proteção e Defesa Civil pelas autoridades, fazem do estado o local ideal para projetos pilotos em Gestão de Risco de Desastres.





08/ **ESTADO DO MINAS GERAIS**

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Proteção e Defesa Civil do estado de Minas Gerais trabalha em rede com os municípios, no sentido de fomentar as ações no estado, estando ligada ao gabinete militar do governador que é um órgão diretamente relacionado ao gestor central do estado. O chefe do gabinete militar é o coordenador da Proteção e Defesa Civil, facilitando, desta forma, o acesso das questões prioritárias ao centro de decisão. Além do coordenador, a estrutura administrativa da SEDEC é formada pelo secretário executivo e por duas superintendências, uma voltada para a parte técnica e outra para a operacional.

Existe uma escola de Proteção e Defesa Civil do estado de Minas Gerais (ESDEC-MG) que já capacitou 8.300 agentes de Proteção e Defesa Civil de Minas Gerais desde 2004, sendo que destes, 1.400 foram capacitados no ano de 2013. A estrutura de emergência de gestão de desastre possui uma diretoria de controle de emergência, que realiza um trabalho similar ao do SENAD. Há uma estrutura de assessoria técnica aos municípios para auxiliar o registro de desastre no sistema S2ID e na captação de recursos, tanto os obrigatórios quanto os voluntários, além de uma diretoria de planejamento que trabalha com os planos estratégicos e os planos de contingência. Ressaltamos a existência da superintendência administrativa que trabalha com a parte da logística financeira e administrativa e também com a assistência humanitária.



CAPACIDADES EXISTENTES

A respeito da Proteção e Defesa Civil, encontramos em Minas Gerais uma realidade bastante produtiva na atuação e formação dos agentes municipais e estaduais de Proteção e Defesa Civil. Podemos afirmar que atualmente o estado está se desenvolvendo rapidamente no sentido de implementar uma cultura de GRD. Apesar de haver excelentes iniciativas com relação à formação e capacitação em Proteção e Defesa Civil, os principais conceitos de GRD ainda não foram suficientemente assimilados pela maioria destes agentes.

Verifica-se um avanço na questão do sistema de Proteção e Defesa Civil na nova legislação em relação à anterior, no sentido de especificar as atribuições dos membros federativos, mas ainda há carências na profissionalização dos agentes de Proteção e Defesa Civil.

Quanto à capacidade de articulação interinstitucional, os agentes consideraram que há maior facilidade em relação à articulação com a COMDEC. Quando indagados das ações intersetoriais no município consideraram que não há compreensão por parte dos prefeitos e secretários da ação da Proteção e Defesa Civil, o que gera uma falta de estrutura e de apoio às atividades de GRD. No nível federal, foi considerado que a articulação interinstitucional está melhorando à partir da implantação da PNPDEC, em 2012, que reformulou pela última vez o SINPDEC para o formato que conhecemos hoje.

O bom relacionamento e a disponibilidade dos agentes nos municípios foram citados como fortes fatores no desempenho das funções organizacionais dos agentes em Minas Gerais. Tanto na oficina quanto nas entrevistas semiestruturadas, essa qualidade foi destacada como principal fator para a superação das dificuldades. No entanto, foi ressaltada a importância de uma padronização das capacidades técnicas nas COMDECs. As capacidades individuais foram consideradas satisfatórias, mas não suficientes para o desenvolvimento de uma cultura de GRD.

No tocante às capacidades na GRD com enfoque de gênero e com abordagens diferenciadas para populações vulneráveis, o grupo demonstrou pouco conhecimento, o qual contrasta com a realidade local, visto que, segundo informações do coordenador em Minas Gerais, mais de 50% das vítimas de desastres são oriundas de populações vulneráveis. Desta forma, estas populações são atendidas sem uma ação específica voltada ao seu perfil. Recentemente foi instituído o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres.. A proposta é de que ainda este ano seja realizada a assinatura do protocolo com a adesão do estado de Minas Gerais. Apesar de muitas das ações do protocolo já serem realizadas no estado, pontuou-se a necessidade de formatação única. Nesse sentido, será criado o Comitê Estadual de Proteção às Populações Vulneráveis, em articulação com os setores de Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente, pois é necessário adaptar as ações existentes para estes grupos. Há também a proposta de realização de campanha entre os municípios para que haja a implementação desse formato nestas localidades. Os comitês municipais serão responsáveis por acompanhar as ações realizadas neste sentido, bem como as ações nos grandes desastres, como por exemplo, o atendimento às vítimas que façam parte destes grupos.

Há no estado realidades distintas, tanto em relação ao tamanho dos municípios, quanto à capacidade técnica dos agentes. Os municípios maiores contam com melhores estruturas para a GRD e com equipes com maior qualificação profissional, formada por profissionais de várias áreas de conhecimento como engenharia, geologia, gestão, medicina, enfermagem que se pautam na interdisciplinaridade para a execução das ações de Proteção e Defesa Civil . Além, as cidades mais próximas da capital geralmente possuem melhor estrutura e oportunidades de capacitação. Por exemplo, Brumadinho (35.000 habitantes) é uma cidade muito pequena, mas bastante próxima da capital e possui maior apoio e estrutura. Já Teófilo Otoni (130.000 ha-

TABELA 13

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM MINAS GERAIS

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
União	<ul style="list-style-type: none"> Definição de atribuições para cada agência Articulação Interinstitucional
Estado	<ul style="list-style-type: none"> Escola de formação em Proteção e Defesa Civil Conhecimento das áreas de risco Sistema de Alerta e Alarme Trabalho em Rede.
Município	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento de ameaças nos municípios prioritários (em andamento) Conhecimento da realidade local
Regional	<ul style="list-style-type: none"> Diálogo com os municípios Boa estrutura administrativa

bitantes) possui pouca capacidade técnica e reclama de pouco apoio estadual.

Nos municípios menores, predomina a centralização das ações de Proteção e Defesa Civil em pequenas equipes ou até mesmo em um profissional que tem a tarefa de realizar múltiplas funções.. Em muitos casos, este profissional ainda é responsável por outras pastas da administração pública como obras, assistência social, representação política em conselhos gestores. Desta maneira, ocorre acumulação da função de coordenação municipal de Proteção e Defesa Civil com ações cotidianas da gestão municipal, levando à uma priorização das funções da administração pública em detrimento da gestão da Proteção e Defesa Civil. Há casos em Minas Gerais de municípios que não possuem Defesa Civil, e mesmo aqueles que possuem, alguns não estão em estado operacional. Dos 853 municípios do estado, 712 têm registrado a Proteção e Defesa Civil.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

Com relação às deficiências e desafios, o estado de Minas Gerais apresentou uma série de

questões referentes principalmente a: Infraestrutura, ressaltando a questão das transferências de recursos tanto obrigatória (cartão da Proteção e Defesa Civil), quanto voluntária (editais/Sincov). Falta aos municípios capacidade de elaboração de projeto e de operacionalização dos sistemas de informação de desastre. Há também carências relacionadas aos recursos humanos especializados, que inexistem na maioria dos pequenos municípios, assim como a ausência de parcerias público-privadas e a não existência de dotação orçamentária própria, que dificulta as ações de prevenção, pois os recursos só chegam quando ocorre um desastres. Foram mencionadas também questões relativas à logística na preparação, resposta e recuperação em caso de desastres.

Outro desafio apresentado foi a necessidade de ampliar a relação com a academia como geradora de conhecimento e fomentadora de inovação para as ações de Proteção e Defesa Civil.

Ao nível municipal, poderíamos destacar questões relativas à comunicação de desastres e a mobilização social, ressaltando a falta de cadastro dos grupos vulneráveis como dificultador de ações preventivas.

No tocante às capacidades para desempenhar suas funções organizacionais, considerou-se que, via de regra, há uma compreensão equivocada da Proteção e Defesa Civil por partes dos prefeitos. Esta é vista como geradora de despesas e é decorrente da visão equivocada de que não há investimentos em formação e qualificação dos agentes municipais de Proteção e Defesa Civil. Outro ponto ressaltado foi a inexistência ou desatualização dos diagnósticos sobre a realidade das Proteções e Defesas Civis nos municípios, o que dificulta uma melhor atuação da Proteção e Defesa Civil.

De modo geral, os participantes do diagnóstico consideraram que há uma boa capacidade técnica instalada no estado com relação a GRD, no entanto, se contradizem quando afirma que não recebem o devido apoio na hora do desastre, isso se apresentou de forma contundente na fala dos municípios de pequeno porte onde há poucos técnicos que nem sempre estão formados na área de gestão de risco.

Podemos afirmar, no caso de Minas Gerais, que em relação aos conhecimentos dos agentes de Proteção e Defesa Civil percebe-se, de um modo geral, uma disseminação das formações básicas principalmente por contar com uma estrutura direcionada a formação. Há também algumas iniciativas do nível federal em formação ocorrendo no estado, mas são ainda pontuais e fragmentadas. Existe a necessidade de uma ampliação na oferta de capacitações em Proteção e Defesa Civil e na profissionalização do agente, tendo em vista que existem poucos cursos profissionalizantes de especialização e superior para a formação do profissional da Proteção e Defesa Civil.

Durante as entrevistas e oficina em Belo Horizonte, a questão administrativa se apresentou de forma particularmente contundente, sendo citada por vários atores, de todos os níveis federativos e das várias instituições presentes. Esta questão foi colocada sempre como um ‘fator difícil’ das ações de GRD, no estado, principalmente no que diz respeito à gestão dos recursos financeiros.

TABELA 14

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM MINAS GERAIS

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar as ações regionalizadas, através das REDECs reforçando a articulação com os municípios • Implementar um sistema de monitoramento e coleta de dados com o municípios e a SEDEC
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar o apoio aos municípios • Qualificar as equipes técnicas • Promover campanhas de formação de NUDECs
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar as ações de GRD no municípios que não tem Proteção e Defesa Civil organizada • Desenvolver ações de sensibilização para as autoridades municipais • Estruturar equipes multi-setoriais • Realizar e/ou atualizar o diagnóstico municipal de GRD • Reforçar as ações de Prevenção, Mitigação e Recuperação nos municípios • Promover entre os agentes e gestores o conhecimento da legislação vigente sobre Proteção e Defesa Civil • Fortalecer a articulação com a comunidade
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a criação dos NUDECs

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

TABELA 15

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM MINAS GERAIS

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Prevenção e Mitigação	Básico em Análise de Risco Estrutural	ESDEC-MG	EaD	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Avaliação de Risco Geológicos	CPRM	Curta duração (40h)	Gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil
	Elaboração de Plano de contingência	C-MG	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Preparação	Básico em Proteção e Defesa Civil	CEDEC-ES	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Abrigos temporários	CEDEC-ES	Curta duração (8h)	Agentes da Proteção e Defesa Civil
	MOPP	SENAT	Curta duração (8h)	Agentes da Proteção e Defesa Civil
	Curso de Sistema de comando em Operações	CEDEC-ES	Curta duração	Agentes da Proteção e Defesa Civil
Resposta	Curso de Avaliação de Danos CADAN	CEDEC	Curta duração	Agente da Proteção e Defesa Civil
	Primeiros socorros	Cruz Vermelha/MG	Curta duração	Voluntários e público geral
	Primeira Resposta com Produtos Perigosos	CBPM	Curta duração	Agentes da Proteção e Defesa Civil
	Atendimento à tripulação de embarcação	CBPM	Curta duração (40h)	Agentes da Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Desastres Naturais -JICA			
Genérico	S2ID	UFSC	EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Capacitação básica em Proteção e Defesa Civil	SEDEC/UFSC	Curta duração - EaD	Gestores e Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de capacitação de instrutores em Proteção e Defesa Civil	SEDEC	Curso técnico	Bombeiros

A oferta formativa do estado de Minas Gerais abrange satisfatoriamente as áreas de formações no nível básico. Tal é explicado em grande parte pela ação escola de Proteção e Defesa Civil do estado. Há, também outras iniciativas como parcerias internacionais e com o governo federal, mas são pontuais. A temática de Resposta ao desastre representou a maior quantidade de cursos.

No tocante às capacitações, propõe-se uma customização dos tipos de capacitações observando as realidades locais, já que no estado de Minas Gerais há várias realidades diferentes, desde áreas de alagamento, zonas de deslizamento e municípios do semiárido. Neste sentido, tanto as capacitações quanto as competências devem ser definidas por áreas de atuação e por tipo de problemas enfrentado, por exemplo, nas regiões do semiárido devem ser priorizados os mecanismos de atendimento a estes eventos, desse modo os cursos devem ser orientados para tender as demandas formativas de cada região.

Foram destacados os seguintes temas como carentes em relação aos conteúdos:

- Legislação orientada à todos os agentes, tanto de cidades grandes quanto de cidades peque-

nas, pois há um grande desconhecimento da PNPDEC;

- Atendimento especial à idosos, crianças, LGBT e pessoas com deficiência em situação de risco e desastre são incipientes, sendo realizado de modo espontâneo. Esta foi considerada a maior lacuna dos cursos oferecidos pela Escola de Proteção e Defesa Civil;
- Percepção de Risco - é necessário desenvolver no agente as condições mínimas para fazer a vistoria e posterior tomada de decisão consciente dos risco apresentados, que compre análsis estrutural e análise de solo, incluindo-se instruções sobre as notificações;
- Comunicação de Risco - apesar de o estado apresentar algumas experiências neste sentido, como por exemplo, a parceria com uma empresa de telefonia para a gratuidade do SMS de alerta de desastre, a maioria dos agentes se ressentem da dificuldade de conseguir uma resposta rápida aos alertas à comunidade, à elaboração e acompanhamento de projetos de capacitação de recursos e a cursos práticos em GRD.

PROSPEÇÃO: DEMANDA DE OFERTA FÔRMATIVA

TABELA 16
DEMANDA DE OFERTA FÔRMATIVA EM MINAS GERAIS

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Proteção e Defesa Civil em Geral	Sensibilização e Conscientização da População sobre o Risco de Desastres	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Processos administrativos e organizacionais em Proteção e Defesa Civil	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Curso de legislação para embasar a ação do agente da Proteção e Defesa Civil	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Gerenciamento de pessoal abordagem psicossocial em situações de desastre	Agentes de Proteção e Defesa Civil

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Como montar um Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Ações de Proteção e Defesa Civil (administrativo e prática)	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Mobilização social e trabalho voluntário	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Curso prático sobre Percepção de Risco	Agentes de Defesa Civil
	GRD	Sensibilização e Conscientização da População sobre o Risco de Desastre (Percepção de Risco)	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Curso de elaboração de projetos para captação de recursos em GRD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Avançado	Recuperação	Identificação e avaliação de danos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Capacitação na plataforma S2ID	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Logística	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Atendimento Psicossocial às famílias afetadas e aos profissionais de GRD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Planos de contingência	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Informação e comunicação	Agentes de Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Manuseio de produtos químicos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco e GRD nos municípios	Planos de contingência e desenvolvimento GRD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco e GRD nos municípios	Primeiros Socorros	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Enfrentamento de Risco (local)	Avaliação de Danos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Enfrentamento de Risco (local)	Conhecimentos básicos em primeiros socorros	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Enfrentamento de Risco (local)	Aspectos básicos de combate a incêndios urbanos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco e GRD nos municípios	Comunidades seguras	Agentes de Proteção e Defesa Civil

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

A realidade da Proteção e Defesa Civil em Minas Gerais apresenta níveis de desenvolvimento diferenciados por área de enfoque, no entanto podemos afirmar que há um ambiente favorável ao desenvolvimento das ações em GRD.

No nível estadual as capacidades técnicas são bastante desenvolvidas; há uma adequada articulação interinstitucional, tanto com o nível federal quanto com o nível municipal. Estas capacidades têm reflexo direto no desenvolvimento das ações da Proteção e Defesa Civil no estado. Esta realidade não está amadurecida nos muni-

cípios apesar de serem bem articulados com a CEDEC. Quando indagados em relação ao governo federal, acreditam que é necessário melhorar o diálogo.

As funções organizacionais são, no nível municipal, uma questão problemática. Isso é decorrente da baixa qualificação e profissionalização dos agentes da Proteção e Defesa Civil, a maioria dos representantes municipais denunciou possuir poucos conhecimentos em gestão administrativa.

Em relação às capacidades individuais, o investimento do estado em capacitação básica permitiu uma razoável disseminação dos conhecimentos em GRD nesse nível; apesar da alta rotatividade de agentes, o grupo de estudo demonstrou, em sua maioria, possuir os conhecimentos básicos. No nível especializado, se reproduz um padrão

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

MINAS GERAIS

SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO EM MINAS GERAIS, BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR ÀS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO

TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Municipal, estadual e comunitário	25
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Municipal, estadual e comunitário	15
Avançado	Prevenção e mitigação	Municipal, estadual	10
	Preparação e Resposta	Municipal, estadual e comunitário	10
	Gestão de riscos e gestão de desastres nos municípios	Municipal e comunitário	20
	Recuperação	Estadual, municipal e comunitário	5
	Cursos de GRD para gestores comunitários	Comunitário	5
	Comunicação, sensibilização e articulação	Municipal, estadual e comunitário	5
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado e/ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Estadual	2
	Sensibilização nas escolas primárias/ secundárias	Municipal, estadual e comunitário	X
	Formação de formadores	Municipal, estadual e comunitário	3
	Total		100

nos municípios maiores que contam com equipes multidisciplinares, enquanto nos menores apenas o coordenador assume todas as funções. Com relação a este fato, vale a pena observar que quando o desastre acontece no território é necessário fortalecer a aproximação com a comunidade para que ela saiba como proceder no primeiro momento, ajudando a execução da resposta ao desastre. Também é preciso fomentar a mudança de cultura na GRD no Brasil, se aproximando das escolas, das universidades e das comunidades de áreas de risco divulgando e fortalecendo essa cultura de GRD. Nesse sentido, é primordial fortalecer as COMDEC e os NUDECs, melhorando a qualificação profissional.

Outras questões relevantes a considerar em Minas Gerais com relação à formação em GRD, diz respeito à variedade de situações de risco envolvendo o estado. Considerando que Minas Gerais é a terceira maior economia do Brasil, possui a maior área viária do país com 269,546 km de rodovias, um grande parque industrial, e uma variedade de relevo e climas que vão de montanhas ao serrado e do clima temperado ao semiárido, é de se esperar que exista uma grande variação de ocorrências de Riscos a desastres. No entanto, percebe-se que de modo geral poderíamos atender as demandas com cursos de formação básica, orientados às situações locais.

OPORTUNIDADES

A estrutura de emergência de GRD é a diretoria de controle de emergência, que realiza um trabalho similar ao do SENAD ao nível federal. Há uma estrutura de assessoria técnica aos municípios para auxiliar o registro de desastre no sistema S2ID e na captação de recursos, tanto os obrigatórios quanto os voluntários, além de uma diretoria de planejamento que trabalha com os planos estratégicos e os planos de contingência. Ressaltamos a existência da superintendência administrativa que trabalha com a parte de logística financeira e administrativa, e também com a assistência humanitária.

Percebe-se que no estado há uma preocupação com o processo de reestruturação da Proteção e Defesa Civil no Brasil iniciado em 2010. Tanto no tocante às novas exigências da legislação, mas principalmente no tocante à mudança de mentalidade cultural da GRD no país, apesar que a formação se está estruturando, a pasta da Proteção e Defesa Civil conseguiu atingir um nível bastante influente na gestão pública. Mesmo a Proteção e Defesa Civil não sendo a gestora propriamente dita das situações de desastres, já detêm um poder de influência significativo na definição das políticas públicas complementares a GRD no estado.





09/

ESTADO DO PARANÁ

CONTEXTUALIZAÇÃO



A Proteção e Defesa Civil do estado do Paraná foi criada em 1972 pelo Decreto Estadual nº 3.002. Em 1992, a Casa Militar assumiu as atividades da CEDEC através da Lei nº 9.943, atendendo ao disposto no Art. 51, inciso II da Constituição Estadual. A CEDEC está sob o comando do Secretário Chefe da Casa Militar. Desde 1980 o estado registra as atividades e ocorrências relacionadas à Proteção e Defesa Civil. O estado possui 15 COREDECs que atuam na formação, orientação e apoio às COMDECs.

A CEDEC possui uma estrutura organizada e vem trabalhando em medidas que possibilitam uma melhor GRD. Entre estas iniciativas destacam-se projetos de mapeamento e monitoramento de áreas de atenção, emissão de alerta e bancos de dados integrados que possibilitam a interação direta dos agentes de Proteção e Defesa Civil municipal. Estas atividades estão sendo introduzidas com o intuito de modificar o perfil reativo (de resposta) da Proteção e Defesa Civil no estado e passar a atuar de maneira integral, desempenhando todas as ações relacionadas à GRD. A Proteção e Defesa Civil do estado tem contado com o apoio de órgãos técnicos para desempenhar suas ações. Dentre estes órgãos destacam-se o Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR), o Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) e o Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ).

Atualmente o estado está desenvolvendo um projeto de fortalecimento da GRD coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em parceria com o Banco Mundial, que prevê investimentos de R\$ 53 milhões.

O projeto envolve a compra de equipamentos e realização de mapeamentos para modernizar o sistema de monitoramento, prevenção e alerta de desastres naturais no Paraná.

CAPACIDADES EXISTENTES

Dentre os temas específicos da GRD, a maior capacidade do estado está nas ações de resposta aos desastres. Os agentes de Proteção e Defesa Civil do estado, em sua grande maioria, se auto avaliaram com o nível médio de conhecimento sobre GRD. Esta informação está fundamentada na percepção de grande parte dos agentes que participaram do processo de diagnóstico e também pode ser observada pela estruturação da Proteção e Defesa Civil no estado. A direção da CEDEC bem como grande parte dos coordenadores das COREDECs são bombeiros militares e exibem um treinamento específico muito qualificado para responder a ocorrência de desastres. O governo federal também tem ampliado as capacidades de resposta e reconstrução dos municípios do estado através do fornecimento do cartão de pagamento da Proteção e Defesa Civil. Além de significante capacidade de resposta, esta afinidade de condutas entre as coordenações estadual e regional acarreta em uma boa articulação entre estes dois níveis federativos.

O estado está desenvolvendo um projeto em parceria com o Banco Mundial para o fortalecimento da cultura de GRD. Neste projeto, há o investimento na ampliação e renovação do sistema de monitoramento meteorológico do estado. Um dos objetivos do melhoramento da rede é utilizar os dados de monitoramento para prever, com até três dias de antecedência, a ocorrência de fenômenos climáticos extremos que podem desencadear desastres.

Assim, um sistema de alerta eficiente possivelmente entrará em funcionamento em um futuro breve. O mapeamento e o monitoramento das áreas de risco (áreas com características propensas a ocorrência de fenômenos naturais

e com populações vulneráveis) também estão sendo realizadas. Estas ações do estado em GRD estão sendo desenvolvidas com a parceria dos órgãos técnicos (SIMEPAR, MINEROPAR e AGUASPARANÁ). Os mapeamentos realizados em algumas cidades pela CPRM também estão sendo utilizados para estabelecimento de ações de prevenção.

As informações referentes aos desastres ocorridos são todas compiladas em um sistema denominado Sistema Eletrônico de Defesa Civil (SISDC). O SISDC é um sistema de informação de ocorrências em tempo real cujo um dos objetivos é agilizar, simplificar e melhorar o processo de reconhecimento de ocorrências. O sistema, além do banco de dados com as ocorrências de desastres, possui dados cadastrais de comunidades, rede elétrica, rios, pontos de captação de água, estradas, ferrovias, hidrovias, e aeroportos, entre outros. Além disso, o sistema possui uma listagem detalhada da infraestrutura que cada município tem disponível para atendimento aos desastres. Dentre as grandes utilidades do sistema está a geração automatizada, com dados atualizados, de planos de contingência para os municípios, o que se caracteriza em uma importante ferramenta para a preparação e resposta aos desastres. É um sistema com muitas utilidades que serve como instrumento para diversas ações de GRD.

O nível de conhecimento sobre as normativas relacionadas à GRD foi auto avaliado como médio pela maioria dos participantes. Além disso, dentre as normativas relacionadas à GRD, os participantes relataram que têm maior familiaridade com a lei 12.608/2012. O domínio do conteúdo trazido pela lei caracteriza-se em uma capacidade do estado, já que esta institui a PNPDEC e dispõe sobre o SINPDEC e seu funcionamento, o que auxilia na identificação das competências de cada ente e sua articulação. Entretanto, embora a maioria dos participantes tenha declarado que existe uma familiaridade com a lei 12.608/2012, tal não é suficiente para que estes dominem claramente a estruturação, funções específicas e funções gerais em GRD dos órgãos e agentes

do SINPDEC. Por isso, o conhecimento sobre as normativas em GRD do estado, ainda que auto-declarado mediano, precisa ser aprofundado.

A grande maioria dos agentes sente-se capaz de determinar os principais risco relacionados à sua região e formular medidas para reduzi-los. Boa parte desta capacidade está vinculada a existência do SISDC e de sistemas de monitoramento meteorológico com o apoio dos órgãos técnicos, que auxilia os agentes na identificação das ameaças e vulnerabilidades presentes em seu território.

Existem importantes iniciativas no estado do Paraná que podem ser caracterizadas como “boas práticas” e poderiam ser difundidas a outros estados do país. Primeiramente, salienta-se o SISDC, que é um sistema de registro de ocorrências inovador, com inúmeras ferramentas de grande utilidade em diversas fases da GRD.

O estado também possui o Programa Brigada Escolar - Proteção e Defesa Civil na escola, instituído pelo Decreto Estadual 4.837/2012. O objetivo do programa é promover a conscientização e capacitação da comunidade escolar do estado para ações mitigadoras e de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou antropogênicos,

bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas para garantir a segurança dessa população e possibilitar, em um segundo momento, que tais temas cheguem a um grande contingente da população civil do estado. Até o início de 2013 o programa já havia capacitado mais de 6,3 mil pessoas e mais de 1.700 escolas públicas do estado já tinham formado sua Brigada Escolar. O programa desenvolve diversas ações relacionadas à GRD sendo um grande exemplo de boa prática e uma capacidade em GRD do estado.

Existe uma equipe, montada pela CEDEC, destinada a auxiliar na elaboração de projetos desenvolvidos pelas COMDECs e COREDECs. Esta iniciativa facilita a obtenção de recursos e viabiliza inúmeras ações relacionadas a GRD. A disponibilização desta equipe também caracteriza uma boa prática do estado.

Em geral, as capacidades do estado envolvem boa competência para resposta a desastres, apoio de instituições financeiras (Banco Mundial), apoio de órgãos técnicos, boa articulação nível estadual e regional, sistema de informações integrado em tempo real e o Programa de Proteção e Defesa Civil nas escolas.

TABELA 17

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM PARANÁ

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
União	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio de órgãos técnicos (CPRM) • Cartão de pagamento da Proteção e Defesa Civil
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Boa articulação com as coordenadorias regionais de Proteção e Proteção Civil • Bom treinamento para reposta aos desastres • Projeto de fortalecimento da cultura de gestão de Risco e desastres • Apoio de órgãos técnicos (SIMEPAR, MINEROPAR e AGUASPARANÁ) • Sistema Eletrônico de Proteção e Defesa Civil (SISDC) • Programa Brigada Escolar • Disponibilização de equipe de projetos
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de resposta
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Bom treinamento para reposta aos desastres • Auxilia na articulação estado e município

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

O estado, embora tenha uma boa capacidade para resposta aos desastres, enfrenta dificuldades para exercer a GRD.

TABELA 18
DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM PARANÁ

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
União	<ul style="list-style-type: none">• Melhoramento dos alertas gerados pelo CEMADEN/CENAD• Integração S2ID e SISDC
Estado	<ul style="list-style-type: none">• Implementação de atividades de GRD que abordem outras ações além da resposta• Integração do monitoramento SIMEPAR com CEMADEN/CENAD• Integração S2ID e SISDC
Regional	<ul style="list-style-type: none">• Intensificar o apoio aos municípios• Qualificar as equipes técnicas• Promover campanhas de formação de NUDECs
Municipal	<ul style="list-style-type: none">• Conhecimento sobre conceitos e legislação relacionada à GRD• Articulação com o estado• Estruturação e operacionalização das COMDECs• Aplicação de ações de GRD que vão além da resposta• Conscientização e capacitação dos gestores municipais
Comunidade	<ul style="list-style-type: none">• Incentivo à criação de NUDECs• Capacitação de voluntários

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

Atualmente a oferta formativa para os agentes de Proteção e Defesa Civil do estado concentra-se em cursos de resposta aos desastres. Há poucos cursos voltados à prevenção, mitigação, preparação e reconstrução. Embora tenha-se constatado a existência de poucos cursos voltados à prevenção, a maioria dos agentes relatou ter feito alguma capacitação nesta área. Esta contradição pode estar relacionada à falta de esclarecimento sobre o que realmente são ações de prevenção de desastres. Perspectivas de gênero e de populações vulneráveis são praticamente inexistentes, salvo o curso de Brigada

Escolar, que aborda questões voltadas a crianças e adolescentes. Assim, fica caracterizada uma fraca cobertura temática dos cursos oferecidos.

As instituições as quais os agentes identificaram como maiores ofertantes de formações são SEDEC e SENASP. As pessoas que participaram dos cursos listados, em geral, demonstraram satisfação. Entretanto alguns pontos falhos foram indicados. A falta de abordagem prática foi constatada pelos agentes na maioria dos cursos realizados. Além disso, os agentes consideram importante a troca de informações e comparação das técnicas utilizadas em seu trabalho e no trabalho de outros municípios/ estados. Muitos dos cursos listados foram descontinuados ou

estão com conteúdos desatualizados (i.e. curso de Avaliação de Danos (CADAN), curso de Operação em Proteção e Defesa Civil (CODC), curso Básico de Operação em Proteção e Defesa Civil (CBODC) e Produtos Perigosos). Considerando a importância destes treinamentos, os agentes expuseram a necessidade de reformulação no programa e material didático e oferecimento destes cursos. A necessidade de uma formação continuada também foi levantada. Os agentes mais antigos da Proteção e Defesa Civil já realizaram a maioria dos cursos oferecidos e buscam formações avançadas que não estão disponíveis. Os conteúdos abordados nos cursos são considerados repetitivos e não abordam as inovações do setor.

Os cursos são considerados úteis para o nivelamento do conhecimento dos novos integrantes do corpo da Proteção e Defesa Civil e padroni-

zação de ações em diferentes regiões do estado e país. Além disso, cursos envolvendo diferentes níveis federativos e oferecidos a diferentes órgãos da Proteção e Defesa Civil auxiliam na aproximação e articulação entre os membros.

O acesso às formações teóricas é relativamente fácil, já que estas são geralmente oferecidas de maneira virtual (Ensino a Distância). Entretanto, as formações com abordagens práticas são de difícil acesso. Inúmeros são os motivos que justificam esta dificuldade, entre eles estão: a localização onde o curso é oferecido, geralmente muito distante das pessoas interessadas; o custo financeiro para deslocamento e permanência no local onde os cursos são realizados; a falta de reconhecimento e incentivo da instituição a qual os agentes pertencem, o que demonstra a falta de comprometimento dos gestores com a questão, e o número limitado de vagas.

TABELA 19

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM PARANÁ

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Prevenção e Mitigação	Brigada Escolar	CEDEC/COREDEC	Curta duração -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e da rede de ensino
Preparação	Atendimento a emergências com produtos perigosos	Corpo de Bombeiros	Curta duração- EaD	Bombeiros e agentes da Proteção e Defesa Civil
	Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)	Curta duração- EaD	Profissionais da Segurança Pública
	Prevenção, operação e fiscalização de produtos perigosos	Corpo de Bombeiros	Curta duração -Presencial	Bombeiros e agentes da Proteção e Defesa Civil
	Salvamento em áreas de difícil acesso	Connection ONG	Curta duração -Presencial	Público geral
	Sistema de Comando de incidentes (SCI)	Corpo de Bombeiros/ CEDEC/SENASP	Curta duração -Presencial ou EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Prevenção e Preparação para emergências com produtos químicos (PEQUIM)	SEDEC	Curta duração -Presencial	Agentes de Proteção e Defesa Civil

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Resposta	S2ID	SENASP	Curta duração- EaD	Profissionais da Segurança Pública
	Curso de avaliação de danos - CADAN	SEDEC	Curta duração -Presencial	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Genérico	Curso de capacitação em Proteção e Defesa Civil	SENASP	EaD	Coordenadores e agentes da Proteção e Defesa Civil
	Curso operacional de Proteção e Defesa Civil (CODC)	CEDEC/SEDEC	Curta duração -Presencial	Guarda municipal e agentes da Proteção e Defesa Civil
	Tópicos em psicologia relacionados a segurança pública e Proteção e Defesa Civil	Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR)	Curta duração - EaD	Agentes da Proteção e Defesa Civil
	Gestão Publica	PUC/PR	Pós-graduação	Público geral
	Geografia Física	UFPR	Pós-graduação	Público geral
	Capacitação básica em Defesa Civil	CEPED/UFSC	Curta duração- EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco de Desastres	SEDEC	Curta duração -Presencial	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Administração e planejamento para redução de desastres (APRD)	SEDEC	Curta duração -Presencial	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso básico de Proteção e Defesa Civil (CBODC)	CEDEC/SEDEC	Curta duração -Presencial	Agentes de Proteção e Defesa Civil

PROSPECCÃO: DEMANDA DE OFERTA FÓRMATIVA

Os agentes de Proteção e Defesa Civil do estado levantaram conteúdos específicos pertinentes para realização de formações. Estes conteúdos foram agrupados em básicos, avançados e especializados. Este agrupamento reflete o anseio dos agentes pelo oferecimento de formações sequenciais, de acordo com o grau de instrução corrente do aluno. Assim, um novo agente da Proteção e Defesa Civil receberia primeiramente uma formação básica para posteriormente receber uma formação avançada e, em alguns

casos, até mesmo a especializada. Agentes que já demonstravam elevado nível de conhecimento poderiam realizar prontamente as formações mais avançadas. Esta diferenciação no nível de aprofundamento das formações também poderia suprir a constatada discrepância de capacidades de grande parte dos agentes de coordenação (estaduais, regionais e alguns municipais), que são bombeiros e recebem constantemente treinamentos, em relação à maioria dos agentes municipais, que muitas vezes não recebem treinamento algum. Houve também grande preocupação com a formação continuada dos agentes voluntários, principalmente àqueles inseridos nos NUDECs.

TABELA 20

DEMANDA DE FORMAÇÕES EM PARANÁ

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Resposta	SCI (módulo básico)	Agentes de todos os níveis
	Resposta	Incêndios florestais e urbanos (módulo básico)	Agentes de todos os níveis
	Resposta	Intervenção e segurança em Proteção e Defesa Civil (módulo básico)	Agentes municipais
	Genérico	Instruções básicas em Proteção e Defesa Civil	Agentes voluntários
	Genérico	Operacionalização da Proteção e Defesa Civil (módulo básico)	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Legislação voltada a GRD	Agentes de todos os níveis e gestores
	Genérico	Estruturação e funcionamento da Proteção e Defesa Civil	Funcionários de outros setores da prefeitura
Avançado	Prevenção e Mitigação	Processos Geológicos	Coordenadores e agentes da área técnica
	Prevenção e Mitigação	Processos Hidrológicos	Coordenadores e agentes da área técnica
	Prevenção e Mitigação	Processos Climatológicos	Coordenadores e agentes da área técnica
	Preparação	Elaboração, interpretação e aplicação de planos de contingência	Coordenadores e agentes municipais
	Preparação e Resposta	Exercícios simulados	Coordenadores e agentes de todos os níveis
	Resposta	Intervenção e segurança em Proteção e Defesa Civil (módulo avançado)	Coordenadores e agentes todos os níveis
	Resposta	Incêndios florestais e urbanos (módulo avançado)	Agentes de todos os níveis
	Resposta	Logística de desastres	Agentes de todos os níveis e voluntários
	Resposta	Atendimento a ocorrências com produtos perigosos	Agentes municipais
	Resposta	Atendimento em estruturas colapsadas	Agentes municipais
	Resposta	Sistema de Comando de incidentes (módulo avançado)	Coordenadores e agentes todos os níveis
	Resposta	Avaliação de danos	Agentes municipais
	Resposta	Primeiros socorros	Agentes municipais

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO	
Geral	Reconstrução	Cartão de pagamento da Proteção e Defesa Civil	Coordenadores e agentes municipais	
	Reconstrução	S2ID	Coordenadores e agentes de todos os níveis	
	Reconstrução	Planos de trabalho/reconstrução	Coordenadores municipais	
	Genérico	Instruções avançadas em Proteção e Defesa Civil	Agentes voluntários de nível avançado	
	Genérico	Operacionalização da Proteção e Defesa Civil (módulo avançado)	Coordenadores e agentes todos os níveis	
	Genérico	Gestão pública	Gestores e coordenadores	
	Genérico	Cartografia e SIG	Agentes municipais	
	Genérico	SISDC	Coordenadores e agentes de todos os níveis	
	Genérico	Assistência social voltada a Proteção e Defesa Civil	Coordenadores e agentes municipais	
	Especializado	Prevenção	Mapeamento de áreas de risco	Agentes técnicos
	Especializado	Prevenção	Formação de multiplicadores	Coordenadores de todos os níveis e líderes comunitários
		Prevenção e Mitigação	Monitoramento e alerta de desastres	Agentes técnicos
		Prevenção e Mitigação	Gestão ambiental	Coordenadores de todos os níveis e gestores
		Prevenção e Resposta	Avaliação e estabilização de encostas	Agentes técnicos
		Resposta	Sistema de comando de incidentes (módulo especializado)	Gestores e coordenadores de todos os níveis
		Reconstrução	Análise de estruturas	Agentes técnicos
		Genérico	Planejamento estratégico para GRD	Coordenadores de todos os níveis
		Genérico	Gestão de Proteção e Defesa Civil	Coordenadores de todos os níveis
		Genérico	Instruções especializadas em Proteção e Defesa Civil	Agentes voluntários especializados
		Genérico	Editais para mobilização de recursos	Agentes políticos federais
		Genérico	Organização de eventos	Agentes políticos federais
		Genérico	Planejamento e elaboração de projetos em Proteção e Defesa Civil	Coordenadores de todos os níveis
		Genérico	Montagem processual para ações de Proteção e Defesa Civil	Coordenadores municipais

Em relação à cobertura temática, grande parte das formações solicitadas enquadra-se nos conhecimentos requeridos para gestão e funcionamento do sistema de Proteção e Defesa Civil. Este tipo de informação inclui mecanismos de operacionalização das COMDEC, estrutura e funcionamento da Proteção e Defesa Civil, legislação e procedimentos administrativos a serem realizados durante as ações de GRD, entre outros. Em relação às formações voltadas para a legislação, diversas normativas deveriam ser consideradas como a lei 12.608/2012, a instrução normativa 001/2012, a lei orgânica do município, planos diretores, legislação ambiental e quaisquer legislações que possam vir a ser úteis no momento de intervenções em áreas de risco.

Assuntos relacionados ao preenchimento de formulários, principalmente aqueles relacionados à decretação de emergência e estado de calamidade pública, foram sugeridos para um curso de montagem processual em Proteção e Defesa Civil. O funcionamento e utilização do SISDC, importante ferramenta de GRD do estado, também foi levantado como tema para formações. Desta maneira, percebe-se que as ferramentas para gestão do sistema de Proteção e Defesa Civil estão disponíveis, no entanto os agentes ainda não têm as capacidades necessárias para utilizá-las.

Foram solicitados diversos cursos voltados à área específica de atuação do corpo de bombeiros, com conteúdos sobre produtos perigosos, incêndios, técnicas de resgate e primeiros socorros. A maioria destes conteúdos já é abordada pelos cursos existentes oferecidos ao corpo de bombeiros. Em municípios que não contam com a estrutura do corpo e bombeiros, é importante que estes conhecimentos estejam presentes pelo menos nos agentes de Proteção e Defesa Civil. Logo, os cursos oferecidos ao corpo de bombeiros poderiam ser direcionados também aos demais agentes da Proteção e Defesa Civil.

Os cursos voltados à logística de resposta aos desastres foram considerados de grande rele-

vância para os agentes. Nesta área incluem-se temas específicos como montagem e gerenciamento de abrigos e gerenciamento de donativos. Além disso, também focado na resposta aos desastres, os agentes levantaram a questão de cursos modulares oferecidos em escala evolutiva de Sistema de Comando de Incidentes. Outro tema relacionado à área foi a elaboração e execução de planos de trabalho para reconstrução, essencial para a transferência de recursos da federação para os municípios.

Foram levantadas necessidades de formação na área de prevenção, uma das áreas com menor oferta formativa no estado. Considerando que a prevenção é a atividade primordial em GRD, é necessária que existam formações sendo oferecidas neste sentido. Dentre os temas voltados a prevenção citados pelos agentes encontram-se os processos geológicos, hidrológicos e climatológicos relacionados à ocorrência de desastres naturais. Além de noções de conceitos relacionados a estas áreas, foram levantadas preocupações com mapeamentos e sistemas de monitoramento e alerta para tais eventos. Conhecimentos na área de cartografia Sistemas de Informações Geográficas (SIG) também poderiam ser úteis neste processo.

A grande maioria dos agentes de Proteção e Defesa Civil tem como preferência cursos com métodos presenciais ou semipresenciais. Este tipo de abordagem facilitaria o trabalho relacionado a questões práticas, muito pouco abordadas em cursos virtuais. Considerando a formatação sequencial dos cursos, divididos em nível básico, avançado e especializado, a metodologia dos cursos poderia ser diferente para cada nível. O nível básico deveria ser ministrado de maneira presencial e conteúdos teóricos e práticos disponibilizados em igual proporção. Os cursos avançados teriam maior proporção de conteúdo prático, e o conteúdo teórico poderia ser repassado em parte de maneira virtual. Para os cursos especializados, que alcançariam um público seletivo, o conteúdo prático seria dominante e o pouco conteúdo teórico poderia ser repassado inteiramente de maneira virtual.

A disponibilidade dos agentes para realização dos cursos situa-se entre uma semana e 15 dias por ano. Esta disponibilidade pode variar considerando a condição dos cursos serem contínuos ou não. Foi relatado que os agentes municipais dificilmente podem afastar-se de suas obrigações por mais de uma semana. No entanto, se as formações forem oferecidas de maneira descontínua, em módulos de três a cinco dias, a disponibilidade anual pode aumentar considerably. Por parte dos coordenadores regionais e agentes estaduais surgiu grande interesse na realização de cursos de pós-graduação, devendo ao fato de que estes agentes, em sua grande maioria, já têm alta qualificação. Entretanto, a realidade dos municípios é diferente, e cursos presenciais divididos em módulos de rápida duração seriam os mais indicados. Por fim, devido a dificuldade de obtenção e liberação de recursos financeiros pelos municípios, a prioridade é que os cursos sejam realizados nas regionais de Proteção e Defesa Civil, facilitando o acesso dos agentes de municípios que situam-se distantes das capitais.

Dentre as linhas temáticas de formação elencadas pelos agentes, podem ser determinados alguns conteúdos prioritários. Considerando a carência de qualificação nas COMDEC, os cursos prioritários deveriam ser voltados principalmente à formação de agentes municipais. Neste contexto destacam-se os temas de operacionalização da Defesa Civil em seus diversos níveis; legislação voltada a GRD; sistema de comando de incidentes; e intervenção e segurança em Proteção e Defesa Civil, que visa capacitar os agentes municipais para a execução de atividades de resposta. No entanto, há também necessidade de oferecer formações a um público mais qualificado. Neste sentido, as temáticas a serem priorizadas são aquelas relacionadas ao fortalecimento da GRD no sistema. Dentre elas destacam-se as formações em mapeamento de áreas de risco, processos físicos relacionados a desastres naturais e planejamento estratégico para GRD.

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

O estado do Paraná, por ter sua estrutura de coordenadores de Proteção e Defesa Civil composta basicamente por membros do corpo de bombeiros, apresenta grande capacidade de resposta aos desastres. Boas iniciativas referentes à implementação de projetos que visam o melhoramento da GRD estão sendo tomadas. Entretanto, a cultura de GRD no estado precisa ser fortalecida, bem como a articulação entre os membros e a atuação das COMDECs neste âmbito.

As formações para o estado deverão ser oferecidas no intuito de suprir as carências de ações de GRD que vão além da resposta aos desastres. Para isso, é preciso que os conceitos relacionados à GRD estejam claros, bem como a legislação e funcionamento do SINPDEC. Os cursos devem alcançar não só os agentes de Proteção e Defesa Civil como também gestores municipais, para que a articulação horizontal seja aprimorada dentro do município. Os cursos devem ser prioritariamente direcionados aos agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, pois são os que geralmente possuem menor qualificação. Estes cursos devem abordar assuntos e treinamentos referentes ao funcionamento da Proteção e Defesa Civil. Os cursos com conteúdos mais avançados, destinados a agentes mais qualificados devem abordar os assuntos referentes à implementação de uma estratégia completa de GRD.

OPORTUNIDADES

A CEDEC de Paraná tem uma muita experiência em planos de contingência online. As formações podem ser difundidas como boa prática nas formações em outros estados. As formações dentro do estado do Paraná podem integrar esta ferramenta e estimular o uso através do inter-

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

PARANÁ

SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO , BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO

TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Regional, municipal, e comunitário	25
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Regional e municipal	20
Avançado	Prevenção e Mitigação (ou Gestão de Risco de Desastres)	Estadual, regional, e municipal	15
	Preparação e Resposta	Municipal e comunitário	5
	Curso de Gestão de Risco de Desastres ao nível Local	Municipal e comunitário	10
	Recuperação	Estadual, regional, e municipal	5
Especializado	Prevenção na empresa	X	X
	Curso de GRD para gestores comunitários	Comunitário	5
	Comunicação, sensibilização e articulação	Estadual, regional, e municipal	5
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado e/ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Estadual	3
	Sensibilização nas escolas primárias / secundárias	Municipal, e comunitário	2
	Formação de formadores	Regional	5
Total			100

câmbio de experiências entre os agentes participantes.

O conhecimento dos agentes de Proteção e Defesa Civil do estado nos diferentes âmbitos é diferenciado. Assim, para que as formações alcancem a todos os agentes, matrizes curriculares devem ter abordagens específicas. Uma solução apontada pelo grupo para viabilização de tais formações seria a criação de um centro de capacitação, vinculado ao poder público através das universidades, o que se caracterizaria por um Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), ou da CEDEC, repre-

sentado por uma Escola Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Surge a necessidade de formar multiplicadores do conhecimento e de profissionalizar o agente da Proteção e Defesa Civil. Estes multiplicadores preferencialmente devem ser pessoas com grande experiência dentro da Proteção e Defesa Civil, com boa formação e habilidades didáticas satisfatórias. As abordagens técnicas também poderiam ser realizadas por integrantes dos órgãos técnicos de cooperação da Proteção e Defesa Civil, como SIMEPAR, MINEROPAR e AGUAS-PARANÁ.



10/ ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTEXTUALIZAÇÃO



Por meio do decreto estadual nº 2.345, de 01.04.1971, foi criada uma Comissão Estadual de Acompanhamento às Vítimas das Calamidades Públicas, subordinada à Secretaria Assistente. Posteriormente devido ao Decreto nº 2.372, de 15.06.71, passou a chamar-se Comissão de Defesa Civil do estado de Pernambuco (CODECIPE) órgão responsável pela assistência de Proteção e Defesa Civil às pessoas que, por ventura, sejam atingidas por fenômenos naturais, a exemplo de secas e inundações. Entre as atribuições da CODECIPE, está a de prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais, de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente.

CAPACIDADES EXISTENTES

Pela metodologia aplicada na oficina de Pernambuco, foi solicitado aos participantes que elencassem quais são os principais conhecimentos e capacidades que eles possuem, para garantir uma adequada articulação interinstitucional, horizontal e vertical, para a GRD. De acordo com os participantes os principais conhecimentos e capacidades são: articulação com conselhos municipais, estaduais e nacionais afins; contatos com representantes de órgãos e instituições estaduais e nacionais; acesso a mídias (rádios, jornais, internet) locais e regionais; existência e atuação das COMDECs; articulação com órgãos públicos municipais e organizações da sociedade civil locais; apoio da CODECIPE, da SEDEC e do

Ministério Público; existência de órgãos afins, tais como, a guarda municipal e o serviço de trânsito; e o Cartão de Proteção e Defesa Civil o qual dá acesso imediato a recursos em situação de emergência.

Relataram também que possuem habilidades para mobilizar o voluntariado e, se necessário, treiná-lo. É importante ressaltar tal fato pois o voluntário é a pessoa quem realiza atividades por livre e espontânea vontade, sem recebimento de qualquer remuneração ou lucro. O voluntariado em trabalhos de Proteção e Defesa Civil trata-se de uma importante ajuda para a execução de um conjunto de ações de interesse social e comunitário, principalmente em locais com poucos recursos financeiros para manter um efetivo de pessoal para salvaguardar vidas.

Questionados quanto as suas principais capacidades para realizar GRD (Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta, Recuperação, e a Redução de Risco transversalmente em todos os âmbitos), os participantes da oficina entenderam que tal estava relacionada às suas organizações de trabalho. Neste sentido, relataram que alguns municípios do estado estão munidos do mapeamento das principais áreas de risco, sendo tal mapeamento uma ferramenta (capacidade) para tomada de decisão. Outros municípios também têm os planos de contingências e a infraestrutura necessária para a resposta, como por exemplo, escavadeiras, caminhões e assistência social aos desalojados. Em outros a estrutura até mesmo para a resposta é bastante precária. Relataram ainda que há municípios que possuem algumas equipes capacitadas em legislação, em como agir e como mobilizar recursos. No entanto, todos concordaram que existe nas COMDECs do estado um efetivo de pessoal não capacitado, não valorizado e que não possui uma estrutura de corpo técnico fixo, devido à alta rotatividade dos agentes por motivos políticos e administrativos.

Para as capacidades especializadas em gerir as principais ameaças e vulnerabilidades da região, a primeira pergunta orientadora foi “quais são as suas capacidades e dificuldades para identifi-

car (perceber) as ameaças e as vulnerabilidades do seu território e formular medidas para mitigá-los?”. Mais uma vez, a pergunta foi interpretada com relação aos seus órgãos de trabalho. Responderam: “ampliação do conhecimento- e entendimento de todos os órgãos estejam envolvidos na temática do desastre e resposta”. Também mencionaram que “a dificuldade está no tocante ao corpo efetivo no âmbito de Proteção e Defesa Civil para promover a continuidade, sendo, portanto, necessária a realização de concurso público. A alta rotatividade de agente dificulta o processo”.

Para a segunda pergunta orientadora “quais são os níveis (federal, estadual, municipal, etc.) e órgãos que deveriam ser reforçados com capacidades especializadas para a gestão de risco no âmbito do seu território?”, responderam de forma bastante interessante que as secretarias de educação, saúde e assistência social deveriam estar inseridas nesse processo, com o intuito aproximar os agentes de Proteção e Defesa Civil da sociedade civil. A preocupação deles foi em relação ao fato de que, no período de anormalidade, existe uma grande demanda para atender a população e que portanto é preciso o apoio desta e dos órgãos públicos para a realização de um efetivo trabalho por parte da Proteção e Defesa Civil. Porém, tais órgãos ainda são carentes de oferta de formação e capacitação ao passo que também existe uma necessidade de ampliar os NUDECs.

Pergunta 1: A lei anterior estava mais concentrada na transferência de recursos, já a nova lei proporciona maiores informações sobre questões relacionadas ao setor urbano e uso do solo. Devido ao crescimento desordenado das cidades, se faz importante a existência de um plano diretor. A nova lei, a qual exige planos, cartas geotécnicas, entre outros, pode ser um primeiro passo a uma política habitacional para pessoas em área de risco

Para a pergunta 2: É importante que a SEDEC perceba que precisa de apoio de outros ministérios – criando assim uma visão integrada. A CPRM

TABELA 21

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM PERNAMBUCO

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
União	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e Defesa Civil nacional • CENAD • CEMADEN • CPRM
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e Defesa Civil estadual • Ministério Público de Pernambuco • Secretarias estaduais • CPRM
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e Defesa Civil municipal • Secretarias municipais • NUDECs

está fazendo o mapeamento de áreas de riscos e alguns municípios estão prestando seus planos estratégicos. Existe uma importância da articulação e participação social e é necessário estabelecer estações meteorológicas.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

De acordo com os participantes da oficina de Pernambuco, as COMDECs do estado apresentam muitas deficiências e possuem grandes desafios. Como exemplo dessas deficiências podemos mencionar que algumas COMDECs não possuem sequer ferramentas de trabalho necessárias, o que vêm a prejudicar a articulação com o governo federal.

É possível notar que há muitas lacunas a serem preenchidas no tocante ao entendimento conceitual e metodológico, como também da capacidade dos agentes para desempenharem as suas funções e fazerem com que, principalmente, as suas COMDECs funcionem.

As principais dificuldades que eles apresentaram em termos de articulação com outras institui-

ções e entre os níveis federal, estadual, municipal e comunitário, foram: pouca interlocução e apoio com o gestor municipal; poucos recursos financeiros para viagens e para a participação dos agentes em eventos, capacitações, reuniões, entre outros; falta de recursos para a estruturação das COMDECs como a compra e manutenção de veículos automotivos; pouca sensibilidade e convencimento do gestor municipal sobre GRD; muitas mudanças nos efetivos das COMDECs a cada mudança de gestão política; pouca ou falta de capacitação dos membros das COMDECs e demais órgãos afins; pouca autonomia das COMDECs; falta de elaborações de planos de contingência; falta da integração com as secretarias municipais e conselhos; carência na criação dos NUDECs, (mesmo quando os mesmos estão previstos na atual lei de Proteção e Defesa Civil); e a falta de cultura de atuação dos órgãos estaduais em GRD.

Em termos das principais dificuldades para desempenhar as suas funções organizacionais, relataram sobre: a falta a discussão e o envolvimento dos gestores com os trabalhos da Proteção e Defesa Civil. Os agentes da Proteção e Defesa Civil são ativados apenas em casos de urgência/emergência/específicos ao passo em que na ausência de situações atípicas não há uma logística

definida e não há articulação dentro da Proteção e Defesa Civil.

Um dos grandes desafios que as COMDECs enfrentam no estado está relacionado às ações de prevenção. Como em outras oficinas realizadas em outros estados brasileiros, os participantes da oficina de Pernambuco reclamaram que a Proteção e Defesa Civil no Brasil é reativa. Outro fator negativo é a ausência de uma política definida para às ações de prevenção e de preparação. Os participantes sugeriram, por exemplo, que muitos problemas seriam contornados se as COMDECs possuíssem e praticassem seus planos de contingência.

Com relação aos desafios e dificuldades das capacidades para realizar a GRD desde um enfoque de gênero e com abordagens diferenciadas para populações vulneráveis, os participantes relata-

ram que tais aspectos ainda não faziam parte de seu modo de pensar e trabalhar. No entanto, comentaram que os municípios do estado possuem várias dificuldades para resolução de problemas em relação a esses enfoques, sendo a questão financeira a principal. Os desafios também estão relacionados aos planos de contingências e aos mapeamentos das áreas de risco, que podem auxiliar nas capacidades de mitigação dos problemas vinculados aos públicos específicos vulneráveis (idosos, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTI), deficientes e pessoas com problemas de mobilidades). A execução de planos de contingências é um problema presente em praticamente todas as COMDECs do estado. De maneira geral, tal fator também é comum em vários outros estados brasileiros. Portanto, há necessidade de estabelecer e expandir os planos de contingência para todos os estados.

TABELA 22

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM PERNAMBUCO

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
União	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação com os órgãos estaduais • Disponibilizar mais verbas para todas as ações de Proteção e Defesa Civil
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação com a União e com os municípios • Melhorar a comunicação entre os órgãos do estado afins com a Proteção e Defesa Civil • Ofertar mais cursos de capacitação • Capacitação para o mapeamento de área de risco
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a organização das REDECs
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar e operacionalizar as COMDECs • Melhorar a comunicação entre os órgãos • Melhorar a comunicação com os governos estadual e federal • Disponibilizar mais recursos para as atividades de prevenção e de preparação • Executar os planos contingências • Definição do papel de cada um nas ações de Proteção e Defesa Civil • Ter um quadro próprio de pessoal capacitado em GRD • Dar continuidade aos trabalhos de Proteção e Defesa Civil a cada mudança de gestor • Conscientização e capacitação dos gestores municipais • Melhorar o conhecimento sobre a legislação de Proteção e Defesa Civil • Fazer com que as comunidades participem e colaborem mais efetivamente nas ações da Proteção e Defesa Civil
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mais NUDECs • Participar mais das ações de Proteção e Defesa Civil

Com relação ao mapeamento de áreas de risco, há ainda uma lacuna quanto à aplicação de uma metodologia bem definida e de treinamento tanto dos coordenadores, quanto dos agentes de Proteção e Defesa Civil de todos os níveis. Há também uma lacuna em relação à execução desta importante tarefa, ainda que algumas cidades já apresentem avanços. Por exemplo, um participante da COMDEC de Moreno relatou que o município possui um plano de contingência que foi trabalhado com todas as secretarias da administração municipal, voltado para o atendimento à pessoas com deficiência física e/ou mental e em conjunto com as secretarias de ação social e da saúde.

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

Seguindo a metodologia da oficina, para fazer a análise da formação ofertada e recebida, a plenária foi dividida em cinco grupos de trabalho. Cada grupo foi responsável por fazer o mapeamento da oferta formativa em GRD existente no país. Após o prazo necessário para a execução da tarefa, o primeiro grupo de trabalho relatou que mais da metade dos membros do grupo não tinha conhecimento de algum curso ofertado, em grande parte por serem novatos nas atividades relacionadas com a Proteção e Defesa Civil de seus municípios. A outra parte do grupo, já há mais tempo na Proteção e Defesa Civil, listou cinco cursos que realizaram.

O segundo grupo de trabalho era composto por vários militares do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco e também por civis. Os membros militares do grupo apresentaram uma lista de cursos dos quais tinham conhecimento sobre a oferta no país, boa parte deles ofertados para a composição das suas funções de bombeiro militar. A outra parte deste grupo, composto por civis, também forneceu a sua contribuição. Um fato interessante nesse grupo de trabalho foi que os civis não tinham conhecimento sobre os cursos listados pelos militares e vice e versa. No terceiro grupo, a relatora (civil) mencionou que

não tinha conhecimento sobre cursos de Defesa Civil e listou os cursos que os demais membros do grupo tinham conhecimento de ofertas no país. No quarto grupo, o relator mencionou que nenhum membro do grupo identificou um curso de gestão de riscos ofertado no país, e sim, apenas os cursos operacionais já citados pelos grupos anteriores. No quinto e último grupo a relatora, funcionária da Secretaria de Saúde de Pernambuco, citou dois cursos na área de saúde na temática dos desastres, que apenas ela tinha conhecimento. Os demais membros do grupo citaram mais três cursos ofertados em Proteção e Defesa Civil.

Os cursos mencionados pelos grupos de trabalho da sessão, de acordo com a metodologia aplicada na oficina, estão apresentados na tabela 3.

Em suma, boa parte da plenária não possui conhecimento sobre as ofertas de formação em GRD no país, em grande parte devido ao fato de que participantes estão apenas iniciando seus trabalhos relacionados com a Proteção e Defesa Civil. Os participantes mais antigos na Proteção e Defesa Civil citaram basicamente os cursos operacionais que já realizaram. Apenas uma pequena minoria tinha conhecimento de cursos de pós-graduação na temática dos desastres. Outros relataram cursos de sua formação profissional que, de alguma forma estão ligados aos trabalhos de Proteção e Defesa Civil, e apenas um grupo completo de trabalho relatou que não tinha conhecimento de alguma oferta de formação em GRD no país.

Para aqueles participantes que declaram ter feito algum curso de capacitação, as formações apresentadas foram as básicas de operação em Proteção e Defesa Civil. Parte daqueles que obtiveram formação relataram que não receberam apoio financeiro dos seus órgãos de trabalho para tal. Relataram que as formações existentes não são direcionadas para todos os agentes e que as informações sobre a existência dessas capacitações não são suficientes. Mencionaram ainda que, quando ofertadas, normalmente em Recife, capital do estado, a distância para o deslocamento

dos agentes desde os seus municípios se torna um fator de complicações. Tal fato está também aliado à falta de compromisso de alguns gestores em disponibilizar recursos financeiros e logísticos para que os agentes de Proteção e Defesa Civil possam participar das capacitações.

A plenária da oficina chegou à conclusão de que não há uma oferta adequada no estado para desenvolver capacidades em GRD. A Proteção e Defesa Civil tenta facilitar a formação de todos na forma online, porém, falta consolidar nas formações ofertadas o método presencial que segundo os participantes é essencial para a consolidação do aprendizado na prática. “Tem que ter

a vivência dos problemas na prática e não só formação online”, como citado por um participante. Não obstante, a parte teórica do curso poderia ser dada de forma virtual, inclusive diminuiria os custos de deslocamento dos agentes para a participação nos locais dos cursos. Muitos dos governos municipais do estado passam por limitações orçamentárias de gastos com pessoal. Nesse contexto, a forma semipresencial poderia ser a melhor forma metodológica da oferta de cursos de capacitação. Outra sugestão dada pela plenária foi a de oferecer cursos de capacitação de forma regional, pois normalmente municípios vizinhos podem apresentar e vivenciar os mesmos problemas.

TABELA 23

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM PERNAMBUCO

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Genérico (Básico)	Curso Especial de Proteção e Defesa Civil	Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata	Formação básica - curta duração (36 h)	Agentes da Proteção e Defesa Civil, voluntários e para as comunidades
	Curso Básico em Proteção e Defesa Civil	Universidade Federal de Santa Catarina	Curta duração - Online	Agentes de Proteção e Defesa Civil (aberto)
	Curso de Sistema de Informação em Proteção e Defesa Civil	Universidade Federal de Santa Catarina	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil (aberto)
	Ações de Proteção e Defesa Civil	SENASA	Curta duração	Funcionários da Secretaria de Segurança Pública
Prevenção e Mitigação	Produtos Perigosos	SENASA	Curta duração	Agentes técnicos
	Mapeamento em Áreas de Risco	Universidade Federal de Pernambuco	Curta duração	Agentes técnicos
	Inspeção Predial e Condominial	CREA-PE	Curta duração	Agentes técnicos
	Recursos Hídricos	Agência Nacional de Águas (ANA)	Curta duração	Aberto
Prevenção, Preparação, Mitigação, Resposta e Recuperação	Gestão de Risco de Desastres	SEDEC	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco de Desastres	CEMADEM	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco de Desastres	CODECIPE	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
	Gestão de Risco de Desastres	Corpo de Bombeiros Militar - Centro de Ensino e Instrução	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Gerenciamento em Desastres	Organização Pan-Americana da Saúde	Curta duração	Gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil
	Intervenção Psicosocial em Situações de Risco e Vulnerabilidade Social	Faculdade Frassinetti de Recife (FAFIRE)	Pós-Graduação	Formações em psicologia/serviço social/sociologia
	Curso Operacional de Proteção e Defesa Civil	CODECIPÉ	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	S2ID	Universidade Federal de Santa Catarina	Curta duração - EaD (30 h)	Gestores e, agentes de Proteção e Defesa Civil
Resposta	Pós-Graduação em Gestão de Emergências e Desastres	Faculdade AVM (Faculdade Grande Fortaleza)	Pós-Graduação	Graduados
	Curso de Operações em Centros de Gerenciamento de Emergência (COCEE)	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	Curta duração	Interno
	Curso de Resgate em Áreas Inundadas (CRAI)	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	Curta duração	Interno
	Curso de Deslizamento de Barreiras	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	Curta duração	Interno
	Curso Sistema de Comando de Incidentes	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	Curta duração	Interno
	Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (CBREC)	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	Curta duração	Interno
	CRAI	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	Curta duração	Interno
	IMO-First Responder	International Maritime Organization (IMO) / Marina Americana / Porto de SUAPE	Curta duração	Funcionários do porto de SUAPE
	Curso Básico de Sistema de Comando em Operações	Proteção e Defesa Civil de Minas Gerais	Curta duração - EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Emergência em Saúde Pública	Ministério da Saúde	Especialização (360 h)	Profissionais da saúde de urgência e emergência

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Capacitação em Atenção a Acidentes com Produtos QBRNE	Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco / Exército Brasileiro / SAMU / Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	Capacitação pré-hospitalar de curta duração (30 h)	Gestores hospitalares da rede de urgência / emergência	
Curso de Evacuação de Área (Simulado)	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco	Curta duração	Gestores e técnicos da Proteção e Defesa Civil	

PROSPECÇÃO: DEMANDA DE OFERTA FÔRMATIVA

Com relação às formações necessárias (básicas e/ou especializadas) para melhorar o desempenho das funções individuais específicas, os participantes da oficina relataram que necessitavam tanto das formações básicas quanto das formações especializadas. Para as básicas sugeriram: Movimentação de Massa, Resgate em Áreas Alagadas, COPDC, Captação de Recursos, Monitoramento, Legislação, curso para Voluntários, curso em Proteção e Defesa Civil, Prevenção e Combate a Incêndio, Gerenciamento de Abrigo, Edificações, e Psicologia em Desastre. Vale destacar que o curso básico sobre movimentação de massa foi sugerido por vários participantes da plenária. Para os cursos especializados foram sugeridos os cursos de Gestão em Proteção e Defesa Civil e de Gestão de Risco, ambos de pós-graduação, principalmente para os coordenadores de Proteção e Defesa Civil. Houve uma preocupação da plenária quanto à qualificação profissional do agente de Proteção e Defesa Civil e dos coordenadores para um melhor entendimento de suas atribuições.

Para as formações temáticas, necessárias para a percepção das ameaças e vulnerabilidades e GRD nos seus territórios, foram sugeridas: Climatologia, Fechamento dos ciclos pré, durante

e pós-evento, Técnicas de prospecção de vulnerabilidade e ameaças para prevenção e resposta, Técnicas para avaliação de risco, Produção de informações (séries históricas), Pesquisa de campo, Gestão (Prevenção, Preparação, Mitigação, Reconstrução e Resposta), Simulados, e Metodologia participativa (para envolver comunidades).

Quanto às formações necessárias para cada nível federativo (federal, regional, estadual, municipal e comunitário), foram sugeridas para o nível federal: Doutorado em Proteção e Defesa Civil, Gestão em Proteção e Defesa Civil, e Conhecimento das macro deficiências de cada região para melhor gerenciar as situações. Para os níveis estadual e regional: Conhecimento dos principais fenômenos naturais, cursos que abarcam os principais fenômenos naturais e suas consequências nas diversas regiões do estado, e Preparação de material didático (manual operativo) para auxiliar as solicitações. Para o nível municipal: Graduação em Proteção e Defesa Civil, S2ID, Mapeamento de área de risco, e Elaboração de projetos. Por último, para o nível comunitário: Noções básicas em Proteção e Defesa Civil, Primeiros socorros, Prevenção de incêndio, e Acidentes do lar e do trabalho.

As demandas de formações sugeridas e discutidas pela plenária da oficina de Pernambuco estão apresentadas na Tabela 24.

TABELA 24
DEMANDA DE FORMAÇÕES EM PERNAMBUCO

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Genérico	Básico em proteção e Defesa Civil	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Básico em GRD	Gestores, agentes de todos os níveis e secretarias públicas
	Genérico	Legislação voltada a GRD	Gestores e agentes de todos os níveis
	Genérico	Atendimento à população vulnerável	Agentes de todos os níveis
Avançado	Prevenção e Preparação	Mapeamento de áreas de risco	Coordenadores e agentes da área técnica
	Prevenção e Preparação	Monitoramentos e séries históricas	Coordenadores e agentes da área técnica
	Prevenção e Preparação	Climatologia	Coordenadores e agentes da área técnica
	Prevenção e Preparação	Geologia	Coordenadores e agentes da área técnica
	Prevenção e preparação	Hidrologia	Coordenadores e agentes da área técnica
	Prevenção, Preparação, Mitigação, Resposta e Recuperação	Técnico em Proteção e Defesa Civil	Agentes de todos os níveis
Especializado	Prevenção e Resposta	Prevenção e combate a incêndios	Agentes de todos os níveis
	Prevenção, Preparação, Mitigação, Resposta e Recuperação	Gestão de Risco de Desastres	Coordenadores e agentes técnicos
	Prevenção, Preparação, Mitigação, Resposta e Recuperação	Liderança de equipe	Coordenadores e agentes técnicos
	Prevenção, Preparação, Mitigação e Resposta	Movimentação de massa	Coordenadores e agentes técnicos
	Resposta	Comando e controle de incidentes	Coordenadores e agentes técnicos
	Resposta	Psicologia dos desastres	Agentes técnicos
	Resposta	Primeiros socorros	Agentes de todos os níveis
	Prevenção, Resposta e Reconstrução	Análise de estruturas	Agentes técnicos

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

Uma das maiores deficiências do agente de Proteção e Defesa Civil é a falta de conhecimento adequado de sua própria função e seu próprio papel dentro da Proteção e Defesa Civil. Como possíveis causas para tal insuficiência, foram apontadas a alta rotatividade dos agentes de Proteção e Defesa Civil e a falta de incentivo dos gestores públicos. Tornou-se evidente a necessidade de internalizar os conceitos de GRD para

todos os níveis dos agentes de Proteção e Defesa Civil no estado.

Para o desenho e formato das futuras ofertas formativas em GRD, os métodos de preferência escolhidos foram o presencial e o semipresencial. O tempo que a organização poderia disponibilizar foi de um mês e em relação ao tipo de formação: Graduação Tecnológica, curso periódico de atualização, a Pós-Graduação, curso técnico (mais de 40 horas) e curso de curta duração (menos de 40 horas) foram as preferências dos participantes. O local da formação escolhido ficou entre o município e a capital do estado e foi dado destaque a um treinamento (curso ou módulo) sobre o Movimento de Massa.

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

PERNAMBUCO			
SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO , BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO			
TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Regional, municipal, e comunitário	25
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Municipal e comunitário	10
Avançado	Prevenção e Mitigação	Estadual, regional, e municipal	8
	Preparação e Resposta	Regional e municipal	10
	Curso de enfrentamento de Risco ao nível Local	Municipal e comunitário	20
	Recuperação	Estadual, regional, e municipal	8
Especializado	Prevenção na empresa	X	X
	Curso de GRD para gestores comunitários	Municipal e comunitário	4
	Comunicação, sensibilização e articulação	Estadual, regional, e municípios prioritários	10
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado e/ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Estadual e regional	2
	Sensibilização nas escolas primária e secundárias	X	X
	Formação de formadores	Regional	3
Total			100

OPORTUNIDADES

Parcerias com órgãos como a CREA-PE, CODECI-PE, Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Exército Brasileiro, SAMU, Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco e a Universidade Federal de Pernambuco poderiam agregar à experiência de especialistas nos processos de formação. Além disso, é importante雇用 agents de Proteção e Defesa Civil do Estado com grande experiência em GRD para que sejam formadores de outros agentes, e assim, poderem auxiliar na aplicabilidade dos conhecimentos repassados durante os cursos.

Dessa forma o método para as capacitações e formações escolhido foi o presencial, pois além da questão econômica, tal método, segundo eles, é essencial para a consolidação do aprendizado prático. O modo virtual contribuiria para a parte teórica, o que poderia diminuir os

custos. No entanto, para tal, as Defesas Civis devem estar preparadas em termos de equipamentos.

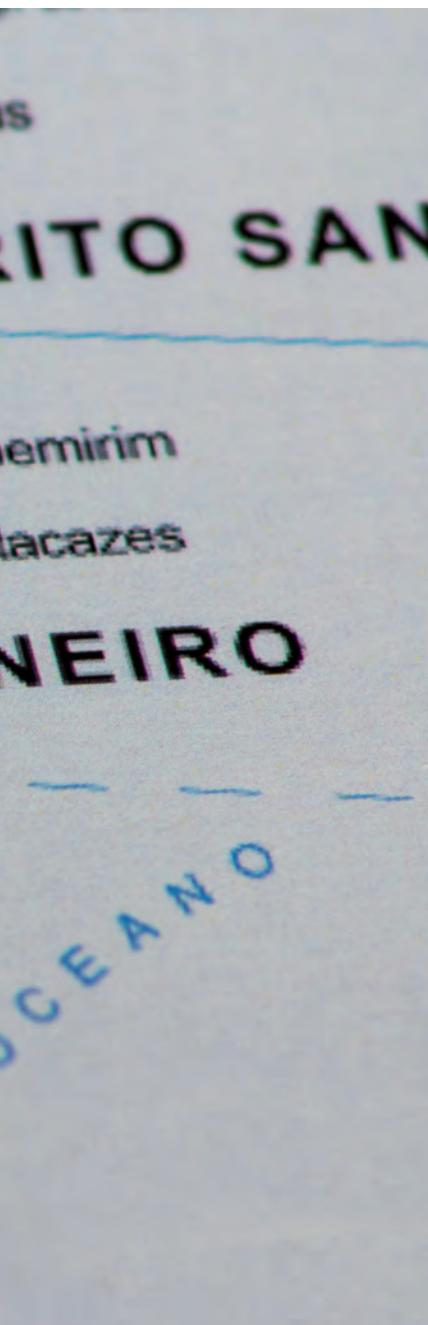
Diversas soluções foram encontradas para viabilizar as formações demandadas. Em primeiro lugar os agentes de Pernambuco preferem receber capacitações dentro dos próprios municípios, devido à carência de recursos financeiros e também de pessoal, além do fato de algumas Proteções e Defesas Civis terem poucos membros, o que dificulta a liberação para atender as formações. O conhecimento dos agentes da Proteção e Defesa Civil no estado de Pernambuco em relação ao que é a Proteção e Defesa Civil e sobre a GRD é bastante diferenciado, e a maioria deles sente deficiência em termos de capacitação e formações. Uma solução apontada seria a inclusão de parcerias com órgãos do estado, tais como, o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco e a própria CODECIPÉ.





11/ **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

CONTEXTUALIZAÇÃO



A partir do ano 2000, houve no estado do Rio de Janeiro um crescimento na quantidade de órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil. Este fenômeno se deu em decorrência das diretrizes federais e estaduais de ampliação da rede de Proteção e Defesa Civil no Brasil. Ressaltamos que, em alguns municípios, ainda não há ou não foi regulamentada a atuação do órgão de Proteção e Defesa Civil. A maior parte dos municípios do estado tem o órgão de Proteção e Defesa Civil inserido na administração direta com exceção apenas de um município, Angra dos Reis, no qual a Proteção e Defesa Civil é órgão com relativa autonomia, o que implica uma maior autonomia administrativa.

No referente à estrutura administrativa da Proteção e Defesa Civil municipal no estado do Rio de Janeiro, um tema recorrente é o grau de autonomia e de poder decisório dos órgãos de Proteção e Defesa Civil. Entre os participantes da oficina, houve a perspectiva generalizada de consolidar os órgãos de Proteção e Defesa Civil sob a forma de secretaria municipal, fortalecendo o posicionamento das instâncias de Proteção e Defesa Civil na hierarquia administrativa do município, dotando-as de maior capacidade decisória e de articulação interinstitucional. Tal perspectiva está baseada na ideia de que um maior ou menor grau de subordinação hierárquica é decorrente da caracterização institucional dos órgãos de Proteção e Defesa Civil na estrutura administrativa.

Outro ponto relevante em respeito ao corpo funcional no estado, refere-se aos dirigentes dos órgãos municipais de

Proteção e Defesa Civil. Constata-se que a maioria dos titulares possuem cargos comissionados e que apenas oito titulares são concursados. É fundamental ressaltar que nos órgãos de Proteção e Defesa Civil municipal há um número reduzido de funcionários especializados como engenheiros, arquitetos e geólogos. Dois municípios, São Gonçalo e Rio de Janeiro, contam com um número satisfatório de engenheiros ou arquitetos, o que os destaca dos demais municípios.

CAPACIDADES EXISTENTES

O estado do Rio de Janeiro apresenta uma situação particular em relação aos conhecimentos e capacidades em GRD. Devido às ocorrências de desastres no estado, nos últimos anos houve investimento na estrutura da Proteção e Defesa Civil e também na formação e qualificação dos agentes, através da criação da Escola de Proteção e Defesa Civil (ESDEC-RJ).

Com relação aos conhecimentos gerais sobre GRD, o grupo diagnosticado demonstrou um acúmulo satisfatório de informações. Os conceitos básicos foram citados pelos participantes das oficinas, demonstrando uma boa compreensão

sobre os procedimentos relativos à Resposta, Recuperação, Mitigação, Preparação e Prevenção.

Com relação à normativa, observamos que apesar do pouco tempo de promulgação da PNPDEC no Brasil, há no Rio de Janeiro uma grande preocupação no sentido de implementar as diretrizes contidas nesta normativa. A maioria dos participantes do diagnóstico foi capaz de citar, ao menos parcialmente, os preceitos da lei 12.608, referindo-se a ela nas suas ações. Também foram citadas a PNPDEC e em menor grau o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Nacionais.

No tocante aos conhecimentos relacionados à gestão propriamente dita, os agentes de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro apresentam claro entendimento sobre o funcionamento do SINPDEC, sendo capazes de citar as atribuições dos órgãos e dos níveis federativos. Destacaram atividades em planejamento, articulação e execução dos programas, projetos e ações de Proteção e Defesa Civil. O CONPDEC também foi citado na fala dos agentes.

Quando indagados sobre a capacidade de articulação e de interinstitucionalidade, apesar de reconhecerem a existência de uma condição

TABELA 25

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM RIO DE JANEIRO

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
União	<ul style="list-style-type: none">• Definição de atribuições para cada agência• S2ID
Estado	<ul style="list-style-type: none">• Escola de formação em Defesa Civil (ESDEC)• Ação Articulada multisectorial com as secretarias de governo• Mapeamento de risco e vulnerabilidades através de um sistema integrado de informações.
Município	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de resposta• Conhecimento da realidade local• Articulação comunitária
Regional	<ul style="list-style-type: none">• Momento político favorável pela nova legislação (em implementação)• Oferta formativa

favorável para esta articulação, principalmente verticalmente com a SEDEC/RJ, e a SEDEC, os agentes consideraram que ainda há necessidade de reforçar esta articulação, principalmente horizontalmente entre municípios de uma mesma área através das REDECS.

O grupo em tela apresentou condições técnicas razoáveis para o desempenho das funções organizacionais da GRD, seja na fomentação da articulação interinstitucional, na formulação de políticas e planos, e na realização de diagnósticos e análises. Foi possível observar a necessidade de reforço principalmente nas capacidades de orçar e gerir os programas e projetos.

Quanto às capacidades especializadas havia uma vasta variedade de profissionais envolvidos com a Proteção e Defesa Civil no Estado, incluindo de especialidades como assistentes sociais, psicólogos, geógrafos, meteorologistas, engenheiros, além dos bombeiros militares que formam a maioria dos agentes estaduais. Com relação à sociedade civil há uma boa relação, com partici-

pação efetiva da Cruz Vermelha, na articulação de voluntários e também de outras instituições como igrejas e clubes de moradores.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

O estado do Rio de Janeiro apresentou, de modo geral, a melhor condição no tocante à GRD entre os estados da região sudeste. No entanto, essa realidade não se apresenta nos municípios menores, os quais ainda encontram dificuldades principalmente na estruturação física e das equipes, as quais na opinião dos participantes depende do interesse político dos prefeitos com relação à temática da Proteção e Defesa Civil. Um dos problemas relacionados à mesma é a alta rotatividade dos agentes públicos, muitas vezes formados por funcionários temporários. Essa falta de constância nas equipes foi apontada pelos participantes como o principal entrave no desenvolvimento de uma cultura em

TABELA 26

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADOS POR NÍVEL FEDERATIVO NO RIO DE JANEIRO

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
União	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o SINPDEC • Fortalecer a conscientização dos gestores municipais em relação à legislação sobre GRD
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar as ações regionalizadas, através das REDECS reforçando a articulação com os municípios • Implementar um sistema de monitoramento e coleta de dados com os municípios e o nível federal • Criar uma Equipe técnica especializada própria
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar as capacitações no território • Estruturar as COMDECs
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar as ações de GRD nos municípios que não têm Proteção e Defesa Civil organizada. • Reforçar as ações de prevenção, mitigação e recuperação nos municípios e construir uma nova cultura de GRD • Promover entre os agentes e gestores o conhecimento da legislação vigente sobre Proteção e Defesa Civil • Fortalecer a articulação com a comunidade
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a criação das NUDECs

GRD. Portanto, mesmo considerando os recursos técnicos existentes no estado, o Rio de Janeiro ainda apresenta, em âmbito geral, muita carência na GRD. Tais carências estão concentradas principalmente nos municípios pequenos, os quais têm menor arrecadação e maior vulnerabilidade.

No tocante às deficiências e desafios ao nível de capacidades em GRD, podemos afirmar que há no Rio de Janeiro duas realidades distintas. A primeira diz respeito ao nível estadual, da capital e de municípios maiores, ou dos que sofreram algum desastre recente com notoriedade nacional, e, portanto foram alvos de investimentos federais. A segunda realidade engloba os outros municípios do estado, que de modo geral, enfrentam dificuldades básicas para a realização de suas funções.

No primeiro caso os principais desafios dizem respeito à capacidade na gestão, seja na implementação dos conceitos do ciclo de GRD, seja nas capacidades administrativas, especialmente no que se refere à execução e prestação de contas dos recursos destinados principalmente à Resposta e Reconstrução. Apesar de reconhecerem o au-

mento na facilidade ao acesso a estes recursos, os agentes ressaltaram a dificuldade no acompanhamento e controle de sua aplicação, os quais nem sempre estão a cargo do agente de Proteção e Defesa Civil. Apesar disso, o agente é o membro que sofre cobrança no que diz respeito à prestação de contas dos órgãos de fiscalização.

Com relação aos municípios que se enquadram no segundo caso, podemos afirmar que as principais dificuldades estão relacionadas à falta de compreensão dos conceitos de GRD.

Como ressaltado acima, o estado do Rio de Janeiro tem como principal desafio a capitalização das capacidades técnicas para a GRD, hoje concentradas no nível estadual e em alguns municípios de maior porte, havendo ainda relativa carência em áreas como comunicação para o desastre e nas áreas administrativas. Ressaltando a necessidade de captação e gerenciamento de recursos, recomendamos particular atenção com aos temas relacionados à legislação (lei 12.340).

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

TABELA 27

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM RIO DE JANEIRO

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Preparação	Curso Básico de Percepção de Risco Geológicos (CBPRG)	ESDEC	EaD	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Formação, Estruturação e Operacionalização de NUDEC ou COMDEC	ESDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso Básico de Percepção de Risco em Estruturas Edificadas (CBPREE)	ESDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Capacitação Básica de Proteção e Defesa Civil	ESDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Agentes para Ações Psicossociais (CAAP)	ESDEC	EaD	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso Operacional de Proteção e Defesa Civil (CODC)	ESDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
	Curso Básico de Emergências Radiológicas e Nucleares	ESDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso Básico de Socorrista	ESDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso Básico de Capacitação em Proteção e Defesa Civil	Proteção e Defesa Civil / Ministério Integração Nacional	Curta duração (8h)	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Capacitação Básica em Proteção e Defesa Civil	UFSC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Chefia e Liderança	SEMDEC	Curso técnico	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Gestão	DGDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso Básico de agentes de Proteção e Defesa Civil	DGDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Produtos Perigosos	DGDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Gerenciamento de Desastres	DEGDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Gerenciamento de Risco de Desastres e Acidentes Naturais	CPRM	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Formação de Proteção e Defesa Civil	Proteção e Defesa Civil de Macaé	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Capacitação de Proteção e Defesa Civil	Proteção e Defesa Civil de Angra dos Reis	Curta duração	Agentes públicos e de Defesa Civil
Prevenção	Administração e Planejamento para Redução de Desastres.	ESDEC	EaD	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Bases Administrativas para Gestão de Risco	ESDEC	Curta duração (40h)	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso Instrumental de Gerenciamento de Projetos em Proteção e Defesa Civil (CIGP)	ESDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Oficina Técnica Plano de Contingência	Proteção e Defesa Civil / Ministério Integração Nacional	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Marco de Ação de Jogo	Proteção e Defesa Civil / Ministério Integração Nacional	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Prevenção Contra Desastres Naturais	Proteção e Defesa Civil / Ministério Integração Nacional	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Resposta	Pós-graduação em Inteligência e Gestão em Proteção e Defesa Civil	UFRJ	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Mestrado em Proteção e Defesa e Segurança Civil	UFF	Longa duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Cursos de Avaliação de Danos	ESDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Acidentes com Produtos perigosos	Corpo de Bombeiros	Seminários	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Salvamento em Altura	Corpo de Bombeiros	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Contra Incêndio e Pânico	Corpo de Bombeiros	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Atendimento Pré- Hospitalar	SEMDEC	EaD	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Gerenciamento de Abrigos Temporários (CGAT)	ESDEC	Curta duração (40h)	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Combate a Incêndio	SEMDEC	Curta duração - EaD	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Capelania Pós Desastre	SEMDEC	Curta duração (40h)	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
Reconstrução	Produtos Perigosos	SEMDEC	Curta duração (40h)	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	AVADAN	REDEC / DGDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Noções de Primeiros Socorros	REDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Prevenção de Incêndio	REDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Primeiros socorros	Cruz Vermelha	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	1ª Resposta em Acidentes com Carga Perigosa	COSIDEC	Curta duração (40h)	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Primeiros Socorros	COSIDEC		Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Rapel e Socorro em Altura	COSIDEC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Combate a Princípio de Incêndio	ELETRONUCLEAR	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
Reconstrução	S2ID	Proteção e Defesa Civil / Ministério Integração Nacional	EaD	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Curso de capacitação dos Gestores da Proteção e Defesa Civil para uso do S2ID	UFSC	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil

Com relação à oferta formativa, o estado do Rio de Janeiro apresentou grande variedade de temas abordados. Podemos afirmar que há uma boa cobertura temática dos cursos oferecidos, sendo as formações relacionadas com a Preparação as com maior representação neste universo. Com relação aos conteúdos, destacamos os cursos básicos em Proteção e Defesa Civil que são ministrados pela ESDEC, REDECS e também por algumas COMDEC, e os cursos relacionados com a Resposta ao desastre AVADAN, Noções de Primeiros Socorros e Prevenção de Incêndio.

Os temas seguintes foram destacados como tendo carência de conteúdos:

- Percepção do risco: orientados principalmente aos agentes de cidades pequenas que necessitam tomar decisão sobre estruturas e deslizamentos;
- Mobilização de voluntários: visto que há um sentimento de solidariedade muito forte na sociedade e os voluntários são uma força auxiliar no atendimento aos desastres, mas que sem a devida capacitação técnica, essa força voluntária se transforma em um problema a ser gerido pelo agente no campo;
- Comunicação de risco: apesar de o estado apresentar algumas experiências neste sentido, como exemplo, a parceria com uma empresa de telefonia para a gratuidade do SMS de alerta de desastre, a maioria dos agentes sente dificuldade em conseguir uma resposta rápida aos alertas à comunidade; à elaboração e acompanhamento de projetos de capacitação de recursos e aos cursos práticos sobre a gestão do risco de desastres.

No tocante às abordagens sobre grupos minoritários como mulheres, idosos, LGBT, e pessoas com deficiência, estas são de modo geral incipientes, representando a maior carência dos cursos oferecidos no Rio de Janeiro.

No quesito satisfação a maioria dos cursos foi avaliada como bom e ótimo, reafirmando a boa situação do estado em relação à formação dos agentes. Como pontos positivos foram destacados o conteúdo satisfatório dos cursos e a permanência da oferta que é realizada todos os anos, principalmente pela ESDEC. Os pontos negativos dizem respeito à falta de aulas práticas e à carência de material.

A oferta dos cursos foi considerada muito útil para o desenvolvimento das atividades dos agentes de Proteção e Defesa Civil. Essa também foi considerada de fácil acesso, tendo em vista que os cursos são ministrados tanto na sede da ESDEC quanto em municípios polos, a fim de facilitar o acesso dos outros municípios da região.

PROSPECÇÃO: DEMANDA DE OFERTA FÓRMATIVA

Os agentes de Proteção e Defesa Civil do estado do Rio de Janeiro apresentaram uma demanda por cursos relacionados com a Preparação, Prevenção e Resposta a desastres, quando analisado por nível federativo. Devemos considerar que no nível estadual existe uma boa oferta de formações básicas, que atende a um número razoável de municípios. Esta oferta deve ser incrementada principalmente com cursos avançados e especializados. A instância municipal carece de formações básicas com um enfoque generalista que possam fornecer um conteúdo mínimo para a ação. As formações básicas seriam direcionadas principalmente aos municípios de menor porte, onde ainda há pouca especialização na Proteção e Defesa Civil. Já para os municípios de maior porte e para o nível estadual seriam destinadas formações avançadas.

TABELA 28
DEMANDA DE FORMAÇÕES EM RIO DE JANEIRO

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Proteção e Defesa Civil em Geral	Sensibilização e Conscientização da População sobre o Risco de Desastres	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Processos administrativos e organizacionais em Proteção e Defesa Civil	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Curso de legislação para embasar a ação do agente de Proteção e Defesa Civil	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Abordagem psicossocial em situações de desastre	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Como montar um Núcleo Comunitário de Defesa Civil	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Ações de Defesa Civil (administrativo e prática)	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Noções de administração e gestão	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Mobilização social e trabalho voluntário	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Proteção e Defesa Civil em Geral	Curso Prático sobre Percepção de Risco	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Curso de elaboração de projetos para captação de recursos em GRD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Avançado	Recuperação	Identificação e avaliação de danos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Capacitação na plataforma S2ID	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Logística	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Atendimento Psicossocial as famílias afetadas e aos profissionais de GRD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Planos de contingência	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Informação e comunicação	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Preparação e Resposta	Manuseio de produtos químicos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de risco e gestão de desastres nos municípios	Planos de contingência e desenvolvimento GRD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de risco e gestão de desastres nos municípios	Primeiros Socorros	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de enfrentamento de risco (local)	Avaliação de Danos	Agentes de Proteção e Defesa Civil

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
	Curso de enfrentamento de risco (local)	Aspectos básicos de combate a incêndios urbanos	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de enfrentamento de risco (local)	Comunidades seguras	Agentes de Proteção e Defesa Civil

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

Os agentes da Proteção e Defesa Civil no Rio de Janeiro se auto avaliaram habilitados para promover a articulação de conhecimentos e capacidades para garantir uma adequada sinergia interinstitucional, seja horizontalmente ou verticalmente. Os agentes relacionaram principalmente as qualidades político-administrativas de interação no sistema nacional, ressaltando a boa articulação estadual com a DEGDEC, a qual permite um acesso rápido aos agentes de ponta no tocante as ações de GRD.

Outro ponto fundamental refere-se ao amadurecimento da relação com a SEDEC. Para os agentes do Rio de Janeiro, nos últimos anos, há uma maior proximidade com o órgão federal, a qual ainda é mais debilitada nos municípios de menor porte. Quando indagados a respeito da relação horizontal ressaltaram como ponto positivo a organização das REDECs, que promovem esta articulação de forma sistemática, e o uso de tecnologias tanto no mapeamento de riscos quanto na divulgação do conhecimento, facilitando esta articulação entre os municípios.

Já em relação às capacidades no desempenho das suas funções organizacionais, a maioria dos agentes apontou as suas experiências profissionais como principal qualidade para subsidiar as atividades de GRD. Para eles o fato de terem participado em eventos de alta complexidade permitiu observar a execução de vários conceitos de GRD. Este conhecimento prático na área

permite um melhor posicionamento em relação às suas funções organizacionais.

Outro fator citado foi a preparação das comunidades na “minimização”, ou seja, na mitigação dos riscos de desastres. Para os participantes da oficina a articulação e a mobilização comunitária são elementos que reforçam a operacionalização em relação às suas atividades. Nesse sentido, é necessário capacitar os núcleos comunitários ressaltando o esforço na propaganda e na integração comunitária. Pontuou-se ainda a existência da ESDEC-RJ, a qual tem papel central na capacitação técnica continuada dos agentes de Proteção e Defesa Civil.

No tocante às capacidades individuais, os agentes apresentaram-se de forma ambígua. Apesar de se reconhecerem capacitados, todos se consideram carentes de informações e conhecimento à respeito do tema. Como fatores favoráveis assinalaram o conhecimento técnico para a execução das atividades relacionadas à sua função, e a preparação psicológica como um fator determinante para uma ação em situação de emergência. Mencionaram também o conhecimento de chefia e liderança, consideradas como primordiais para o desenvolvimento satisfatório da função.

Com relação às capacidades na GRD com enfoque de gênero e com abordagens diferenciadas para populações vulneráveis, há de fato pouca habilitação para o tema. A maioria dos entrevistados se referiu à questão sob a perspectiva educacional, remetendo-se principalmente às ações de divulgação nas escolas para disseminar os conceitos de GRD. Tal aspecto representa uma iniciativa importante para a gestão com um

todo, mas que não contempla as necessidades de atenção abrangentes aos públicos de crianças, idosos, pessoas com deficiência, populações indígenas, LGBT, e pessoas vulneráveis por migração e deslocamento.

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

Consideramos que uma estratégia de formação para o Rio de Janeiro deve ser orientada no sentido de abranger os municípios menores. Para tanto, é preciso primordialmente a realização de articulação com ESDEC-RJ para ampliar o alcance das formações.

OPORTUNIDADES

Entre os estados selecionados para as oficinas da região do sudeste, o Rio de Janeiro é o que apresenta as melhores condições com relação à GRD. Os agentes do Rio de Janeiro, de um modo geral, consideraram que estão bem capacitados para identificar (perceber) as ameaças e as vulnerabilidades do território, uma vez que há no estado um mapa de risco que permite um bom entendimento das áreas de Risco e dos tipos de ameaças. No entanto quando questionados à respeito das capacidades de formular medidas para mitigá-los, a maioria dos agentes acredita que não existem meios necessários para efetivação da mitigação. Desse modo, consideram

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

RIO DE JANEIRO			
SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO , BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO			
TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Municipal e comunitário	15
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Municipal e comunitário	10
Avançado	Prevenção e Mitigação (ou Gestão de Risco de Desastres)	Municipal	20
	Preparação e Resposta	Municipal, estadual e comunitário	10
	Curso de Gestão Local para a Redução do Risco de Desastres	Municipal e comunitário	20
	Recuperação	Municipal, estadual e comunitário	5
Especializado	Prevenção na Empresa	Municipal, estadual	2
	Cursos de GRD para Gestores comunitários	Comunitário	5
	Comunicação, sensibilização e articulação	Municipal, estadual e comunitário	4
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado e/ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Municipal, estadual e comunitário	3
	Sensibilização nas escolas primárias/ secundaria	Municipal, estadual e comunitário	3
	Formação de formadores	Municipal	3
Total			100

urgente a definição de medidas para promover integração dos vários órgãos estatais com a Proteção e Defesa Civil.

Este cenário tem uma grande relevância já que o estado pode ser um ponto de apoio para a implementação de políticas de treinamento dos agentes de Proteção e Defesa Civil da região, ou mesmo a nível nacional. A exemplo das cooperações internacionais, o estado tem um potencial de promover o intercâmbio e a troca de experiência disseminando a cultura da GRD dentro da Proteção e Defesa Civil, o que diminuiria as resistências tão comuns a qualquer mudança cultural.

Para a efetivação desse potencial inovador faz-se necessário reforçar no estado a noção de governança, ou seja, definições dos papéis de cada ente federativo na implementação da política. Como as ações de GRD no Rio de Janeiro foram pioneiras no sentido de mudança da concepção no enfretamento ao desastre, ainda há pouco entendimento entre os agentes da política como um sistema único. Nesse sentido, sugerimos seminários e encontros para debater o SINPDEC e a importância de cada nível para sua devida implantação. Também são consideradas importantes as ações dos COMDECs e do desenvolvimento de conselhos locais.





12/ **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

CONTEXTUALIZAÇÃO



A Proteção e Defesa Civil do estado do Rio Grande do Sul surgiu com o Decreto Estadual nº 20.357 do dia 9 de julho de 1970, o qual designou que a estrutura fosse composta sob a forma de sistema estabelecendo a CEDEC, dirigido por um coordenador indicado pelo governador do estado. O Decreto nº 23.823 de 12 de março de 1975 estabelece a constituição de comissões municipais de Proteção e Defesa Civil. Em outubro de 1979 é promulgado o Decreto nº 29.149, onde é estabelecido o caráter de atuação permanente da Proteção e Defesa Civil, que, em situações normalidade, deveria desenvolver ações preventivas, e, em situações de anormalidade, ações de resposta e recuperação. Neste Decreto foi estabelecida a criação das REDECs, entretanto, estas somente vieram a se estruturar anos mais tarde. Além disso, através deste Decreto a função de coordenador estadual passou a ser do Chefe da Casa Militar do Gabinete do Governador do Estado, conformação adotada até os dias atuais.

A estrutura da Proteção e Defesa Civil estadual é dada pela articulação de diferentes divisões, listadas a seguir. A Divisão Administrativa e de Comunicação Social (DACS), cujas funções caracterizam-se principalmente pela coordenação das unidades da Proteção e Defesa Civil, integração com a comunidade, fluxo de documentos, e elaboração de relatórios. A Divisão de Assistência às Comunidades Atingidas (DACA), cujo trabalho concentra-se em avaliar os danos de desastres e gerenciar os suprimentos. A Divisão de Apoio Técnico (DAT), que realiza e orienta atividades de supervisão, vistoria e perícias. A Divisão de Relações

Comunitárias (DRC), que atua no cadastramento e treinamento de voluntários, acompanhamento de programas sociais e integração da Proteção e Defesa Civil estadual e municipal. A Divisão de Convênios (DC), que tem atividade referente à oficialização de decretação do estado de emergência ou calamidade das localidades atingidas, além de fiscalizar a aplicação dos recursos liberados. O Centro de Operações da Proteção e Defesa Civil, que tem como função coordenar e centralizar a comunicação das atividades da CEDEC, auxiliando nas ações de prevenção, socorro, assistência, reabilitação e a reconstrução das localidades atingidas por desastres. Por fim, a estrutura da Defesa Civil Estadual conta com 11 REDECs distribuídas pelo estado.

O estado iniciou um fortalecimento da cultura de GRD com enfoque na prevenção através da implementação de alguns projetos, dentre os quais se destaca o projeto de Proteção e Defesa Civil nas comunidades. Além disso, a CEDEC tem realizado constantemente, em todas as regiões do estado, simulados de desastres visando uma melhor preparação da população para o momento de ocorrência dos mesmos.

CAPACIDADES EXISTENTES

Os agentes de Proteção e Defesa Civil do estado se auto-avaliaram com nível de conhecimento médio em relação à GRD, sendo que este nível é ligeiramente mais elevado entre os coordenadores. Nos âmbitos estadual e regional há grande proximidade da estrutura da Proteção e Defesa Civil com as Forças Militares, por isso existe uma capacidade satisfatória de resposta aos desastres, com habilidades de logística para implementação de intervenções. As operações de apoio às comunidades atingidas por estiagens, granizo e inundações, entre outros, refletem bem esta capacidade.

A CEDEC tem boa articulação com secretarias do estado, tais como secretaria de obras e educação. A articulação vertical tem sido realizada de

maneira satisfatória entre os níveis federal, estadual, regional e, até mesmo, alcançando certa parte dos municípios. Os projetos desenvolvidos pelo estado procuram estar em sintonia com as diretrizes estabelecidas pelo governo federal. A estruturação da Proteção e Defesa Civil em regionais criou um canal de comunicação entre os municípios e o estado, o que é de grande serventia para aprimoramento da articulação do SINPDEC. Entretanto, ressalta-se que este elo de articulação ainda pode ser aperfeiçoado.

O nível de conhecimento sobre as normativas em GRD foi auto-avaliado como médio pela maioria dos participantes. A maior parte dos agentes sente-se familiarizado com a Lei 12.608/2012, ainda que de maneira superficial. Os agentes de direção e coordenação, em geral, têm maior conhecimento sobre a estruturação e funções específicas do SINPDEC do que os agentes operacionais. Entretanto, aqueles que demonstram domínio completo de tais conhecimentos ainda representam uma pequena porcentagem em qualquer das categorias definidas de agentes.

Atualmente existe um aumento da oferta, ainda menor que a demanda, de formações a nível nacional e estadual. Embora nem todos tenham acesso às formações, elas proporcionam um aumento das capacidades, em especial das funcionais, de alguns agentes. Está se avançando mais rapidamente às adequações para uma GRD satisfatória com o oferecimento de mais formações e uma mudança de cultura para o fortalecimento da GRD, principalmente devido a maior recorrência dos desastres e interesse das autoridades em prevenir ou mitigar os impactos dos mesmos.

O estado desenvolve projetos que culminam em ações relacionadas à GRD, os quais podem ser caracterizados como “boas práticas”. Referentes a estratégias de prevenção, a CEDEC vem desenvolvendo o projeto Proteção e Defesa Civil na Comunidade. O projeto é voltado para crianças do ensino fundamental, um público vulnerável, onde são ensinados conhecimentos referentes à identificação de áreas de risco, preservação do

meio ambiente, separação de lixo, questões de cidadania e solidariedade. As crianças que participam das formações recebem material didático específico, uniforme e certificado de agente Mirim da Proteção e Defesa Civil. O projeto Agente Mirim é uma parceria entre o governo do Estado e CEDEC. Em uma perspectiva de comunidade, estas crianças tornam-se multiplicadoras do conhecimento adquirido, expandindo as fronteiras do projeto da sala de aula até os limites da comunidade.

Está se implementando no estado do Rio Grande do Sul o Sistema de Gestão em Proteção e Defesa Civil (SGDC), uma plataforma de gerenciamento de dados que permite a gestão de informações categorizadas por município, referentes a ocorrência de eventos adversos; áreas de perigo; características físicas, políticas, sociais e organizacionais; instituições de apoio e locais propícios para formação de abrigos, entre outras. A plataforma integra também os mapeamentos de risco relacionados a inundações e escorregamentos realizados pela CPRM. Através do sistema, os agentes são estimulados a desenvolver a Análise Preliminar de Perigo (APP), que consiste em uma técnica qualitativa e quantitativa para a identificação de possíveis acidentes em uma determinada região ou município, e auxilia na elaboração dos planos de contingência. Além disso, o plano

de contingência municipal pode ser incorporado ao sistema, facilitando as ações de resposta no momento de ocorrência de desastres.

Sob uma perspectiva de implantação de um sistema padronizado de gerenciamento de desastres, juntamente com as APPs e os planos de contingência, a CEDEC vem realizando simulados em cidades ao longo de todo o território do Rio Grande do Sul. São realizados em torno de 15 simulados por ano sendo que, em algumas cidades pequenas, o nível de participação da população atinge 80%. Os simulados são transmitidos em tempo real pelo site da Proteção e Defesa Civil estadual. Atualmente foram desenvolvidos simulados na fronteira do estado com a participação de agentes da Proteção e Defesa Civil uruguaia. Os alunos do ensino fundamental que realizam as formações oferecidas pelo projeto Defesa Civil na Comunidade participam efetivamente dos simulados e podem colocar em prática o conteúdo teórico abordado em sala de aula. Assim, os simulados auxiliam também na agregação da comunidade em ações da Defesa Civil voltadas a GRD, facilitando a mobilização de voluntários.

O estado implantou o Centro de Operações da Proteção e Defesa Civil. O centro realiza o monitoramento de eventos adversos através de

TABELA 29

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO NO RIO GRANDE DO SUL

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
União	<ul style="list-style-type: none"> Apoio de órgãos técnicos (CPRM)
Estado	<ul style="list-style-type: none"> Boa articulação com as regionais Bom treinamento para resposta aos desastres Frequente realização de simulados Projeto Proteção e Defesa Civil na Comunidade Sistema de Gestão em Proteção e Defesa Civil
Município	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade de resposta
Regional	<ul style="list-style-type: none"> Boa articulação com o estado Boa articulação com a maioria dos municípios

informações obtidas de diversas instituições de monitoramento meteorológico Centro Estadual de Meteorologia (CEMETRS), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Centro de Informações de Recursos Ambientais e Hidrometeorologia de Santa Catarina (CIRAM)- entre outras- e monitoramento e alerta de desastres através do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres (CENAD).

A Proteção e Defesa Civil estadual também conta com o apoio do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), representado neste estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O CEPED/RS auxilia a Proteção e Defesa Civil estadual no desenvolvimento de capacitações e apoio técnico. Embora o centro tenha sido estabelecido há poucos anos, já tem atuado de maneira efetiva no apoio das ações da Proteção e Defesa Civil.

Em suma, as principais capacidades da Proteção e Defesa Civil do Rio Grande do Sul caracterizam-se por uma boa capacidade de resposta, associada tanto à estruturação militarizada da CEDEC quanto à frequente realização dos simulados de desastres. O projeto de Proteção e Defesa Civil na Comunidade, bem como o Sistema de Gestão em Proteção em Defesa Civil (GPDC), também caracterizam uma melhoria nas capacidades de GRD. A estrutura da CEDEC, composta por divisões específicas pode auxiliar na efetivação de uma cultura de fortalecimento da GRD.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

Inúmeras foram as dificuldades relatadas pelos agentes do estado na execução de suas atividades e promoção de uma cultura de GRD. Apesar da boa capacidade de resposta aos desastres, outras ações de GRD estão mais fragilizadas. Esta constatação é corroborada pelo fato de que a maioria dos agentes participa de mecanismos interinstitucionais que somente se reúnem em situações de emergência. Além disso, a capaci-

dade de resposta emerge mais em função das experiências práticas vivenciadas pelos agentes do que pela formação específica na área. Existe uma dificuldade de entendimento e diferenciação do que são ações de prevenção e mitigação, preparação, resposta e recuperação. Esta incapacidade dá origem a alguns problemas de estabelecimento de ações específicas de fortalecimento da GRD nestas áreas distintas.

O conhecimento das normativas relacionadas à GRD é demasiadamente superficial entre a maioria dos agentes. O mesmo ocorre para a composição, estruturação e funções gerais e específicas do SINPDEC. Isto acaba acarretando em uma falta de padronização de estrutura e procedimentos dentro da Proteção e Defesa Civil, o que dificulta os processos de comunicação e articulação. As REDECs, embora tenham melhorado a articulação entre municípios e estado, agrupam municípios que não compartilham de mesma estruturação e ideologia e, por isso, acabam tendo sua atuação limitada. Assim, a articulação e comunicação de alguns municípios com os mais altos membros federativos não é satisfatória. Além do mais, a articulação horizontal entre COMDECs de diferentes municípios poderia ser fortalecida. Como consequência haveria o aumento do raio de ação de medidas preventivas e da capacidade de resposta dos municípios envolvidos.

A CEDEC vem trabalhando na implantação de um sistema padronizado de gerenciamento de desastres, entretanto a iniciativa deve progredir no sentido de abranger um maior número de municípios. Muitos agentes relataram dificuldades no estabelecimento de protocolos e rotinas de ação no momento de ocorrência de desastres. Desta maneira, também fica constatada uma dificuldade na elaboração, interpretação e implementação de planos de contingência.

Os maiores desafios em relação às capacidades dos agentes concentram-se no nível municipal. E, dentro da esfera municipal, os pequenos municípios são os que mais sofrem com a falta de qualificação relacionada à Proteção e Defesa Civil. A Proteção e Defesa Civil funciona de forma

sistêmica, contudo, a realização da GRD em um sistema que não apresenta composição permanente, principalmente devido à rotatividade dos agentes nos municípios, é de extrema complexidade. Além disso, muitos municípios não têm estrutura para as COMDECs, que foram criadas porém sem as condições necessárias para atuar.

Isto demonstra uma grande adversidade relatada pelos agentes: a falta de comprometimento e conscientização dos gestores públicos, nos municípios, perante as funções e a atuação da Proteção e Defesa Civil. Esta adversidade causa inúmeras consequências que impactam diretamente na falta de capacidades dos agentes, dentre as quais algumas estão listadas a seguir. Gestores sem percepção podem ocasionar grande rotatividade dos agentes, o que impede o desenvolvimento de suas capacidades, além de desfavorecer os processos de articulação horizontal e vertical. Assim, quando um ciclo é encerrado, todo conhecimento construído se perde e é necessário recomeçar a partir de um nível básico. Em muitos municípios os coordenadores e agentes da Proteção e Defesa Civil acabam exercendo cargos duplicados, ou seja, somente dedicam-se às questões de Proteção e Defesa Civil quando estão livres de outros afazeres.

Além disso, pode haver dificuldades de liberação dos agentes para participação em processos de formação e aperfeiçoamento.

Há uma incapacidade de mobilização de recursos humanos e materiais (equipamentos, espaço físico e infraestrutura) para o cumprimento das funções específicas da Proteção e Defesa Civil dentro do município, gerada, entre outros fatores, também pela falta de comprometimento dos gestores. Nas COMDECs, geralmente não existe equipe técnica multidisciplinar, e a ausência de articulação com outros setores da prefeitura dificulta o desenvolvimento de projetos e ações especializadas. Assim, muitos municípios não têm acesso aos diagnósticos de vulnerabilidade, identificação das ameaças, mapeamento de áreas de risco, monitoramento e alerta, por exemplo. Isto resulta em uma grande incapacidade de percepção de risco e no estabelecimento, junto às comunidades, de uma cultura de percepção de risco e GRD. A falta de uma equipe técnica multidisciplinar atuando na COMDEC ou junto à mesma também resulta em grandes dificuldades na elaboração de convênios e termos de cooperação para angariar recursos financeiros para o desenvolvimento de medidas relacionadas à GRD.

TABELA 30

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO NO RIO GRANDE DO SUL

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar ações específicas de GRD além da resposta • Aprimorar a articulação com os municípios
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento da articulação entre estado e município
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação das COMDECs • Conscientização dos gestores • Estabelecimento de protocolos de preparação e resposta • Aprimorar o conhecimento da legislação • Melhoria da articulação com estado • Melhoria na articulação horizontal • Aperfeiçoamento da percepção de risco • Incentivar a criação de NUDECs • Aprimorar o manuseio do S2ID
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nas NUDECs

Foi constatado que grande parte dos agentes apresenta deficiências nas capacidades de avaliação de danos e prejuízos causados pelos desastres. As condições necessárias e o cálculo dos índices requeridos para decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública não são completamente compreendidos pelos agentes do estado e município, sendo que, em alguns locais, existe uma banalização da situação de emergência. O manuseio de ferramentas como o S2ID também não é de domínio completo dos agentes municipais.

As abordagens relacionadas às populações vulneráveis precisam ser mais enfatizadas, principalmente em relação às crianças, com a expansão do programa de Proteção e Defesa Civil na comunidade. Prioritariamente é necessário despertar uma cultura de autoproteção nas comunidades aumentando sua participação nas ações de GRD, incentivando a criação de NUDECs e melhorando a articulação do município com a população.

Assim, os principais desafios do estado são a implementação de uma cultura de GRD, onde ações são desenvolvidas em todos os âmbitos e com enfoque em prevenção; o conhecimento da estruturação e funcionamento do SINPDEC; o desenvolvimento de uma maior percepção de risco em todas as esferas, integrando a comunidade; e a promoção da conscientização dos gestores acerca dos assuntos referentes à Proteção e Defesa Civil.

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

A área específica da GRD em que há maior oferta formativa no estado é a resposta aos desastres. Existem inúmeros cursos ofertados que contemplam o sistema e as estruturas de Proteção e Defesa Civil. Os cursos voltados a outras temáticas específicas de GRD como prevenção, mitigação preparação e reconstrução, são em menor número. Não existem formações relacionadas ao planejamento e redução de risco de desastres

de maneira transversal. Embora os cursos voltados para prevenção tenham sido relatados em menor número, a grande maioria dos agentes afirmou já ter recebido formação nesta área, caracterizando a área de GRD na qual o maior número de agentes tem formação. O antagonismo entre o número de formações relatadas e a quantidade de agentes recebendo formações na área de prevenção pode estar relacionado com a dificuldade de discernimento sobre quais conhecimentos abrangem as áreas específicas da GRD. Os cursos não abordam perspectivas de gênero e populações vulneráveis. Desta maneira, a oferta formativa não abrange satisfatoriamente todas as áreas temáticas necessárias para a GRD.

As principais instituições ofertantes de formações para os agentes do estado são a SENASP e a própria CEDEC/RS. Em geral, todos os cursos oferecidos são satisfatórios e de utilidade para os agentes, cumprindo a finalidade pela qual foram oferecidos. Entretanto, os cursos voltados aos temas específicos de GRD trazem abordagens muito superficiais, com uma grande quantidade de conteúdo, porém sem contextualização e aprofundamento. Desta maneira, para aperfeiçoar a formação dos agentes os cursos carecem de abordagens práticas com os conceitos aplicados às circunstâncias locais.

Os agentes relataram problemas de acesso ao quadro de formações existente. Alguns cursos são oferecidos com uma baixa frequência e outros, como o curso de Planejamento e Administração para a Redução de Desastres (APRD) não são mais oferecidos. A SENASP oferta uma grande quantidade de formações, entretanto o acesso é limitado aos agentes que são profissionais da Segurança Pública. Com a intenção de replicar os cursos oferecidos a um público restrito, a CEDEC capacitou multiplicadores para tal função, como é o exemplo do curso oferecido sobre SCI. A replicação desta iniciativa poderia diminuir a dificuldade de acesso a determinados cursos. Constatou-se que o CEPEC/UFRGS, embora atue no apoio técnico à Proteção e Defesa Civil, não oferece formações aos agentes. O oferecimento de cursos, a partir do CEPED/UFRGS, sob demanda da Proteção e Defe-

sa Civil, poderia aumentar consideravelmente a quantidade e a qualidade técnica das formações.

Foram citados problemas de divulgação dos cursos e quantidade reduzida de vagas. Desta maneira é necessário que algumas formações sejam oferecidas mais frequentemente. Entretanto, os maiores problemas de acesso dos agentes estão relacionados à falta de tempo proporcionado

pela instituição para realização de formações, falta de reconhecimento e incentivos da instituição e distância das formações. Os agentes relataram que a falta de percepção e comprometimento dos gestores com os assuntos da Proteção e Defesa Civil impossibilita a participação dos mesmos nas formações, devido à ausência de incentivo financeiro e liberação de suas atividades por determinados períodos.

TABELA 31

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Prevenção e Mitigação	Administração e Planejamento para Redução de Desastres (APRD)	SEDEC	Curso técnico -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores
	Mapeamento de Riscos	CPRM	Curta Duração -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores
	Cidades Resilientes	Banco Mundial	Curta Duração -Presencial	Funcionários da prefeitura
Preparação	Plano de Contingência	REDEC	Curso técnico -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores
Resposta	Atendimento de Acidentes com Produtos Perigosos	Corpo de Bombeiros/ RS	Longa Duração -Presencial	Bombeiros militares e voluntários
	Curso Básico de Atendimento ao Trauma	Corpo de Bombeiros/ RS	Longa Duração -Presencial	Bombeiros militares e voluntários
	Psicologia das Emergências em Segurança Pública e Defesa Civil	Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)	Curso técnico -EaD	Agentes de Segurança Pública
	Sistema de Comando de Incidentes (SCI)	SENASP	Curso técnico -EaD	Agentes de Segurança Pública
	SCI	Divisão de Apoio Técnico CEDEC/RS	Curso técnico -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores
Abrigamento	CEDEC/RS		Curta Duração -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores
Emergência Aquática	Conselho Regional de Enfermagem - RS		Curso técnico -Presencial	Profissionais da Saúde

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Genérico	Emergência Clínica	Assistência Médica Internacional	Curso técnico -Presencial	Profissionais da Saúde
	Formação de Agentes de Defesa Civil	SENASP	Curta Duração -EaD	Agentes de Segurança Pública
	Gestão da Segurança da Sociedade Democrática	SENASP	Especialização -Semi-presencial	Agentes de Segurança Pública
	Capacitação Básica em Proteção e Defesa Civil	CEPED/UFSC	Curta Duração -EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID)	SEDEC	Curso técnico -EaD	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores
P2R2	Bases Administrativas em GRD	Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID)	Curso técnico -Presencial I	Gestores
	P2R2	CEDEC/RS	Curta Duração -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores
	Gestão de Proteção de Defesa Civil	CEDEC/RS	Curta Duração -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores
	Saúde, Desastres e Desenvolvimento	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Curta Duração -EaD	Profissionais da área de Saúde
	Curso Operacional de Proteção e Defesa Civil	REDEC	Curta Duração -Presencial	Agentes da Proteção e Defesa Civil e gestores

PROSPECÇÃO: DEMANDA DE OFERTA FÔRMATIVA

Os conteúdos referentes à demanda formativa solicitada pelo estado foram agrupados em três diferentes níveis: Básico, Avançado e Especializado. Esta separação de conteúdos reflete uma necessidade relatada pelos agentes, onde as formações deveriam ser continuadas e progressivas. De certa forma, também representa as prioridades de formação do estado, sendo o nível básico composto pelas formações de caráter fundamental para que qualquer agente da Proteção e Defesa Civil possa estabelecer o

desempenho de sua função. As capacitações do nível básico englobam conhecimentos necessários para que o agente entenda o contexto no qual está inserido, as atividades básicas a serem desempenhadas e a legislação elementar, a qual estabelece as diretrizes e fornece ferramentas para utilizar em seu trabalho. Os agentes municipais são os que demonstram maior fragilidade em suas capacidades e, por isso, devem ser priorizados no processo formativo.

Os agentes constataram que as formações relacionadas com o funcionamento e a gestão do Sistema de Proteção e Defesa Civil devem ser oferecidas, inclusive, aos gestores municipais e

funcionários de outras secretarias. Sem o conhecimento da importância do trabalho da Proteção e Defesa Civil, estruturação e funcionamento do SINPDEC e legislação relacionada a GRD, os gestores não têm a percepção necessária para que as ações relacionadas à GRD sejam priorizadas e a atuação dos agentes valorizada. Dessa forma, o oferecimento de formações aos gestores possivelmente diminuiria a rotatividade dos agentes de Proteção e Defesa Civil dos municípios. A inclusão de funcionários de outros setores da prefeitura nas formações agregaria a inter-setorialidade aos assuntos da Proteção e Defesa Civil, certamente alavancando o planejamento e implantação de ações de GRD.

Posteriormente a uma formação básica, as formações avançadas devem ser oferecidas no sentido de aperfeiçoar o desempenho dos agentes no cumprimento de suas atividades. Os agentes relataram que, devido a uma quantidade expressiva de conteúdos relacionados às suas atividades, não seria viável que apenas uma pessoa detivesse o conhecimento integral. Portanto, as formações deveriam ser oferecidas a grupos específicos de agentes, conforme a temática a ser tratada, em forma de módulos. Neste âmbito, também surgiram formações a serem oferecidas para agentes administrativos e do corpo técnico.

Uma grande debilidade dos agentes é a falta de capacidades para elaboração de projetos e convênios. Esta incapacidade está relacionada tanto às capacidades funcionais, de redação e estruturação dos documentos, como ao desconhecimento de vias de acesso a programas, editais e chamamentos de transferência de recursos. A ausência de projetos e convênios dificulta a obtenção de recursos para investimentos em prevenção, sendo uma debilidade para o fortalecimento da GRD. Desta maneira, uma formação específica para coordenadores e agentes administrativos nesta temática seria importante neste âmbito.

Existe um mau entendimento da Instrução Normativa 01/2012 por parte de muitos agentes,

referente aos critérios para decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública. As ferramentas de auxílio à Proteção e Defesa Civil, disponibilizadas pelo Governo Federal, foram descritas como objetos de dúvida para os agentes. Os agentes relataram dificuldades no preenchimento dos formulários do banco de dados do S2ID e no entendimento do funcionamento deste sistema. As condições de uso do cartão de pagamento da Proteção e Defesa Civil não são de conhecimento dos agentes. Desta maneira, esta categoria de conteúdos poderia ser um tema a ser abordado pelas formações.

Conteúdos de formações bastante enfatizados como sendo necessários referem-se às áreas temáticas de preparação e resposta aos desastres. Embora a estrutura da Proteção e Defesa Civil no estado esteja fortemente relacionada às Forças Militares, nos municípios de menor porte o mesmo não ocorre. Assim, os planos de preparação e resposta muitas vezes não estão presentes ou não estão estruturados. Desta maneira, a elaboração e interpretação de planos de contingência, o treinamento em SCI e o gerenciamento de abrigos poderiam ser abordados em uma formação específica com esta finalidade.

Alguns agentes demonstraram a consciência de que a GRD é feita por iniciativas que vão além da preparação e resposta aos desastres, então, formações foram indicadas neste sentido. O Programa de Proteção e Defesa Civil nas comunidades, onde as crianças são capacitadas e tornam-se multiplicadoras do conhecimento dentro de suas comunidades, foi abordado como um possível tema de formação. Assim, o Programa poderia ser disseminado pelos agentes das COMDECs. Os cursos de formação de NUDECs também seriam importantes sob a perspectiva de angariar a participação comunitária nas ações de GRD.

A percepção de risco deve ser aprimorada nos agentes. O conhecimento acerca dos fenômenos naturais, os quais caracterizam as ameaças, bem como noções de sociologia e psicologia, as quais poderiam auxiliar na avaliação da vulnerabilidade, podem auxiliar no desenvolvimento de uma

percepção de risco mais aguçada. Neste contexto, noções de geologia, hidrologia e meteorologia seriam relevantes para a atuação dos agentes. As noções de psicologia e sociologia auxiliariam no desenvolvimento de ações de cunho preventivo, e não somente reativo como comumente são utilizadas na abordagem pós-desastre. As noções de ameaças e vulnerabilidades poderiam ser tratadas por uma formação na temática de risco. Juntamente com as temáticas de identificação de áreas de risco, monitoramento, alerta e alarme, poderiam qualificar o agente para atuar de forma preventiva e mitigatória, implantando medidas em áreas de maior atenção.

Preocupados com a manutenção da oferta formativa no estado, um curso de formação para formadores, com enfoque nas temáticas básicas, foi requisitado pelos agentes. Este curso seria oferecido para pessoas específicas, com boa capacidade didática, e com experiência em Defesa Civil e GRD.

A grande maioria dos agentes optou pelo método de formação presencial, devido à possibilidade de abordagens práticas, a troca de experiências e a formação de uma rede de cooperação. Além disso, cursos presenciais são mais didáticos e geram resultados melhores que os cursos oferecidos à distância. O tempo disponível para os agentes participarem de formações é, em média, de 15 dias por ano. Foi relatado que há

grande dificuldade de liberação dos agentes por parte dos gestores para formações contínuas com mais de três dias de duração.

As cidades sede das REDECs seriam os locais ideais para a realização das formações. Acredita-se que formações muito distantes dos municípios implicariam em problemas de acesso por falta de apoio financeiro e disponibilidade de tempo. Em contraponto, o fato de estarem fora de seus municípios facilitaria com que os alunos pudessem se dedicar exclusivamente à formação, deixando de lado outras tarefas a serem realizadas em seus municípios. Os agentes demonstraram grande interesse pela realização de cursos técnicos de longa duração. No entanto, considerando o tempo disponível para a formação, tais cursos não teriam viabilidade. Existe uma demanda por cursos de pós-graduação, entretanto seriam destinados somente a algumas pessoas-chave dentro do sistema.

Em suma a principal demanda formativa do estado refere-se a conteúdos básicos de estruturação, funcionamento e operação da Proteção e Defesa Civil. O enfoque das formações deve estar nos agentes municipais. As formações teriam a duração aproximada de três dias, se dariam de forma presencial, sendo realizadas no município sede da REDEC. Para uma formação continuada, as formações deveriam ser oferecidas em módulos sequenciais.

TABELA 32
DEMANDA DE FORMAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Resposta	Primeiros socorros	Agentes municipais e comunais
	Genérico	Capacitação básica em Proteção e Defesa Civil	Todos os agentes
	Genérico	Legislação relacionada a GRD	Gestores e agentes
	Genérico	Estruturação e funcionamento do SINPDEC	Gestores e agentes

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Avançado	Prevenção e Mitigação	Identificação de áreas de riscos	Agentes municipais
	Prevenção e Mitigação	Monitoramento, alerta e alarme	Todos os agentes
	Prevenção e Mitigação	Noções de hidrologia, geologia, meteorologia e cartografia	Agentes municipais
	Prevenção e Mitigação	Percepção de Risco	Todos os agentes e comunidade
	Prevenção e Mitigação	Proteção e Defesa Civil nas comunidades	Agentes municipais e comunais
	Preparação	Elaboração e Interpretação de planos de contingência	Agentes municipais
	Resposta	SCI	Agentes municipais
	Resposta	Montagem e gerenciamento de abrigos	Todos os agentes
	Resposta e Reconstrução	Cartão de Pagamento da Proteção e Defesa Civil	Coordenadores municipais
	Genérico	Noções de sociologia e psicologia dos desastres	Agentes municipais
	Genérico	S2ID	Agentes administrativos
	Genérico	Elaboração de registros, relatórios e formulários	Agentes administrativos
	Genérico	Implantação de NUDEC	Coordenadores
	Genérico	Logística e mobilização de pessoas	Agentes municipais e comunitários
	Genérico	Elaboração de convênios e projetos	Coordenadores e agentes administrativos
Especializado	Prevenção e Mitigação	Processos Hidrológicos e Geológicos	Corpo técnico
	Prevenção e Mitigação	Noções de planejamento urbano (arquitetura)	Coordenadores municipais
	Prevenção e Mitigação	Cidades resilientes	Gestores e coordenadores
	Resposta e Reconstrução	Assistência social e jurídica pós-evento	Corpo técnico
	Genérico	Saúde e vigilância sanitária (Santarmismo)	Corpo técnico
	Genérico	Noções de engenharia estrutural	Corpo técnico
	Genérico	Aprofundamento em S2ID	Agentes administrativos
	Genérico	Comunicação (Media Training)	Coordenadores
	Genérico	Legislação Ambiental	Coordenadores municipais
	Genérico	Gestão de recursos humanos	Coordenadores
	Genérico	Gestão e Políticas Públicas	Coordenadores
	Genérico	Formação para formadores	Agentes multiplicadores

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

A Proteção e Defesa Civil do Rio Grande do Sul apresenta uma significativa capacidade de resposta aos desastres associada a uma articulação bem estruturada do nível federal até o regional. Ainda mais, a CEDEC vem se empenhando no desenvolvimento de projetos na área de prevenção e preparação para os desastres. O projeto de Proteção e Defesa Civil na Comunidade e a execução de simulados regionais vêm capacitando as comunidades e os agentes para uma melhor

GRD. Os projetos têm melhorado as capacidades de resposta aos desastres e desenvolvido a cultura da prevenção entre as crianças.

Algumas debilidades foram apontadas pelos agentes e, posteriormente, as ofertas formativas necessárias para corrigi-las foram indicadas. As principais debilidades encontram-se no nível municipal, onde o corpo de agentes da Proteção e Defesa Civil sofre de maneira mais acentuada com problemas de rotatividade, e por isso não há um desenvolvimento contínuo das capacidades. Neste âmbito, as principais deficiências referem-se àquelas capacidades necessárias para o desempenho das funções elementares dos agentes. Dessa maneira, a oferta formativa mais urgente

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

RIO GRANDE DO SUL SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO , BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO			
TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Municipal e comunitário	30
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Regional e municipal	18
Avançado	Prevenção e mitigação (ou Gestão da Redução de Risco a Desastres)	Estadual, regional e municipal	15
	Preparação e Resposta	Municipal e comunitário	2
	Curso de Gestão de Risco de Desastres ao nível Local	Municipal e comunitário	15
	Recuperação	Estadual, regional, e municipal	3
Especializado	Prevenção na empresa	X	X
	Curso de GRD para gestores comunitários	Comunitário	5
	Comunicação, sensibilização e articulação	Estadual, regional, e municipal	5
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado e/ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Estadual	2
	Sensibilização nas escolas primárias / secundárias	X	X
	Formação de formadores	Regional	5
Total			100

se dá no sentido de cursos básicos com conteúdos voltados à capacitação básica em Proteção e Defesa Civil, estruturação e funcionamento do SINPDEC e legislação relacionada a GRD. Partindo do pressuposto que gestores municipais que conhecem a importância e o funcionamento da Proteção e Defesa Civil se dedicarão ao fortalecimento de suas COMDECs, os cursos básicos deveriam também ser oferecidos aos gestores. As capacitações avançadas deveriam ser oferecidas conforme a especificidade da função do agente, já que foram levantadas inúmeras áreas de conhecimento e seria inviável que todo agente concentrasse toda a gama de conteúdos.

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

Foi constatada uma preferência por formações realizadas de maneira presencial, prioritariamente nas sedes das REDECs, facilitando o acesso dos agentes pertencentes aos municípios vizinhos. A disponibilidade dos agentes para participação em formações contínuas é de aproximadamente três dias. Desta maneira, as formações poderiam ser oferecidas em módulos sequenciais e graduativos, permitindo que o agente evolua em seu estado de conhecimento.

OPORTUNIDADES

Para viabilizar as formações, foram sugeridas parcerias com setor privado e clubes de serviços onde poderiam ser obtidos patrocínios e recursos financeiros. Como uma possível fonte de formadores, foram sugeridas parcerias com as universidades, corpo de bombeiros e Cruz Vermelha. A formação de uma equipe de formadores na CED-DEC poderia aumentar e manter uma oferta formativa satisfatória, além de facilitar o acesso dos agentes. Os cursos destinados apenas a públicos restritos, como os cursos da SENASP, poderiam ser replicados por esta equipe. Dessa maneira haveria a possibilidade de estabelecimento de um calendário fixo anual de formações. Para conscientização dos gestores municipais, foi sugerido que palestras informativas fossem oferecidas durante os encontros da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).

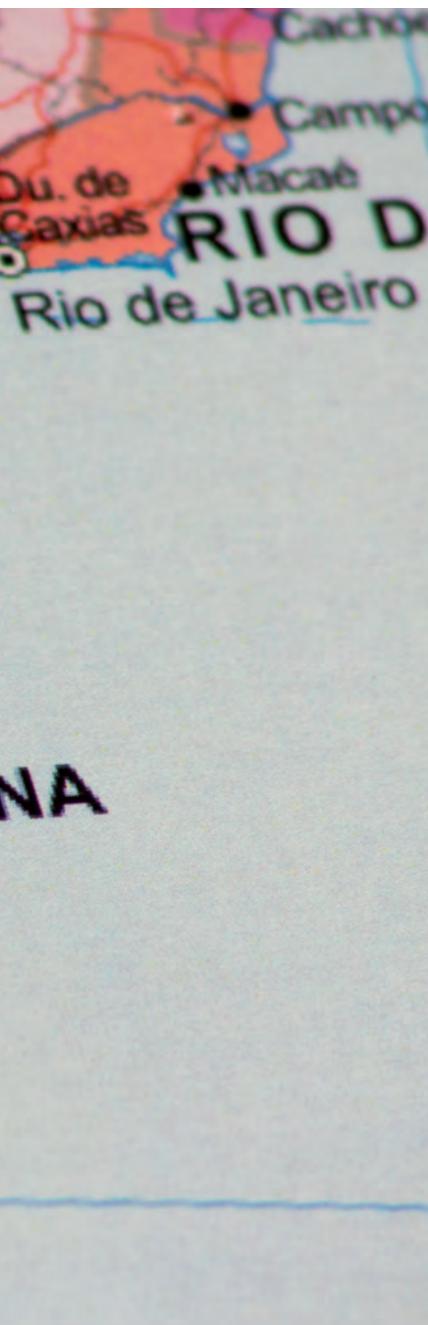
Por fim, há décadas a legislação estadual decretou sobre o dever da Proteção e Defesa Civil em atuar de maneira integral perante aos Risco de desastres. Entretanto, foi somente nos últimos anos que surgiu uma iniciativa no sentido de modificar o caráter reativo desta instituição. Dessa maneira, uma visão abrangente das ações relacionadas à GRD e os instrumentos necessários para fazê-la deve ser desenvolvida.





13/ **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CONTEXTUALIZAÇÃO



A Proteção e Defesa Civil do estado de Santa Catarina foi criada através da Lei 4.841, de 18 de maio de 1973, vinculada ao Gabinete da Casa Civil. Diferentemente dos outros estados do sul do país, organizados em COMDECs, a Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina é sistematizada em uma Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC). A Secretaria foi criada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011. Assim, de Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil, vinculado a Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, transformou-se em uma das Secretarias de Estado.

A Proteção e Defesa Civil do estado é estruturada através de duas Diretorias de Prevenção e a de Resposta. A Diretoria de Prevenção responde diretamente ao Secretário do Estado de Proteção e Defesa Civil e tem como objetivos a formulação de diretrizes, desenvolvimento e implementação de projetos e programas, desenvolvimento de material didático, desenvolvimento de estudos e promoção da estruturação das COMDECs, entre outros. Esta Diretoria é composta pelas gerências de Prevenção e Preparação, Monitoramento e Alerta e Capacitação e Pesquisa. Além disso, a Diretoria também é composta por um setor de Gestão de Produtos Perigosos.

A Diretoria de Resposta realiza atividades em ações de alerta e alarme sobre os eventos e informação contínua, ações de socorro e acolhimento da população afetada e ações de combate a sinistros. A Diretoria é composta por

três gerências, as quais são: (i) Gerência de Operações e Assistência; (ii) Gerência de logística e mobilização; e (iii) Gerência de Reabilitação e Restabelecimento.

Em 2011, um Decreto Estadual criou 36 Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (COREDECs), funcionando junto à sede das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regionais. Até o momento, 14 coordenadorias regionais foram ativadas em todo o estado.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo estado em Proteção e Defesa Civil destacam-se o Projeto de Prevenção e Mitigação de Desastres na Bacia do Rio Itajaí, realizado em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); o Projeto de Estruturação da CE-P2R2 (Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos) e Aperfeiçoamento do Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos no estado de Santa Catarina; os projetos de capacitação e sensibilização de gestores e agentes como as Capacitações e Seminários Regionais, realizados em parceria com a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e o projeto de Proteção e Defesa Civil nas escolas.

CAPACIDADES EXISTENTES

Os agentes de Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina consideraram que seu conhecimento sobre GRD é, em geral, de nível médio. Dentro da estrutura do estado, os agentes políticos de coordenação têm um nível de conhecimento em GRD mais avançado em relação às outras categorias de agentes. Em relação às ações de GRD, a resposta aos desastres é a de maior conhecimento dos agentes, ainda que não alcance um nível ideal. Nas ações de resposta destacam-se a utilização de protocolos do Sistema de Comando de Operações (SCO) e de gerenciamento de abrigos, principalmente nos nível estadual e regional.

A estruturação da Secretaria em Diretoria de Prevenção e Diretoria de Resposta facilita o desenvolvimento de atividades específicas dentro de cada temática. Desta maneira é possível realizar uma melhor gestão de investimentos nas diferentes áreas. As duas diretorias são articuladas entre si. Além disso, a Diretoria de Resposta tem foco de articulação com as outras secretarias do estado, os Grupos de Ações Coordenadas (GRAC) e prestadoras de serviço como as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). A Diretoria de Prevenção tem foco de articulação com as universidades, FECAM, força voluntária (Instituto Voluntários em Ação e Instituto Comunitário da Grande Florianópolis) e ações sociais da área.

O conhecimento sobre as normativas em GRD foi auto-avaliado como médio pelos participantes, sendo ligeiramente mais fortalecido entre os agentes de coordenação de Defesa Civil. Existe uma familiaridade maior dos agentes com a Lei 12.608/2012. Dentre as “boas práticas” desenvolvidas pelo estado destaca-se o fortalecimento do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED/UFSC). O CEPED/UFSC é um centro de referência a nível nacional, responsável pelo oferecimento de formações e capacitações para os agentes, realização de estudos e pesquisas na área de desastres, assessoria técnica aos municípios de SC e produção de material didático.

Além disso, existem inúmeros projetos já realizados e em desenvolvimento no estado que servem como exemplo de boas práticas. O Projeto de Prevenção e Mitigação de Desastres na Bacia do Rio Itajaí, elaborado através de um estudo de prevenção solicitado pelo estado a JICA, prevê ações estruturais como sobre-elevação e construção de barragens, aquisição de radar meteoro-ológico, melhoramento de rios, reestruturação do sistema de alerta de inundações graduais e implantação de um sistema de alerta de escorregamentos e inundações bruscas.

Em 2012 foi desenvolvido o Projeto de Estruturação da CE-P2R2 e Aperfeiçoamento do Sis-

tema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos no estado de Santa Catarina. O projeto tem como objetivos a estruturação da CE-P2R2 e ampliação da área de atuação do Sistema para outros modais de transporte, além de apresentar a caracterização e mapeamento de empreendimentos e atividades relacionadas a produtos perigosos no estado.

A Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC), em parceria com a FECAM desenvolve projetos de capacitação e sensibilização de gestores, agentes de Defesa Civil e áreas afins. Destacam-se o projeto de Capacitação Técnica em Situações de Risco e Desastre que visa aumentar a integração, a intersetorialidade e a melhoria nos resultados das ações de GRD; e o Projeto de Seminários Regionais de Proteção e Defesa Civil - Prevenção para um Futuro Melhor que visa aumentar a resiliência local e minimizar os efeitos adversos de desastres.

O Programa Proteção e Defesa Civil nas Escolas: em Defesa do Cidadão – preparando um futuro melhor, é um programa piloto que visa a incorporação da temática “Defesa Civil na Escola” capacitando alunos e professores para atuarem de forma compartilhada e eficaz na gestão de risco de desastres junto a comunidade e a Defesa Civil de seu município. O Programa utiliza membros das CORDECs e outros convidados especialistas para ministrar as formações.

A SDC também desenvolveu o projeto Cartilhas Educativas: Série Nossa Segurança, onde foram elaboradas cartilhas educativas destinadas a adultos e crianças e composto por ilustrações e linguagem simples. As cartilhas têm como objetivo fortalecer a prevenção de desastres e redução dos Risco nos municípios, comunidades e escolas. Os assuntos abordados incluem: Proteção e Defesa Civil, Produtos Perigosos, Prevenção, Comunicação, Cidades Resilientes e inúmeros fenômenos naturais responsáveis pelo desencadeamento de desastres. Ao todo já foram impressos mais de 7 milhões de cartilhas. Todos estes projetos desenvolvidos pelo estado caracterizam-se em “boas práticas” que poderiam ser reproduzidas nos demais estados.

No município de Florianópolis, a Proteção e Defesa Civil municipal desenvolve o Curso em Operações da Proteção e Defesa Civil municipal. Através deste curso, os novos agentes são capacitados para desempenhar as atividades rotineiras pertinentes ao seu cargo. A COMDEC elaborou um material didático contendo informações básicas e roteiros que auxiliam os novos agentes no desenvolvimento de capacidades. Assim, através desta formação ofertada aos novos agentes, o tempo necessário até que um novo agente passe a desempenhar suas funções de maneira satisfatória é reduzido.

Em geral, as capacidades do estado envolvem uma boa articulação horizontal em nível estadual,

TABELA 33

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM SANTA CATARINA

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio da universidade (CEPED/UFSC) • Articulação horizontal • Parceria com agências internacionais (JICA) • Articulação com prestadoras de serviço (CELESC e CASAN) • Elaboração de projetos • Grupo de ações coordenadas (GRAC)
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de resposta

entre as diferentes diretorias da SDC e instituições de apoio. Além disso, destacam-se como capacidades os inúmeros programas e projetos desenvolvidos pelo SDC visando uma melhor gestão de risco de desastres.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

O estado apresenta deficiências em suas capacidades relacionadas à maioria das ações de GRD. Tratando-se especificamente das COMDECs e NUDECs o nível de conhecimento em GRD é reduzido. A abordagem voltada a populações vulneráveis e questões de gênero ainda é muito incipiente. Embora o estado apresente diretorias de prevenção e resposta, e venha tentando desenvolver ações em ambos os âmbitos, nos municípios existe apenas uma pequena capacidade de resposta aos desastres, inerente a demanda de apoio à população em caso de desastre. Assim, o nível municipal é o que apresenta maiores desafios a serem superados para uma GRD satisfatória.

As ações de resposta envolvendo SCI/SCO não estão presentes ou não são bem executadas no nível municipal, devido à falta de conhecimento específico na elaboração e utilização destas ferramentas. Existe falta de capacitação específica para que os agentes desempenhem suas funções. Muitos agentes, ao entrar na Proteção e Defesa Civil, são levados a atuar em diferentes situações, inclusive na resposta aos desastres, sem ao menos ter recebido algum treinamento mínimo específico. Assim, as COMDECs contam com um corpo técnico defasado, sem capacidade de atender as demandas dos municípios.

A descontinuidade das ações dos agentes municipais dificulta o cumprimento das atividades de maneira satisfatória, pois não há tempo suficiente para que o agente desenvolva suas capacidades dentro da Proteção e Defesa Civil até que seja substituído. Além disso, os profissionais alocados na Proteção e Defesa Civil muitas

vezes não têm o perfil ideal para desempenhar as atividades competentes ao órgão. As descontinuidades de governo acarretam em mudanças de política governamental, e consequentemente de prioridades. Existe certa resistência por parte dos municípios e algumas comunidades em participar de atividades de programas, planos e políticas desenvolvidas pelo governo estadual ou municipal em GRD devido a desavenças políticas e descrença em algumas ações governamentais por parte da população.

Os gestores municipais não entendem a importância da sua participação dentro da estruturação da Defesa Civil e no fortalecimento da cultura de GRD como um todo. Assim, existe uma falta de comprometimento por parte dos mesmos com os assuntos relacionados à Proteção e Defesa Civil e GRD. Ocorre que as COMDECs ficam sem estrutura, sem espaço físico e sem equipamentos adequados para o desempenho de suas atividades, afetando a capacidade dos municípios em GRD. Muitos agentes municipais têm funções duplicadas, ou seja, atuam na Proteção e Defesa Civil apenas quando estão livres de seus afazeres relacionados às demais funções.

Em nível municipal e comunitário há pouco conhecimento sobre a lei 12.608/2012 por parte dos agentes. As funções específicas dos órgãos do SINPDEC também não são de compreensão comum. Como consequência, as atribuições legais previstas não são cumpridas pelos órgãos por falta de conhecimento. Além disso, uma constatação realizada pelos agentes do estado foi que os membros de níveis superiores, que conhecem a legislação e suas funções específicas, muitas vezes não seguem rigorosamente o estabelecido, o que enfraquece a estruturação do SINPDEC.

Não há o envolvimento da Proteção e Defesa Civil, em todos os seus níveis federativos, com as demais instituições e setores governamentais no planejamento e gestão de risco. Não ocorre uma troca de compreensões e experiências em GRD, para que todos os níveis do SINPDEC atuem de maneira única e integrada em uma estratégia

de fortalecimento da GRD com enfoque na prevenção de desastres. A inserção desta iniciativa poderia auxiliar na inserção destes assuntos no desenvolvimento dos planos municipais.

A Proteção e Defesa Civil do Estado apresenta algumas deficiências em sua capacidade de comunicação e articulação com os municípios. As COREDECs, criadas há cerca de dois anos no estado, ainda não estão completamente estabelecidas, portanto, em sua maioria, não cumprem seu papel na articulação entre estado e municípios. Além disso, ao nível municipal não há boa articulação das COMDECs com outras secretarias que realizam trabalhos de interesse da Proteção e Defesa Civil na prefeitura. A inter-setorialidade da Proteção e Defesa Civil nos municípios poderia fortalecer o planejamento e execução de diversas ações relacionadas GRD, além de permitir a inclusão deste assunto nas prioridades de outras secretarias, como as secretarias de planejamento, obras, saúde e meio ambiente. Nos municípios há carência de verba específica para assuntos de Proteção e Defesa Civil. O fraco conhecimento da metodologia para obtenção de recursos através de convênios e projetos tam-

bém dificulta a estruturação das COMDECs e a melhoria nas condições de trabalho.

Há deficiências nas capacidades funcionais tais como planejamento, elaboração de projetos, estabelecimento e interpretação de dados de monitoramento e estabelecimento de indicadores. Isto ocorre principalmente nos municípios pequenos, onde não existem equipes destinadas para estes fins específicos. No nível municipal, há certa dificuldade, por parte dos agentes, na utilização de ferramentas tecnológicas, tais como bancos de dados virtuais e sistemas de informações geográficas (geoprocessamento), entre outros.

A articulação com a comunidade é praticamente inexistente, enfraquecendo o processo de GRD e tornando-o ainda menos participativo. A falta de participação das comunidades gera uma escassez de NUDECs ou falta de estruturação das existentes. Desta maneira, a paridade da sociedade civil no CONPDEC, prevista em lei, fica prejudicada. Além disso, sem participação, a população diminui sua capacidade de percepção de risco, circunstância constatada nas comunidades do estado.

TABELA 34

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM SANTA CATARINA

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
União	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura para representação comunitária no CONPDEC • Estabelecimento de linhas de ação unificadas em todas as esferas
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento das ações de GRD • Melhoria na articulação vertical
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento da articulação entre estado e municípios
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento do conhecimento geral em GRD • Melhoria na atuação horizontal e vertical • Conhecimento sobre conceitos e legislação relacionada à GRD • Fortalecimento de capacidades técnicas e funcionais • Aumento da percepção de risco • Conscientização e capacitação dos gestores
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da participação • Fortalecimento do conhecimento geral em GRD • Aumento da percepção de risco • Criação e estruturação de NUDECs

Em geral, as deficiências da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina concentram-se na falta de conhecimento, de uma maneira geral, sobre GRD principalmente nos municípios. Os agentes não conseguem desempenhar suas atividades por falta de capacidades técnicas e funcionais. Há problemas de conhecimento da legislação e funções específicas dos órgãos do SINPDEC. Existe um descomprometimento dos gestores públicos com assuntos referentes a Defesa Civil e GRD, o que aumenta a rotatividade dos agentes. A articulação vertical está debilitada, bem como a articulação horizontal em nível municipal. Por fim, a participação comunitária não é efetiva, impedindo que as ações de GRD contemplem os anseios dos maiores interessados.

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

A oferta formativa do estado provém de inúmeras instituições sendo que as principais são: SEDEC, SDC, CBM/SC e CEPED/UFSC. As formações existentes têm bom material didático e bons instrutores. As formações disponíveis estão mais concentradas nas áreas de prevenção, resposta e assuntos diversos relacionados à Proteção e Defesa Civil e GRD. Em Santa Catarina, existe uma condição de priorização de oferecimento de formações na área de prevenção. Esta condição é fortalecida pela existência da diretoria de prevenção na SDC, que enfatiza a necessidade da abordagem preventiva na GRD. A grande maioria dos agentes do estado relatou que já recebeu algum tipo de formação na área de prevenção de desastres. Também existe uma quantidade razoável de formações na área de resposta, que abrangeu também a maioria dos agentes. O estado também conta com diferentes universidades trazendo cursos de especialização (pós-graduação) em Proteção e Defesa Civil. Isto demonstra a existência de uma demanda por cursos mais especializados, com caráter voltado ao aprofundamento do conhecimento de pessoas que já têm um nível de conhecimento avançado na área.

Em geral a cobertura temática dos cursos foi constatada como sendo superficial, atendendo apenas

às noções gerais e conhecimentos básicos relacionados à Proteção e Defesa Civil e GRD. Desta maneira, para uma introdução dos temas de Proteção e Defesa Civil aos novos agentes, os cursos são úteis. Entretanto, os agentes municipais sentem falta de cursos que abordem os procedimentos e rotinas pertinentes às suas funções ordinárias, sendo que a oferta formativa existente tem uma abordagem que não reflete as condições de trabalho dentro do município. Praticamente não existem abordagens específicas para questões de gênero e populações vulneráveis, o que dificulta a interação entre os agentes municipais e comunidade e inibe o desenvolvimento de NUDECs.

A utilidade dos cursos está condicionada à conscientização dos gestores. Alguns agentes passam pelas formações, entretanto muitas vezes os ensinamentos adquiridos não são difundidos no município por falta de apoio dos gestores. Além disso, devido à falta de estruturação nas COMDECs, a difusão do conhecimento através de ações em GRD esbarra na ausência de ferramentas.

A maioria dos cursos listados são oferecidos de maneira periódica, ou sob demanda do governo estadual ou federal. No entanto, alguns cursos não são mais oferecidos, como o APRD. Foram constatados alguns problemas de acesso às formações. Os cursos da SEDEC têm vagas limitadas, o que acaba restringindo a participação de muitos agentes. A SENASP oferece dezenas de cursos que podem ser interessantes para os profissionais da Proteção e Defesa Civil, diversas vezes ao ano, entretanto estes cursos somente estão disponíveis para os profissionais da Segurança Pública. Os cursos que são oferecidos à distância requerem que o agente tenha disponível um computador com acesso à internet e, em municípios com problemas de infraestrutura, esta condição muitas vezes não é cumprida. Além disso, cursos à distância exigem um maior comprometimento do aluno em realizar seus estudos de maneira independente, e muitas vezes esta condição não é constatada.

Em relação à oferta existente, o maior problema de acesso constatado foi à distância do lo-

cal onde são realizadas as formações, seguido pela falta de reconhecimento e incentivos da instituição a qual o agente pertence. A falta de conscientização dos gestores também acarreta em não liberação dos agentes para realização de formações. Alguns cursos, onde os participantes

são selecionados pelos coordenadores de determinados níveis federativos da Defesa Civil , não estão abrangendo todos os agentes interessados. Em suma, muitas pessoas motivadas a participar das formações não estão tendo o devido acesso.

TABELA 35

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM SANTA CATARINA

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Prevenção e Mitigação	Administração para Redução de Desastres (APRD)	SEDEC	Curta duração - Presencial	Agentes e Corpo de Bombeiros
	Percepção de Risco e Desastre	Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF)/SDC	Curta duração - Presencial	Público geral
	Projeto “GRD”. Construindo comunidades seguras	Ação Social Arquidiocesana (ASA) e DC	Curta duração - Presencial	Público geral
	Movimentação de Produtos Perigosos	Secretaria Nacional de Seg. Pública (SENASP)	Curta duração - EaD	Profissionais da Segurança Pública
	CONSEGs e Redução de Risco	CEPED/UFSC e SEDEC	Curta duração - EaD	Agentes e Corpo de Bombeiros
	Mapeamento de Áreas de Riscos	Instituto de Pesquisas tecnológicas (IPT)/ CPRM	Curta duração - Presencial	Agentes
Preparação	Proteção e Defesa Civil na Escola	SDC	Curta duração - Presencial	Alunos e Professores das Escolas
	Oficina Plamcon (Plano Municipal de Contingência)	SDC/FECAM	Curta duração - Presencial	Coordenadores regionais e municipais
	Produtos Perigosos	SEDEC e Corpo de Bombeiros Militar (CBM/SC)	Curta duração - Presencial	Agentes e Corpo de Bombeiros
Resposta	Curso de resgate em deslizamentos	CBM/SC	Curta duração - Presencial	Corpo de Bombeiros
	Psicologia das Emergências	CEPED/UFSC	Curta duração - EaD	Público geral
	Comunicação em Desastres	CEPED/UFSC	Curta duração - EaD	Público geral
	SCI/SCO	SENASP	Curta duração - EaD	Profissionais da Segurança Pública

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
	Curso de Operações de Busca e Resgate Terrestre	CBM/SC	Curta duração - Presencial	Agentes
Reconstrução	S2ID	CEPED/UFSC e SEDEC	Curta duração - EaD	Agentes e Corpo de Bombeiros
Genérico	Capacitação Básica em Proteção e Defesa Civil	CEPED/UFSC e SEDEC	Curta duração - EaD	Público geral
	Curso em Operações da Proteção e Defesa Civil municipal	COMDEC Florianópolis	Curta duração - Presencial	Agentes de Florianópolis
	Pós-Graduação em Proteção e Defesa Civil	UNISUL	Especialização - Semi-presencial	Público geral
	Pós-Graduação em Gestão de Defesa Civil	Universidade de São José (USJ)	Especialização - Presencial	Público Geral
	Agente de Defesa Civil	SDC	Curta duração - Presencial	Público geral
	Capacitação Técnica em Gestão de Risco e Desastres	SDC/FECAM	Curta duração - Presencial	Agentes regionais e municipais
	Seminários Regionais	SDC/FECAM	Curta duração - Presencial	Agentes regionais e municipais
	Especialização em Gestão de Risco de Desastres Ambientais	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Especialização - Presencial	Público geral
	Capacitação para COREDECs em rotinas administrativas	SDC/SEDEC	Média duração - Presencial	Coordenadores regionais

PROSPECÇÃO: DEMANDA DE OFERTA FÓRMATIVA

Os agentes de Proteção e Defesa Civil do estado levantaram conteúdos específicos pertinentes para realização de formações. Estes conteúdos foram agrupados em básicos, avançados e especializados. Foi constatado que o enfoque das formações deve ser no nível municipal da Proteção e Defesa Civil, setor de maior importância e que está fragilizado no estado, com abordagens práticas do conteúdo. O fortalecimento destes agentes poderia levar a uma maior participação destes profissionais na elaboração de planos municipais, inserir assuntos referentes à Proteção e

Defesa Civil entre as prioridades dos gestores e garantir uma inter-setorialidade da Proteção e Defesa Civil municipal, com integração entre as demais secretarias. Neste âmbito, são importantes as formações que esclareçam os mecanismos de articulação interinstitucional existentes.

As prioridades de formação podem ser agrupadas em uma modalidade de cursos básicos em GRD que seria oferecida a todos os agentes do sistema. Estes cursos devem abranger os conceitos básicos da Proteção e Defesa Civil e GRD, integrando diretamente aspectos da estrutura e procedimentos de funcionamento da Defesa Civil. Além disso, a formação básica deve abordar a legislação vigente correlata à Defesa Civil e

GRD incluindo a Lei 12.608/2012, lei orgânica da assistência social, PNPDEC de assistência social, plano diretor, código de obras e leis ambientais, entre outros. A abordagem utilizada na formação precisa ser prática, contextualizando os textos trazidos nas leis com a realidade e vivência dos agentes, principalmente em nível municipal. Além disso, para os agentes municipais, uma formação básica englobaria também os mecanismos de operação associados a COMDEC, nos quais se enquadram rotinas administrativas, atendimento a ocorrências e utilização de sistemas de informação.

Para aqueles agentes que já apresentam formação básica, formações avançadas podem suprir necessidades de maiores capacidades para desempenho de suas atividades. Para melhorar as ações de prevenção de desastres, os agentes relataram que são necessárias maiores habilidades técnicas. Os mapeamentos das áreas de riscos, importante ferramenta de prevenção de desastres, são de difícil elaboração e requerem formações específicas. Quando o mapeamento de riscos não é realizado pelo município há, ao menos, a necessidade de interpretação das informações e verificação da aplicabilidade do mesmo. Noções de geologia, hidrologia e meteorologia, bem como noções de geoprocessamento, foram consideradas imprescindíveis para atuação dos agentes frente aos desastres naturais e no auxílio à elaboração e interpretação de mapeamentos de riscos.

Foi colocada, pelos agentes municipais, a necessidade de noções de análise estrutural e análise de estabilidade de encostas. Estas noções auxiliariam em vistorias preventivas e de resposta, rotineiramente realizadas pela Proteção e Defesa Civil municipal, e auxiliaria o agente na determinação do profissional habilitado adequado para tomar as devidas providências. Ademais, noções de estrutura de construções poderiam auxiliar no estabelecimento de indicadores de vulnerabilidade (i.e. padrão construtivo das edificações) para elaboração dos mapas de riscos. Noções de planejamento urbano são necessárias ao passo que o agente de Proteção e Defesa Ci-

vil atuará de maneira intersetorial, inserindo os assuntos referentes à Proteção e Defesa Civil no plano diretor ou código de obras das cidades.

Os cursos de SCI/SCO são importantes no estabelecimento de ações de resposta aos desastres. Tais cursos têm a vantagem de poderem ser utilizados para desastres pontuais, os quais não necessitam de extensiva mobilização por parte da Proteção e Defesa Civil. Para desastres mais expressivos, é necessário um curso de elaboração e interpretação de planos de contingência. No estado, a maioria dos municípios não tem planos de contingência, por isso, é necessário que o tema seja abordado durante as formações. A recorrência dos desastres no estado traz a necessidade de formações em formação e gerenciamento de abrigos.

Em relação à formação humana, foram levantadas pelos agentes questões referentes à psicologia dos desastres. Estas formações deveriam abranger noções referentes à abordagem de pessoas em áreas de risco e sensibilização e mobilização dos gestores e da comunidade. Somam-se a estas formações àquelas destinadas ao desenvolvimento de lideranças e mobilização social. Estas formações têm grande valor agregado também na composição e estruturação das NUDECs. Neste mesmo sentido, são colocadas as formações voltadas à saúde mental, tanto da população em geral quanto dos agentes de Proteção e Defesa Civil. Estas formações poderiam abranger terapias comunitárias para recuperação pós-traumática.

Também foram estabelecidas algumas formações voltadas à especialização dos agentes ou coordenadores que são encarregados de determinadas funções específicas. A principal constatação foi a necessidade de uma formação em gestão de projetos. Esta formação abrange a elaboração de projetos de GRD, encaminhamento de recursos angariados por projetos realizados e participação dos agentes da Proteção e Defesa Civil em elaboração e execução de projetos de interesse dentro da prefeitura. Há necessidade de formação específica para preenchimento

de documentos, já que existem dificuldades no trato com certos formulários e sistemas como o S2ID e FIDE, entre outros. Por fim, uma formação especializada para pessoas da Proteção e Defesa Civil, que tenham boa didática e amplo conhecimento em GRD, foi requisitada. Esta formação teria como objetivo a formação de uma equipe de formadores, responsável por manter a oferta formativa em nível elevado no estado.

Foi enfatizado pelos agentes que os cursos oferecidos devem ter abordagens práticas e contextualizadas com a realidade de cada município. Assim, a preferência dos agentes é que os cursos se dêem de maneira presencial, ou semipresencial. Estes cursos permitem a troca de experiências e a extensão do conhecimento. Para os agentes, a duração ideal dos cursos vai de três dias a uma semana. Desta maneira há

maior facilidade de liberação por parte das instituições e possibilidade de realizar mais de uma formação por ano.

Os agentes demonstraram uma preferência pela realização de cursos técnicos de longa duração, para cobrir a demanda existente por técnicos especializados atuando na Proteção e Defesa Civil. Porém, ao se confrontarem com a necessidade de formações básicas para os agentes e de dificuldade de liberação por parte de sua instituição para realização de cursos de longa duração, a alternativa de um curso de curta duração foi priorizada. O local ideal para realização das formações seria o centro regional, devido à proximidade com as cidades, a possibilidade de agrupar um número adequado de pessoas e a similaridade dos problemas e limitações enfrentadas pelos participantes.

TABELA 36
DEMANDA DE FORMAÇÕES EM SANTA CATARINA

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Genérico	Conceitos básicos em DC e GRD	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Interpretação e aplicabilidade da Legislação	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Operações da Defesa Civil Municipal	Agentes municipais
Avançado	Prevenção	Mapeamento de áreas de riscos	Técnicos e agentes de todos os níveis
	Prevenção	Noções de Hidrologia	Técnicos e agentes de todos os níveis
	Prevenção	Noções de Geologia	Técnicos e agentes de todos os níveis
	Prevenção	Noções de Meteorologia	Técnicos e agentes de todos os níveis
	Prevenção	Planejamento urbano	Agentes de todos os níveis
	Prevenção	Boas Práticas	Agentes de todos os níveis
	Prevenção	Educação ambiental voltada a desastres	Agentes de todos os níveis
	Prevenção	Geoprocessamento	Agentes de todos os níveis

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
	Prevenção e Resposta	Análise preliminar de estruturas	Técnicos e Agentes municipais
	Prevenção e Resposta	Análise preliminar de encostas	Técnicos e Agentes municipais
	Prevenção e Resposta	Psicologia dos Desastres	Agentes municipais e comunitários
	Preparação	Elaboração e interpretação de planos de contingência	Coordenadores e agentes municipais
	Preparação	Simulados	Coordenadores e agentes municipais
	Resposta	Gestão de crise	Coordenadores regionais e municipais
	Resposta	SCI e SCO	Agentes municipais
	Resposta	Formação e gerenciamento de abrigos	Agentes de todos os níveis
	Resposta	Saúde mental	Agentes de todos os níveis
	Genérico	Mecanismos de articulação interinstitucional	Coordenadores de todos os níveis
	Genérico	Liderança e mobilização social	Agentes municipais e comunitários
	Genérico	Criação e manutenção de NU-DECs	Agentes municipais e comunitários
Especializado	Genérico	Gestão de projetos	Coordenadores de todos os níveis
	Genérico	Formação de formadores	Agentes com boa didática
	Reconstrução	Preenchimento de documentos	Coordenadores e agentes voltados a função

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

A Proteção e Defesa Civil do Estado apresenta uma estrutura diferenciada em relação às demais do sul do país. A composição da SDC através de duas diretorias, uma de prevenção e outra de resposta, intensifica o estabelecimento de ações específicas de GRD. Entretanto, o estado apresenta certas debilidades de formação, principal-

mente no âmbito municipal. Dessa forma, a oferta formativa deve ser voltada a suprir a carência de capacidades detectada entre os agentes de Proteção e Defesa Civil municipais. É necessário que, primeiramente, a oferta formativa comprenda um nível básico de formação, com abordagens práticas sobre atividades inerentes ao agente e metodologias que cubram as especificidades de cada região. Além disso, posteriormente, há a necessidade de formações mais avançadas, que sejam subsequentes, constituindo-se em uma estrutura formativa continuada e permitindo o aprimoramento constante do agente.

A participação comunitária no processo de fortalecimento da cultura de GRD foi uma necessidade constatada pelos agentes do estado. Acredita-se que o fortalecimento das NUDECs é uma das medidas mais relevantes na prevenção de desastres. Assim, as formações básicas devem ser oferecidas, inclusive, para as comunidades. A realização de simulados, com participação comunitária, poderia auxiliar na preparação e no desenvolvimento de capacidades de resposta e demais ações de GRD.

OPORTUNIDADES

Diversas soluções foram encontradas para viabilizar as formações demandadas pelos agen-

tes. A aproximação com as universidades poderia trazer conhecimentos atuais sobre GRD. Esta aproximação poderia ser realizada através do estabelecimento de prioridades de formação com a parceria do CEPED/UFSC. A SENASP oferece inúmeras formações de interesse dos agentes de Proteção e Defesa Civil, entretanto o acesso é limitado. Por isso, o currículo e metodologia utilizados nestes cursos poderiam ser adaptados pela SDC para os agentes do estado. Apoio para a realização das formações poderia surgir de parcerias com associações e entidades presentes nos municípios. A oferta e demanda dos cursos pode ser regulada por uma obrigatoriedade de formação por parte do agente e estabelecimento de um calendário permanente de formações.

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

SANTA CATARINA			
SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO , BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO			
TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Estadual, regional, municipal, e comunitário	25
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Regional e municipal	12
Avançado	Prevenção e mitigação (ou Gestão de Risco a Desastres)	Estadual, regional, e municipal	12
	Preparação e Resposta	Municipal e comunitário	10
	Curso de Gestão da Redução de Risco a Desastres ao nível Local	Regional, municipal, e comunitário	15
	Recuperação	Estadual, regional, e municipal	5
Especializado	Prevenção na empresa	X	X
	Curso de GRD para gestores comunitários	Comunitário	8
	Comunicação, sensibilização e articulação	Estadual, regional, e municipal	5
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado e/ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	X	X
	Sensibilização nas escolas primárias / secundárias	Municipal	3
	Formação de formadores	Estadual, regional, e municipal	5
Total			100

A demanda formativa descrita pelos agentes culmina em uma reivindicação recorrente: a necessidade de valorizar o profissional de Proteção e Defesa Civil para que este possa realizar um trabalho contínuo e cada vez mais efetivo em GRD. Esta valorização também depende da conscientização dos gestores municipais em relação à importância das atividades da Proteção e Defesa Civil.

Além disso, os programas de Proteção e Defesa Civil na escola também demonstram grande potencial como ação preventiva, portanto, deveriam ser consolidados. Há a necessidade de melhorias na articulação entre estado e municípios através do fortalecimento das COREDECs, que ainda não estão bem estabelecidas no estado. A criação de GRAC nas COREDECs facilitaria o apoio ao município em caso de desastre.





14/ **ESTADO DE SÃO PAULO**

CONTEXTUALIZAÇÃO



A sua estrutura da Proteção e Defesa Civil de São Paulo foi criada em 1976 após a ocorrência de inúmeros desastres desencadeados por chuvas intensas e incêndios ocorridos no estado. A Proteção e Defesa Civil do estado possui uma CEDEC, dirigida pelo coordenador estadual de Proteção e Defesa Civil, também secretário-chefe da Casa Militar do gabinete do Governador, que responde diretamente ao Governador do estado. O estado ainda dispõe de 19 REDEC que têm como função formar, orientar e apoiar as COMDECs que se situam em seu território.

Atualmente, o estado desenvolve medidas estruturais preventivas e de recuperação através de convênios estabelecidos com os municípios para realização de obras como pontes, galerias pluviais, muros de contenção e remoção de famílias de áreas de risco, entre outros. Além disso, medidas não-estruturais, tais como os Planos Preventivos de Proteção e Defesa Civil (PPDC) específicos para determinados tipos de desastres, estão sendo utilizadas como ações de fortalecimento da Proteção e Defesa Civil do Estado na Gestão de Risco de Desastres. O estado conta com um Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), funcionando 24 horas por dia, responsável por receber informações de todo estado e tomar as medidas necessárias para atendimento às regiões afetadas por desastres.

A Proteção e Defesa Civil do estado de São Paulo conta com o apoio de diversos órgãos técnicos e centros de ensino e pesquisa, encarregados de dar suporte às suas ações. Dentre os órgãos técnicos parceiros destaca-se a atuação

do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Geológico (IG), Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do INPE (CPTEC), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (IMESP) e SOMAR Meteorologia.

Dentre os centros de ensino e pesquisa destacam-se a Universidade de São Paulo (USP), a Escola Virtual de Programas Educacionais do estado de São Paulo (EVESP), a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), e o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM). Através do oferecimento de cursos, palestras e seminários, estas instituições apoiam, principalmente, as ações de prevenção desenvolvidas pela Proteção e Defesa Civil.

CAPACIDADES EXISTENTES

Dentro de um contexto geral de GRD, a maioria dos agentes de Proteção e Defesa Civil do estado de São Paulo exibe um nível médio de conhecimento. Dentre as ações envolvidas na GRD, existe uma alta capacidade de resposta à ocorrência de desastres. Boa parte desta capacidade deve-se aos componentes do corpo de agentes de Proteção e Defesa Civil que em sua maioria são policiais militares ou civis. Alguns municípios do estado realizam ações de preparação como simulados, melhorando sua capacidade de resposta aos desastres.

O apoio de órgãos técnicos de nível federal e nível estadual constitui uma importante capacidade identificada no estado de São Paulo. Este apoio auxilia os agentes a criarem uma capacidade de percepção do risco, auto avaliada como existente pela maior parte dos mesmos, porém com sérias limitações práticas. O CPRM, em nível federal, bem como o IPT, em nível estadual, realizam mapeamentos de ‘ameaças’ em áreas críticas de algumas cidades prioritárias. Tal ma-

peamento auxilia a Proteção e Defesa Civil no desenvolvimento de atividades de prevenção e no foco de ações de preparação e resposta em áreas que requerem maior atenção. Além disso, órgãos como o IPT e o IG auxiliam os agentes da Proteção e Defesa Civil em vistorias de campo. Há também apoio técnico na área de monitoramento e previsão meteorológica. A previsão meteorológica é realizada com apoio estadual da SOMAR Meteorologia e boletins são emitidos pelos centros federais CENAD.

O estado possui um banco de dados Sistema Integrado de Defesa Civil (SIDEC), com informações referentes à ocorrência de desastres. Este banco de dados foi construído de maneira similar ao S2ID, que funciona em nível federal, sendo que há pretensões de se realizar uma integração entre os dois sistemas futuramente. O banco de dados representa uma importante ferramenta para diversas etapas da GRD, principalmente durante a etapa de reconstrução, constituindo-se em uma capacidade do estado.

A maioria dos agentes declarou ter conhecimento médio sobre as normativas em GRD. O conhecimento e aplicação da lei 12.608/2012 caracteriza uma importante capacidade e a maioria dos participantes declarou ter conhecimento sobre ela. Esta lei dispõe, entre outros temas, sobre o SINPDEC e seu funcionamento, o que auxilia na identificação das competências de cada ente e sua articulação. A subdivisão do estado em REDEC ajuda no processo de articulação entre o estado e os municípios, entretanto o papel de articulação deste ente deve ser reforçado. Além disso, outras modificações trazidas pela lei, como a obrigatoriedade de elaboração de mapas de risco por união, estado e municípios, juntamente com outras legislações que primam pelo mesmo objetivo são importantes em ações de prevenção.

Embora a maioria dos participantes tenha declarado que tem conhecimento sobre a lei 12.608/2012, detectou-se uma grande parcela de participantes que não domina claramente a estruturação, funções específicas e funções gerais

TABELA 37

CAPACIDADES EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM SÃO PAULO

NÍVEL FEDERATIVO	CAPACIDADES
União	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio de órgãos técnicos (CPRM, CENAD) • Banco de dados (S2ID)
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio de órgãos técnicos (IPT, IG...) • Apoio de centros de ensino • Banco de dados (SIDEC) • Conhecimento da legislação • PDN, PPDC
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de resposta
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação estado/município

em GRD dos órgãos e agentes do SINPDEC. Isto leva a crer que o conhecimento da lei, declarado pela maioria dos participantes, é superficial.

O estado de São Paulo possui algumas iniciativas importantes que podem ser caracterizadas como “boas práticas” a serem reproduzidas em nível federal. O decreto estadual nº 57.512, de 11/11/2011, que instituiu o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Risco Geológicos (PDN), é uma ferramenta de grande utilidade para a GRD. A execução dos objetivos do decreto caracteriza-se em uma capacidade do estado.

Outro exemplo de boas práticas são os treinamentos recebidos pelos agentes de Defesa Civil para execução do Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC), instituído pelo Decreto Estadual nº 30.860 do 04/12/1989 e redefinido pelo Decreto nº 42.565 de 01/12/1997. Este plano envolve ações de monitoramento dos índices pluviométricos e da previsão meteorológica, vistorias de campo e atendimentos emergenciais. Certamente o treinamento e execução do plano auxiliam os agentes na ampliação de suas capacidades técnicas e funcionais em relação a GRD.

Algumas parcerias da Proteção e Defesa Civil com instituições de ensino e pesquisa represen-

tam um possível ganho de capacidades em médio prazo. A recente criação do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), o acordo de cooperação entre Proteção e Defesa Civil e UNIVESP para formação de agentes de Proteção e Defesa Civil e a utilização da EVESP para popularização de cursos virtuais com assuntos educativos referentes à Defesa Civil, também são exemplos de boas práticas adotadas pelo estado.

Em suma, as principais capacidades do estado de São Paulo em relação a GRD são: uma boa capacidade de resposta, apoio de órgãos técnicos e iniciativas do estado em estabelecer políticas de capacitação dos agentes de Proteção e Defesa Civil.

DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS AO NÍVEL DE CAPACIDADES

Em relação a GRD, os agentes de Proteção e Defesa Civil de São Paulo se auto avaliaram com pouco domínio de temáticas específicas como reconstrução e Redução de Risco de Desastres de uma maneira transversal. A temática de prevenção foi auto avaliada como de conhecimento médio pelos agentes, entretanto, por ser a etapa mais importante em um processo de gestão de desastres, a ausência de um conhecimento mais

expressivo é uma fragilidade. As ações de GRD com enfoque de gênero e ênfase em populações vulneráveis são insuficientes, sendo restrinvidas a algumas abordagens especiais para crianças e adolescentes.

O conhecimento superficial das normativas em GRD é um fator limitante para o fortalecimento da GRD no estado. Problemas de articulação entre os membros do SINPDEC e falta de estruturação em diversas COMDECs revelam a fraca aplicação das diretrizes estabelecidas pelas normativas. Em muitas COMDECs há desconhecimento generalizado sobre o funcionamento de ferramentas à disposição da Proteção e Defesa Civil federal e estadual para diversos fins, como o cartão de pagamento da Proteção e Defesa Civil, o S2ID e o SIEPDEC, entre outros. A atuação efetiva das REDECs, articulando ações entre estado e município, poderia disseminar estes mecanismos e aumentar a capacidade de apoio do estado nas ações de GRD no município.

A presença de COMDECs em muitos municípios apenas se deve à necessidade de existência desta coordenadoria para que ocorra repasse de verbas pelo governo federal para ações de Proteção e Defesa Civil. Isto revela também a falta de conhecimento dos gestores públicos sobre a importância, sistematização, funcionamento e todas as legislações relacionadas à Proteção e Defesa Civil. Assim, faltam a estruturação e a operacionalização das coordenadorias municipais, além do conhecimento das competências e mecanismos de articulação deste órgão com outros de mesmo e de diferentes níveis federativos. O planejamento e a elaboração de projetos por parte da Proteção e Defesa Civil também fica comprometida, já que muitas vezes, principalmente em nível municipal, não há corpo técnico e nem articulação com outras secretarias. Agentes públicos de outros órgãos e secretarias também desconhecem a legislação e estruturação da Proteção e Defesa Civil, dificultando ainda mais a articulação e cooperação. Na maioria dos municípios não existe a prática de implementação de NUDEC, que é um importante elo de comunicação e articulação com a comunidade.

Grande parte dos agentes de Proteção e Defesa Civil do estado informou que seus respectivos órgãos não participam de atividades interinstitucionais fora de um contexto de emergência. Isto ressalta a capacidade de resposta do estado, já que se reúnem em situações de emergência, porém também a necessidade de maior articulação entre os órgãos do SINPDEC e maior ênfase em outras ações de GRD, como prevenção e recuperação.

Durante o processo de diagnóstico ficou claro que uma das maiores reivindicações dos agentes de Proteção e Defesa Civil é a falta de profissionalização. Vinculado a este problema estão outros inúmeros agravantes que ocasionam a falta de capacidades. Como resultado, os processos de formação não são progressivos e continuados. Sem formação, o fortalecimento da GRD fica comprometido.

O despreparo dos agentes em lidar com bancos de dados de cadastros de pessoas, banco de informações sobre desastres ocorridos e de informações geradas por órgãos técnicos que atuam em parceria com a Proteção e Defesa Civil prejudicam a GRD. A falta de integração entre os sistemas de monitoramento federal e estadual dificulta a tomada de decisão do agente municipal, pois a informação duplicada pode gerar má interpretação. Assim, os dados de monitoramento não são oferecidos de maneira esclarecedora aos municípios, maiores interessados nestas informações. Além disso, há uma fraca percepção de risco por parte de muitos agentes, inclusive referentes ao tipo de ameaça a que estão submetidos. Portanto, há a necessidade de se trabalhar com noções básicas dos fenômenos que representam as ameaças e as vulnerabilidades do seu território.

Os grandes desafios do estado de São Paulo compreendem a melhoria da compreensão dos diferentes elementos da GRD, para que sejam fortalecidas ações de prevenção, recuperação e redução dos riscos de uma maneira transversal. A articulação entre os órgãos integrantes do SINPDEC e também outros organismos deve ser aprimorada. Este processo pode ser agilizado pelo

TABELA 38

DESAFIOS EXISTENTES AGRUPADAS POR NÍVEL FEDERATIVO EM SÃO PAULO

NÍVEL FEDERATIVO	DESAFIOS
União	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer sua articulação com o estado e municípios • Unificar metodologias de monitoramento e banco de dados com o estado
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer sua articulação com os municípios • Unificar metodologias de monitoramento e banco de dados com a federação
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as REDEC para melhoria da articulação
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar capacidades de prevenção, mitigação e recuperação para construir uma cultura de gestão integral de Risco de desastres • Aumentar a percepção do Risco • Assegurar o conhecimento da legislação por parte dos agentes e gestores • Assegurar o conhecimento e funcionamento das ferramentas da Proteção e Defesa Civil • Fortalecer os mecanismos de articulação (vertical e horizontal) • Estruturar as COMDEC • Minimizar a rotatividade dos agentes
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir a criação das NUDEC

conhecimento e entendimento da legislação relacionada à Proteção e Defesa Civil e GRD por parte dos agentes e gestores. O aumento dos conhecimentos referentes às ameaças e vulnerabilidades do seu território levaria a uma melhor percepção de risco.

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE

Os cursos relacionados pelos agentes de Proteção e Defesa Civil do estado de São Paulo durante a oficina concentram-se, em sua maioria, em ações de reposta aos desastres. Informações adversas vêm do processo de sondagem, que indica que a maior parte das formações recebidas pelos agentes de Proteção e Defesa Civil foi na área de prevenção de desastres. Esta contradição pode estar relacionada à falta de discernimento entre o que são ações de Prevenção e ações de Resposta, ou então que os cursos relacionados à prevenção estão sendo oferecidos para um maior número de pessoas. De todo modo, faltam formações acessíveis nas temá-

ticas de reconstrução e GRD com enfoque de gênero e populações vulneráveis. As principais instituições ofertantes de cursos estão situadas no próprio estado, sendo que também foram listados cursos de outros estados e instituições de nível federal.

Foi constatada uma deficiência de abordagem prática durante os cursos oferecidos. Os conteúdos teóricos, embora não cubram todas as áreas temáticas, são abordados de maneira satisfatória, entretanto, falta a aplicação prática destes conteúdos durante os cursos. Apenas os cursos oferecidos pela Cruz Vermelha foram definidos como satisfatórios em âmbito teórico e prático. Os cursos oferecidos pela SEDEC foram descritos como úteis na gestão, planejamento e execução de tarefas administrativas relacionadas ao SINPDEC.

Outra problemática levantada pelos agentes em relação à oferta formativa existente foi a inexistência, na grande maioria dos cursos, de ferramentas de avaliação pré e pós-curso. Assim, torna-se mais difícil estabelecer as reais melhorias trazidas pela formação. A rotatividade dos

agentes de Proteção e Defesa Civil faz com que a oferta formativa seja sempre similar, não havendo cursos com módulos avançados ou especializados. Isto acarreta em um quadro de agentes de Defesa Civil com baixo nível de formação.

Em relação ao acesso aos cursos, existem problemas de liberação dos agentes para cursos contínuos de longa duração. Além disso, a falta de recursos financeiros para pagamento de diárias

impede que os agentes de Proteção e Defesa Civil se desloquem para a participação em formações que sejam oferecidas longe dos municípios. Por isso, cursos como o PPDC são desenvolvidos nas REDEC, que possibilita o desenvolvimento de uma formação próxima aos municípios. Os cursos que foram desenvolvidos de maneira virtual (Ensino a Distância) exibem grande facilidade de acesso, entretanto as abordagens práticas ficam comprometidas.

TABELA 39

OFERTA FORMATIVA EXISTENTE AGRUPADA POR TEMÁTICA EM SÃO PAULO

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Prevenção e Mitigação	Capacitação em mapeamento e gerenciamento de áreas de risco	CEPED/UFSC e IPT	Curta duração	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Mapeamento de risco	REGEA - Geologia	Curso técnico	Gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil
	Princípios básicos de meteorologia e interpretação de imagens de radar	IPMET	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Plano preventivo de Proteção e Defesa Civil (PPDC) "Operação Verão"	CEDEC-SP	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	"Defesa Civil : A Aventura"	CEDEC-SP e EVESP	EaD	Alunos ensino fundamental e médio
	Terapia comunitária integrativa	UFCE e MS	Terapia	Público geral
Preparação	Oficina de capacitação plano de contingência	CEDEC-SP	Curta duração	Agentes da Proteção e Defesa Civil
Resposta	Capacitação do grupo de apoio a desastres (GADE)	SEDEC	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil estuduais e técnicos
	Plano preventivo de Defesa Civil (PPDC) "Operação Estiagem"	CEDEC-SP	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de atendimento com animais (local de incêndio)	Prefeitura São Paulo		Servidores municipais de São Paulo

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
	Gerenciamento em ocorrências de vazamento de produtos perigosos	Texas A&M University	Curta duração	Bombeiros militares, civis e voluntários
	Operação corta fogo	Secretaria do Meio Ambiente/SP	Seminários	Agentes de Proteção e Defesa Civil e comunidade
	Primeiros socorros	Cruz Vermelha/SP	Curta duração	Voluntários e público geral
	Atendimento pré-hospitalar e resgate	Cruz Vermelha/SP	Curso técnico	Voluntários
	Logística de desastres	Cruz Vermelha/SP	Curso técnico	Voluntários
	Primeiros socorros	Corpo de bombeiros	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de Administração de Emergências para Municípios (CAEM)	CEDEC-SP		Gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil
	SCI Básico	SENASP	Curta duração	Agentes da Proteção e Defesa Civil
Reconstrução	Disaster recovery planning	JICA	Curta duração	Proteção e Defesa Civil
	S2ID	CEPED/UFSC e SEDEC	EaD	Agentes de Defesa Civil
Genérico	Capacitação básica em Proteção e Defesa Civil	CEPED/UFSC	Curta duração - EaD	Gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil
	Curso de capacitação da Proteção e Defesa Civil	COMDEC - São Paulo		Servidores municipais e agentes de Proteção e Defesa Civil
	Seminário Regional de Proteção e Defesa Civil	CEDEC-SP	Palestras	Agentes públicos e de Proteção e Defesa Civil
	Capacitação de técnicos em Proteção e Defesa Civil	Escola de Defesa Civil (ESDEC) - RJ	Curta duração	Agentes de Proteção e Defesa Civil
	Gestão de Risco e Redução de Desastres	CEPED/USP e SEDEC	Especialização	Coordenadores de Proteção e Defesa Civil
	Curso de capacitação de instrutores em Proteção e Defesa Civil	SEDEC	Curso técnico	Bombeiros
	Especialização em GRD	USP	Graduação -EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	TIPO	PÚBLICO ALVO
Mestrado em desastres	UFRJ		Mestrado	Engenheiros, geólogos e agentes da Proteção e Defesa Civil
Curso de formação de agentes de Proteção e Defesa Civil	CEDEC/UNIVESP		Curso técnico- EaD	Agentes de Proteção e Defesa Civil
Curso de administração e planejamento de Proteção e Defesa Civil	CEDEC-SP		Curso técnico	Proteção e Defesa Civil

PROSPECCÃO: DEMANDA DE OFERTA FÓRMATIVA

Os cursos demandados pelos agentes de Proteção e Defesa Civil do estado de São Paulo foram classificados em básicos, avançados e especializados. Os cursos básicos referem-se à mínima formação que os agentes deveriam ter para desempenhar seu cargo. Os cursos avançados seriam referentes à formações que os agentes realizariam posteriormente a formação básica, no decorrer do desempenho de suas atividades como membro do SINPDEC. As formações especializadas seriam destinadas àqueles agentes que detêm uma função específica dentro do SINPDEC.

Dentre todos os cursos listados, os participantes do processo de diagnóstico sempre enfatizaram a necessidade de priorizar as formações dos agentes municipais, pois são os que necessitam de mais capacidades, porém muitas vezes não as têm. Os cursos destinados ao esclarecimento da estruturação e funcionamento do SINPDEC, bem como os cursos voltados para a legislação vigente relacionada à GRD e Proteção e Defesa Civil, sempre foram relacionados como essenciais e prioritários para o correto andamento das atividades da Proteção e Defesa Civil. Estas formações poderiam, inclusive, auxiliar o agente na participação da elaboração de planos dentro do município (e.g. plano diretor). Foi constatado que não estão ativos mecanismos de comunicação e articulação entre os diferentes órgãos do SINPDEC, outras secretarias do município e do estado e a população.

Desta maneira, a sistemática de funcionamento do SINPDEC e a legislação correlata podem ser de grande auxílio na ativação destes mecanismos.

As informações coletadas durante o diagnóstico demonstraram que a grande maioria dos agentes acredita que a oferta formativa deve enfatizar ações de Prevenção de Desastres. Os agentes também relataram sobre as dificuldades de percepção do risco. Por isso, as formações também deveriam abordar elementos de ameaça (perigo) e vulnerabilidade. Quanto às ameaças, noções básicas de processos hidrológicos, meteorológicos e geológicos foram considerados importantes para melhorar a percepção sobre os fenômenos de inundação, escorregamento, vendaval, tornados, resacas, secas e estiagens, entre outros. Em relação às vulnerabilidades, formações sobre aspectos econômicos, sociais, culturais e organizacionais, entre outros, também foram relatados. O melhor entendimento destes dois pontos em específico (ameaças e vulnerabilidades) pode proporcionar ao agente de Proteção e Defesa Civil grande melhoria em sua percepção de risco, aumentando não só sua capacidade em proteger a comunidade como também em proteger a si mesmo.

Formações referentes à preparação e resposta aos desastres também foram levantados com a inclusão de linhas temáticas como primeiros socorros, gerenciamento de abrigos, e montagem e execução de simulados. Os traumas psicológicos gerados à comunidade pela ocorrência dos desastres requerem uma preparação específica dos agentes para atuar nestas situações.

Devido à necessidade de maior abordagem prática durante as formações oferecidas, o método preferencial de realização dos cursos dos agentes é o presencial ou semipresencial. No processo de sondagem, muitos agentes também optaram pela formação virtual (Ensino a Distancia), entretanto, esta análise pode estar mais relacionada à dificuldade de acesso (falta de tempo disponível, falta de incentivos financeiros ou distância da formação) do que a real preferência por um tipo específico de formação. Assim, considerando que uma das maiores dificuldades de acesso relatada pelos

participantes foi a distância da sua cidade até o local onde eram realizadas as formações, a melhor alternativa seria oferecer formações presenciais em locais próximos aos municípios. Além disso, os agentes demonstraram preferência por cursos técnicos (mais de 40 horas) e de curta duração (até 40 horas). Considerando que a disponibilidade da maioria dos agentes para formações é de cerca de uma semana (contínua), podendo alcançar um maior período caso trate-se de uma formação intermitente, o formato ideal dos cursos seria através de módulos com duração de uma semana.

TABELA 40
DEMANDA DE FORMAÇÕES EM SÃO PAULO

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
Básico	Genérico	Comunicação estratégica	Todos os agentes
	Genérico	Informática	Agentes municipais
	Genérico	Integração e articulação dos órgãos do SINPDEC	Todos os agentes
	Genérico	Legislação e processos relacionados a GRD	Todos os agentes
	Preparação e Resposta	Convívio com risco	Agentes municipais, comunitários e comunidade
	Prevenção e mitigação	Percepção de risco	Agentes municipais
Avançado	Genérico	Operadores sociais (relações humanas)	Agentes municipais
	Preparação	Elaboração e interpretação de planos de contingência	Agentes municipais
	Preparação	Metodologia de enfrentamento de risco	Agentes municipais e comunitários
	Prevenção e mitigação	Processos hidrológicos	Agentes estaduais, regionais e municipais
	Prevenção e mitigação	Processos meteorológicos	Agentes estaduais, regionais e municipais
	Prevenção e mitigação	Processos geológicos	Agentes estaduais, regionais e municipais
	Prevenção e mitigação	Segurança do trabalho em processos industriais	Agentes municipais
	Prevenção e mitigação	Formação de NUDEC	Agentes municipais e comunitários
	Prevenção e mitigação	Terapia comunitária Integrativa	Agentes e comunidade em geral
	Prevenção e mitigação	Avaliação de vulnerabilidade	Agentes municipais

TEMÁTICA	ÁREA TEMÁTICA	LINHA ESPECÍFICA	PÚBLICO ALVO
	Prevenção e mitigação	Produtos perigosos	Agentes municipais
	Prevenção e mitigação	Uso e interpretação de dados de monitoramento	Agentes municipais
	Resposta	Primeiros Socorros	Agentes municipais
	Resposta	Gerenciamento de abrigos	Agentes municipais e comunitários
	Preparação e Resposta	Montagem e execução de simulados	Agentes municipais
	Resposta	Atendimento a acidentes domésticos	Agentes municipais
Especializado	Genérico	Gestão de recursos humanos e materiais	Agentes de coordenação municipal e regional
	Genérico	Gestão ambiental com enfoque em gestão de Risco	Agentes de coordenação municipal e regional
	Genérico	Procedimentos administrativos	Todos os agentes
	Genérico	Gestão e administração pública	Coordenadores municipais
	Resposta	Psicologia dos desastres	Agentes municipais
	Resposta	Gerenciamento de grandes ocorrências	Agentes regionais
	Resposta	Procedimentos de emergência na comunidade	Agentes comunitários
	Recuperação	Avaliação de danos	Agentes municipais
	Reconstrução	Análise de estruturas	Agentes municipais

CONCLUSÃO

SUMÁRIO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO NO ESTADO

O estado de São Paulo conta com boas iniciativas para melhoramento da GRD, tais como parcerias com órgãos técnicos e universidades e formações oferecidas para os agentes de Proteção e Defesa Civil. A oferta formativa do estado está bastante relacionada a procedimentos de resposta a desastres e não atende a todos os agentes. Algumas debilidades também foram constatadas na metodologia utilizada durante as formações, como falta de abordagem prática, falta de avaliação durante as formações e formações ocorrendo em locais distantes sem possibilidade de acesso.

A oferta formativa do estado está bastante relacionada a procedimentos de resposta a desastres e não atende a todos os agentes. As aspirações dos agentes de Proteção e Defesa Civil do estado, é um reforço da oferta formativa principalmente na temática de Prevenção de Desastres. Foi muito enfatizada a necessidade de formações que contemplam a estruturação e funcionamento do SINPDEC, bem como a legislação relacionada e comunicação estratégica entre os órgãos, para que ocorram melhorias nos processos de articulação e comunicação.

Desta maneira, considerando as aspirações relatadas pelos agentes de Proteção e Defesa Civil do estado, é necessário o reforço da oferta formativa principalmente na temática de prevenção de desastres. Outras temáticas como recuperação e

redução de desastres transversalmente em todas as áreas também requerem maior oferta formativa. Ainda mais, foi muito enfatizada a necessidade de formações que contemplem a estruturação e funcionamento do SINPDEC, bem como a legislação relacionada e comunicação estratégica entre os órgãos, para que ocorram melhorias nos processos de articulação e comunicação.

As formações deveriam ser oferecidas de maneira presencial, para suprir a carência de abordagens práticas relatadas pelos participantes. Considerando o tempo disponível e a impossibilidade de muitos agentes de permanecerem fora de suas instituições por longos períodos, as formações deveriam durar cerca de uma semana e ocorrer próximo aos municípios (por exemplo como nas REDEC). As capacitações deveriam ser progressivas, para possibilitar que os agentes

que estão há mais tempo no cargo aumentem suas capacidades.

OPORTUNIDADES

Parcerias com órgãos (IPT, IG e IPMET, entre outros) e universidades (USO, UNICAMP e UNIVEST, entre outras) poderiam agregar a experiência de especialistas nos processos de formação. Além disso, empregar agentes de Proteção e Defesa Civil do estado com grande experiência em GRD para que sejam formadores de outros agentes pode auxiliar na aplicabilidade dos conhecimentos repassados durante os cursos. O estado de São Paulo conta com boas iniciativas para melhoramento da GRD, tais como parcerias com órgãos técnicos e universidades e formações oferecidas para os agentes de Proteção e Defesa Civil.

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NO ESTADO

SÃO PAULO

SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POR ESTADO , BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO

TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Regional, municipal, e comunitário	25
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Municipal e comunitário	10
Avançado	Prevenção e mitigação (ou Gestão de Risco de Desastres)	Estadual, regional, e municipal	8
	Preparação e Resposta	Regional e municipal	10
	Curso de Gestão de Risco de Desastres ao nível Local	Municipal e comunitário	25
	Recuperação	Estadual, regional, e municipal	8
Especializado	Prevenção na empresa	X	X
	Curso de GRD para gestores comunitários	X	X
	Comunicação, sensibilização e articulação	Estadual, regional, e municipal	10
	Pós-Graduação (Doutorado, Mestrado e/ou Especialização) em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Estadual e regional	2
	Sensibilização nas escolas primárias /secundárias	X	X
	Formação de formadores	Regional	2
	Total		100

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE
FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES



15/ **CONCLUSÕES GERAIS**



A análise da sondagem online em 27 estados, das entrevistas semiestruturadas de pessoas chaves e dos relatórios das oficinas realizadas nos dez estados prioritários, permite traçar considerações a respeito da situação atual das Defesas Civis no Brasil. A estrutura organizacional da Defesa Civil na maioria dos estados segue a legislação vigente, com base no Decreto Nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005, o qual dispõe sobre o SINDEC e o CONPDEC. Essa estrutura está representada pelas CEDECs, REDECs (em alguns estados), COMDECs e NUDECs, mas nem sempre foi executada ao nível estadual. Em 2009 e 2012, a lei 12.340 e a lei 12.608 respectivamente melhoraram a transferência de recursos para resposta e desastres e as competências dos municípios. A profissionalização do agente de Proteção e Defesa Civil ficou de lado e o diagnóstico indica claramente a importância de trabalhar neste aspecto.

ANÁLISE TRANSVERSAL ENTRE OS ESTADOS SOBRE AS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO EM GRD

As oficinas de diagnóstico nos estados foram muito bem recebidas e vistas como uma oportunidade de melhorar o desempenho da Proteção e Defesa Civil em todos os sentidos, tanto no âmbito federal e estadual como no regional e municipal. Tanto os gestores como os não gestores foram uníssonos em ressaltar a importância dos trabalhos realizados durante as oficinas.

As oficinas, além de cumprir com o seu objetivo de avaliar as capacidades e as necessidades de formação dos agentes

de Proteção e Defesa Civil, também foram vistas pelos membros participantes como um momento oportuno para discutir da situação atual da Defesa Civil nos municípios, nos estados e no país.

O diagnóstico revelou que independentemente da estrutura da Proteção e Defesa Civil nos estados e municípios e das capacidades existentes, esta mesma atua majoritariamente sobre a resposta aos desastres que sobre a prevenção. A justificativa está na falta de recursos para desenvolver projetos em prevenção e planejamento da recuperação. Os recursos só existem para a resposta, segundo as informações coletadas nas sondagens, entrevistas e oficinas.

Na maioria das oficinas estaduais, ficou evidente que a capacidade dos municípios em GRD está mais relacionada à resposta. Em termos de deficiência, os agentes apontaram o baixo conhecimento sobre Proteção e Defesa Civil (legislação - a maioria tem conhecimento da existências das leis, decretos, normativas, mas não dos conteúdos específicos ou da aplicação) e sobre a Gestão de Risco de Desastres. Uma das causas desta limitação está relacionada à alta rotatividade dos agentes e dos gestores das Proteções e Defesas Civis, tanto no nível estadual quanto municipal.

As iniciativas de capacitação terão que tomar em conta o fator de rotatividade e, portanto, estabelecer uma estrutura de capacitação contínua!

Todos os agentes falam em dos conceitos de “prevenção e mitigação, preparação, resposta e recuperação, risco”, poucas vezes foram citados os termos “percepção, psicologia e sociologia dos desastres”. Fala-se muito no conceito de risco e desastres e menos de “vulnerabilidade, ameaça ou perigo”, o que evidencia uma confusão de conceitos. Dessa forma o risco fica entendido como sendo a própria ameaça ou a vulnerabilidade, e passa a ser entendido somente quando há uma ameaça física percebida, quan-

do em realidade os risco devem ser compreendidos e interpretados como a probabilidade de sofrer danos e prejuízos em um futuro e sendo constituídos por dois fatores: a ameaça e a vulnerabilidade, considerando as suas construções histórico-social, baseadas em dimensões econômicas, ambientais, políticas e culturais.

Assim, o conceito de risco é “minimizado” ao serem confundidos com as ameaças e os fenômenos naturais. Eles passam a ser vistos como risco e não ameaça, que podem causar escorregamento de encostas ou enchentes e inundações por transbordamento de corpos de água (rios, lagos e represas diversas), ou como atividade antrópica, como o lixo descartado indevidamente em terrenos baldios, ruas, entre outros, no contexto de uma inundação nas áreas urbanas, pelo entupimento dos bueiros. O lixo não é visto como uma ameaça à saúde pública e ambiental, por exemplo. Dentro deste contexto as vulnerabilidades são mais perceptíveis quando relacionadas às estruturas humanas, isto é, a exposição (casas em encostas ou em áreas sujeitas à inundaçāo), porém, menos perceptíveis quando se trata das vulnerabilidades na complexidade de suas outras dimensões: sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas, de um indivíduo ou de uma comunidade.

Outro ponto discutido em todas as oficinas estaduais, e que aparece tanto na sondagem online como nas entrevistas, é o chamado mapeamento de áreas de riscos. Como os riscos são abstratos estes não são passíveis de serem mapeados, e assim vê-se mais uma vez a fragilidade no conhecimento da disciplina de GRD pelos membros da Proteção e Defesa Civil. O mapeamento deve ser direcionado à Redução do Risco de Desastres e composto pela criação de diversos mapas, sendo o principal deles o mapa de vulnerabilidade, mas o desenvolvimento de um bom índice de vulnerabilidade (para elaborar o mapa de vulnerabilidade) é ainda considerado internacionalmente como um desafio grande em todos os países.

Todos os estados demonstraram pouco conhecimento sobre o enfoque de gênero com aborda-

gens diferenciadas para populações vulneráveis. Para a maioria dos agentes as populações vulneráveis se restringem às crianças e adolescentes e às vezes aos deficientes físicos e idosos. Algumas CEDECs e também COMDECs desenvolvem programas interessantes junto a escolas, diretamente com crianças. Outras acham que deveria ser dada maior atenção às crianças, idosos e deficientes na área de GRD. Nenhum profissional da Proteção e Defesa Civil se mostrou preparado para integrar o enfoque de gênero dentro dos programas de GRD existentes (e ainda menos com abordagens especiais às chamadas populações vulneráveis, crianças, idosos, pessoas com deficiência, populações indígenas, LGBTI, vulneráveis por migração e deslocamento).

Para que todos os agentes usem a mesma linguagem no Brasil, um esforço adicional em termos de cursos básicos em GRD será fundamental, incluindo, entre outros, a explicação dos conceitos sobre mapeamento de vulnerabilidades, enfoque de gênero e planejamento preventivo.

Outra dificuldade é sobre o conhecimento e a capacidade para articulação interinstitucional vertical e horizontal no que diz respeito à troca de informação. Foi identificado que esta dificuldade está relacionada à própria estrutura da Proteção e Defesa Civil nos estados, organizada seja em Coordenadorias subordinadas a uma Secretaria do Estado ou dos municípios, integrada à estrutura do Corpo de Bombeiro Militar, ou subordinadas a Casa Militar do Gabinete do Governador. Em Santa Catarina a Defesa Civil está sistematizada em uma Secretaria de Estado e alguns poucos municípios possuem Secretarias municipais de Proteção e Defesa Civil, como no caso dos municípios alagoanos de Atalaia, Santa Luzia do Norte e Feliz Deserto. No município de Angra dos Reis a Proteção e Defesa Civil está organizada em uma autarquia.

Muitas das Coordenadorias Municipais não possuem uma estrutura razoável de funcionamento às vezes nem mesmo equipamentos de informática, ou quando possuem o sinal de internet é muito limitado. Dessa forma a criação de bancos de dados e a manutenção desses ficam prejudicados, assim como qualquer iniciativa de capacitação virtual dos agentes de Proteção e Defesa Civil desses municípios.

O diagnóstico revelou que as formações devem reforçar os conteúdos básicos referente à estruturação, funcionamento e operação da Proteção e Defesa Civil, melhorar o enfoque sobre as normativas (leis, políticas) de GRD e reforçar os conhecimentos sobre os órgãos da SINPDEC.

Para muitos dos participantes das oficinas a deficiência de não possuir uma boa estrutura de funcionamento está muito relacionada à vontade de política dos gestores locais em querer ou não equipar e/ou criar as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil e Secretarias.

Em termos de demanda formativa, os membros da Proteção e Defesa Civil têm expectativas com relação os conhecimentos sobre Gestão de Risco de Desastres, principalmente nos temas de prevenção e preparação.

Há também a reivindicação sobre a necessidade de institucionalização da profissão de agente de Proteção e Defesa Civil. A estrutura atual é altamente vulnerável à alta rotatividade tanto dos gestores como dos agentes, o que pode colocar em risco todo o esforço sendo feito para criar uma cultura de GRD no país.

ANÁLISES DAS CAPACIDADES E HABILIDADES DO AGENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

No geral pode-se afirmar que as oficinas estaduais apresentaram resultados bastante semelhantes aos da sondagem online (vide anexo 2) e das entrevistas semiestruturadas (vide anexo 3). Não houve diferenças acentuadas entre os diversos níveis, tanto federal, como estadual e municipal, e constata-se que no país trabalha-se mais com a resposta (o pós-desastre) do que com a maneira integral em GRD. Por conta disso, os agentes consideram ter alta deficiência de conhecimento tanto em GRD como em Defesa Civil e também no tocante às questões administrativas, como por exemplo, na organização das COMDECs e as NUDECs, projetos, etc.

Um problema levantado em todas as oficinas é a deficiência no que refere as capacidades necessárias para o desempenho das funções básicas dos agentes. Também foi levantada as dificuldades dos agentes em relação a gestão financeira, gestão de pessoal, criação dos NUDECs, e sobre formulação e gerenciamento de projetos para a captação de recursos. No geral as Proteções e Defesas Civis, principalmente as COMDECs, dependem da vontade política dos gestores em termos de captação e liberação de recursos.

“Um curso especializado para gestores municipais pode madurar a visão preventiva de GRD e situar melhor as ações da Proteção e Defesa Civil.”

Uma das fraquezas apontadas pelos participantes das oficinas é a falta de conhecimento da estrutura e do funcionamento do SINPDEC, e da aplicação da legislação relacionada, bem como a falta de prática nestes aspectos.

Outra deficiência constatada refere-se às capacidades de avaliação de danos e prejuízos causa-

dos pelos desastres, como no caso das condições necessárias e o cálculo dos índices requeridos para decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública. Dessa forma, tal deficiência pode levar a uma precarização e banalização das ações emergenciais . O manuseio de ferramentas como o S2ID ainda não é de domínio completo dos agentes municipais. É válido mencionar mais uma vez a questão da rotatividade dos agentes de Proteção e Defesa Civil, a qual influencia a diminuição das capacidades em Proteção e Defesa Civil e em GRD.

OFERTA FORMATIVA ATUAL PARA OS AGENTES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Nos resultados das entrevistas e das sondagens e durantes as oficinas constatou-se que, embora as capacitações ofertadas sejam consideradas úteis pelos membros da Proteção e Defesa Civil, existem muitas deficiências ao nível das temáticas da formação e ao nível da metodologia de formação.

Em termos de oferta formativa, praticamente todos citam os cursos oferecidos pela SEDEC, CEDECs, COMDECs das capitais, ESDEC-RJ, UFSC, UNISUL, ESDEC-MG, CPRM, IPT, UFMG, INPE, entre outras instituições. No geral avaliam as capacitações recebidas em Prevenção, Preparação, Resposta, Recuperação, Resiliência Urbana, Fiscalização e Transferência de Risco, Gestão Local de Risco de Desastres, Adaptação a Câmbios Climáticos, os Sistemas e as Estruturas da Proteção e Defesa Civil no País, entre outros como úteis porém de conteúdos não muito abrangentes, já que a maioria são cursos básicos. Indicam também a necessidade de uma melhor capacitação em GRD, em Proteção e Defesa Civil e em Mobilização e Comunicação Social.

“A falta da prática em GRD é mencionada como um dos principais obstáculos à consolidação da aprendizagem.”

A maioria dos temas das ofertas existentes está relacionada somente aos desastres associados a fenômenos naturais, com ênfase nos fenômenos hidrológicos, climatológicos e meteorológicos, os quais são os mais recorrentes no país, e muito pouco aos desastres tecnológicos .

No nível municipal há uma grande deficiência em termos de cursos organizados no próprio município e adaptados ao mesmo.

Em relação à atuação da Proteção e Defesa Civil existe uma carência em diferenciar o que é defesa civil propriamente dito e suas atividades como gerenciamento de pessoal, administração de recursos, em alerta e alarmes, em montagem e gerenciamento de abrigos, trabalho com a população, e formação de NUDECs.

Os municípios menores devem ser integrados e priorizados nas iniciativas de capacitação.

As lacunas das ofertas formativas existentes e/ou recebidas passam pela necessidade de uma capacitação intensiva e extensiva em GRD, por parte dos membros da Proteção e Defesa Civil dos 10 estados trabalhados.

Tal capacitação deve ocorrer com um estudo da terminologia e emprego correto dos conceitos melhor conhecimento sobre a importância do trabalho da Proteção e Defesa Civil e suas normativas, maior conhecimento sobre Gestão de Risco de Desastres e sobre a estruturação e funcionamento do SINPDEC.

NECESSIDADES DE FORMAÇÃO COM A REALIDADE DAS AMEAÇAS BRASILEIRAS

As avaliações sobre as formações devem considerar não somente os dados sobre as necessidades e capacidades identificadas no projeto, como também, devem enfocar os dados referentes as ameaças e os desastres naturais mais recorrentes por estado.

É recomendável que as capacitações além de enfocar sobre os conhecimento gerais sobre Gestão de Riscos de Desastre; a normativa (leis, políticas, etc.) de GRD no país; como também sobre os órgãos da SINPDEC e capacidades, devam inserir no programa os dados disponíveis do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, trazendo informações sobre as características físicas, sociais e econômicas e com especial ênfase os desastres cujas ameaças são mais recorrentes em cada região a ser trabalhada.

Abaixo segue as ameaças ordenadas por ordem de recorrência em cada estado. Em termos de país, os desastres relacionados a fenômenos naturais com maior recorrência, de acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais no período de 1991 a 2000 são: estiagem e seca (58%), inundação brusca (21%), inundação gradual (12%), vendaval e/ou ciclone (7%) e granizo (4%).

A necessidade de formação dos agentes de Proteção e Defesa Civil depende muito das características de cada região administrativa (Sul, Sudeste e Nordeste), estado e município.

Enquanto na maioria dos estados do Sul e Sudeste as ocorrências mais recorrentes de desastres estão relacionadas aos fenômenos meteorológicos como altas precipitações pluviométricas, a queda de raios, e outras ocorrências meteoroló-

gicas, já na região Nordeste a seca é o fenômeno meteorológico que mais preocupa. No entanto vários agentes das Proteções e Defesas Civis do Nordeste têm consciência de que o problema da seca é também um problema de caráter político, uma vez que passa pela falta de criação de políticas públicas para a convivência com o clima semiárido.

REGIÃO NORDESTE

Estado de Alagoas: deve ser dada atenção à gestão dos risco às estiagens e secas (envolvendo os riscos ao processo de desertificação), como também à inundação brusca e/ou gradual e processos erosivos linear, fluvial e marinho. Em termos mais específicos, o trabalho com poluições vulneráveis, os riscos com relação a queima da cana-de-açúcar as atividades de mineração e a localização de aeroportos, como impacto de vizinhança.

Estado da Bahia: deve ser dada atenção à GRD, às estiagens e secas (envolvendo os riscos ao processo de desertificação) e a inundação brusca e/ou gradual, estes como desastres mais recorrentes no estado. Em termos mais específicos, focar o trabalho com poluições vulneráveis, o risco da queima da cana-de-açúcar, das atividades de mineração, localização de aeroportos (impacto de vizinhança), pirotécnica e transporte de produtos perigosos(substâncias tóxicas e radioativas).

Estado de Pernambuco: deve ser dada atenção à GRD, às estiagens e secas (envolvendo os riscos ao processo de desertificação) e à inundação brusca como desastres mais recorrentes no estado. Em termos específicos, direcionar o trabalho com poluições vulneráveis e movimentação de massa.

REGIÃO SUDESTE

Espírito Santo: deve ser dada atenção à GRD, à inundação brusca e/ou gradual, estiagem e seca, vendavais e ciclones, queda de granizo, movimentação de massa e erosão marinha. Em termos específicos, os incêndios.

Minas Gerais: deve ser dada a atenção à GRD, à estiagem e seca, inundação brusca e/ou gradual, vendavais e/ou ciclones, movimentação de massa, e queda de granizo. Em termos específicos, o planejamento empresarial em GRD e o trabalho com produtos perigosos.

Rio de Janeiro: deve ser dada a atenção à GRD, à inundação brusca e/ou gradual, movimentação de massa, vendavais e ciclones, estiagem e seca, incêndios florestais e queda de granizo. Em termos específicos, os membros da Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro não fizeram indicações.

São Paulo: deve ser dada a atenção à GRD, à inundação brusca e/ou gradual, estiagem e seca e movimentos de massa. Em termos específicos, os membros da Proteção e Defesa Civil de São Paulo não fizeram indicações.

REGIÃO SUL

Paraná: deve ser dada a atenção à GRD, à vendável e/ou ciclone, inundações bruscas e/ou graduais, granizo, estiagem e seca e movimentação de massas. Em termos específicos, os riscos de eventos associados aos processos geológicos, hidrológicos e climatológicos.

Santa Catarina: deve ser dada a atenção à GRD, à inundação brusca e/ou gradual, estiagem e seca, vendaval e/ou ciclone, granizo, tornados, movimento de massa e geada. Em termos específicos, os riscos de eventos associados aos processos geológicos, hidrológicos e climatológicos.

Rio Grande do Sul: deve ser dada a atenção à GRD, à estiagem e seca, inundação brusca e vendaval e/ou ciclone, tempestades, tornados, geadas, incêndios florestais, erosão fluvial e movimentação de massa. Em termos específicos, os riscos de eventos associados aos processos geológicos, hidrológicos e climatológicos.

De um modo geral, as ameaças naturais mais recorrentes nos 10 estados estão relacionadas aos processos hidrológicos, geológicos, climatológi-

cos e meteorológicos, sendo que na região nordeste a seca é a principal ameaça, embora esta seja recorrente em todos os estados.

No Sudeste e no Sul são as fortes chuvas cujos riscos associados estão às inundações, enchentes, alagamentos e escorregamentos de solos em encostas mais íngremes. As enchentes e escorregamentos também ocorrem na região Nordeste, mas com menor intensidade. As inundações bruscas e/ou graduais ocorrem em todas as regiões. Os incêndios florestais também são comuns em todas as regiões, embora não sejam tão intensos como no Centro Oeste e na região Amazônica. A ocorrência dos incêndios florestais está associada aos períodos de seca. O granizo e a geada são ameaças mais características das regiões montanhosas do Sudeste e Sul do Brasil.

O contexto do risco e desastres ao nível municipal há de ser abordado nas formações com módulos temáticos e práticas específicas.

Embora não tenha sido tratada nem nas oficinas e nem nas sondagens e entrevistas, os eventos sísmicos estão presentes em quase todos os 10 estados, exceto os estados da Bahia e Paraná. O estado de Minas Gerais é o mais afetado com o maior número de ocorrências. Espírito Santo é o estado que registrou atividade sísmica de mais alta magnitude entre 4,5 e 5,4; em relação aos outros estados, onde em geral a magnitude os sismos está entre 3,5 e 4,4 na escala Richter.

DEMANDA DE FORMAÇÕES E METODOLOGIA SUGERIDA

Já constatou-se que a importância dos cursos básicos está no nivelamento dos indivíduos em termos de conhecimento, para que todos possam falar uma linguagem comum. Os cursos básicos devem criar uma base sólida de conhecimento

dos agentes, para que eles possam passar para os níveis mais altos de capacitação. Assim sendo, deve-se procurar atingir o rendimento máximo de aprendizagem durante os cursos básicos.

A oferta de cursos básicos em Proteção e Defesa Civil deve ser reforçada, com maior ênfase no conhecimento sobre Gestão de Risco de Desastres, sobre a normativa (leis e políticas) e estrutura e funcionamento do SINPDEC em GRD.

Segundo o perfil e cargo dos agentes, várias propostas de formações avançadas e especializadas foram identificadas. As propostas avançadas requerem um nível conhecimento básico por parte do participante e têm como objetivo proporcionar maior conhecimento e prática. Os cursos propostos são: curso de GRD a nível local (para os municípios e NUDECs), curso específico de GRD abordando os temas de prevenção e mitigação de risco, de preparação e reposta, de recuperação (e não somente reconstrução).

Os cursos especializados têm como objetivo formar um público específico e a proposta é: curso de comunicação de risco e de desastres direcionado para mídia, curso sobre articulação para gestores municipais, curso de comunicação e articulação interna e curso de formação de formadores.

Os cursos listados abaixo foram definidos a partir da análise das demandas apresentadas nas oficinas, com o objetivo de atender tanto a demanda geral, como algumas específicas. As demandas sobre os cursos de Geologia, Recursos Hídricos, Movimento de Massa (solo), Pirotecnia, Meteorologia, podem ser trabalhadas dentro da lista de cursos específicos.

Abaixo segue a tabela que comprehende a média das sugestões para a estratégia de formação dos 10 estados.

PRIORIDADES DE FORMAÇÃO AO NÍVEL TERRITORIAL NOS ESTADOS

SUGESTÃO PARA A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DOS 10 ESTADOS, BASEADO NO DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR AS INICIATIVAS FORMATIVAS EXISTENTES AO NÍVEL DO ESTADO

TIPO	TEMA	NÍVEL TERRITORIAL PRIORITÁRIO	%
Básico	Atualização dos conhecimentos em Gestão de Risco de Desastres	Regional, estadual, municipal, e comunitário	24.5
	Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil	Regional, estadual, municipal, e comunitário	13.5
Avançado	Prevenção e Mitigação (ou Gestão Preventiva de Desastres)	Regional, estadual, municipal, e comunitário	11.3
	Preparação e Resposta	Regional, estadual, municipal	8.5
	Curso de conhecimento sobre risco ao nível local	Regional, estadual, municipal, e comunitário	18.5
	Recuperação	Regional, municipal, e comunitário	5.7
Especializado	Prevenção na empresa	Regional, estadual, e municipal	0.8
	Curso de GRD para gestores comunitários	Regional, estadual, e municipal	4.2
	Comunicação, sensibilização e articulação	Municipal e comunitário	6.8
	Doutorado ou Pós-Graduação em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Defesa Civil)	Regional, estadual, municipal, e comunitário	1.8
	Sensibilização sobre Proteção e Defesa Civil nas escolas primárias /secundárias	Regional, estadual, e comunitário	1.1
	Formação de formadores	Regional, estadual, municipal, e comunitário	3.3
Total			100

Em termos de capacitação, a análise do trabalho realizado nas oficinas evidenciou a necessidade premente de capacitação em Proteção e Defesa Civil (o que é Proteção e Defesa Civil e as suas normativas) e conhecimento geral sobre Gestão de Risco de Desastres, em todos os níveis, sendo assim uma forma de fortalecer a instituição Proteção e Defesa Civil no país.

figura do agente de proteção e de Proteção e Defesa Civil, bem como a própria instituição de Proteção e Defesa Civil. O gestor precisa entender que a Gestão de Risco de Desastres são elementos que devem ser considerados nos planos de desenvolvimento, e ter a consciência de que os desastres são resultados de riscos mal gerenciados e mal manejados.

OPORTUNIDADES E RECOMENDAÇÕES

As oportunidades estão relacionadas com os aspectos políticos e econômicos, e passam pela decisão dos gestores municipais em valorar a

O trabalho de diagnóstico reforça a análise da política do Departamento de Minimização de Desastres da SEDEC para priorizar a formulação de um plano de capacitação e formação contínua dos agentes de Proteção e Defesa Civil no Brasil. O plano poderá incluir uma formação de formadores tanto a nível nacional, como no nível de estado, até a capacitação de todos os agen-

tes nos municípios. Tal plano torna-se necessário uma vez que existe uma grande necessidade de mitigar a atual vulnerabilidade da instituição Proteção e Defesa Civil, a qual ainda permite a alta rotatividade dos agentes, além de proporcionar uma maior e mais estável valorização profissional da entidade.

Diversas soluções foram encontradas para viabilizar as formações demandadas pelos agentes. A aproximação com as universidades poderia possibilitar maiores e atuais conhecimentos sobre GRD. Esta aproximação poderia ser realizada através do estabelecimento de prioridades de formação com a parceria dos CEPEDs e grupos de pesquisa. O apoio para a realização das formações poderia surgir de parcerias com associações e entidades presentes nos municípios. A oferta e demanda dos cursos pode ser regulada por uma obrigatoriedade de formação por parte do agente e estabelecimento de um calendário permanente de formações.

Toda esta demanda formativa descrita pelos agentes culmina em uma reivindicação recorrente: a necessidade de valorização do profissional de Proteção e Defesa Civil para que este possa

realizar um trabalho permanente e contínuo e cada vez mais efetivo em GRD. Esta valorização também depende da conscientização dos gestores municipais em relação à importância das atividades da Proteção e Defesa Civil.

Além disso, os programas de Proteção e Defesa Civil na escola também demonstram grande potencial como ação preventiva, portanto, deveriam ser consolidados. Há a necessidade de melhorias na articulação entre estados e municípios através do fortalecimento das COREDECs/ COMDECs, que ainda não estão bem estabelecidas nos estados.

Assim espera-se que o presente diagnóstico seja um grande valia e apoio à elaboração de um plano de formação nacional, planejamentos anuais de formação e desenvolvimento das formações segundo a demanda dos estados e municípios. Tais ações serão respaldadas pela atual tendência, em construção, acerca da necessidade de modificar o caráter reativo das ações de Proteção e Defesa Civil e impulsionar um olhar preventivo sobre as questões de GRD nas três esferas governamentais.



16/ **ANEXOS**

ÍNDICE

-
- 1. Demanda formativa
 - 2. Análise da sondagem online



ANEXO 1

DEMANDA FORMATIVA

BÁSICO

TÍTULO	PÚBLICO ALVO	GRANDES LINHAS AO NÍVEL DA TEMÁTICA	DURAÇÃO
Curso Básico em Gestão de Risco de Desastres	Todos	<ul style="list-style-type: none">• Conceitos de GRD• 5 pilares: prevenção; preparação; mitigação; reconstrução e resposta• Ferramentas (identificação e uso) e planos• Aspectos básicos de defesa civil e normativas relevantes• Estruturação e funcionamento do SINPDEC• Legislação (12608; lei assistência social, código de obras)• Percepção de Risco• Comunicação• GRD e gênero (equidade e oportunidade)• Boas práticas	4 dias
“Conhecimento da Proteção e Defesa Civil; Gestão de projetos (geral e aplicado aos Desastres); Gestão de Risco de Desastres dentro da Proteção e Defesa Civil”	REDEC, COMDEC, NUDEC	<ul style="list-style-type: none">• Capacitação básica em Proteção e Defesa Civil• Diretrizes e fases para criação das Comissões Municipais - (CMDECs) e das Coordenadorias Municipais - (CMDCs) e dos Núcleos Comunitários - NUDECs• As leis e normativas de Proteção e Defesa Civil• Planos diretores e documentos institucionais• Estruturação e funcionamento do SINPDEC,• Gerenciamento de projetos• Gestão de recursos humanos• Gestão e Políticas Públicas• Cartão de Proteção e Defesa Civil• Obras públicas (adm e prática)• S2ID• Captação de recursos em GDR• Conceitos de GRD (Módulo dois curso básico GRD)• Legislação relacionada a GRD• Aspectos jurídicos relacionados a GRD• Formação de redes no (pré) planeamento (trabalho intersetorial)• Gerenciamento de áreas de risco	4 dias

AVANÇADO

TÍTULO	PÚBLICO ALVO	GRANDES LINHAS AO NÍVEL DA TEMÁTICA	DURAÇÃO
Prevenção e mitigação (ou Gestão Preventiva de Desastres)	Agentes estaduais, regionais, municipais e da comunidade (gestores e técnicos)	<p>Parte 1 : Conceitores e gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> Gestão de proteção ambiental Processos geológicos, hidrológicos, climatológicos Conservação de áreas e recursos hídricos Geologia/hidrologia/solos/meteorologia Em Geologia e Hidrologia : entender as ameaças relacionadas Mudança Climática <p>Parte 2 : Identificação</p> <ul style="list-style-type: none"> VCA (vulnerability capacity assessment) Identificação de risco Mapeamento de risco Impacto da vizinhança (Queima de cana-de-açúcar; aeroportos, mineradoras, etc.) Técnicas de prospecção de vulnerabilidades e ameaças para prevenção e resposta; técnicas para avaliação de risco Identificação, isolamento e remoção de produtos tóxicos, radioativos, ionizantes, etc.; <p>Parte 3: Ação preventiva</p> <ul style="list-style-type: none"> Ações preventivas e de preparação para a população Gestão de riscos com novas indústrias no território Módulo voltado para seca Movimentação de massa (solo) Enchentes e inundações Planjamento urbano Formação de percepção da própria comunidade Obras preventivas Medidas não estruturais Gestão florestal - incêndio florestal Legislação e aplicação da lei Alerta Precoce <p>Parte 4 : Experiencia e Pratica</p> <ul style="list-style-type: none"> Boas práticas Exercício transversal / simulado 	3 dias
Preparação e Resposta	Agentes estaduais, regionais, municipais e da comunidade (gestores e técnicos)	<p>Parte 1 : Temas chaves</p> <ul style="list-style-type: none"> Logística e pré posicionamento de bens Alerta Precoce Formação de redes de comunicação Coordenação Informação e comunicação Recuperação Precoce Transferências de Renda Condicionadas 	3 dias

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

TÍTULO	PÚBLICO ALVO	GRANDES LINHAS AO NÍVEL DA TEMÁTICA	DURAÇÃO
Preparação e Resposta	Agentes estaduais, regionais, municipais e da comunidade (gestores e técnicos)	<p>Parte 2: Identificação e planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano de contingência • identificação e avaliação de danos e prejuízos (PDNA, AVADAN+) • identificação, isolamento e remoção de produtos tóxicos, radioativos, ionizantes, etc.; <p>Parte 3: Ação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento de Abrigos (pratico!) • Resgate em áreas alagadas • Gerenciamento de pessoal abordagem psicossocial de desastre • Movimento de massa e de Edificações • Assistência social, saúde mental pós desastres e stress pós-traumático • Prevenção e combate a incêndios • Preparação e respostas em edificações • Produtos perigosos • Por em prática os planos de contingência de PR • Saúde e saúde baseado na comunidade • Evacuação para situações de emergência • Cartão Proteção e Defesa Civil <p>Parte 4 : Práticas e simulação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boas práticas • Simulação /simulacro (pratico) 	3 dias
Curso de Gestão de Risco e Gestão de Desastres no município	COMDEC/ NUDEC/ voluntários de Proteção e Defesa Civil/ outros atores municipais/representantes regionais	<p>Parte 1 : Conceitos básicos em Gestão de Riscos e Proteção e Defesa Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção, preparação, resposta, recuperação, planos de contingência • Percepção de riscos • Informação e Comunicação • Estabelecimento de REDES • Gestão compartilhada (intersetorial) • Atualização do conhecimento de Proteção e Defesa Civil (SCO sistema comando operacional) • Legislação e planos diretores existentes <p>Parte 2: Identificação, planejamento e mapeamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planos municipais de desenvolvimento, GRD, contingência, recuperação • Gerenciamento de áreas de risco • Mapeamento de áreas de risco • Avaliação de danos (PDNA etc) • Elaboração de Mapas apresentando situações de riscos (muito alto, alto, médio, etc.) • Ferramentas de diagnóstico, sondagens, mapeamento de risco • História de ocorrência de desastres • Identificação de vulnerabilidades e capacidades 	2 vezes 3 dias e um dia simulando (7 dias); mais 3 visitas de acompanhamento e 1 visita de ; mais 3 visitas de acompanhamento no desenvolvimento de planos e 1 visita de sistematização de boas práticas

TÍTULO	PÚBLICO ALVO	GRANDES LINHAS AO NÍVEL DA TEMÁTICA	DURAÇÃO
Curso de Gestão de Risco e Gestão de Desastres no município	COMDEC/ NUDEC/ voluntários de Proteção e Defesa Civil/ outros atores municipais/re- presentantes regionais	<p>Parte 3: Coordenação, gestão e acesso a recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nível regional: como participar e auxiliar para municípios dividirem recursos e esforços • Nível regional: como montar e gerir um banco de dados? Quais são os passos e contatos importantes? • Planejamento e projetos em Proteção e Defesa Civil • Acesso aos recursos e articulação entre os níveis • S2ID • Monitoramento (transversal) • Cartão de Proteção e Defesa Civil 	
Curso de afrentamento de riscos ao nível Local	COMDEC/ NUDEC/ voluntários de Proteção e Defesa Civil/ outros atores municipais/re- presentantes regionais	<p>Parte 4: Ação da Proteção e Defesa Civil no terreno</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de legislação em situações de risco e emergência (e legislação de Proteção e Defesa Civil) • Como tirar pessoas moradores das áreas de risco • Implantação de NUDEC • Preparação de possíveis ações do NUDEC • Trabalho com populações vulneráveis • Mobilização social (entre outros para infanto juvenil) • Formação de percepção da própria comunidade • Comunicação de risco (integrando percepção de risco) • Divulgação e discussão de informações • Como montar e gerir projetos com comunidade escolar • Primeiros socorros • Assistência psicossocial em situações de emergência • Impacto de vizinhança (queima de cana-de-açúcar; aeroportos, mineradoras, etc,) • Riscos ambientais urbanos • Conservação de áreas e recursos hídricos • Saúde, recursos humanos e recursos tecnológicos • Planos diretores vigentes e como revisar (incluindo uso de sol, áreas de riscos, explicação DC ao nível local) • Mediação de conflitos • Gestão florestal - incêndio florestal • Gestão de produtos perigosos • Gerencia e planejamento de ABRIGOS temporais • Atendimento a população vulnerável, como idosos, deficientes e outros • Operações (SCI / SCO) e gestão de crises • Plano de contingência (desenvolvimento e uso) • Geologia/hidrologia/solos • Planejamento urbano • Liderança • Gestão florestal <p>Parte 5 : práticas e simulação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhores práticas outros municípios • Simulação /simulacro (prático) 	2 vezes 3 dias e um dia simulando (7 dias); mais 3 visitas de acompanhamento e 1 visita de ; mais 3 visitas de acompanhamento no desenvolvimento de planos e 1 visita de sistematização de boas práticas

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

TÍTULO	PÚBLICO ALVO	GRANDES LINHAS AO NÍVEL DA TEMÁTICA	DURAÇÃO
Recuperação	Agentes estaduais, regionais, municipais e da comunidade (gestores e técnicos), representantes outros setores	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução • Planos de trabalho • Formatos e procedimentos de recuperação dentro de Proteção e Defesa Civil 	2 dias

ESPECIALIZADO

TÍTULO	PÚBLICO ALVO	GRANDES LINHAS AO NÍVEL DA TEMÁTICA	DURAÇÃO
Prevenção na empresa	Empresas, bombeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiros socorros nas empresas • Produtos cínicos • Planejamento empresarial em GRD • etc 	2 dias
Curso de GRD para gestores	Gestores municipais	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de projetos • Acesso a financiamento • Legislação • Formulários e documentos • S2ID • Cidades resilientes • media training • Intercâmbio de boas práticas 	2 dias
Comunicação, sensibilização e articulação	Externo mídia, políticos, outros setores	<ul style="list-style-type: none"> • Externo (GRD, mensagens chaves, pontos de atenção, terminologia, ...) 	1 dia
	Interno: SINPDEC	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação vertical e horizontal dentro da Proteção e Defesa Civil • Estrutura da Proteção e Defesa Civil • Fluxo de informação • Sugestões práticas ? 	2 dias
Doutorado ou pos-graduação em Proteção e Defesa Civil (Gestão em Proteção e Defesa Civil)	Agentes interessados	<ul style="list-style-type: none"> • A definir 	1 a 4 anos
Diplomado em GRD	Interessados	<ul style="list-style-type: none"> • A definir 	10 meses
Sensibilização nas escolas primárias / secundárias	Crianças / Jovens	<ul style="list-style-type: none"> • A definir 	programa de 1 ano (3X3horas)

TÍTULO	PÚBLICO ALVO GRANDES LINHAS AO NÍVEL DA TEMÁTICA	DURAÇÃO
Formação de formadores	<p>Pessoas com boa didática na Proteção e Defesa Civil que já foram formados em Gestão de Risco de Desastres</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação para formadores 	5 dias e 4 dias de assistência a um curso (sistema de monitoramento essencial)

OBSERVAÇÕES GERAIS E TEMAS DE DISCUSSÃO

- 1 Diferença entre estados (por exemplo, estrutura de bombeiros identificam mais formações a volta de produtos perigosos; estados mais confrontado com desastres mais específico; estrutura horizontal ou vertical, existência nível regional)
- 2 Outros cursos técnicos de Proteção e Defesa Civil não mencionados na proposta (pirotecnia, MOPE (movimentação de produtos especiais, cursos especializados nas áreas de sedimentologia e avaliação de formação de rochas”
- 3 Cursos específicos para atender a desastres específicos... melhor através de uma estratégia de troca de experiência nacional e internacional
- 4 Alta demanda trocas de experiência e boas práticas
- 5 Alta demanda cursos práticos e simulados

ANEXO 2

ANÁLISE DA SONDAÇÃO ONLINE

INTRODUÇÃO

A Sondagem Online teve início durante o X Fórum Nacional de Proteção e Defesa Civil, com o tema “Há uma década fazendo da informação uma forma de proteção”, no complexo Expoville, na cidade de Joinville, em Santa Catarina, realizado no período de 25 a 27 de setembro de 2013. O PNUD pôs a disposição um stand com computadores à disposição dos agentes de Proteção e Defesa Civil presentes no evento para participarem à sondagem Online. A data limite para completar a Sondagem Online foi o dia 30 de novembro de 2013.

A Sondagem Online consistiu de um questionário, divulgado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil a todos os órgãos de Proteção e Defesa Civil para ser respondido por todos os agentes estaduais, municipais, regionais, voluntários, gestores e não gestores. Na metodologia, o universo a ser investigado seria baseado em uma amostra de 600 profissionais, calculada para um universo total de 85.000.

No cálculo da amostra para a Sondagem Online utilizou-se métodos usados nas pesquisas sociais. Existem vários métodos de cálculos de amostra para pesquisa. Nesta pesquisa foram feitos dois cálculos para se determinar o tamanho da amostra. No primeiro considerou-se o tamanho da amostra finita - seria o Método da Amostra Finita. No segundo caso, optou-se pelo método Amostragem Aleatória Simples.

CÁLCULO DA AMOSTRA PARA POPULAÇÃO FINITA

Foi utilizada a fórmula que é de domínio público e pode ser encontrada em várias publicações.

$$n = \frac{(N \cdot Z_{\alpha/2})^2 \cdot p(1-p)}{((N-1) d^2 + Z_{\alpha/2}^2 \cdot p(1-p))}$$

Onde: n = número de amostras; N = 85000 (universo total a ser amostrado); $Z_{\alpha/2} = 1,96$ (valor tabelado da distribuição normal – veja tabela abaixo) para um grau de confiança GC= 95%; e duas hipóteses para p – proporção esperada no universo de 85000: primeira - p= 50% ou 0,50 – considerando uma estimativa de que 50% é o máximo dentro de um universo de 85000, que têm bons conhecimentos e capacidades em GRD; p = 30% ou 0,30 - considerando uma estimativa de que 30% é o máximo dentro de um universo de 85000, que têm bons conhecimentos e capacidades em GRD; d = 4% ou 0,04 –que é o valor de precisão.

Dessa forma:

Para p = 50% = 0,50

$$\begin{aligned} n &= 85000 \cdot (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot (1-0,5) / 84999 \cdot 0,042^2 \\ &= (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot (1-0,5) = 85000 \cdot 3,6864 \cdot 0,25 / 135,9984 + 0,9216 \\ &= 78336 / 136,92 = 572 \text{ amostras} - 0,67\% \end{aligned}$$

Para p = 30% = 0,30

$$\begin{aligned} n &= 85000 \cdot (1,96)^2 \cdot 0,3 \cdot (1-0,3) / 84999 \cdot 0,042 + (1,96)^2 \cdot 0,3 \cdot (1-0,3) = 85000 \cdot 3,6864 \cdot 0,21 / 135,9984 + 0,774144 \\ &= 65802,24 / 136,772544 = 481 \text{ amostras} - 0,57\% \end{aligned}$$

**TABELA DE VALORES CRÍTICOS
ASSOCIADOS AO GRAU DE CONFIANÇA NA
AMOSTRA**

GRAU DE CONFIANÇA	α	VALOR CRÍTICO $Z_{\alpha/2}$
90 %	0,10	1,645
95 %	0,05	1,96
99 %	0,01	2,575

**CÁLCULO DA AMOSTRA PELO MÉTODO
AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES**

O tamanho da amostra n também é calculado de modo mais simples, tomando-se por base somente o tamanho do universo total $-N = 85000$; a primeira aproximação do tamanho da amostra $- n_0$ e o erro amostral tolerável $E = 4\%$ (precisão), para um grau de confiança de 95%.

As fórmulas são:

$$n_0 = 1 / E^2 \quad n \text{ (amostra)} = N \cdot n_0 / N + n_0$$

Calculando temos:

$$\begin{aligned} n_0 &= 1 / E^2 - \text{para } E = 4\% = 0,04 - n_0 = 1 / 0,04^2 = \\ &= 1 / 0,0016 = 625 \text{ amostras} \\ n \text{ (número da amostra corrigido)} &= N \cdot n_0 / N + n_0 \\ &= 85000 \cdot 625 / 85000 + 625 = 34000000 / 85625 \\ &= 620 \text{ amostras} \end{aligned}$$

O erro é de 4% (+/-). Este valor da amostra representa 0,73% do universo total. Lembrar que é errôneo pensar que o tamanho da amostra deve ser tomado como um percentual do tamanho do universo investigado para ser representativa. Assim, usando-se os resultados dos dois métodos, optou-se pelo valor da amostra igual a 600, para uma população de 85,000 agentes da Proteção e Defesa Civil.

A Sondagem Online foi estruturada em quatro seções investigativas, sendo a primeira relacionada com o perfil do pesquisado, a segunda aos conhecimentos e capacidades, a terceira sobre a

formação e a quarta foi um espaço aberto para as sugestões e comentários livres dos pesquisados.

Na análise do perfil do pesquisado e do lugar verifica-se que a sondagem atingiu um universo de 1.264 indivíduos, superando a expectativa em 100%, pois a amostra inicial era de 600 indivíduos. Dos 26 estados e o Distrito Federal, somente três estados não foram atingidos pela sondagem: Acre, Amazonas e Pará. Analisando o universo atingido por regiões administrativas, temos que a região Norte correspondeu a 34 indivíduos (2,69%), a região Nordeste correspondeu a 431 indivíduos (33,15%), a região Centro Oeste + Distrito Federal corresponderam a 59 indivíduos (4,67%), a região Sudeste correspondeu a 339 indivíduos (26,82%) e a região Sul correspondeu a 413 indivíduos (32,67%). O universo atingido nas regiões Sul e Sudeste foi de 59,69% do total amostrado, onde em todos os seus estados foram realizadas as oficinas. Na região Nordeste somente em três estados foram realizadas as oficinas (Alagoas, Bahia e Pernambuco) o universo atingido representou 233 indivíduos com (18,43%). Os demais indivíduos atingidos nos estados não integrantes do diagnóstico somam um total de 198 (14,72%), com destaque para o estado do Ceará com 104 indivíduos atingidos pela sondagem representado 24,13% dentro da região Nordeste e 8,23% dentro do cenário nacional.

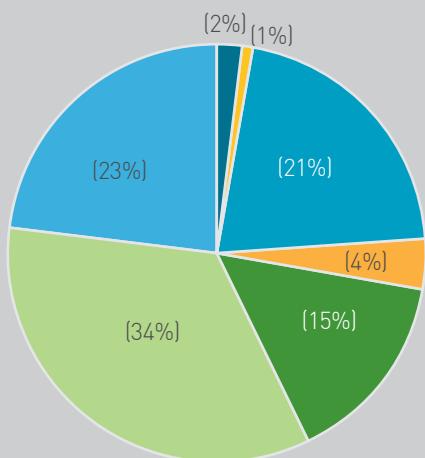
No cômputo geral, a taxa de urbanização dos municípios brasileiros está acima dos 84 %, porém vários municípios ainda apresentam uma taxa de urbanização inferior a 50%. Acreditamos que os membros pesquisados sobre o tipo de localização de seus municípios – rural ou urbano, tomaram como referência estas taxas e dessa forma 80% responderam que seus municípios são urbanos e 20% rurais, números que de certa maneira correspondem aos dados do IBGE (2010). Dos entrevistados a maioria 77% foi do sexo masculino e 23% do sexo feminino.

Da totalidade dos 10 estados dos 1.262 profissionais pesquisados quando perguntado quanto ao Grau de Instrução é interessante frisar que

Qual seu grau de instrução?

GRÁFICO 1

BRASIL - GRAU DE INSTRUÇÃO E CATEGORIA DO PROFISSIONAL E CATEGORIA DE AGENTE



Qual sua categoria de agente de proteção e defesa civil

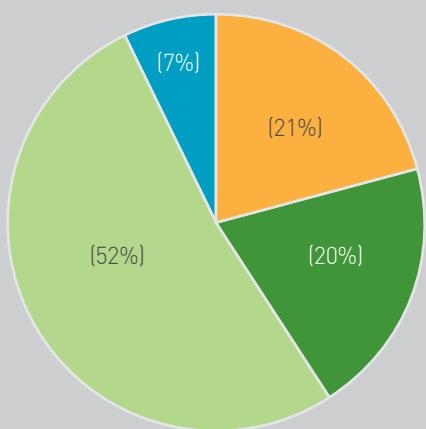
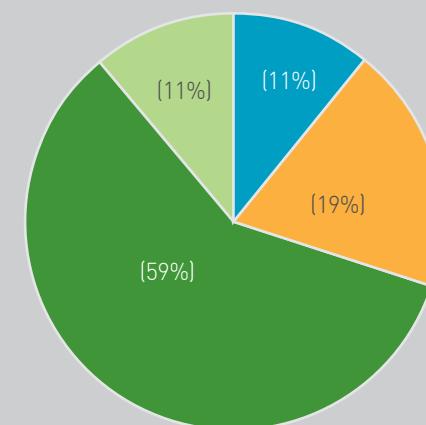
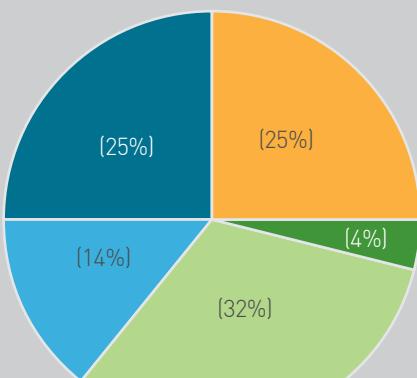


GRÁFICO 2

ALAGOAS - GRAU DE INSTRUÇÃO E O PERFIL PROFISSIONAL



- Analfabeto
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação

- Agente político de direção
- Agente público de coordenação e direção de uma entidade prestadora de serviços
- Agente de função pública na prestação ou execução dos serviços
- Agente voluntário ou privado prestador de serviços

foram obtidas respostas desde analfabeto (1 – 0,1%) até pós-graduados (286 - 23%).

Com curso superior completo, na realidade foram identificados um total de 711 pesquisados correspondendo a um 57% um valor bastante elevado, porém não tão significativo dentro da amostragem (vide gráfico 1).

Em relação às outras categorias (ensino fundamental completo com 2,0% e 21% correspondendo ao ensino médio completo) os números parecem refletir a política educacional brasileira atual, com incentivos do governo na educação de jovens e adolescentes, e também de adultos. A interiorização das Universidades, hoje todas elas multi-campus, tem aberto perspectivas a jovens, adolescentes e adultos, no ingresso universitário. Os valores correspondentes aos graus de instrução incompletos, não nos permite avaliar se estes pesquisados ainda estão em fase de formação ou simplesmente houve abandono dos estudos.

No entanto, acredita-se ser necessária no planejamento das capacitações uma atenção especial a questão do analfabetismo funcional entre os agentes de Proteção e de Defesa Civil, mesmo que as pessoas saibam ler e escrever, elas podem apresentar incapacidades para interpretar textos que lhes foram apresentados para ser interpretado, e isto pode dificultar as realizações de tarefas até mesmo consideradas simples. É oportuno lembrar que o analfabetismo funcional atinge todos os níveis da educação, inclusive o superior e até mesmo a pós-graduação. Em relação às outras categorias de agente de Proteção e Defesa Civil, observou-se que 52,0% se declararam como agentes de função pública na prestação dos serviços e 7,0% como Agentes voluntários prestadores de serviço, porém não foi possível fazer um cruzamento com o grau de instrução (vide gráfico 1).

Detalhando a amostra a nível de Brasil, com relação ao grau de instrução, os pesquisados se distribuíram nas seguintes proporções: 34% com nível Superior Completo; 23% com curso de Pós

Graduação; 15% com superior Incompleto; 21% com Ensino Médio Completo; 4% com Ensino Médio Incompleto e 3% com Ensino fundamental. No geral os dados apontam para um nível bem qualificado dos profissionais, onde 57% deles possuem diploma universitário (superior completo e pós-graduação). Já com relação a categoria funcional, o maior número correspondem a categoria de execução com 52%. Destaca-se também a representação dos agentes de direção e de coordenação ficando na faixa de 20% (vide gráfico 1).

Nesta mesma amostragem ao cruzarmos os dados com a pergunta investigativa, “Qual a sua categoria de agente de Proteção e Defesa Civil”, 41% dos pesquisados afirmam ser agentes políticos de direção e agentes público de coordenação e direção de uma prestadora de serviços, ou seja, ocupam cargos para os quais geralmente o requisito é ter um curso superior.

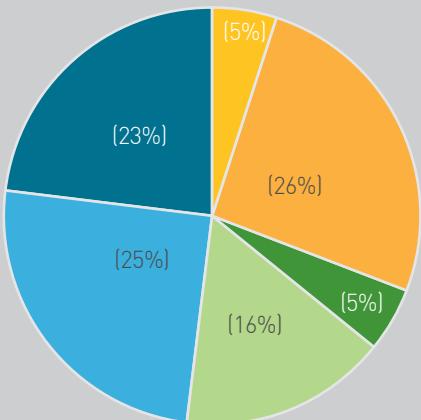
Abaixo segue a correlação de dados pesquisados entre o grau de instrução e categoria profissional identificado por estado.

A relação presentada a nível nacional é observada para os estados pesquisados, como estão exemplificados abaixo. Na pesquisa para a análise por estado, optou-se pela seleção aleatória de um estado por região administrativa analisada – Nordeste (estado de Alagoas), Sudeste (estado de Minas Gerais) e Sul (estado do Rio Grande do Sul)- vide gráficos 2, 3 e 4.

No estado de Alagoas com relação ao grau de instrução e o perfil profissional a pesquisa distribuiu-se da seguinte forma: 14% com curso Superior Completo, 25% com Pós Graduação, 25% com Ensino Médio Completo, 32% com Superior Incompleto e 4% com Ensino Médio Incompleto. Já com relação o trabalho do agente de função pública 59% se enquadram nesta categoria de execução dos serviços, tendo uma representação significativa com relação ao trabalho de ponta da Proteção e Defesa Civil, 19% representando a coordenação e direção, 11% a função político de direção e também com 11% a

Qual seu grau de instrução?

GRÁFICO 3
MINAS GERAIS - GRAU DE INSTRUÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL



Qual sua categoria de agente de proteção e defesa civil

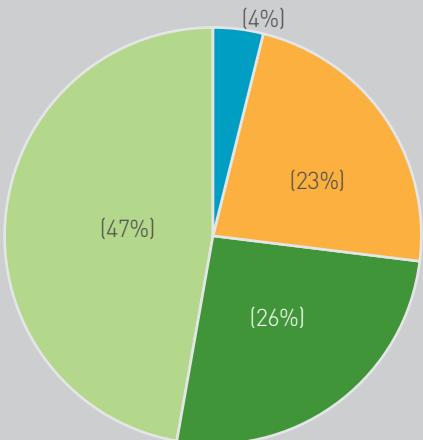
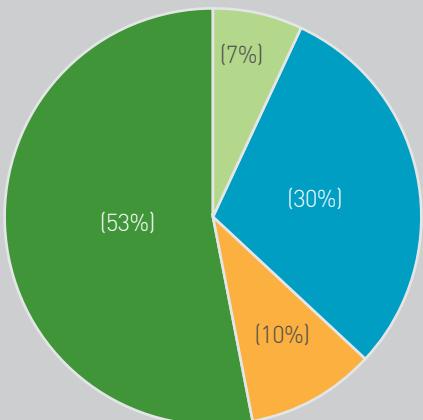
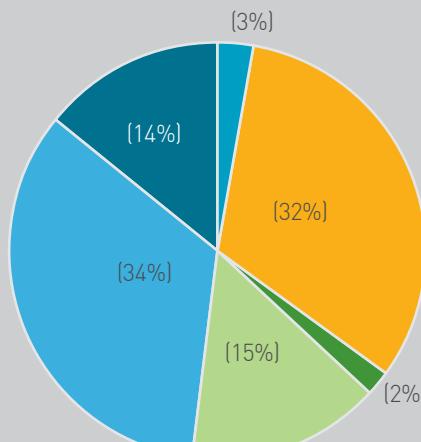


GRÁFICO 4
RIO GRANDE DO SUL - GRAU DE INSTRUÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL



- Analfabeto
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação

- Agente político de direção
- Agente público de coordenação e direção de uma entidade prestadora de serviços
- Agente de função pública na prestação ou execução dos serviços
- Agente voluntário ou privado prestador de serviços

representação do trabalho dos voluntários (vide gráfico 2).

No estado de Minas Gerais a pesquisa configurou-se com a seguinte distribuição: 25% com curso Superior Completo; 23% Pós Graduação, 26% Ensino Médio Completo, 16% superior Incompleto, 5% Ensino Médio Incompleto, o restante não pontuou. Aponta para um grupo bastante qualificado, sendo 58% com curso superior e com pós-graduação. Com relação o perfil profissional 47% dos pesquisados são representados como categoria de execução de serviço, 26% representando a coordenação e direção e 23% como agente político de direção (vide gráfico 3).

No estado de Rio Grande do Sul a pesquisa distribuiu-se com a seguinte configuração: 34% com curso Superior Completo; 14% com Pós Graduação; 32% com Ensino Médio Completo; 15% com curso Superior Incompleto e 2% com Ensino Médio Incompleto. Com relação o perfil profissional 53% dos pesquisados do estado se enquadram na categoria de execução. Refletindo, portanto um a significativa participação dos agentes de ponta da defesa civil. Tendo havido uma boa representação dos agentes políticos de direção, representando 30% da amostra (vide gráfico 4).

Na análise do nível de conhecimento geral sobre a Gestão de Risco de Desastres somente 22% dos pesquisados afirmam que tem um conhecimento alto e muito alto, enquanto que a maioria, 78% se situa em conhecimento médio, baixo e muito baixo, além do mais quando perguntados sobre a sua familiaridade com as 5 prioridades do Quadro de Ação de Hyogo, 47% responderam que não e 24% que não sabe(desconhece). As respostas dadas a estes dois questionamentos caracterizam uma deficiência bastante acentuada dos conhecimentos em Gestão de Risco a Desastre, e uma acentuada falta de conhecimento da literatura sobre GRD, com o que veio a corroborar as respostas dadas ao questionamento seguinte classifique o seu nível de conhecimento sobre as principais normativas em gestão de risco no país, quando a maioria, 85% se situa entre médio, médio baixo e baixo (vide gráfico 5 abaixo).

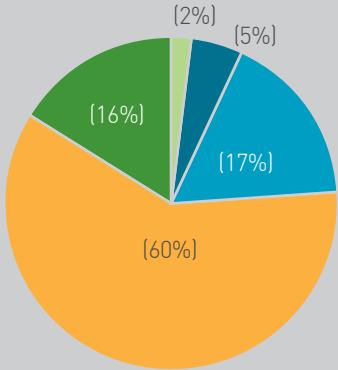
No que refere o nível de conhecimento e capacidade dos pesquisados nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina as respostas possuem algumas diferenciações conforme apresentado nos gráficos 6, 7 e 8 abaixo. Com relação o conhecimento geral sobre Gestão de Risco de Desastres prevaleceu um conhecimento médio variando com 53% os pesquisados do estado de Pernambuco, 54% do estado do Rio de Janeiro, e 59% do estado de Santa Catarina. Com relação a não familiaridade com o tema Quadro de Ação de Hyogo a mesma sequência dos estados seguem com 50%, 18% e 47%, demonstram a necessidade de melhor explorar este tema. Destaca-se aqui o estado do Rio de Janeiro onde 68% dos pesquisados afirmam ter familiaridade sobre o tema (vide gráfico 7). Já com relação às Principais Normativas de GRD nos três estados analisados prevalecem uma mediana próxima, onde afirmam possuírem um conhecimento de médio para baixo. Destaca-se aqui o estado de Santa Catarina onde os percentuais são mais diferenciados, com 50% dos pesquisados afirmando possuir um conhecimento médio e, 34% deles um baixo nível sobre o tema (vide gráfico 8).

No geral os dados levantados a nível nacional sobre o conhecimento sobre a Normativa e Funções do SINDEC um ponto conflitante aparece nas respostas dadas pelos pesquisados em relação às normativas, quando pesquisados quanto a familiaridade ao tema a maioria diz ter conhecimento sobre a Lei 12.608/2012 com 69,2%, sobre a PNPDEC (47,8%), porém com relação o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Nacionais 2012-2014 somente 26,4% dizem estar familiarizados. Sobre o mandato, a composição e as funções gerais do SINPDEC, e sobre as funções específicas do SINPDEC, na Redução de Risco, para estes dois questionamentos as respostas foram preocupantes: 87% para médio, baixo e muito baixo, e para alto e muito alto somente 13% revelando assim um desconhecimento profundo sobre o SINPDEC e a legislação em geral (vide gráfico 9 abaixo).

É interessante notar que em todas as oficinas realizadas nos 10 estados prioritários, esta mesma

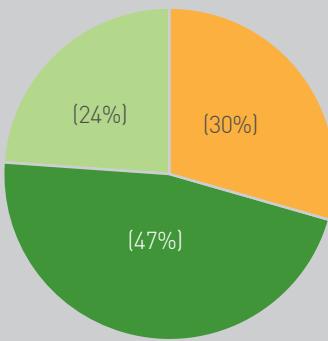
Classifique seu nível de conhecimento geral sobre gestão de risco de desastres.

GRÁFICO 5 BRASIL - NÍVEL DE CONHECIMENTO E CAPACIDADE



Você tem familiaridade com as cinco prioridades do Quadro de Ação de Hyogo?

GRÁFICO 5 BRASIL - NÍVEL DE CONHECIMENTO E CAPACIDADE



Classifique seu nível de conhecimento sobre as principais normativas em gestão de risco no país.

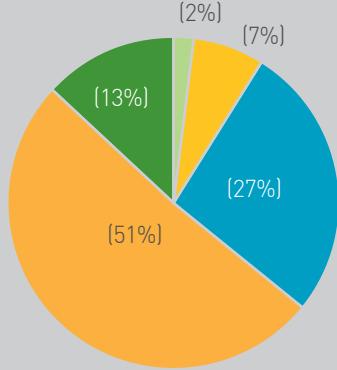


GRÁFICO 6 PERNAMBUCO - NÍVEL DE CONHECIMENTO E CAPACIDADE

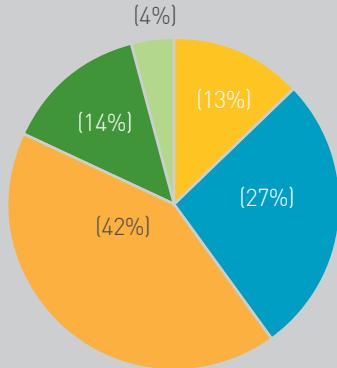
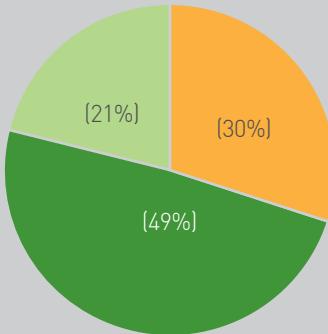
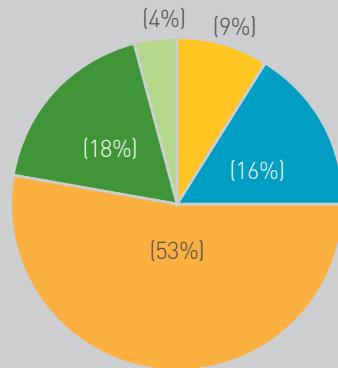
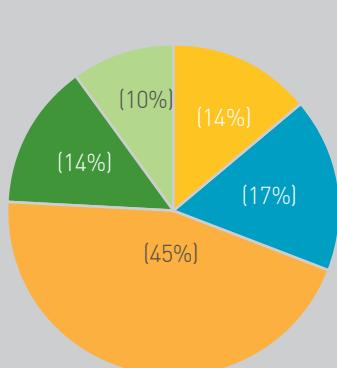
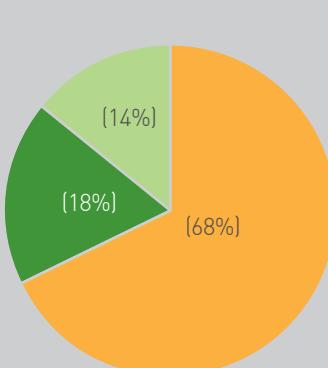
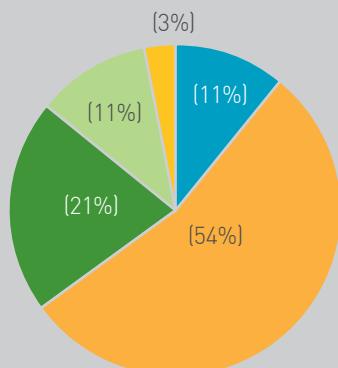


GRÁFICO 7 RIO DE JANEIRO - NÍVEL DE CONHECIMENTO E CAPACIDADE



■ Muito baixo

■ Baixo

■ Médio

■ Alto

■ Muito alto

■ Sim

■ Não

■ Não sabe

■ Muito baixo

■ Baixo

■ Médio

■ Alto

■ Muito alto

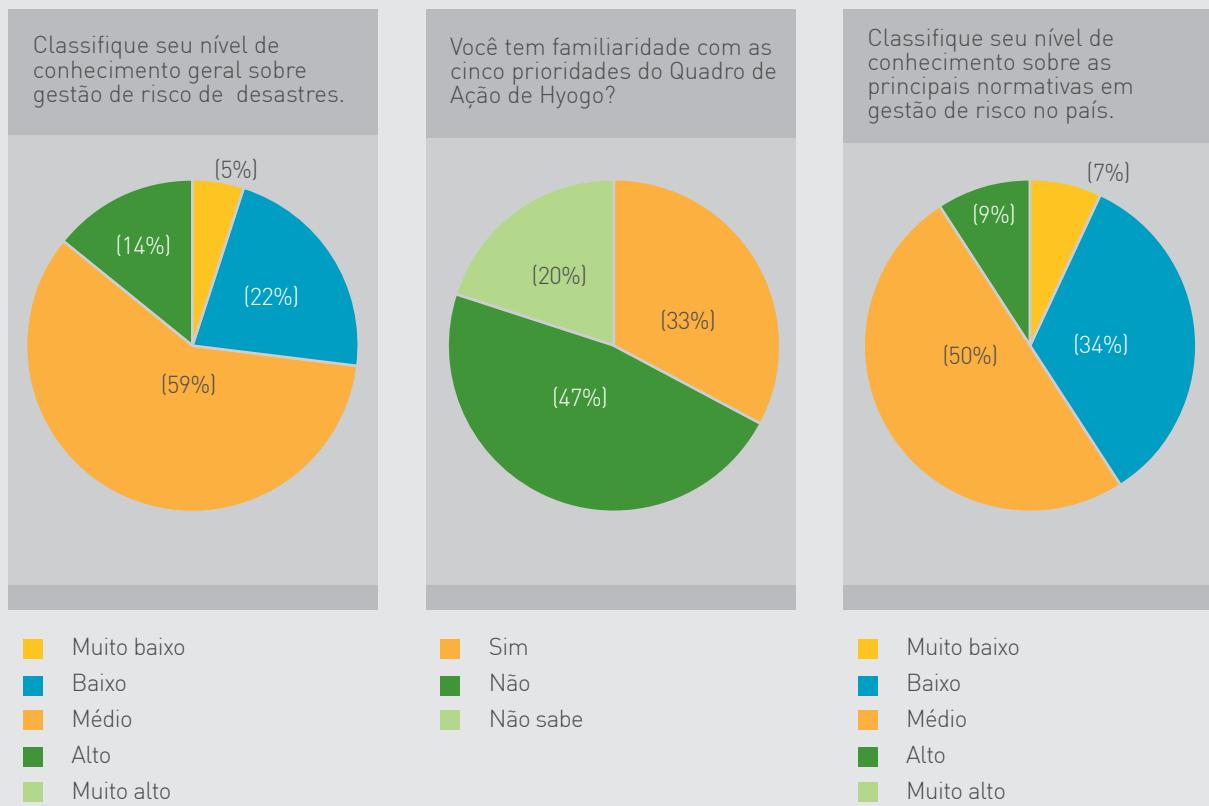
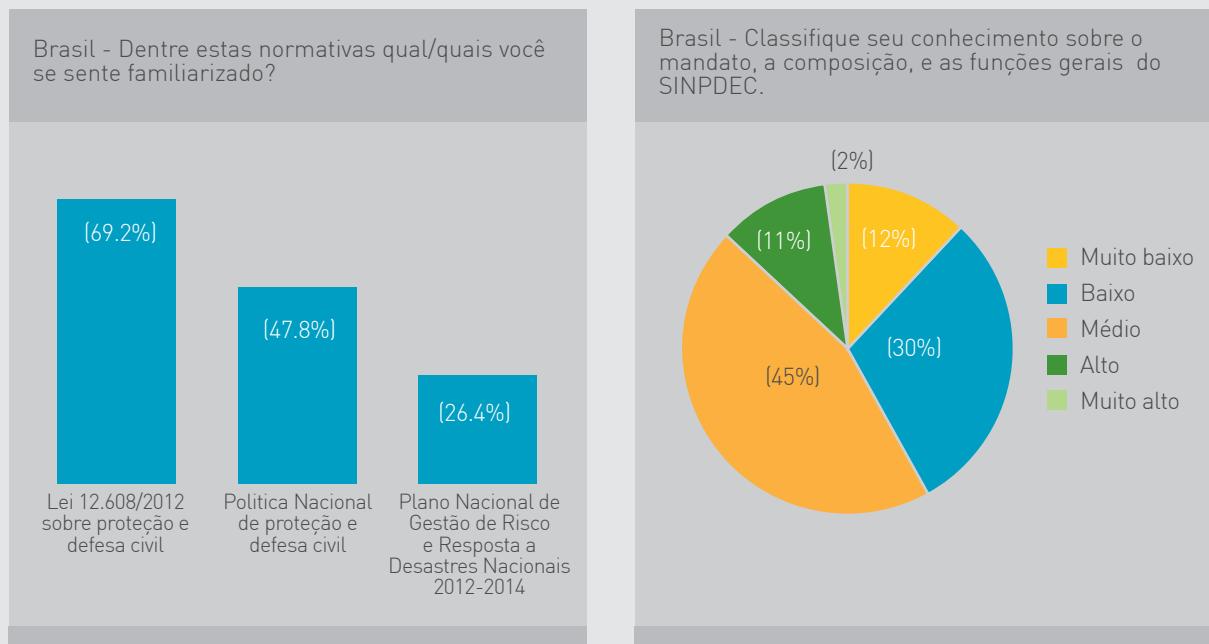
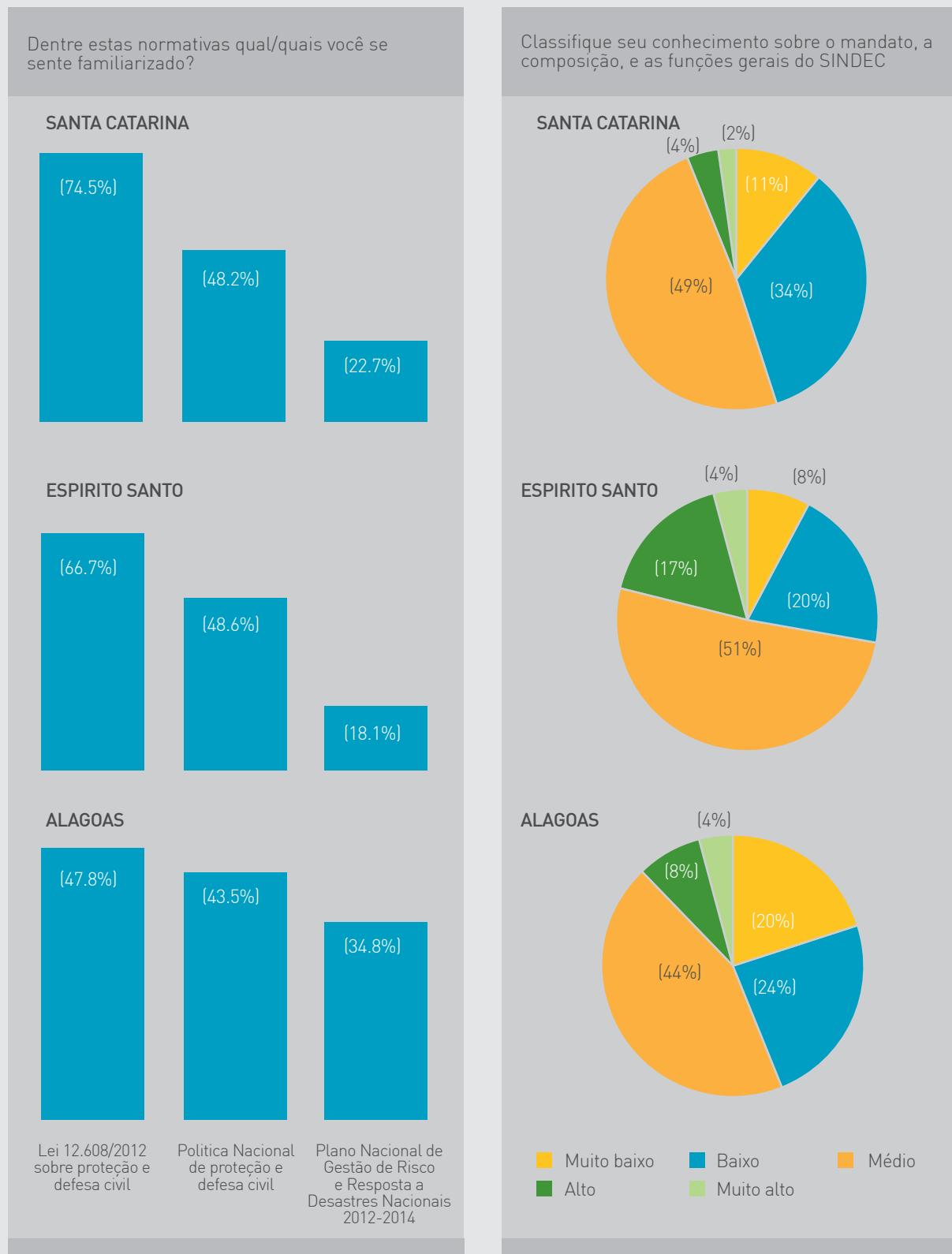
GRÁFICO 8 SANTA CATARINA - NÍVEL DE CONHECIMENTO E CAPACIDADE**GRÁFICO 9** BRASIL - CONHECIMENTO SOBRE A NORMATIVA (LEIS, POLÍTICAS) E FUNÇÕES DO SINDEC

GRÁFICO 10 ESTADOS - CONHECIMENTO SOBRE A NORMATIVA (LEIS, POLÍTICAS) E FUNÇÕES DO SINDEC



realidade foi observada. Somente o estado de Alagoas os percentuais dos pesquisados sobre o conhecimento da Lei 12.608/12 e da PNPDEC ficaram equilibrados, com 47,8 % e 43,5 % (vide gráfico 10). No geral os membros conhecem a existência das normativas, mas a grande maioria nunca teve acesso a elas, o que configura uma deficiência de conhecimento das leis, negativamente interferindo nas ações dos órgãos de Proteção e Defesa Civil, principalmente nos municipais.

Ao questionamento se o pesquisado participa de um mecanismo de coordenação interinstitucional que se reúne regularmente fora de um contexto de emergência, o não recebeu 54% e o sim 43%, o que mostra certa deficiência da estrutura, visto que, segundo os membros que participaram das oficinas, deve haver uma constante e ininterrupta ação dos órgãos de Proteção e Defesa Civil e da Gestão da Redução do Risco (vide gráfico 11).

Ao questionar se o pesquisado tem conhecimento sobre mecanismos interinstitucionais que fazem coordenação com outros níveis (federal, estadual, etc.), a maioria respondeu sim (58%) e o não recebeu 37% (vide gráfico 11).

Ao serem investigados sobre como os pesquisados qualificariam suas capacidades para desempenhar as principais funções organizacionais, em relação a:

- para fomentar a participação e a articulação dos atores relevantes (a nível nacional, estadual, municipal ou comunitário);
- para o diagnóstico e análise;
- para a formulação e planificação de políticas, planos, programas, projetos;
- para coordenar as ações e os atores;
- para orçar, gerir e implementar essas intervenções ou a provisão de serviços;

GRÁFICO 11 BRASIL – MECANISMO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

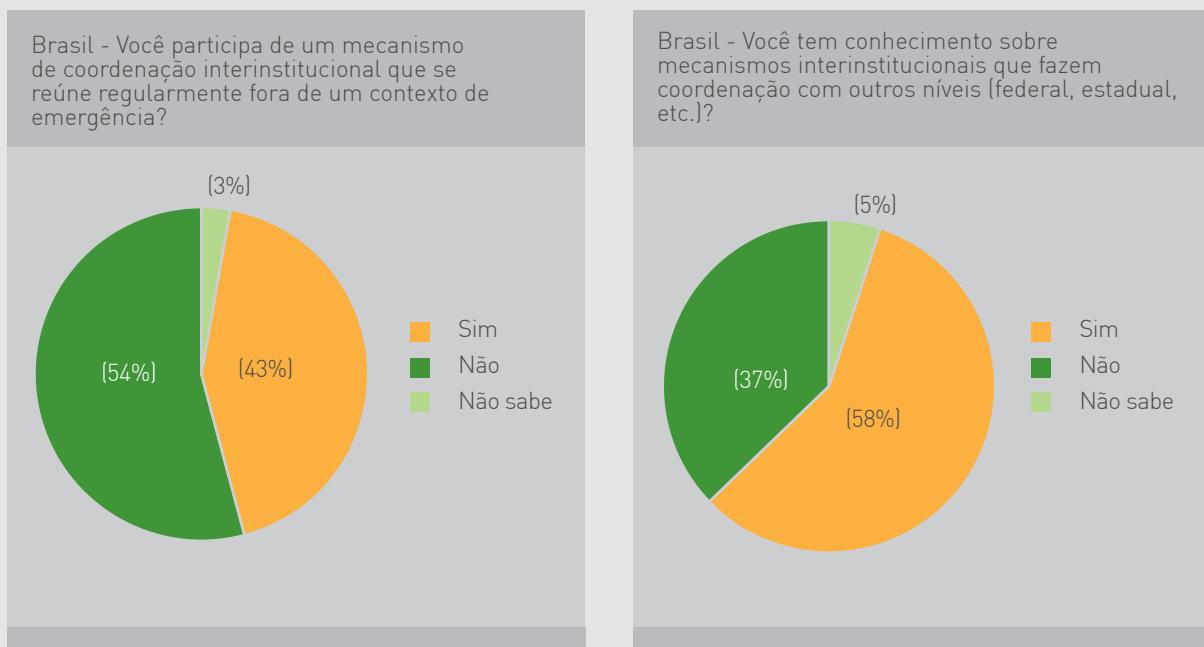


GRÁFICO 12 BRASIL – CAPACIDADES E AÇÕES GOVERNAMENTAIS

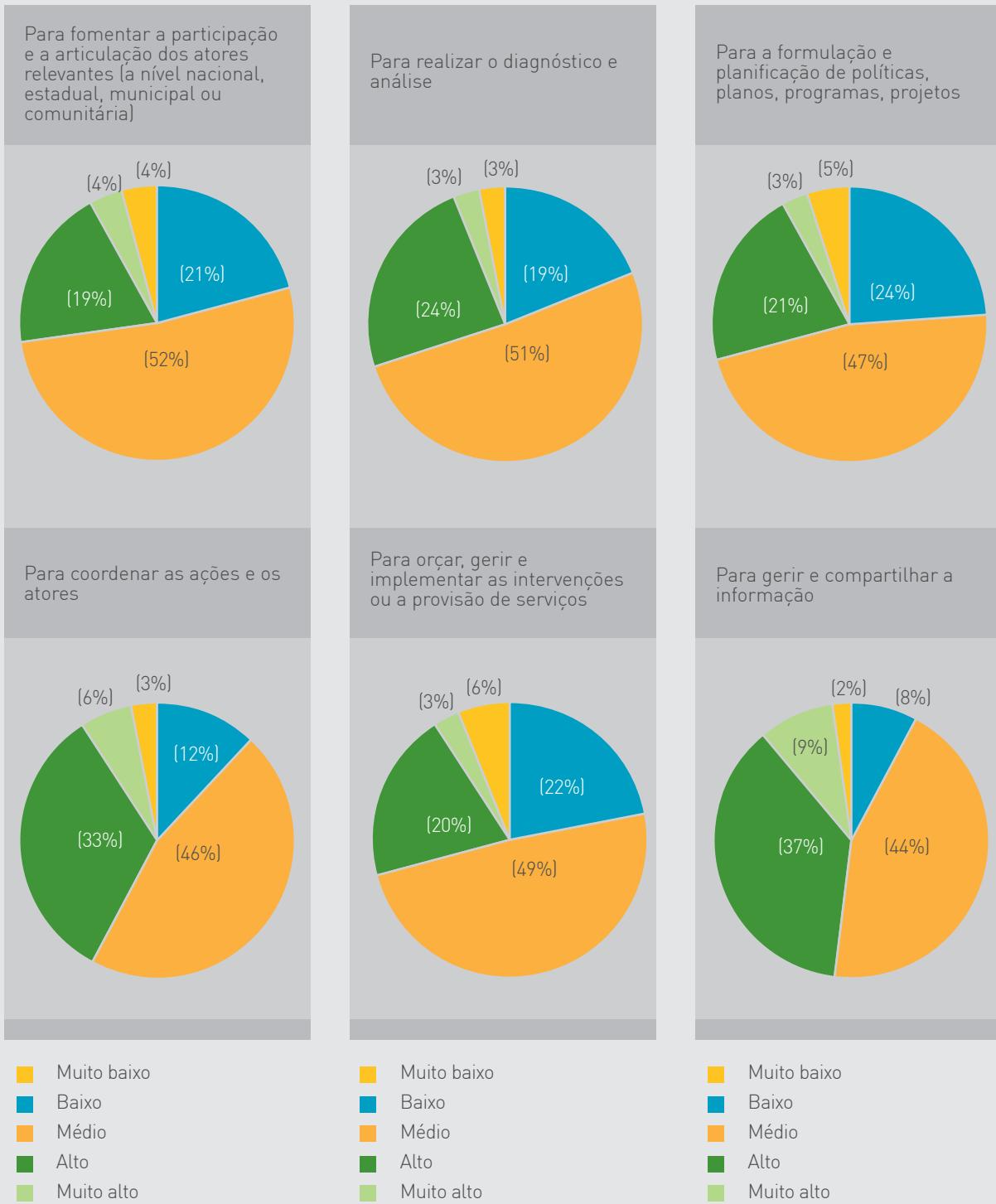
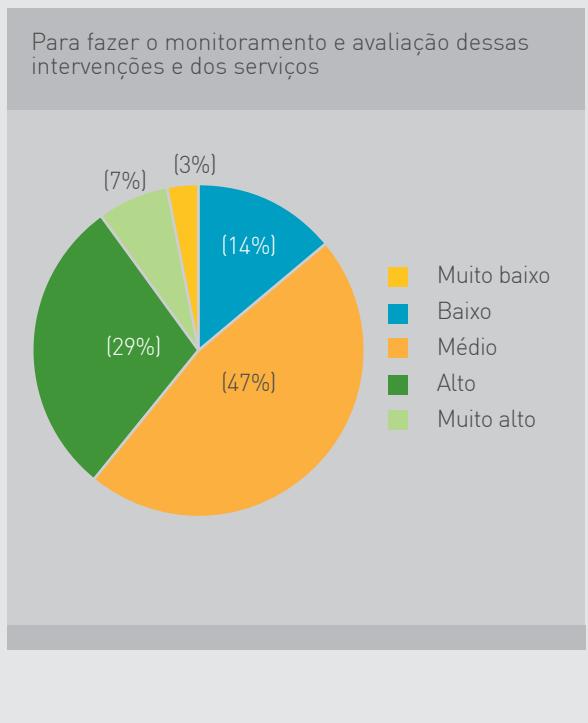


GRÁFICO 13 BRASIL – CAPACIDADES E AÇÕES GOVERNAMENTAIS



- para gerir e compartilhar a informação;
- para fazer o monitoramento e avaliação dessas intervenções e dos serviços.

Os dados estão expressos nos gráficos 14 à 20 apresentados abaixo.

Com relação a capacidade de desenvolver ações governamentais a grande maioria dos profissionais pesquisados qualificam suas capacidades como média, baixa e muito baixa (77%; 73%; 76%; 61%; 76%; 54% e 64% respectivamente) enquanto que 23%; 27%; 24%; 39%; 24%; 46% e 36% respectivamente classificam suas capacidades como alta e muito alta (vide gráfico 12 e 13).

Ao mesmo tempo em que a maioria dos pesquisados afirmam ter conhecimento sobre os mecanismos interinstitucionais, eles qualificam suas capacidades para desempenhar as funções organizacionais entre média a muito baixa.

Para os 10 estados prioritários do diagnóstico, os resultados não foram diferentes. Para exemplificar serão utilizados para cada uma das perguntas, três estados de cada uma das regiões administrativas (Nordeste, Sudeste e Sul), usando-se os mesmos critérios da análise dos dados nacionais, ou seja, agrupando-se as capacidades em média, baixa e muito baixa e em alta e muito alta. Notar que o valor mais alto corresponde a taxa mais baixa de conhecimento e capacidade, e o valor mais baixo corresponde a taxa mais elevada de conhecimento e capacidade.

Com relação a capacidade para fomentar a participação e a articulação dos atores relevantes (a nível nacional, estadual, municipal ou comunitária) as médias de variações entre os respectivos percentuais dos estados de Pernambuco (71% - média, baixa e muito baixa, e 29% - alta e muito alta), Espírito Santo (69%; 31%), e Santa Catarina (84%; 16%) foram muito próximas (vide gráfico 14).

Com relação a capacidade para fomentar a participação dos atores relevantes para realizar o diagnóstico e análise (a nível nacional, estadual, municipal ou comunitária) os dados dos estados de Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul seguiram uma mediana muito próxima segundo a amostragem: Alagoas (79% - variando de média, baixa e muito baixa- e 21% - alta e muito alta), Minas Gerais (65% e 35%), Rio Grande do Sul (81%; 19%) - vide gráfico 15.

Com relação a capacidade para fomentar a coordenação de ações entre os atores relevantes (a nível nacional, estadual, municipal ou comunitária) a amostragem dos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul configuraram uma mediana próxima (vide gráfico 14). Bahia (58% media, baixa e muito baixa), 42% alta e muito alta), Rio de Janeiro (42%; 58%) e Rio Grande do Sul (57%; 43%) - vide gráfico 16.

É interessante notar os dados do estado do Rio de Janeiro, quando 58% afirmam ter capacidade para coordenar ações e atores. Este fato, possivelmente esteja ligado aos eventos ocorridos na

GRÁFICO 14 ESTADOS – CAPACIDADE DE FORMENTAR A PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS ATORES RELEVANTES (A NÍVEL NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU COMUNITÁRIA)

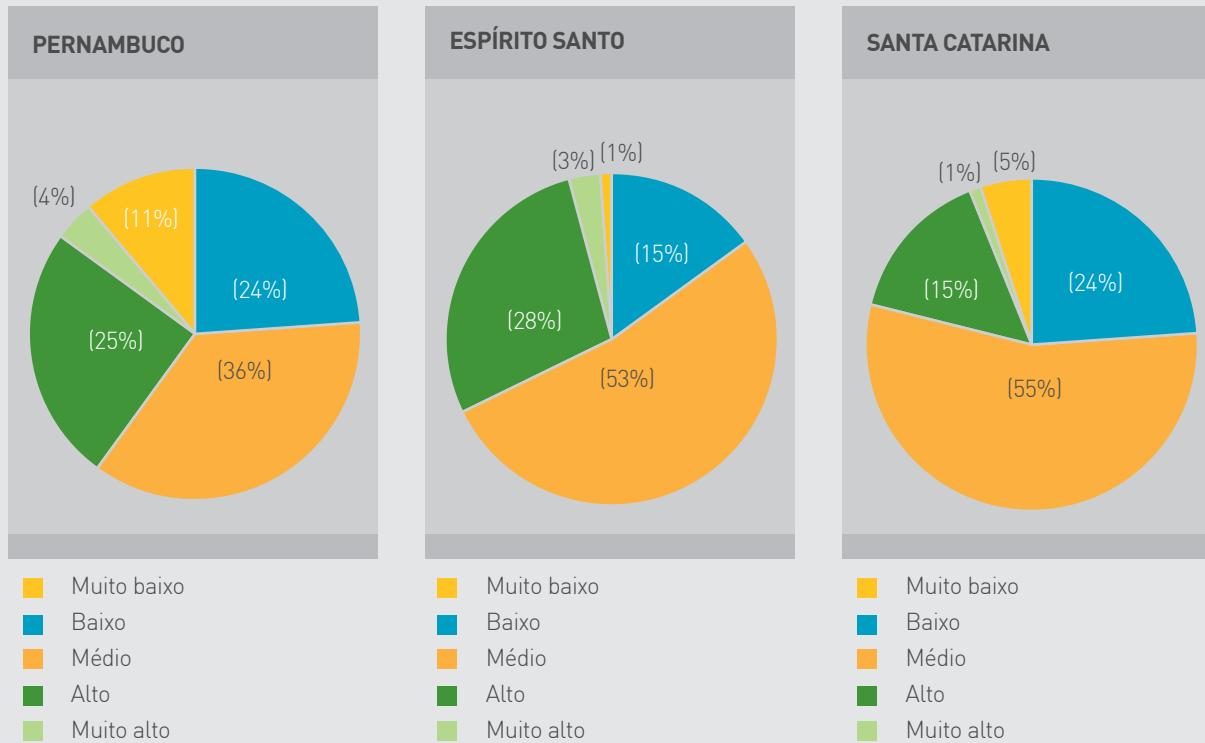


GRÁFICO 15 ESTADOS – PARA REALIZAR DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

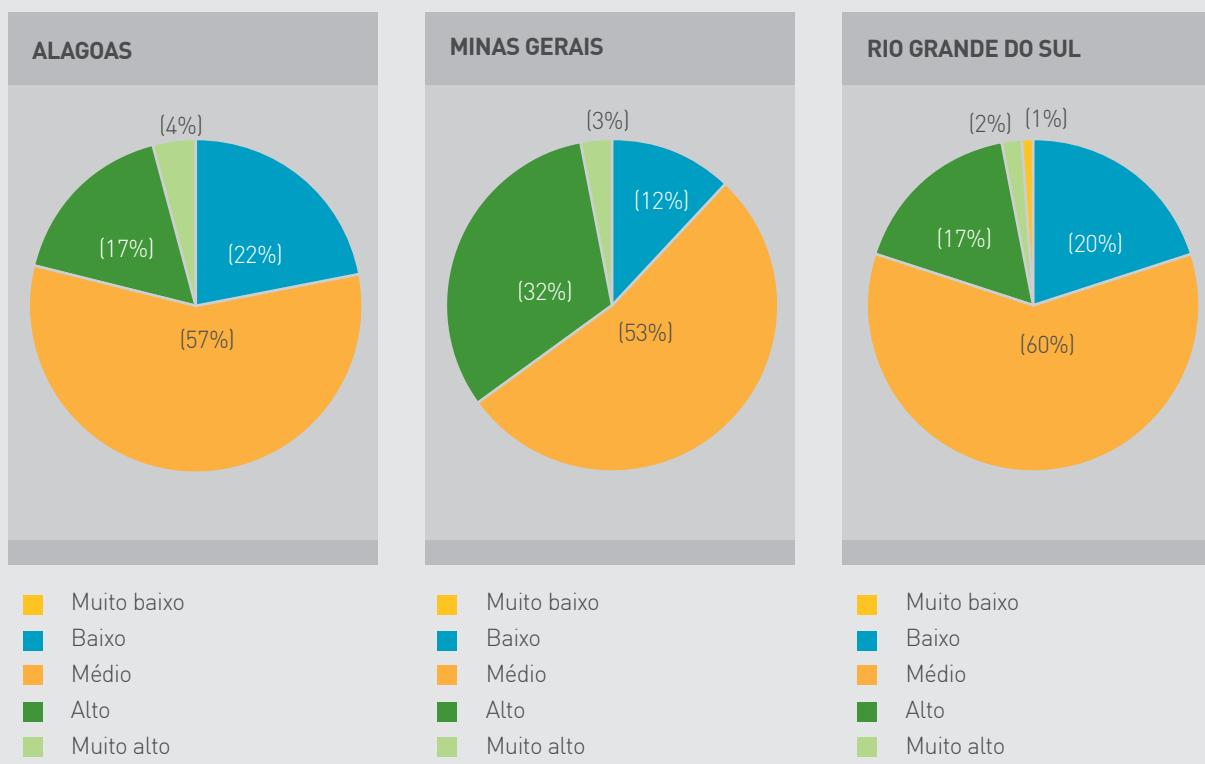


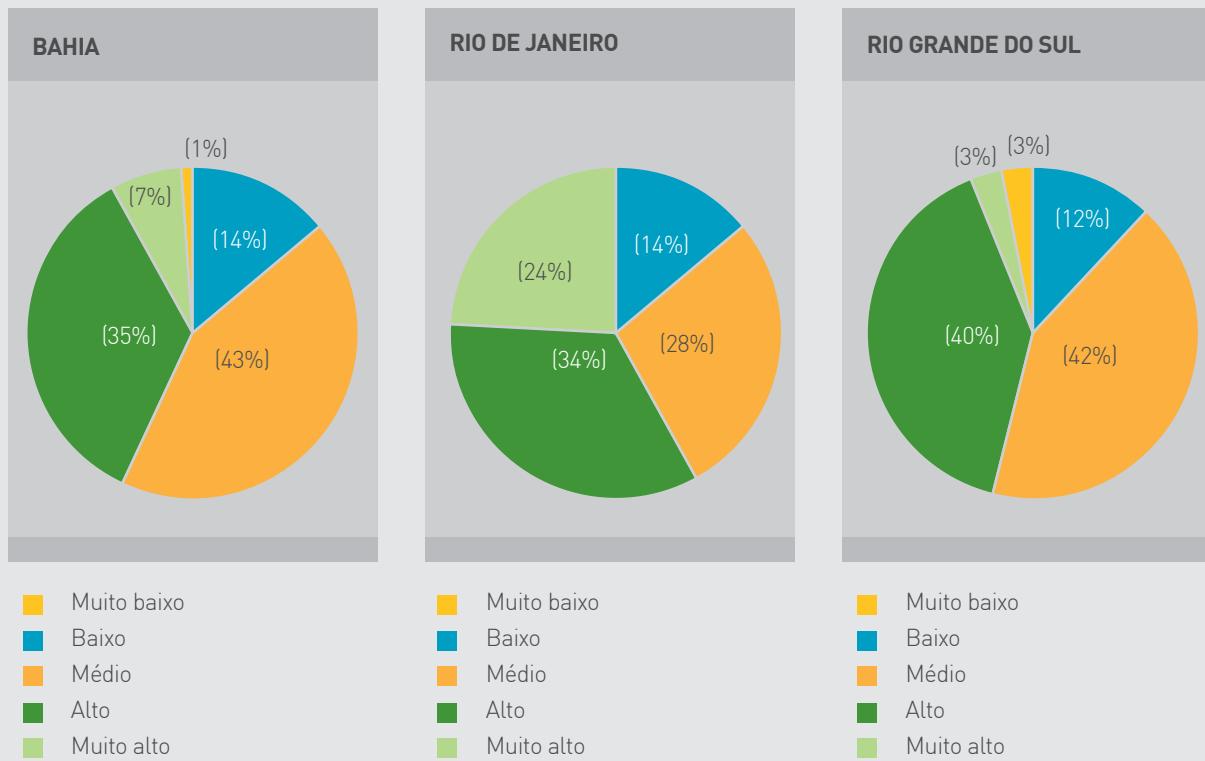
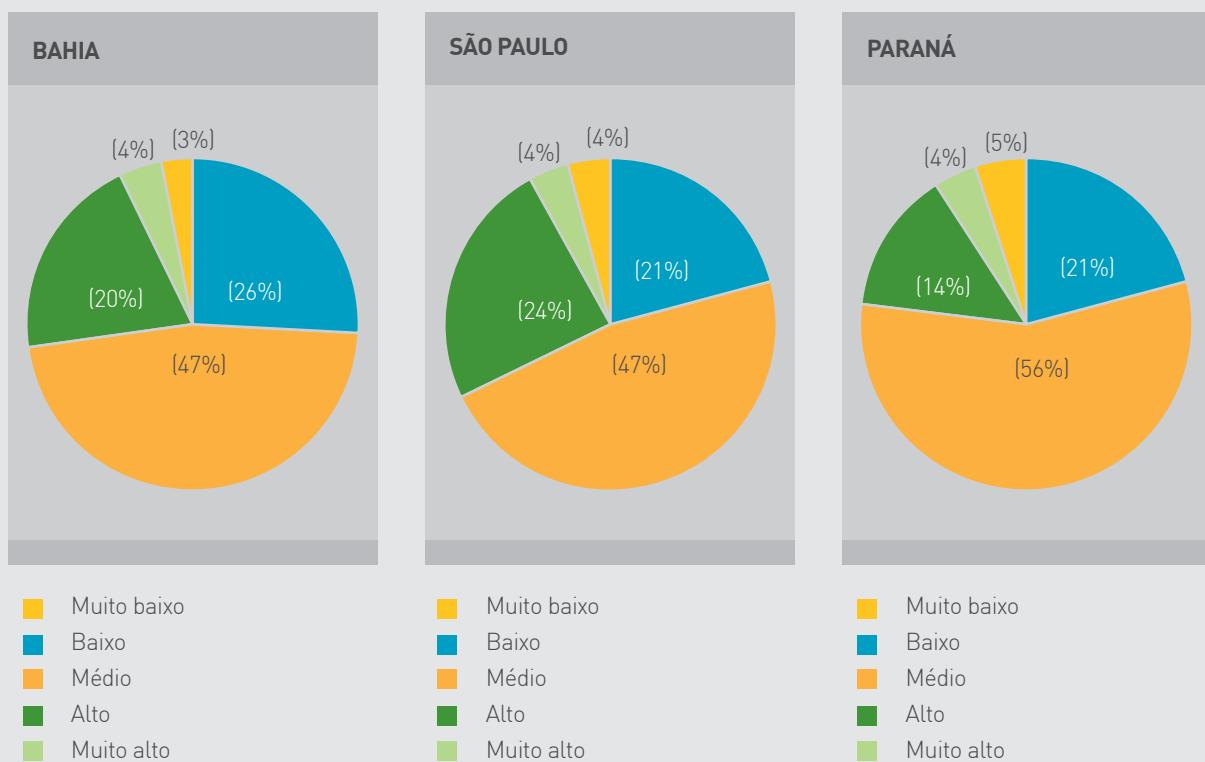
GRÁFICO 16 ESTADOS – CORDENAÇÃO DE AÇÕES E OS ATORES**GRÁFICO 17** ESTADOS – CAPACIDADE DE FORMENTAR A PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS ATORES RELEVANTES (A NÍVEL NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU COMUNITÁRIA)

GRÁFICO 18 ESTADOS – ORÇAR, GERIR E IMPLEMENTAR INTERVENÇÕES OU A PROVISÃO DE SERVIÇOS

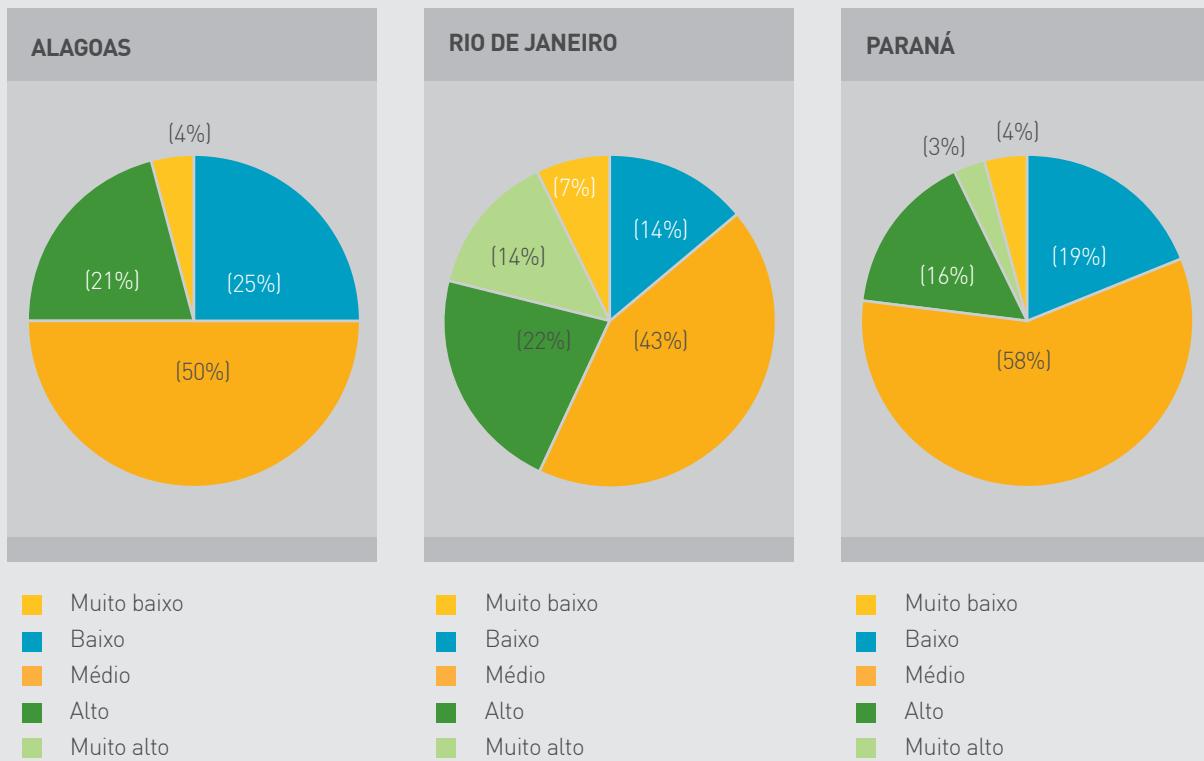
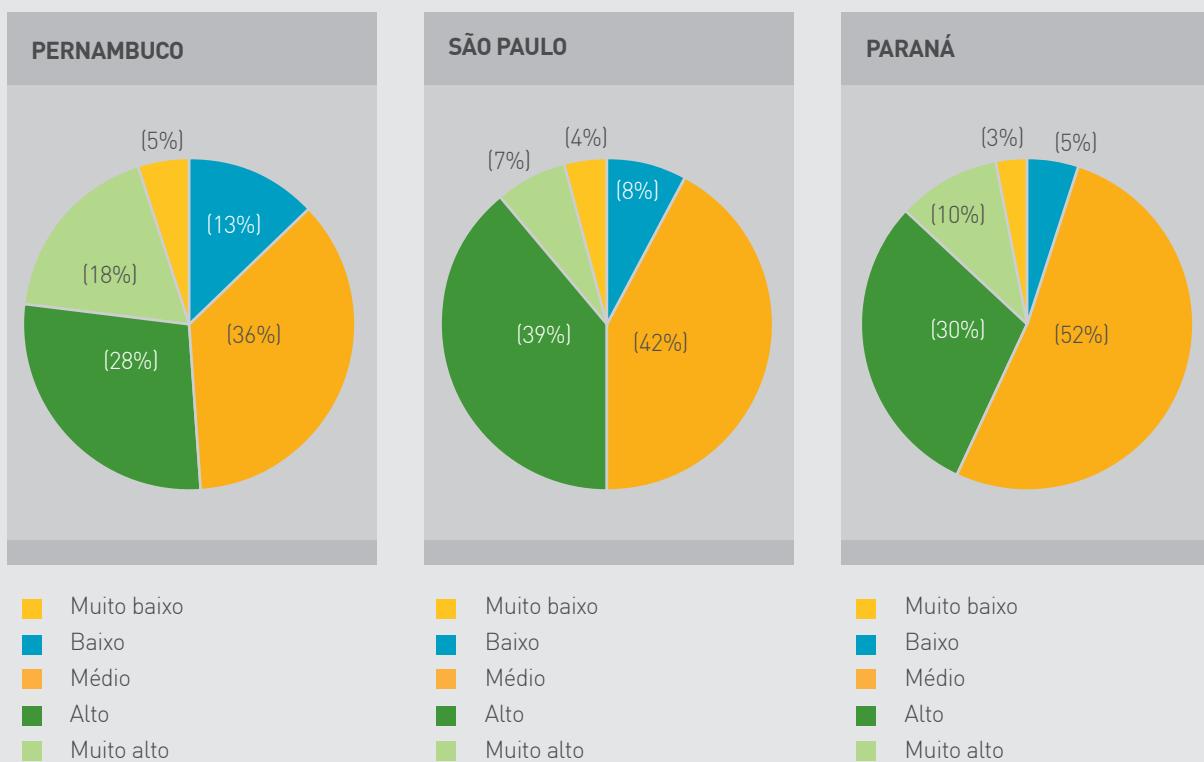


GRÁFICO 19 ESTADOS – GERIR E COMPARTILHAR INFORMAÇÕES



Serra Fluminense em 2011, na região de Nova Friburgo / Teresópolis, quando foi intensa a atuação da Proteção e Defesa Civil (vide gráfico 16).

Com relação a capacidade para fomentar a participação e articulação para a planificação de políticas, planos, programas, projetos dos atores relevantes (a nível nacional, estadual, municipal ou comunitária) a amostragem se configura uma mediana muito próxima (vide gráfico 17). Para a formulação e planificação de políticas, planos, programas, projetos: Bahia (76% -média, baixa e muito baixa; 24% alta e muito alta), São Paulo (72%; 28%) e Paraná (82%; 18%) - vide gráfico 17 abaixo.

Com relação a capacidade para orçar, gerir e implementar essas intervenções ou a provisão de serviços, os percentuais seguiram uma mediana próxima. O estado de Alagoas (79% média, baixa e muito baixa; 21% alta e muito alta), Rio de

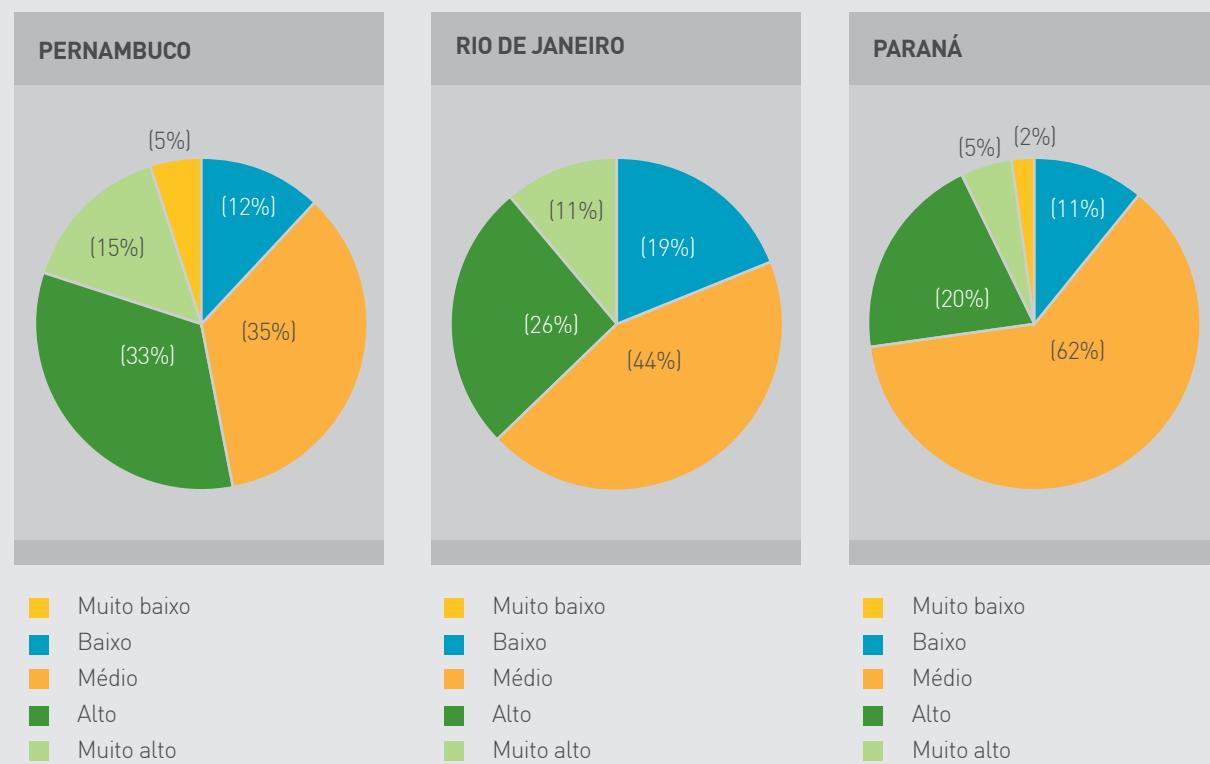
Janeiro (64%; 36%), Paraná (81%; 19%) - vide gráfico 18 abaixo.

Com relação a capacidade para gerir e compartilhar a informação os percentuais médios foram muito próximos – Pernambuco (54% média, baixa e muito baixa; 46% alta e muito alta), São Paulo (54%; 46%), Santa Catarina (57%; 43%) - vide gráfico 19 abaixo.

Com relação a capacidade para fazer o monitoramento e avaliação dessas intervenções e dos serviços, as medianas foram: Pernambuco (52% média, baixa e muito baixa, 48% alta e muito alta), Rio de Janeiro (63%; 37%), Paraná (75%; 25%) - vide gráfico 20 abaixo.

A nível nacional quando pesquisados da capacidade de determinar os riscos e formular medidas para reduzir os principais riscos no seu município/estado, 77% responderam que sim e 23%

GRÁFICO 20 ESTADOS - FAZER O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS INTERVENÇÕES E DOS SERVIÇOS



responderam que não e que não sabem (vide gráfico 21 abaixo).

Uma resposta parecida foi dada também pelos membros nos estados (vide gráfico 22). Ao serem sondados sobre as suas capacidades técnicas em Gestão de Risco de Desastres, e em relação a Prevenção de Desastres (que inclui entre outros) as respostas foram:

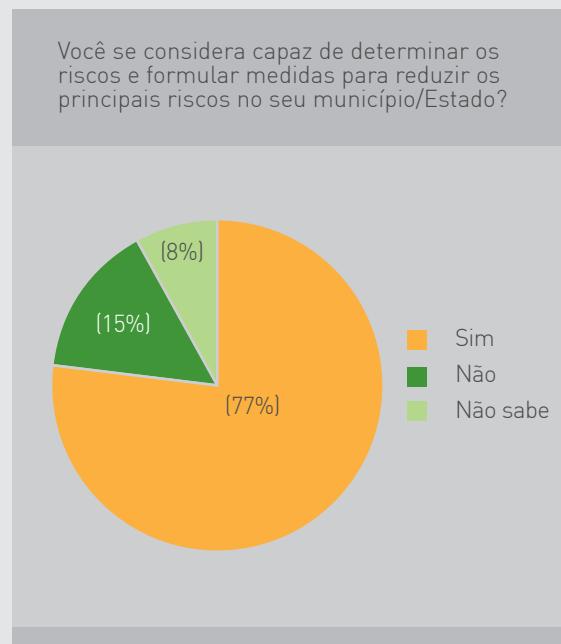
- Capacidade de determinar e avaliar os riscos;
- Avaliação e Redução de Risco com perspectiva de género, geracional e grupos vulneráveis;
- Desenhar e manter estruturas físicas;
- Preparação para Desastres (que inclui entre outros);
- Desenvolvimento institucional, mobilização, monitoramento, aparelhamento;
- Capacidade de alerta precoce;
- Preparação com perspectiva de gênero, geracional e grupos vulneráveis;
- Resposta aos Desastres (que inclui entre outros);
- Atividades de socorro às populações em risco;
- Assistência aos habitantes afetados;
- Resposta com perspectiva de gênero, geracional e grupos vulneráveis;
- Recuperação (que inclui entre outros);
- Planejar a Recuperação;
- Restabelecimento dos serviços públicos essenciais, recuperação da infraestrutura e serviços básicos;
- Recuperação com perspectiva de gênero, geracional e grupos vulneráveis;
- Redução de risco de desastre de forma transversal (que inclui entre outros);
- Inclusão da Redução de Risco nos planos dos setores ambientais, produtivos e setoriais;
- Inclusão da Redução de Risco nos planos de desenvolvimento (nacional e local);
- Transferência de risco.

Com relação a capacidade de gerir os riscos nos estados da Bahia, Paraná e Rio de Janeiro os pesquisados determinaram uma elevada capacidade (vide gráfico 22).

A nível nacional com relação a capacidade técnica de realizar ações de Gestão de Risco de Desastres (prevenção, preparação, resposta, recuperação e ações transversais de Redução de Risco de Desastres, a maioria dos pesquisados se qualificam com uma capacidade média, baixa e muito baixa (74%; 75%; 66%; 79%; 81% respectivamente) enquanto que 26%; 25%; 34%; 21%; 19% respectivamente e se classificam com capacidade alta e muito alta (vide gráfico 23 e 24).

Da mesma forma que foi observada no questionamento sobre a capacidade de desempenhar as funções organizacionais, aqui, na avaliação das capacidades técnicas em GRD nos estados, também observa-se uma congruência das respostas dos pesquisados estaduais com a sondagem nacional, ou seja, a maior porcentagem relaciona-se com as capacidades média, baixa e muito baixa, como a seguir nos gráficos 25, 26, 27, 28 e 29.

GRÁFICO 21 BRASIL - CAPACIDADE DE GERIR OS RISCOS



Com relação a capacidade técnica para realizar ações de Prevenção de Desastres, os estados responderam: Pernambuco (66% média, baixa e muito baixa); 34% alta e muito alta); Espírito Santo (59%; 41%); Santa Catarina (78%; 22%) - vide gráfico 25 abaixo.

Com relação a capacidade técnica para realizar ações de Preparação para Desastres, os estados responderam : Alagoas (75% média, baixa e muito baixa), e 25% alta e muito alta), Minas Gerais (60% e 40%), Rio Grande do Sul (83%; 17%) - vide gráfico 26 abaixo.

Com relação a capacidade técnica para realizar ações de Resposta aos Desastres, os estados responderam: Bahia (76% média, baixa e muito baixa), 24% alta e muito alta), São Paulo (56%; 44%) e Paraná (65%; 32%) - vide gráfico 27 abaixo.

Com relação a capacidade técnica para realizar ações de Recuperação, os estados responderam: Bahia (76% média, baixa e muito baixa), 24% alta e muito alta), Rio de Janeiro (59%; 41%), Rio Grande do Sul (81%; 19%) - vide gráfico 28 abaixo.

Com relação a capacidade técnica para realizar ações de Redução de Risco de desastre de forma transversal, os estados responderam: Pernambuco (79% média, baixa e muito baixa), 21% alta e muito alta), São Paulo (79%; 21%), Santa Catarina (57%; 43%)- vide gráfico 29 abaixo.

Ao cruzar os dados deste questionamento com a resposta dada pela maioria dos pesquisados na pergunta anterior, fica evidente um conflito de conhecimento. De um lado a maioria se sente capaz em determinar um risco e reduzi-lo, por outro ela afirma não ter capacidade técnica em GRD. Dessa forma, evidencia-se a deficiência dos

GRÁFICO 22 ESTADOS - CAPACIDADE DE GERIR OS RISCOS

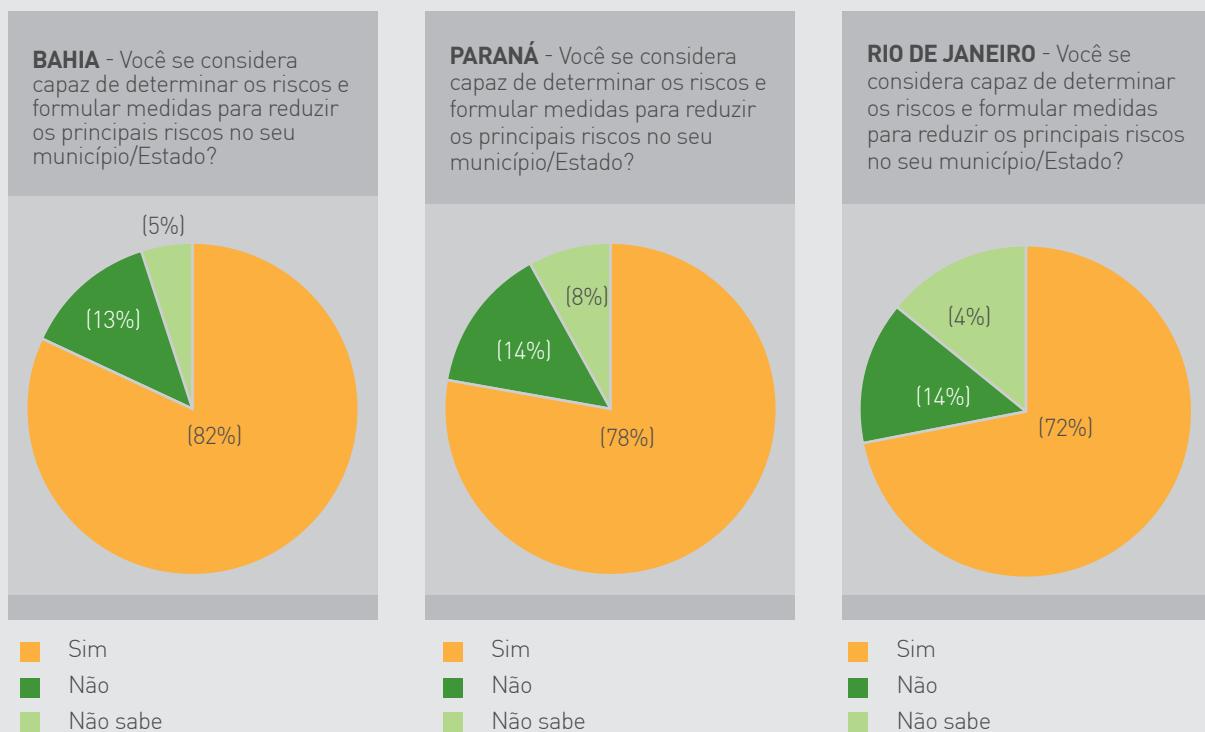


GRÁFICO 23 BRASIL – CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

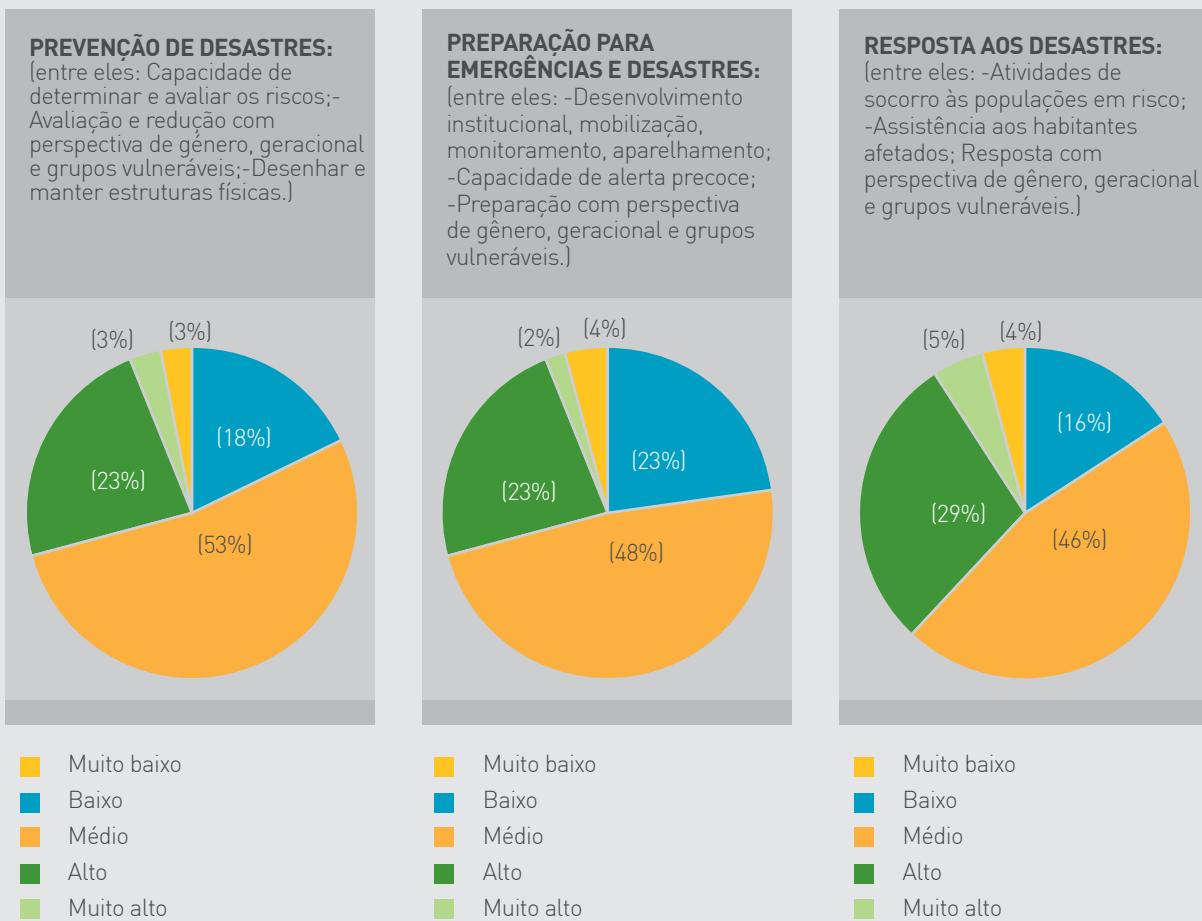


GRÁFICO 24 BRASIL – CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

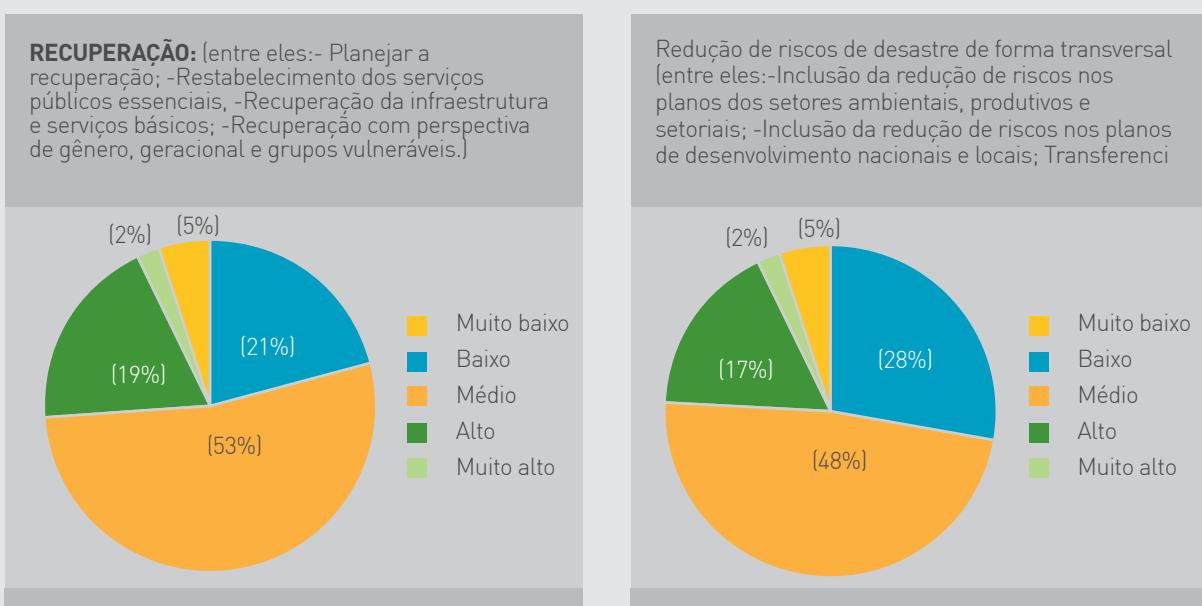
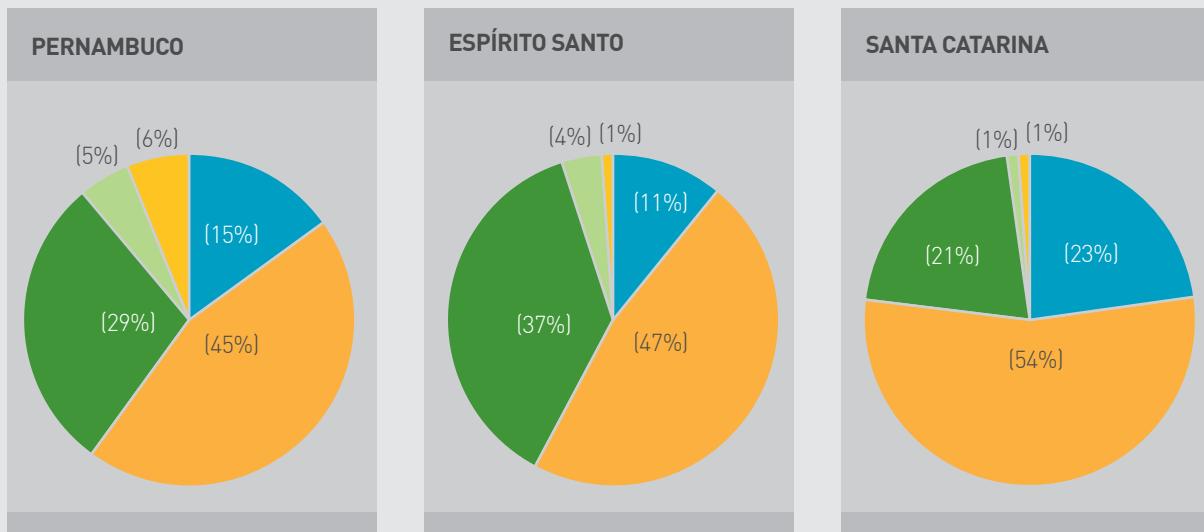
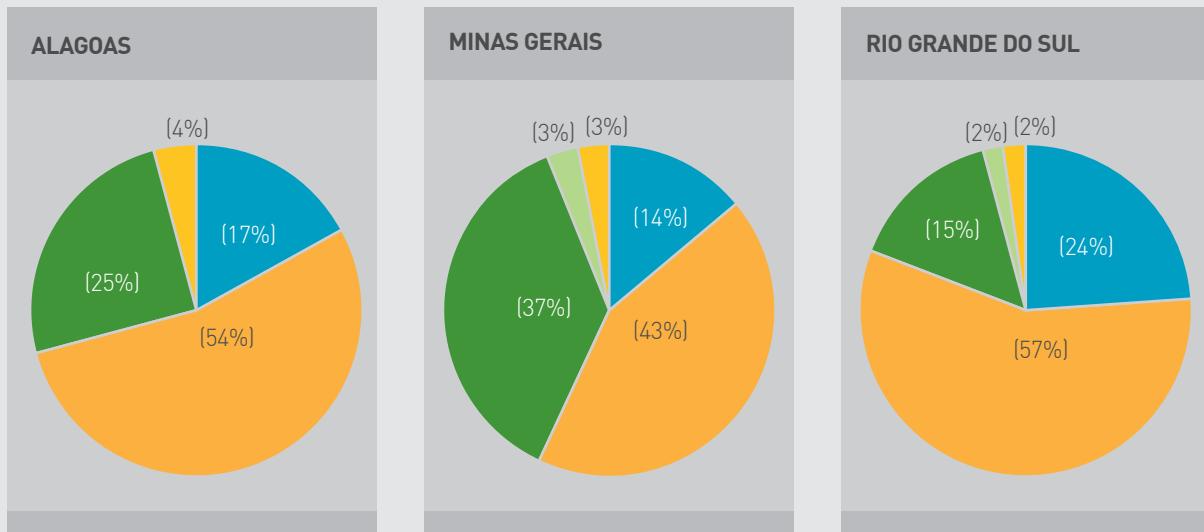


GRÁFICO 25 ESTADOS – CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

PREVENÇÃO DE DESASTRES: (entre eles: Capacidade de determinar e avaliar os riscos; Avaliação e redução com perspectiva de género, geracional e grupos vulneráveis; -Desenhar e manter estruturas físicas.)

**GRÁFICO 26 ESTADOS – CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES**

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES: (entre eles: Desenvolvimento institucional, mobilização, monitoramento, aparelhamento; Capacidade de alerta precoce; Preparação com perspectiva de gênero, geracional e grupos vulneráveis.)



- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

GRÁFICO 28 ESTADOS – CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

RECUPERAÇÃO: (entre eles:- Planejar a recuperação; Restabelecimento dos serviços públicos essenciais, Recuperação da infraestrutura e serviços básicos; Recuperação com perspectiva de gênero, geracional e grupos vulneráveis.)

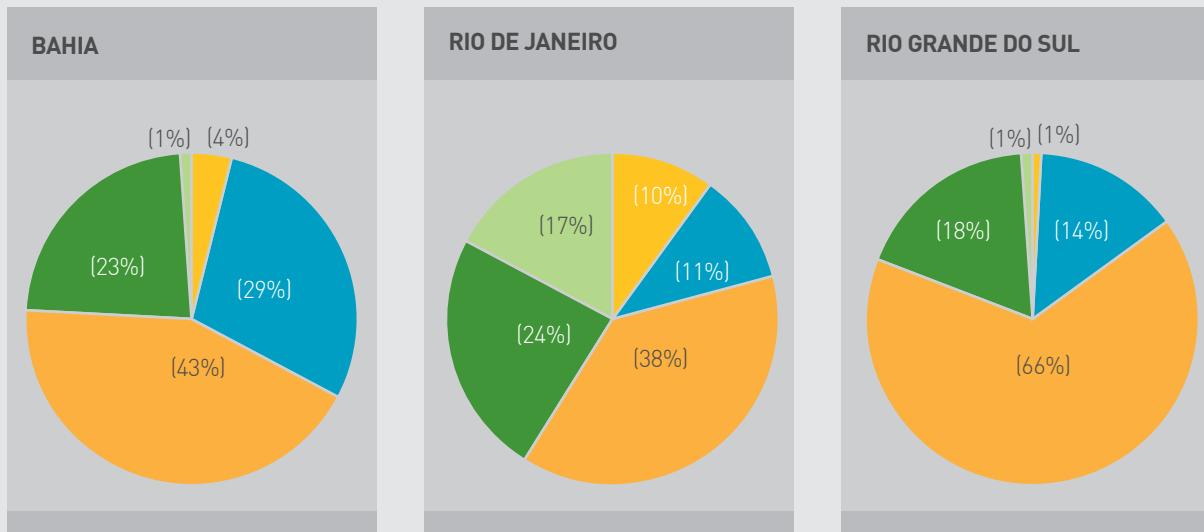
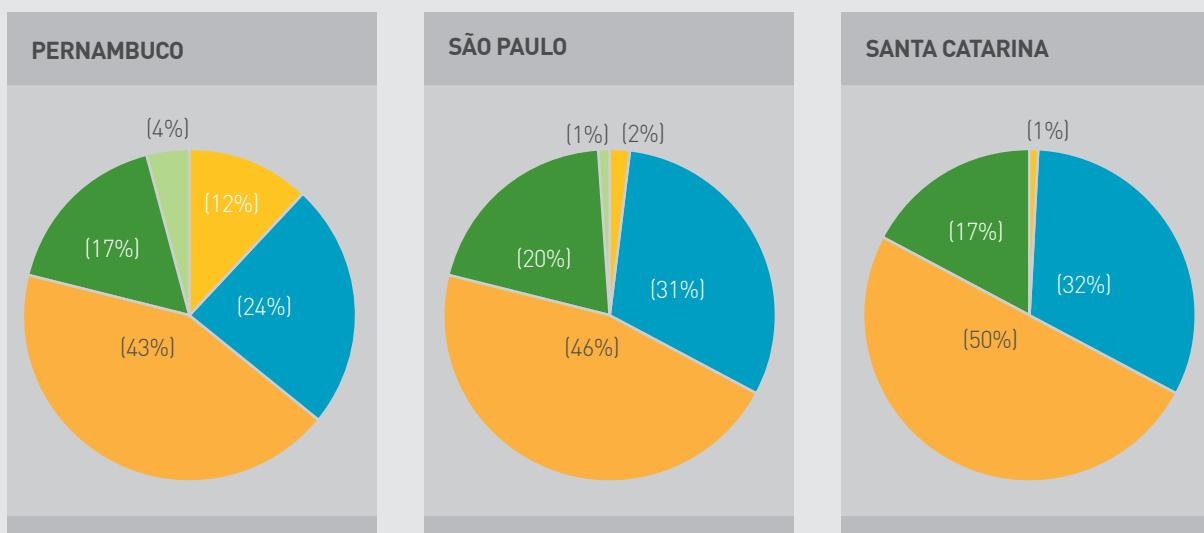


GRÁFICO 29 ESTADOS – CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

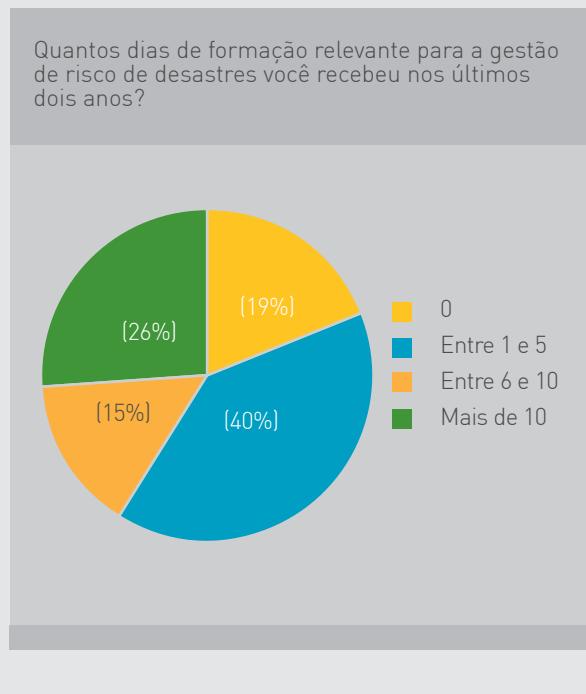
Redução de riscos de desastre de forma transversal (entre eles: Inclusão da redução de riscos nos planos ambientais, produtivos e setoriais; Inclusão nos planos de desenvolvimento nacionais e locais; Transferência.



- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

GRÁFICO 30 BRASIL - FORMAÇÃO EM GRD

membros no entendimento do que seja sua capacidade técnica GRD em toda sua plenitude e complexidade de realizar ações.

Em relação à oferta existente, ao questionamento sobre o total de dias de formação relevantes para a GRD que o profissional recebeu nos últimos dois anos, um percentual de 19% afirmou que não recebeu nenhum tipo de formação ; 40% afirmou ter recebido formação de 1 a 5 dias; 15% afirma que recebeu em média de 6 a 10 dias de formação e 26% respondeu que recebeu mais de 10 dias do universo de 1.264 profissionais que participaram a este questionamento 291 pesquisados não responderam a esta pesquisa, correspondendo a 2,58% do total (vide gráfico 30).

Nos estados pesquisados sobre o questionamento do total de dias de formação relevantes para a GRD que o profissional tinha recebido nos últimos dois anos, um percentual diferenciado foi verificado conforme expressam os gráficos 31 e 32.

A porcentagem dos entrevistados que não receberam formações nos últimos dois anos por estado ficou assim configurado: Rio Grande do Sul (4%), Espírito Santo (10%), Bahia (13%) - vide gráfico 31 acima. Com relação aos entrevistados que não receberam formações nos estados de São Paulo (19%), Pernambuco (29%) e Rio de Janeiro (34%). Já com relação aos que tiveram mais tempo de formação – acima de 10 dias, ficou assim configurado os estados: Espírito Santo com 31%, Rio de Janeiro com 35% e São Paulo com 33% (vide gráficos 31 e 32).

Para a cobertura temática das áreas de GRD que o pesquisado recebeu formação nos últimos anos, as opções mais marcadas foram Prevenção (85%), seguida de Resposta (70%; Preparação (68%); Recuperação (51%)- vide gráfico 33.

Quando analisaram-se os resultados da sondagem online por estado verifica-se que há uma estreita correlação entre os resultados nacionais e os estaduais como mostram os gráficos abaixo dos estados de São Paulo, Bahia, Santa Catarina e Alagoas. O estado de São Paulo apresentou o maior número de pessoas que recebeu formação em Resiliência Urbana, o estado da Bahia em GRD e o estado de Santa Catarina em sistema e as estruturas de Proteção e Defesa Civil no país. O estado de Alagoas apresentou o menor número de pessoas que receberam formação em prevenção (vide gráfico 34, 35, 36 e 37).

No estado de São Paulo com relação as áreas de maior cobertura das formações recebidas por parte dos pesquisados destacam-se os temas de prevenção com 86% , seguida de preparação 68% e resposta com 62% (vide gráfico 34).

No estado de Bahia com relação as áreas de maior cobertura das formações recebidas por parte dos pesquisados destacam-se os temas de Prevenção com 76,7% seguida de Resposta 67,1% e Preparação com 58,9% (vide gráfico 35).

Com relação ao estado de Santa Catarina, as áreas de maior cobertura das formações recebidas por parte dos pesquisados são Prevenção

GRÁFICO 31 ESTADOS – FORMAÇÃO EM GRD

Quantos dias de formação relevante para a gestão de risco de desastres você recebeu nos últimos dois anos?

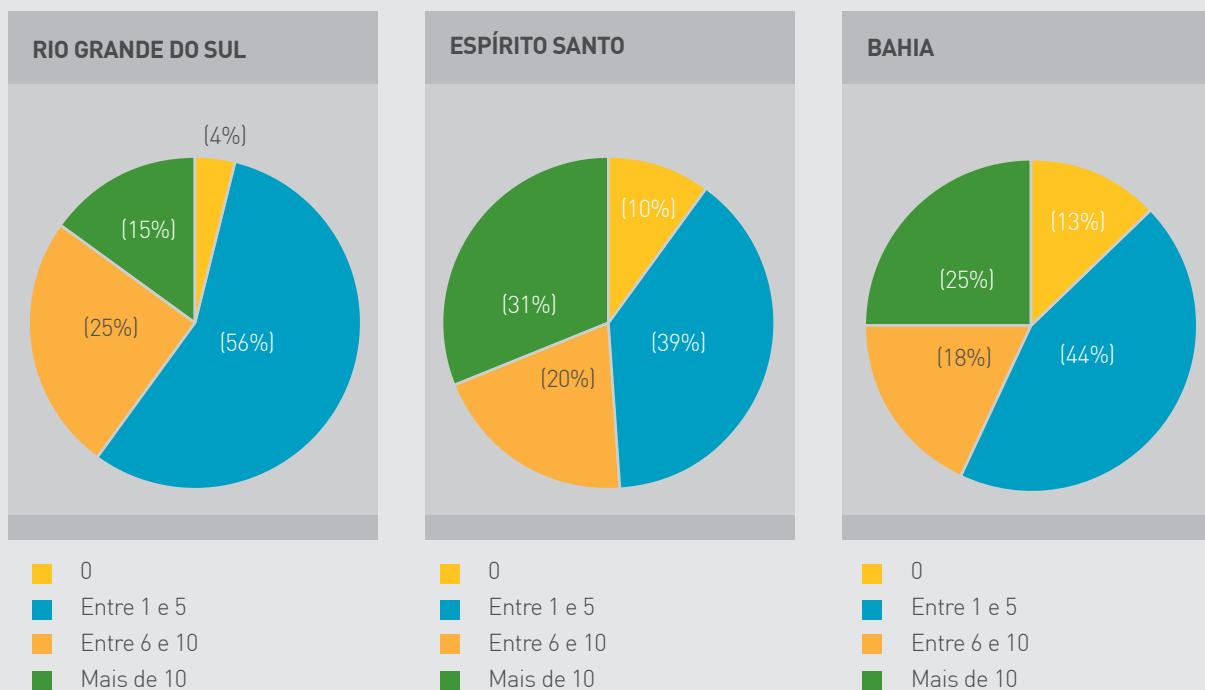


GRÁFICO 32 ESTADOS – FORMAÇÃO EM GRD

Quantos dias de formação relevante para a gestão de risco de desastres você recebeu nos últimos dois anos?

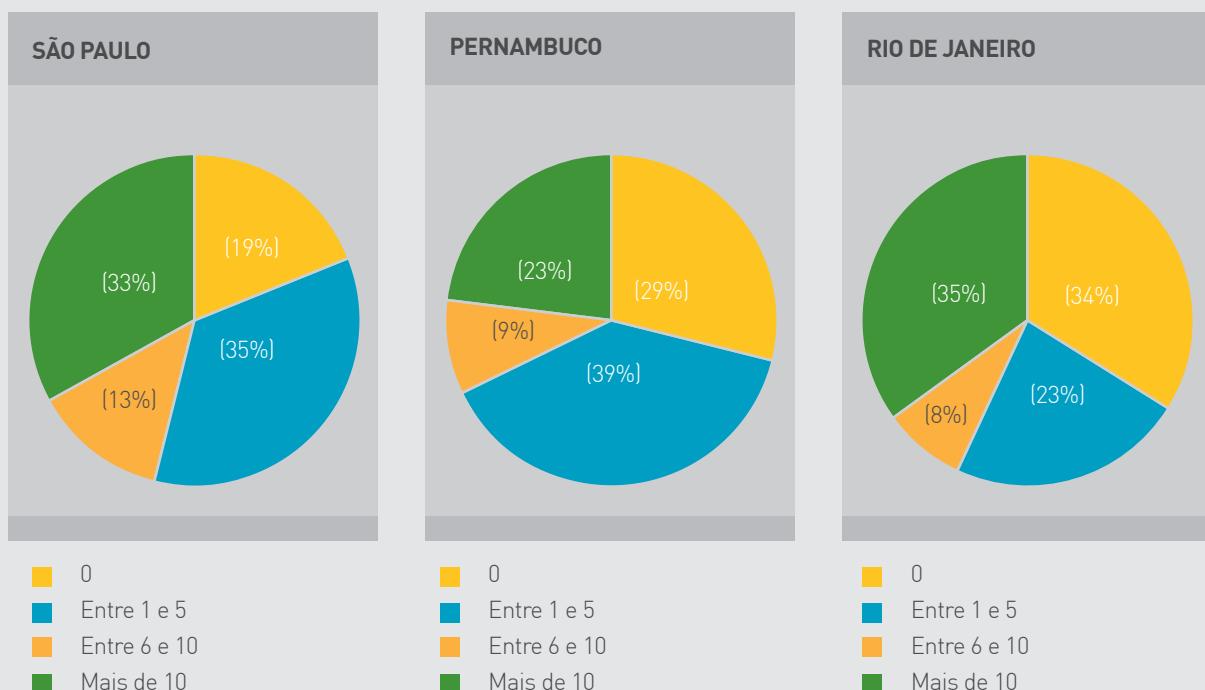


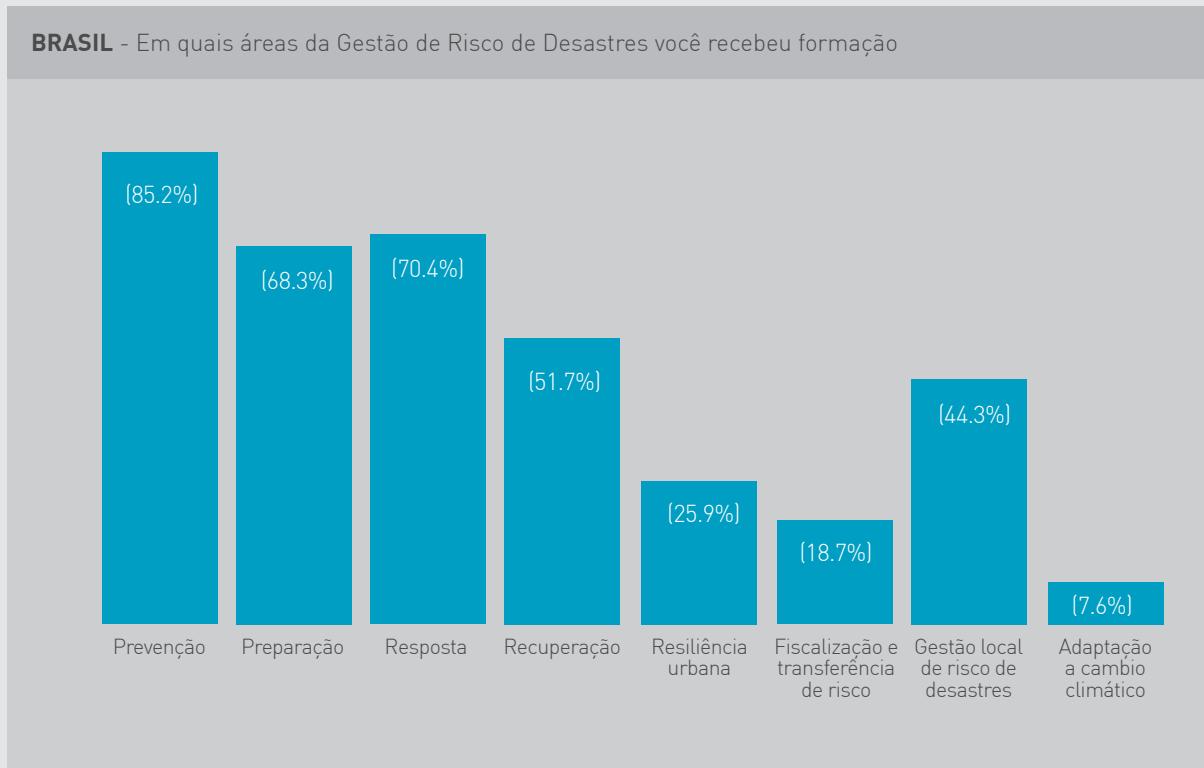
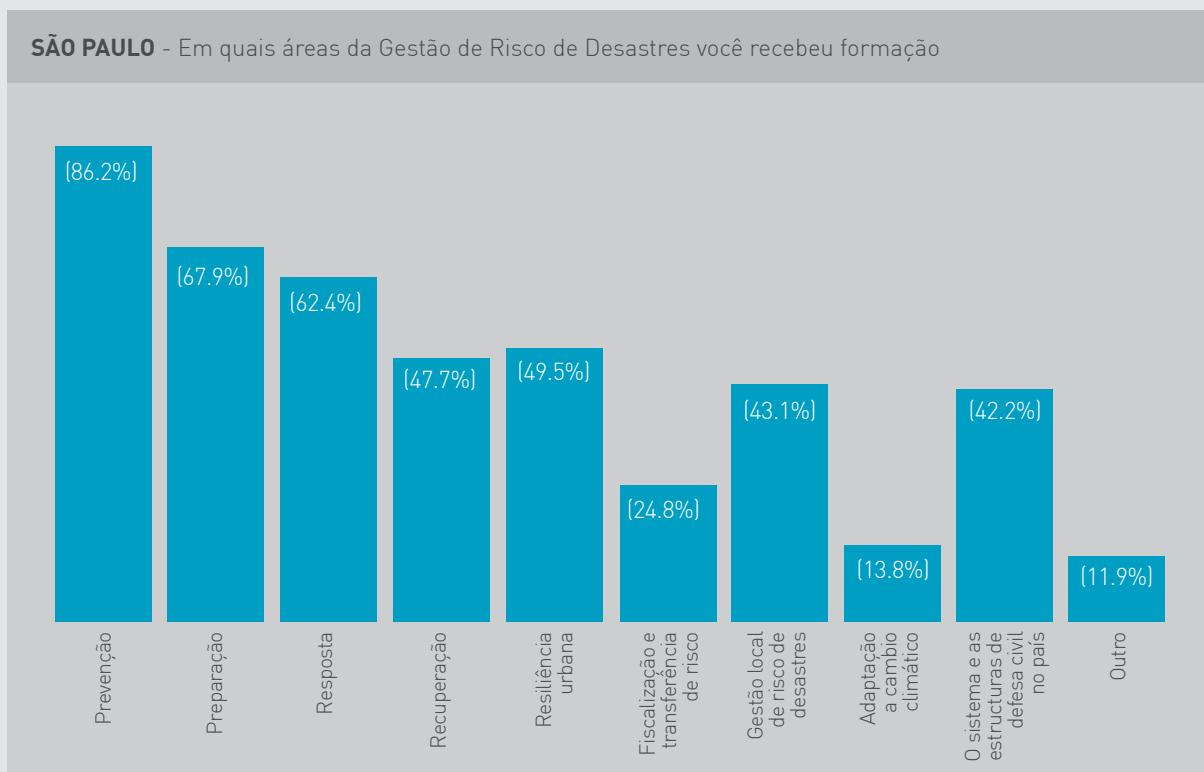
GRÁFICO 33 BRASIL - ÁREAS DE FORMAÇÃO EM GRD – COBERTURA TEMÁTICA**GRÁFICO 34** ESTADOS - ÁREAS DE FORMAÇÃO EM GRD – COBERTURA TEMÁTICA

GRÁFICO 35 ESTADOS – ÁREAS DE FORMAÇÃO EM GRD – COBERTURA TEMÁTICA

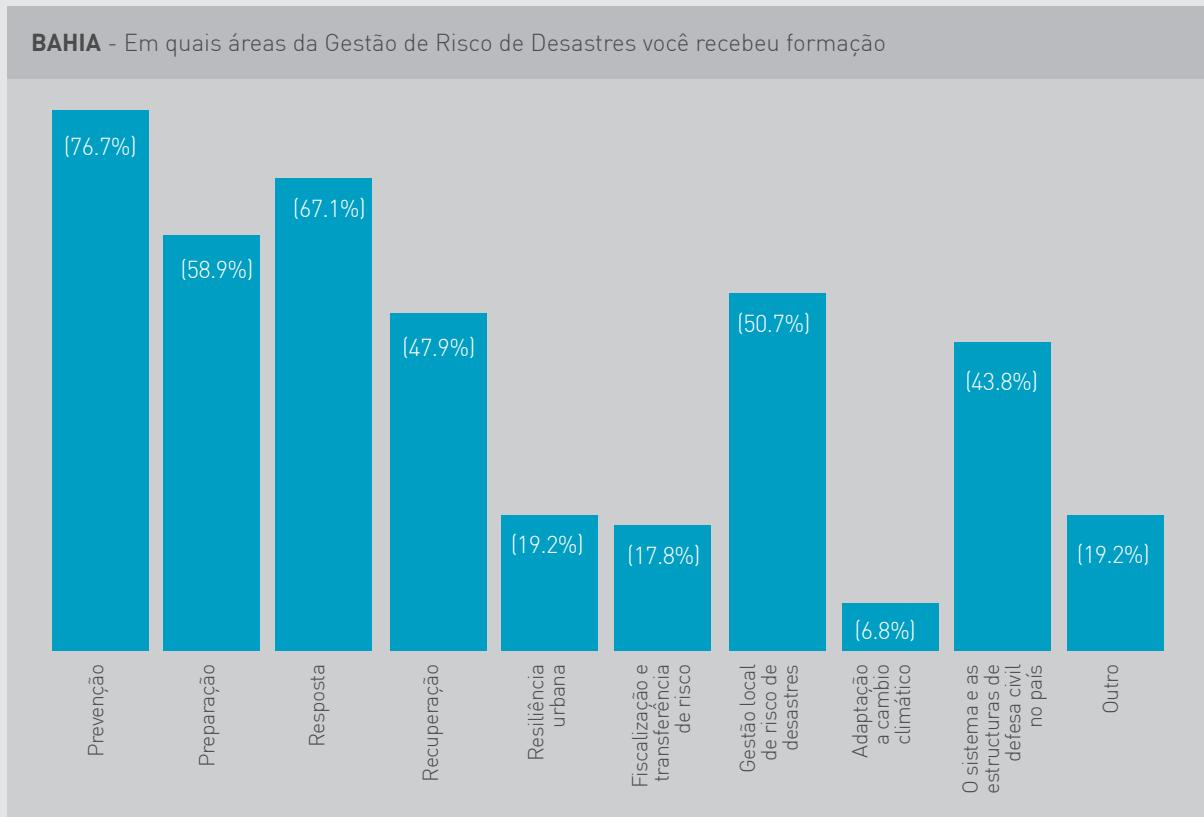
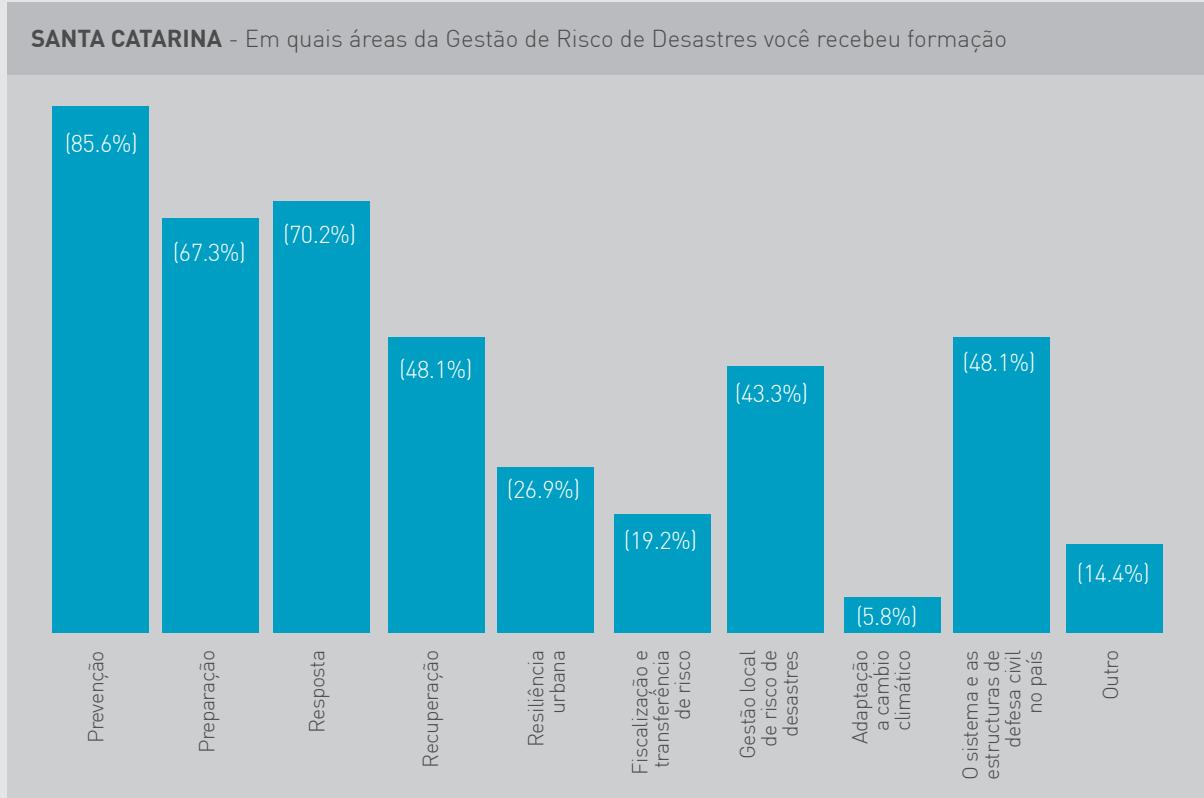


GRÁFICO 36 ESTADOS – ÁREAS DE FORMAÇÃO EM GRD – COBERTURA TEMÁTICA



com 85,6%, seguida de Resposta 70,2 % e Preparação com 67,3% (vide gráfico 36 acima).

Com relação ao estado de Alagoas, as áreas de maior cobertura das formações recebidas por parte dos pesquisados são Prevenção com 70%, seguida de Resposta 65 % e Preparação com 60 % (vide gráfico 37 acima).

Uma contradição se estabelece com relação as preferências citadas acima nos gráficos. Nas oficinas, quando questionados a respeito dos conceitos, a maior carência do saber por parte dos pesquisados foi no tocante à Prevenção mesmo se os dados acima afirmam que este tema foi o mais ofertado. As áreas de Gestão local de Risco a Desastres e o Sistema e as Estruturas de Proteção e Defesa Civil no País obtiveram valores muito próximos com relação as respostas- com uma média de 44%. As áreas menos apontadas pelos pesquisados foram: Resiliência Urbana, Fiscalização e Transferência de Risco e Adaptação e Câmbio Climático. Trezentos e sessenta cinco pesquisados se abstiveram em responder (4,35%)- vide gráfico 38.

das formações, as três maiores fraquezas e lacunas identificadas pelos profissionais das formações recebidas foram: a Cobertura Temática com 29,1 %, a Perspectiva de Gênero, Geracional e Grupos Vulneráveis com 27% e Metodológico-Pedagógica com 26,5%, conforme destacado no gráfico 38 abaixo.

Em relação aos 10 estados participantes do diagnóstico, a avaliação das fraquezas e lacunas das formações recebidas nos últimos dois anos seguiu o mesmo padrão dos resultados obtidos na sondagem nacional, como mostrada na tabela 1 abaixo.

Com relação aos materiais de estudo e leitura e os locais (infraestrutura, iluminação, equipamentos, etc.) foram apontados como fraquezas por 19% e 15% respectivamente. Os professores e formadores com a relação a qualidade do trabalho desses profissionais foram identificados como as menores fraquezas apontadas pelos

pesquisados, com 9%. Porém, 42% dos pesquisados não souberam avaliar as fraquezas. Dos 379 pesquisados, 30% não opinaram (vide tabela 1).

Na identificação das maiores fraquezas e lacunas das formações recebidas, o item Cobertura Temática aparece citado nas sondagens dos 10 estados. Os itens de Perspectiva de Gênero, Geracional e Grupos Vulneráveis e Metodológico-Pedagógica são citados por nove estados, o item Materiais de Estudo e Leitura foi citado em quatro estados e o item referente aos locais, somente foi citado por dois estados.

Os pesquisados do estado de Alagoas selecionaram os locais (infraestrutura, iluminação, equipamento, etc.) como principal fraqueza e lacuna com 45% das escolhas (vide tabela 1 acima).

Como principal fraqueza e lacuna da formação, a Cobertura Temática é citada pelos pesquisados dos estados da Bahia (38%), Espírito Santo (30%), Paraná (29) e Rio Grande do Sul (24%). Os pesquisados do estado de Santa Catarina elegeram como principais fraquezas e lacunas duas opções: a Cobertura Temática e Metodológico-Pedagógica com 34% cada (vide tabela 1).

Os pesquisados dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo elegeram a Perspectiva de Gênero, Geracional e Grupos Vulneráveis como principal fraqueza com 25%, 28% e 36% respectivamente; e os pesquisados do estado de Pernambuco optaram pela Perspectiva de Gênero, Geracional e Grupos Vulneráveis e Metodológico-Pedagógica com 30% cada (vide tabela 1).

Como segunda principal fraqueza e lacuna, os pesquisados dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro elegeram a Cobertura temática com 21% e 20% respectivamente. A escolha dos estados da Bahia com 35%, Paraná com 23%, Rio Grande do Sul (23%) e Santa Catarina (26%) foi a Perspectiva de Gênero, Geracional e Grupos Vulneráveis as principais fraquezas e lacunas. Para os pesquisados dos estados do Espírito Santo e São Paulo a escolha foi o Metodológico-Pedagógica com 27% e 34% respectivamente. Os materiais

GRÁFICO 37 ESTADOS – ÁREAS DE FORMAÇÃO EM GRD – COBERTURA TEMÁTICA

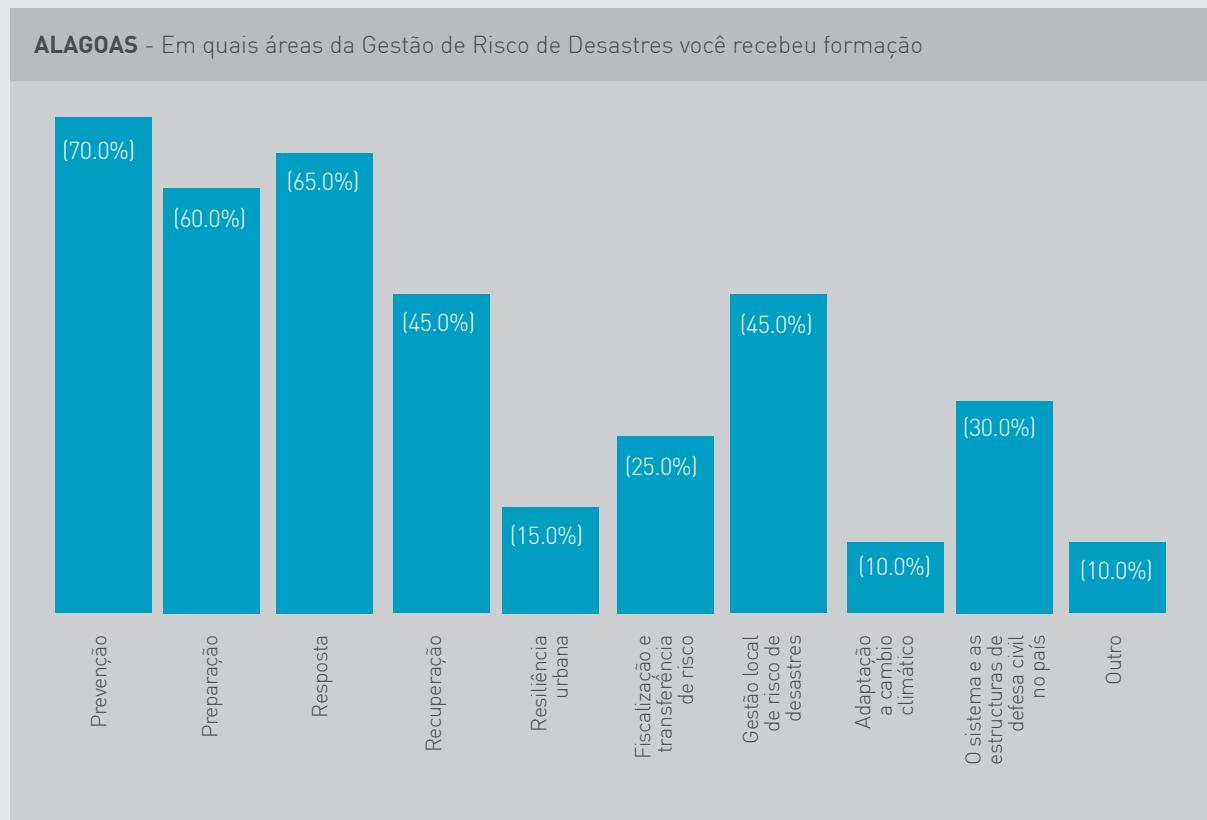


GRÁFICO 38 BRASIL - FRAQUEZAS E LACUNAS DAS FORMAÇÕES

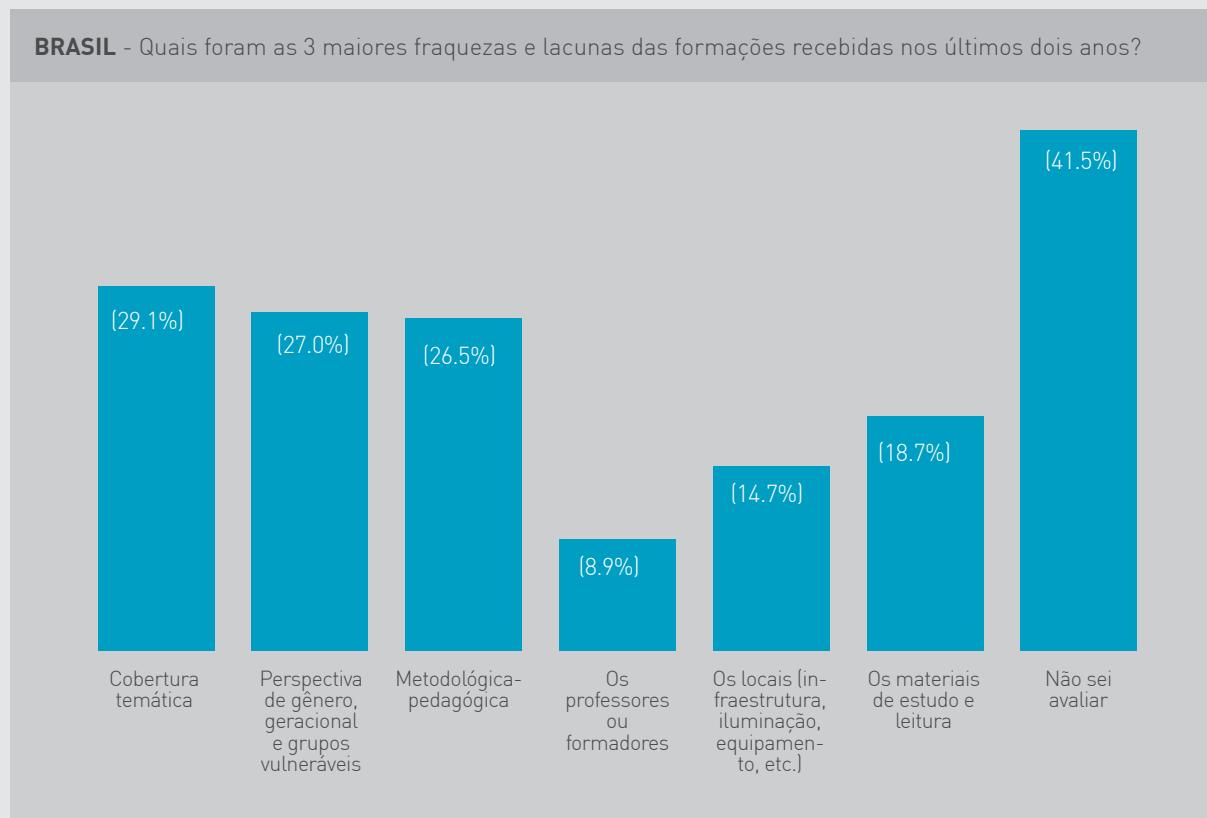


TABELA 1

MAIORES FRAQUEZAS E LACUNAS DAS FORMAÇÕES RECEBIDAS

Estados	Cobertura temática	Perspectiva de gênero, geracional e grupos vulneráveis.	Metodólogo-Pedagógica	Os locais (infraestrutura, iluminação, equipamento, etc.)	Os materiais de estudo e leitura	Não sei avaliar
Alagoas	25%	25%	25%	45%	35%	20%
Bahia	38%	35%	25%			27%
Espírito Santo	30%		27%		18%	44%
Minas Gerais	21%	25%	18%			56%
Paraná	29%	23%	18%			39%
Pernambuco	26%	30%	30%		28%	39%
Rio de Janeiro	20%	28%			16%	44%
Rio Grande do Sul	24%	23%	19%			51%
Santa Catarina	34%	26%	34%	12%		41%
São Paulo	26%	36%	34%			36%
Média	27%	28%	27%	29%	24%	39%

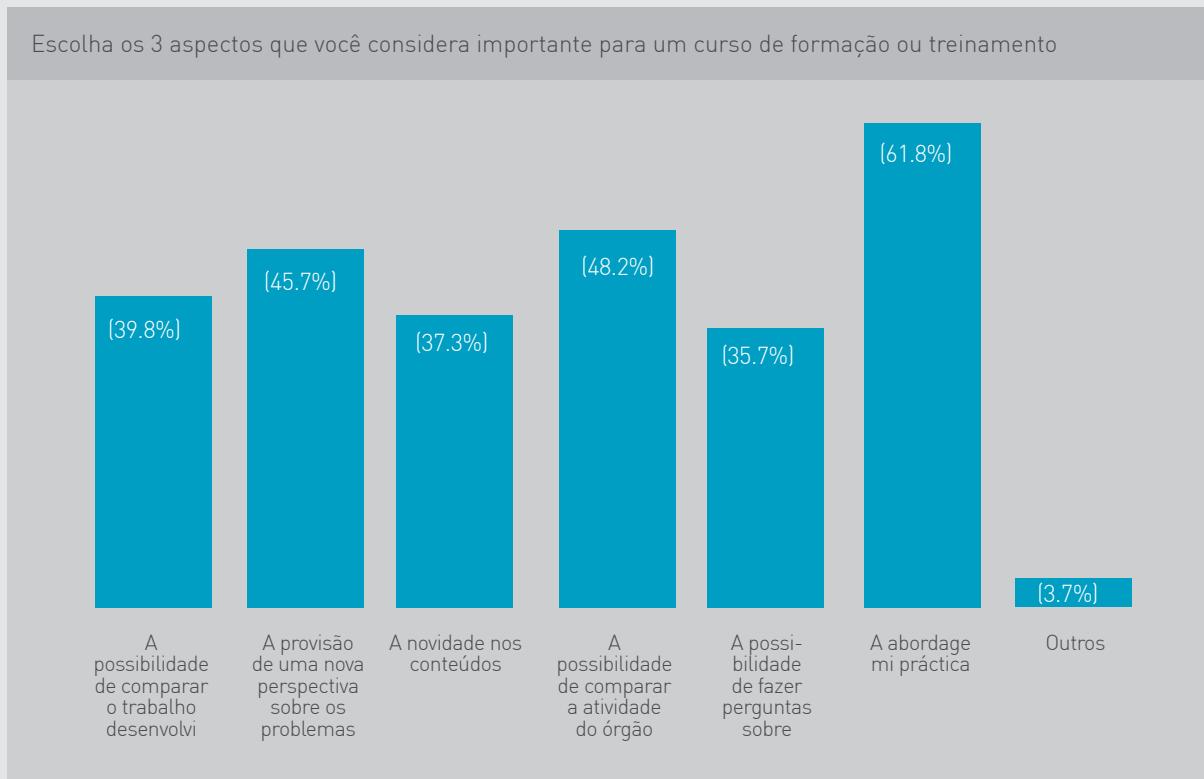
de estudo e leitura foram eleitos como a segunda principal fraqueza e lacuna por 35% dos pesquisados do estado de Alagoas e 28% dos pesquisados do estado de Pernambuco (vide tabela 1).

Como terceira principal fraqueza e lacuna os pesquisados dos respectivos estados elegeram a Cobertura Temática como principal debilidade sendo o estado de Pernambuco com (26%) cada; os pesquisados dos estados de Minas Gerais com (18%), Paraná com (18%) e Rio Grande do Sul com (19%). No que refere o tema Metodológico-Pedagógica, o estado de Santa Catarina com 12% das escolhas apontam os locais (infraestrutura, iluminação, equipamento, etc.) e os dos estados do Espírito Santo (18%) e Rio de Janeiro (16%) indicam os materiais de estudo e leitura. Os pesquisados do estado de Alagoas elegeram como a terceira principal fraqueza e lacuna as opções Cobertura Temática, Perspectiva de Gênero, Ge-

racional e Grupos Vulneráveis e Metodológico-Pedagógica, com 25% cada (vide tabela 1).

A opção “não sei avaliar” obteve altas porcentagens nos estados pesquisados, porém a média ficou próxima do valor obtido nacionalmente. A análise desta opção nos remete a duas hipóteses (vide tabela 1 acima): como análise a este questionamento, uma primeira permite deduzir que o alto percentual tanto a nível nacional como estadual, é um elemento importante para a análise das fraquezas das formações, e pode estar relacionada à questão do analfabetismo funcional. A segunda hipótese pode estar relacionada ao fato de que os pesquisados que escolheram esta opção não participaram das formações, sendo um dos motivos a alta rotatividade dos membros da Proteção e Defesa Civil. Minas Gerais e Santa Catarina foram os estados com a maior percentagem de escolha da opção “não sei avaliar” com

GRÁFICO 39 BRASIL - ASPECTOS IMPORTANTES PARA UM CURSO FORMAÇÃO E TREINAMENTO



56% e 41% respectivamente. Alagoas e Bahia apresentaram as porcentagens mais baixas para a opção “não sei avaliar”: 20% e 27% respectivamente. Outro dado importante é o fato de que todos os 10 estados citam a Cobertura Temática e nove a Perspectiva de Gênero, Geracional e Grupos Vulneráveis e Metodológico-Pedagógica, como fraqueza, o que induz a uma reformulação dos objetivos e metas das formações (vide tabela 1 acima).

Ao avaliar a utilidade das formações existentes e recebidas, 89% dos pesquisados apontaram como útil e muito útil para o seu desenvolvimento, e somente 11% apontaram como não muito úteis e nada úteis. A mesma relação é observada na análise por estado.

Mesmo com as fraquezas e lacunas identificadas pelos membros da Proteção e Defesa Civil a grande maioria aponta que as formações recebidas foram úteis, deduzindo que eles estão ávidos de conhecimentos, e por esta razão quase que na totalidade sentem necessidade de fazer algum curso de formação.

Com relação aos três aspectos que o pesquisado considera mais importante para um curso de formação ou treinamento, as respostas apontaram como aspecto mais importante a questão da abordagem prática, onde (61.8%) dos pesquisados destacaram este aspecto, com 62%, seguido da possibilidade de comparar a atividade do nosso órgão/Estado/município com a que é feita pelos outros órgãos/ estados/ municípios, onde

TABELA 2

UTILIDADE DAS FORMAÇÕES EXISTENTES E RECEBIDAS

Estados	A possili-dade de comparar	A provisão de uma nova perspectiva	A novidade nos conteúdos	A possibilidade de comparar a atividade do nosso órgão com outros órgãos	A possibili-dade de fazer perguntas	A abordagem prática
Alagoas		57%		43%		66%
Bahia		47%		56%		64%
Espírito Santo	49%				48%	55%
Minas Gerais	45%		47%	55%	45%	45%
Paraná		40%		59%		61%
Pernambuco		49%		55%		62%
Rio de Janeiro		60%	48%	32%		48%
Rio Grande do Sul	41%	44%				63%
Santa Catarina		52%		43%		68%
São Paulo	44%	48%		44%		64%
Média	45%	50%	47%	48%	47%	60%

48% dos pesquisados destacaram esta questão. Com relação a provisão de uma nova perspectiva sobre os problemas comuns ao nosso trabalho, 46% dos pesquisados acreditam ser importante (vide gráfico 39).

Como aspectos menos importantes que o pesquisado avalia de um curso de formação ou treinamento, os profissionais relacionaram: a possibilidade de comparar o nosso trabalho com o desenvolvido por colegas de profissão que desenvolvem posições semelhantes às nossas, a novidade nos conteúdos; e por fim, a possibilidade de fazer perguntas sobre problemas / dificuldades cotidianas.

Com relação a utilidade das formações existentes e recebidas pelos pesquisados, dos 10 estados, oito deles elegeram a abordagem prática como o aspecto mais importante em um curso de formação e treinamento segundo dados da tabela 2. O estado de Minas Gerais aponta

como aspecto mais importante a possibilidade de comparar a atividade do nosso órgão/estado/ município com a feita pelos outros órgãos/estados/municípios, com 55%, e o estado do Rio de Janeiro destaca a provisão de uma nova perspectiva sobre os problemas comuns, onde 60% dos pesquisados escolheram esta opção.

A provisão de uma nova perspectiva sobre os problemas comuns ao nosso trabalho foi apontada como o segundo aspecto mais importante por quatro estados (AL, RS, SC e SP) e a possibilidade de comparar a atividade do nosso órgão/ estado/ município com a feita pelos outros órgãos/Estados/municípios foi apontada como o segundo aspecto mais importante também por três estados (BA, PR e PE). O estado do Espírito Santo elegeu a opção a possibilidade de comparar o nosso trabalho com o desenvolvido por colegas de profissão que desenvolvem posições semelhantes às nossas como o segundo aspecto mais importante. Minas Gerais elegeu a opção a novidade nos conteúdos.

Como terceiro aspecto mais importante é a possibilidade de comparar o nosso trabalho com o desenvolvido por colegas de profissão que desenvolvem posições semelhantes às nossas, a possibilidade de fazer perguntas e a abordagem prática com o valor de 45% cada, onde foram selecionados pelos pesquisados do estado de Minas Gerais. A possibilidade de fazer perguntas também foi selecionada pelo estado do Espírito Santo com 48%. Os estados de Alagoas, Rio de Janeiro e Santa Catarina elegeram a possibilidade de comparar a atividade do nosso órgão/Estado/município com a feita pelos outros órgãos/ estados/ municípios com 43%, 32% e 43% respectivamente. Os pesquisados do estado de São Paulo elegeram os aspectos “a possibilidade de comparar o nosso trabalho com o desenvolvido por colegas de profissão que desenvolvem posições semelhantes às nossas” e “a possibilidade de comparar a atividade do nosso órgão/ estado/ município com a feita pelos outros órgãos/Estados/municípios” como o terceiro aspecto mais importante com 44% cada (vide tabela 2).

A escolha da abordagem prática por todos os 10 estados pesquisados tem um significado importante pois, envolve a consolidação do aprendizado teórico das formações. A citação por oito dos 10 estados das opções “provisão de uma nova perspectiva sobre os problemas comuns ao nosso trabalho” e “a possibilidade de comparar a atividade do nosso órgão/estado/município com a feita pelos outros órgãos/estados/ municípios” mostra o anseio dos membros em terem uma Proteção e Defesa Civil bem estruturada e capacitada no país, bem como o de integração dos diversos órgãos tanto vertical como horizontalmente.

Em termos de acesso, foi questionado se a atual oferta de formação é de fácil acesso. Houve quase um empate de opiniões quando 53% consideraram que sim o acesso é fácil, e 47% consideram que não é fácil. Em relação aos 10 estados pesquisados, o estado do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul apontam para a facilidade de acesso com 73% e 76% respectivamente. Os

pesquisados do estado de Pernambuco consideram com 64% que o acesso não é fácil. Os demais estados apresentaram resultados semelhantes aos da sondagem nacional, com muito pouca variação.

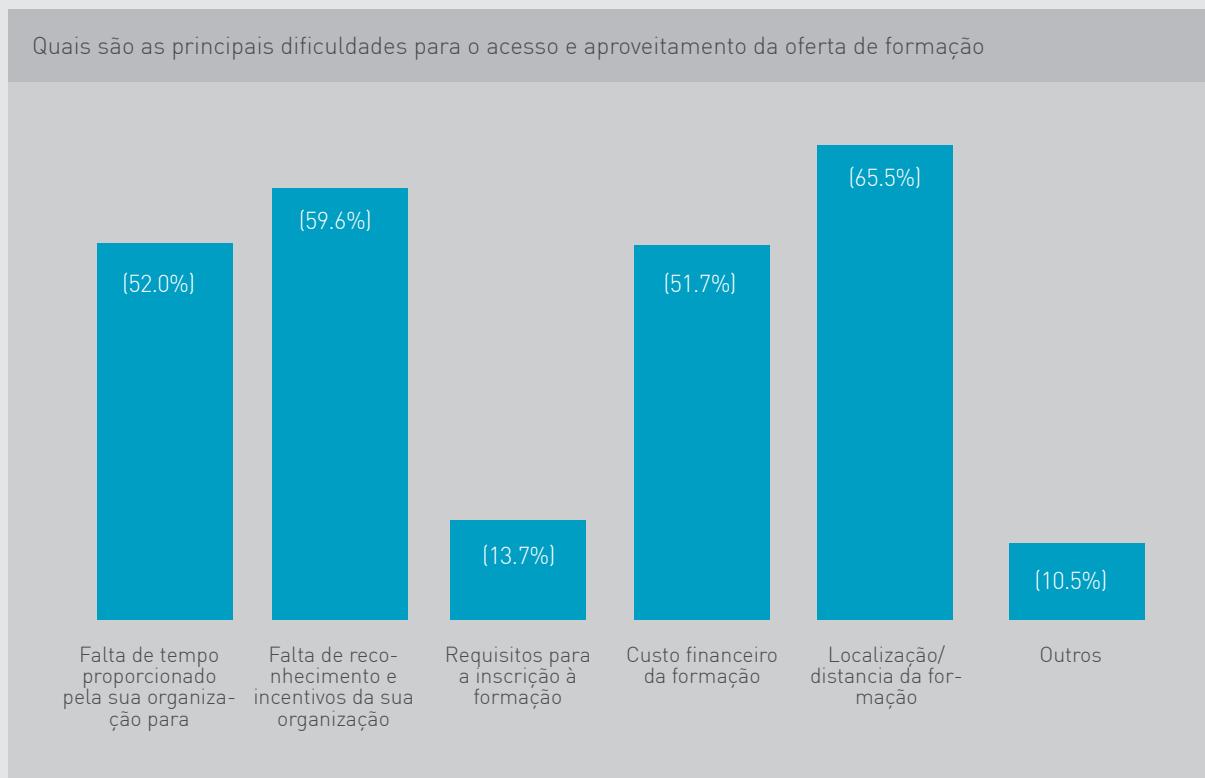
A questão das principais dificuldades para o acesso e aproveitamento da oferta de formações demanda preocupação dos órgãos responsáveis pela formação tanto no nível federal quanto no nível estadual, e pode-se observar que as barreiras tradicionais ao acesso e aproveitamento estejam sendo mitigadas por estratégias adotadas como cursos de menor duração, regionalização dos cursos e pela implementação das plataformas virtuais.

Quando investigados sobre as três principais dificuldades para o acesso e aproveitamento da oferta, os pesquisados apontam com 66% de indicações a localização (distância) como uma das principais dificuldades, seguida pela falta de reconhecimento e incentivos da sua organização para a formação com 60%, falta de tempo proporcionado pela sua organização para a aprendizagem e formação e pela questão relacionada ao custo financeiro da formação com 52%.

O requisito para a inscrição a formação, em relação aos demais questionamentos, recebeu uma indicação baixa com 14% (vide o gráfico 40 abaixo).

Na análise dos dados por estado verifica-se certa congruência com os dados nacionais e a principal dificuldade de acesso para os pesquisados dos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná Santa Catarina e São Paulo é a localização/distância da formação (vide tabela 3 abaixo) com 75%, 71%, 68%, 66%, 72% e 71% respectivamente.

Os pesquisados de Alagoas selecionaram a falta de reconhecimento e incentivos da sua organização e custo financeiro da formação com 62% cada como a principal dificuldade. Os pesquisados dos estados de Pernambuco com 72% e do Rio de Janeiro com 59% apontam como principal

GRÁFICO 40 BRASIL - DIFICULDADES PARA O ACESSO E APROVEITAMENTO DA OFERTA

dificuldade a falta de reconhecimento e incentivos da sua organização, já o estado do Rio Grande do Sul, 71% apontam como dificuldade a falta de tempo proporcionado pela sua organização (vide tabela 3 abaixo).

Como a segunda principal dificuldade de acesso a formação, 53% dos pesquisados do estado de Alagoas apontam a localização/distância da formação como obstáculo. Para os pesquisados do estado da Bahia, 66% apontam que a principal dificuldade refere a falta de reconhecimento e incentivo por parte da organização, seguido do estado do Espírito Santo (66%), Minas Gerais (60%), Paraná (59%), Rio Grande do Sul (65%) e Santa Catarina (58%). Para os pesquisados dos estados de Pernambuco (59%), do estado do Rio de Janeiro (55%) e de São Paulo com 56%, é o

custo financeiro as maiores dificuldades para o acesso a formação. (vide tabela 3).

Como terceira principal dificuldade de acesso as formações os pesquisados dos estados de Alagoas (48%), Espírito Santo (56%), Paraná (52%), Pernambuco (58%), Rio de Janeiro (45%) e São Paulo (55%) apontam a falta de tempo proporcionado pela sua organização como uma das principais dificuldades.

Para os pesquisados dos estados da Bahia (63%), Minas Gerais (51%) e Santa Catarina (50%) é o custo financeiro a maior dificuldade para o acesso a formação, já para os pesquisados do estado do Rio Grande do Sul, 60% afirmaram que é a localização/distância da formação a terceira principal dificuldade de acesso à formação (videtabela 3).

TABELA 3

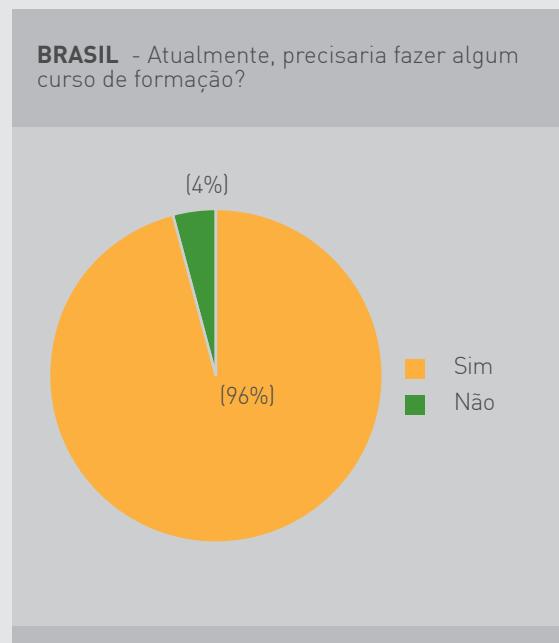
AS PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA O ACESSO E APROVEITAMENTO DA OFERTA DE FORMAÇÕES

Estados	Falta de tempo proporcionado pela sua organização	Falta de reconhecimento e incentivos da sua organização	Custo financeiro da formação	Localização/ distância da formação
Alagoas	48%	62%	62%	53%
Bahia		66%	63%	75%
Espírito Santo	56%	66%		71%
Minas Gerais		60%	51%	68%
Paraná	52%	59%		66%
Pernambuco	58%	72%	59%	
Rio de Janeiro	45%	59%	55%	
Rio Grande do Sul	71%	65%		60%
Santa Catarina		58%	50%	72%
São Paulo	55%		56%	71%
Média	55%	63%	57%	67%

Nove dos 10 estados citam a falta de reconhecimento e incentivos da sua organização com percentuais de escolha bastante elevado, que indica uma fraqueza político-institucional do sistema e que possivelmente um dos fatores causal seja a alta rotatividade que se tem hoje dos quadros da Proteção e Defesa Civil no país, principalmente dos gestores, por serem os seus cargos eminentemente políticos dentro da estrutura atual de governança. Este fato tem um reflexo importante na estruturação e na capacitação/formação da Proteção e Defesa Civil em todos os níveis. Decorrente desse fato surge naturalmente os outros itens pesquisados - falta de tempo proporcionado pela sua organização; custo financeiro da formação e a localização/distância da formação.

Ao ser investigados sobre a atual demanda de formação, 96% dos pesquisados afirmam da necessidade de fazer algum curso (vide gráfico 41 abaixo). Esta mesma porcentagem média foi obtida para os 10 estados prioritários.

GRÁFICO 41 DEMANDA DE FORMAÇÃO



Este é um dado bastante revelador pois mostra que os pesquisados mesmo que em algum momento se sintam aptos a realizar determinadas tarefas, eles também sentem de alguma forma fraquezas em suas capacidades tanto funcionais como técnicas em GRD, assim como uma ansiedade em modificar o status atual através da capacitação / formação.

Quando solicitados a priorizar as áreas temáticas para melhorar sua formação dependendo da importância do reforço / expansão dos conhecimentos para o desempenho próprio do pesquisado, 62% priorizaram a área de Prevenção de Desastres como de alta prioridade, 16% como de média prioridade e 8% como prioritário. 14% dos pesquisados consideraram a área como de pouca prioridade ou sem prioridade. A área Preparação para Desastre foi considerada de alta prioritária por 9% dos pesquisados, como de média prioridade por 41%, prioritária por 30%. 20% consideraram como de pouca prioridade ou sem prioridade. A área temática Resposta aos Desastres foi eleita como de alta prioridade por 13% dos pesquisados, como de média prioridade por 17% e como prioritária por 40%. 30% a consideraram como de pouca ou sem prioridade. A área temática Recuperação foi considerada de pouca prioridade ou sem prioridade por 70% dos pesquisados, enquanto que 30% a consideraram como de alta e média prioridade e prioritária. A área temática Redução de Risco de Desastre de forma transversal foi considerada sem prioridade por 40% dos pesquisados e de pouca prioridade por 15%. Como de alta prioridade foi escolhida por 19% e de média prioridade ou prioritária por 26% (vide gráfico 42) demandas das áreas temáticas para fortalecer o desempenho do pesquisado e tomado por base as escolhas mais priorizadas como de (alta e média prioridades e prioritária) as escolhas foram assim definidas: em primeiro lugar Prevenção dos desastres (86%), em segundo lugar Preparação para os desastres (80%), em terceiro lugar Resposta aos desastres (70%), em quarto lugar Redução de Risco de Desastre de Forma Transversal (45%) e em quinto lugar Recuperação (30%). A área temática Redução de Risco de Desastre de Forma Transversal foi

a que obteve a maior percentagem como área sem prioridade (40%).(vide tabela 4).

Todos os 10 estados com percentuais altos elegeram a área de Prevenção de Desastres como o principal tema para a formação para melhorar o desempenho em GRD. Os pesquisados do Estado do Rio Grande do Sul com um percentual elevado (71%), também apontam como principal tema a área de Resposta aos Desastres (vide a tabela 4).

Como segundo principal tema para a formação, quatro estados, Pernambuco (61%), Rio de Janeiro (52%), Rio Grande do Sul (48%) e Santa Catarina (60%) elegeram a área de Preparação para Desastres como área importante e outros quatro estados apontam a área de Resposta aos Desastres – Alagoas (57%), Bahia (58%), Espírito Santo (61%) e Paraná (65%). E finalmente os pesquisados dos estados de Minas Gerais (67%) e São Paulo (60%) elegeram a área de Redução de Risco de Desastre de forma transversal como importante tema (vide tabela 4).

Como terceiro principal tema a área de Preparação para Desastres foi eleita pelos pesquisados dos estados do Espírito Santo (55%) e Paraná (48%). A área de Resposta aos Desastres foi escolhida pelos pesquisados dos Estados de Minas Gerais (53%), Rio de Janeiro (48%) e Santa Catarina (54%). A área de Redução de Risco de desastre de forma transversal foi eleita pelos pesquisados dos estados da Bahia (50%), Pernambuco (49%) e Rio Grande do Sul (40%).

Os pesquisados do estado de Alagoas elegeram as áreas de Preparação para Desastres e de Redução de Risco de Desastre de forma transversal com 48% cada, como o terceiro principal tema. Os pesquisados do Estado de São Paulo optaram pelas áreas de Preparação para Desastres e de Resposta aos Desastres com 52% cada, como o terceiro principal tema (vide tabela 4).

Quando investigados sobre a quantidade de tempo que os pesquisados teriam disponível para dispensar com formação, 44% referiram-

GRÁFICO 42 PERNAMBUCO - NÍVEL DE CONHECIMENTO TÉCNICO EM GRD

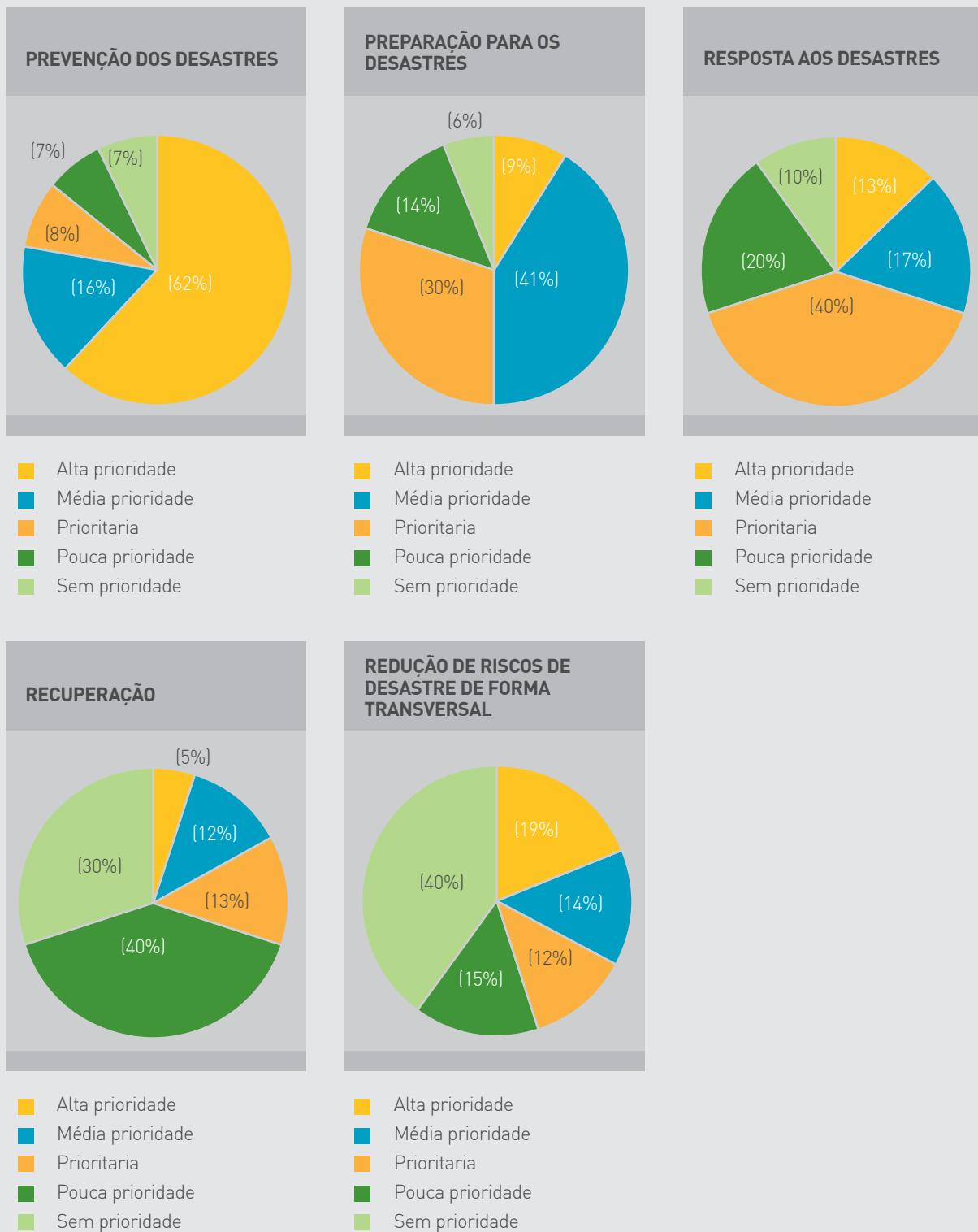


TABELA 4

DIFERENTES ÁREAS TEMÁTICAS PARA A FORMAÇÃO DE GRD

Estados	Área de Prevenção de Desastres	Área de Preparação para Desastres	Área de Resposta aos Desastres	Área de Recuperação	Redução de Risco de Desastre de Forma Transversal
Alagoas	100%	48%	57%		48%
Bahia	82%		58%		50%
Espírito Santo	79%	55%	61%		
Minas Gerais	72%		53%		67%
Paraná	78%	48%	65%		
Pernambuco	82%	61%			49%
Rio de Janeiro	76%	52%	48%		
Rio Grande do Sul	71%	48%	71%		40%
Santa Catarina	83%	60%	54%		
São Paulo	81%	52%	52%		60%
Média	80%	53%	58%	00%	52%

se a um mês ou mais, o tempo de uma semana a quinze dias 45% e menos de uma semana ou nenhum tempo 11% .

Em relação aos estados, no cômputo geral praticamente não há diferença dos dados obtidos na sondagem nacional. Porém quando os dados são analisados separadamente por estado, as diferenças sobre o tempo disponível para dispendar com a formação se acentuam (vide tabela 5 abaixo).

Para os pesquisados de Alagoas prevaleceu a disponibilidade de um mês como tempo disponível para a realização de cursos com a porcentagem de 38%, e para os pesquisados do estado do Espírito Santo prevaleceram as disponibilidades de um mês e/ou mais de um mês, ambas com 34%.

A disponibilidade de mais de um mês também prevaleceu para os pesquisados dos estados de Minas Gerais (31%), Rio de Janeiro (34%), San-

ta Catarina (30%) e São Paulo (25%). Já para os pesquisados dos Estados da Bahia, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul prevaleceu a disponibilidade de tempo de uma semana com percentuais correspondentes a 36%, 24%, 29% e 30% respectivamente.

Como segunda escolha o tempo de mais um mês foi apontada por 27% dos pesquisados do estado de Pernambuco e 28% do estado de Alagoas. De um mês para 26% dos pesquisados do estado da Bahia. O tempo de quinze dias foi apontado pelos pesquisados dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul com respectivas porcentagens de 16%, 26%, 22%, e 25%. Os pesquisados do estado do Rio de Janeiro elencaram como segunda opção os tempos de uma semana e quinze dias com 27% cada. O tempo de uma semana também é apontado pelos pesquisados dos estados de Santa Catarina (22%), Pernambuco (29%) e São Paulo (22%)- vide tabela 5.

TABELA 5
TEMPO DISPONÍVEL PARA CURSOS E FORMA DE FORMAÇÃO

Estados	TEMPO DISPONÍVEL PARA CURSOS POR ANO					FORMA DE FORMAÇÃO			
	Nenhum	Menos que uma semana	Uma semana	Quinze dias	Um mês	Mais de um mês	Virtual	Presencial	Semipresencial
Alagoas	0,0%	5%	19%	10%	38%	28%	19%	48%	33%
Bahia	0,0%	4%	36%	10%	26%	24%	27%	46%	27%
Espírito Santo	3%	6%	11%	16%	32%	32%	30%	42%	28%
Minas Gerais	5%	7%	15%	26%	16%	31%	33%	51%	16%
Paraná	2%	15%	24%	22%	20%	17%	33%	44%	23%
Pernambuco	4%	4%	29%	19%	17%	27%	35%	33%	32%
Rio de Janeiro	8%	0,0%	27%	27%	4%	34%	15%	39%	46%
Rio Grande do Sul	1%	21%	30%	25%	10%	13%	14%	63%	23%
Santa Catarina	1%	15%	22%	17%	15%	30%	31%	39%	30%
São Paulo	3%	12%	22%	20%	18%	25%	42%	35%	23%
Média	3%	10%	24%	19%	18%	26%	28%	44%	28%

Como terceira escolha aparece o tempo de mais de um mês para o estado da Bahia (24%), 15 dias para o estado de Pernambuco (19%), uma semana para estado de Alagoas (19%) e menos de uma semana para o estado do Rio Grande do Sul (21%)- vide tabela 5 abaixo.

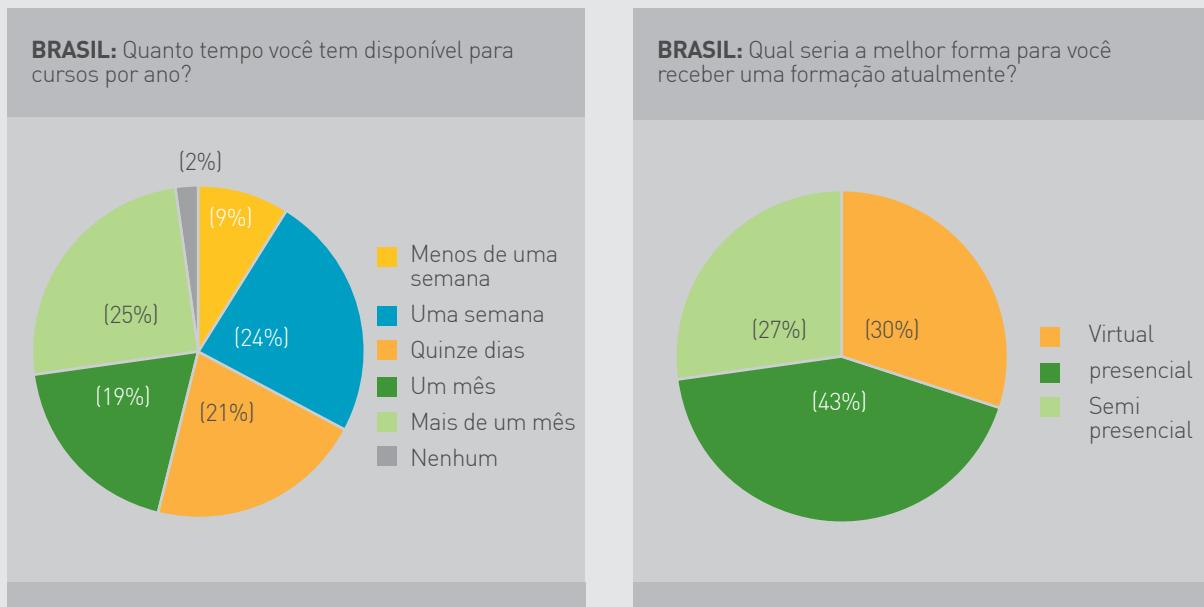
Durante as oficinas quando este tópico também foi levantado, segundo os membros da Proteção e Defesa Civil, o tempo disponível nem sempre se caracteriza por um tempo corrido, mas sim com intervalos, como por exemplo, um tempo de um mês ao longo de um ano.

E por fim, em relação qual seria a melhor forma para receber a formação 57% dos pesquisados optaram pela modalidade virtual e semipresencial e 43% pela presencial (vide figura abaixo). Esta escolha pode estar baseada no aumento no país de ofertas dos cursos de modalidades de Ensino a Distância, porém de retorno não muito

eficiente, segundo os relatos dos próprios pesquisados.

Em relação a análise geral por estado, a maioria dos pesquisados optou pelo curso presencial, como o estado de Alagoas (48%), Bahia (46%), Espírito Santo (42%), Minas Gerais (51%), Paraná (44%), Rio Grande do Sul (63%) e Santa Catarina (39%). Para os estados como o de Pernambuco (35%) e São Paulo (42%) a escolha dos pesquisados recai sobre a forma virtual, e para o estado do Rio de Janeiro (46%) a principal escolha foi a semipresencial (vide tabela 5).

Como segunda opção os pesquisados de quatro estados elegeram a forma virtual, o estado de Espírito Santo (30%), Minas Gerais (30%), Paraná (30%) e Santa Catarina (31%). A forma presencial foi eleita como segunda opção por 33% dos pesquisados do estado de Pernambuco, 39% do Estado do Rio de Janeiro e 35% pelos do estado de

GRÁFICO 43 BRASIL – TEMPO DISPONÍVEL E FORMA DE FORMAÇÃO

São Paulo. A forma semipresencial foi escolhida como segunda opção por 33% dos pesquisados do estado de Alagoas e por 23% do estado do Rio Grande do Sul. Os pesquisados do estado da Bahia escolheram a modalidade virtual e a semipresencial como segunda opção, ambas com 27% (vide tabela 5).

A forma virtual foi escolhida com terceira opção pelos pesquisados dos estados de Alagoas (19%), Rio de Janeiro (15%) e Rio Grande do Sul (14%). A forma semipresencial foi eleita como terceira opção pelos pesquisados dos Estados do Espírito Santo (28%), Minas Gerais (16%), Paraná (23%), Pernambuco (32%), Santa Catarina (30%) e São Paulo (23%) como demonstrado na tabela 5.

Na escolha da forma da formação o estado de Pernambuco foi o que apresentou o maior equilíbrio com 35% para a modalidade virtual, 33% para a presencial e 32% para a semipresencial (vide tabela 5).

No geral, a modalidade presencial foi a escolha preferida dos pesquisados dos 10 estados prioritários, quando 70% dos estados apontam esta como a melhor forma de receber uma formação. A modalidade semipresencial foi a que teve a maior rejeição dos pesquisados, quando escolhida como terceira opção por 60% dos estados (vide gráfico 43).

CONCLUSÃO

Os pesquisados trazem à tona algumas de suas fraquezas e necessidades em termos de conhecimentos, capacidades dos agentes de Proteção e Defesa Civil e avaliação das formações existentes. Em todos os estados verificou-se que as respostas dadas pelos pesquisados com relação às suas fraquezas, apontaram para as seguintes limitações: limitado conhecimento e capacidade dos agentes em geral, tanto como nos conceitos sobre Gestão de Risco de Desastres, na capacidade técnica em gerir os riscos existentes,

na capacidade de articulação institucional e as limitadas condições para desempenharem suas funções organizacionais.

Com relação as principais dificuldades para ter acesso à formação os pesquisados apontaram que as fraquezas estavam relacionadas principalmente na questão política, quando não há pelos poderes municipais nenhum reconhecimento e incentivo na formação dos mesmos. Quanto à forma de receber a formação os pesquisados optaram pela modalidade presencial, seguida da virtual e por último a semipresencial.

Do ponto de vista da área dos desastres, os dados fornecidos pelos pesquisados tanto da sondagem a nível federal como da sondagem dos estados prioritários, mostram uma Proteção e Defesa Civil com necessidade de melhorarão na sua estrutura e de suas funções, tendo como ameaça à estrutura organizacional vigente, o político e o econômico, que produz uma alta instabilidade em todo o sistema, como a alta rotatividade dos agentes de Proteção e Defesa Civil.

RECOMENDAÇÕES

A atenção da Proteção e Defesa Civil aos desastres é compreendida mais na direção de como atuar durante ou depois de um desastre acontecer, portanto, a prevenção pode ser mais fortalecida mas mesmo as capacidades de gestão de desastres (preparação e reposta) precisam ser melhorados. Devido a alta rotatividade, as capacitações no SINPDEC devem ser continuas e devem reforçar os conhecimentos de conceitos e as capacidades técnicas dos agentes da Proteção e Defesa Civil no país. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil poderia reforçar os mecanismos próprios, como uma ‘unidade permanente de formação e capacitação’ para os agentes do SINPDEC em Proteção e Defesa Civil e Gestão de Risco de Desastres em todos os níveis federativos. Algumas mudanças como a diminuição da rotatividade dos agentes e uma atenção especial as capacidades técnicas poderão contribuir a aumentar o nível dos agentes da Proteção e Defesa Civil no país.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

PROJETO BRA12/017

**FORTALECIMENTO DA CULTURA DE GESTÃO DE
RISCO DE DESASTRES NO BRASIL**

O desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres no Brasil se desenvolveu timidamente ao longo dos anos. A partir dos anos 2008/2010, quando ocorreram desastres de grande magnitude a discussão sobre os desastres no país ganha força e o Governo Federal em 2011 edita a Medida Provisória 547/2011, convertida na lei 12.608 em 2012. A Lei estabelece que “os órgãos do SINPDEC adotem medidas para assegurar a profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos Agentes de Proteção e Defesa Civil”. Assim, surge a necessidade de avaliar as competências do agente da Proteção e Defesa Civil e as necessidades de formação, em termos de capacidades tanto como do conhecimento da própria Proteção e Defesa Civil e a Gestão de Risco de Desastres (GRD).

Dentro desse contexto nasce o Projeto BRA/12/017 da SEDEC intitulado “Fortalecimento da Cultura de Gestão de Risco de Desastres no Brasil” em conjunto com o PNUD. Um dos objetivos do projeto é realizar um diagnóstico sobre as necessidades de formação existentes dos agentes da Proteção e Defesa Civil. Para tal realização do diagnóstico, o Governo Federal através da SEDEC definiu 10 estados, denominados como prioritários por serem os estados com maior registro e impacto de desastre (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo). Este diagnóstico foi realizado por uma equipe de profissionais do PNUD, incluindo pesquisadores e acadêmicos brasileiros. A avaliação teve três métodos de pesquisa: (1) sondagem online (ou questionário online de abrangência nacional para todos os agentes de defesa civil, (2) entrevistas semiestruturadas e (3) oficinas participativas multisetoriais em 10 estados. Assim o diagnóstico está baseado nas opiniões e avaliações de todos os membros e setores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), incluindo o nível estadual, municipal até comunitário.

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados obtidos e também apresenta uma síntese das necessidades de capacitação e formação dos agentes de Proteção e Defesa Civil nesses estados, tanto de forma geral como em específico por estado.